



UDESC

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO - FAED

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH

DEFESA DE MESTRADO

**MEMÓRIAS DO CÁRCERE NA TORRE DAS DONZELAS:
GÊNERO E EMOÇÕES EM RELATOS DE MULHERES SOBRE A
DITADURA MILITAR BRASILEIRA**

LARA LUCENA ZACCHI

FLORIANÓPOLIS, 2021

LARA LUCENA ZACCHI

**MEMÓRIAS DO CÁRCERE NA TORRE DAS DONZELAS: GÊNERO E
EMOÇÕES EM RELATOS DE MULHERES SOBRE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História

Orientadora: Prof^ª. Dr^a Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Florianópolis, SC

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Zacchi, Lara Lucena

Memórias do cárcere na Torre das Donzelas : Gênero e emoções
em relatos de mulheres sobre a ditadura militar brasileira / Lara
Lucena Zacchi. -- 2021.
230 p.

Orientador: Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação -- Seleção --, Florianópolis, 2021.

1. Memórias de mulheres. 2. ditadura militar. 3. gênero. 4.
emoções. 5. amizade. I. Oliveira, Nucia Alexandra Silva de. II.
Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências
Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação -- Seleção
--. III. Título.

LARA LUCENA ZACCHI

**MEMÓRIAS DO CÁRCERE NA TORRE DAS DONZELAS: GÊNERO E
EMOÇÕES EM RELATOS DE MULHERES SOBRE A DITADURA MILITAR
BRASILEIRA**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação - Faed, da Universidade do Estado de Santa Catarina – Udesc. Orientador: Profa. Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Membros:

Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dra. Caroline Jaques Cubas

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Dra. Cristina Scheibe Wolff

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 16 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Sempre que preciso retomar minhas memórias, meus agradecimentos, penso, com emoção, em uma primeira mulher, uma primeira saudade: minha vó Iná. Como já registrei em outras aventuras, dentre as tantas vidas que ela transformou, a minha foi mais uma delas. Fechar os olhos e lembrar das horas em sua cama ouvindo histórias e piadas e risadas e contos assustadores; das horas e horas enquadradas nas janelas do carro olhando o céu e pensando na forma das nuvens; das horas sentada no chão da farmácia escutando vó Iná em seus atendimentos solidários e acolhedores que viravam conversas e espaços de escuta para as pessoas que passaram por ali. Uma pena a vida ter a tirado de nós muito antes de eu me tornar uma historiadora para poder, com um gravador, registrar nossas (tantas) conversas. Mas essas continuam vivas nas histórias contadas e lembradas nos papos de família em volta da mesa, do sofá e nos sonhos. De toda forma, escrevo também para manter viva sua memória. E agradeço por ela ter sido o que foi. E continuar sendo, agora dentro de mim, de nós. É partindo do pensamento nela, que consigo afirmar que nunca somos uma só pessoa. Somos feitas das memórias, das histórias, dos ensinamentos e das transformações que as outras pessoas nos fornecem e nos deixam, nessa fina e curta matéria *vida*.

Agradeço, então, às tantas outras pessoas que me nutriram até aqui. O agradecimento para minha mãe Denise é, em muito, pela empatia que me ensinou desde cedo. Por nossos vínculos que se fortalecem e se entrelaçam cada vez mais. Agradeço por ser minha companheira e também porque em nossa relação é gostoso aprender, ensinar, trocar. E agradeço profundamente por ter me ensinado a importância de se colocar no lugar dos outros e outras, pelas risadas e vinhos e conversas profundas sobre o mundo e sobre a vida. Por, quando pequena, me perguntar toda noite: *sabias?* E esperar eu completar com o *que eu te amo?* Ao meu pai, Alexandre, agradeço por me ensinar sobre a vida do jeito dele. Não só sobre arte, música e filmes mas também que a vida é feita de constantes aprendizados, e que a gente pode aprender a ver o mundo um do lado do outro, crescendo um pouco a cada dia. Agradeço por me assustar tantas vezes de um jeito bom com os tons de Belchior no violão, me lembrando que *a felicidade é uma arma quente*. Ao meu pai e à minha mãe, agradeço profundamente por me incentivarem sempre a ser quem eu quisesse ser. A minha irmã, mana, Flávia, agradeço pela relação tão profunda entre nós. É minha melhor amiga desde que apareci nesse mundo. Todo mundo diz não entender como duas farinhas do mesmo saco saíram tão diferentes nos jeitos. Mas discordo, principalmente no compartilhamento dos sonhos. Me vejo muito nela e vejo muito dela em mim. Me constituo com ela, ao lado dela. Agradeço por ser meu complemento, um “oposto” que está sempre atraído, grudado e coexistindo em profundo carinho e admiração. Ao Gui, que chegou no turbilhão, eu agradeço por já ter se tornado um bom amigo e uma escuta tão calma e aberta, por ser um pai e um companheiro tão carinhoso, tanto quanto um professor comprometido com a luta. Obrigada também por trazer o Gaelzito pras nossas vidas.

À minha madrinha e ao meu padrinho eu agradeço pelo amor que veio também em forma da criatividade. Receberam o título de *mina* e *pado* por mim, nem lembro porque, mas *só sei que foi assim*. Os questionamentos do mundo eu agradeço em parte a ela, que também me constituiu em muito na criação através do amor. Que sempre fez da casa dela um lar colorido de livros, painéis, quadros, teatros, lápis, gelatinas, palavras, cantorias e, sobretudo, de ideias. Duas *ideiudas*. Obrigada também pelas trocas, leituras, provocações e extensos ensinamentos que temos desde que escolhi percorrer esse caminho, minha orientadora da vida. Ao pado, agradeço por me ensinar sobre a luta e sobre política, mas também, em muito, sobre o afeto. Pois, desde pequena, me ama pelo

olhar, que retribuo no tanto de amor e admiração transbordado pelo meu nordestino arretado. Agradeço, pado, por lembrar que no mundo existe o por do sol mais bonito que é o do sertão nordestino, que existe o forró, as peripécias de Macaíba e os *gostos de framboesas* cantados no palco do Seridó.

Minha avó Zei é uma das minhas paixões desde que, em tentativas frustradas, tentava me ninar cantando *Hey Jude* e acabava dormindo antes que eu. A ela, eu agradeço o exemplo de mulher forte que me deu e dá, por ter me criado, me acompanhado e me ensinado tanto. Obrigada por me ensinar sendo uma das professoras da minha família e por me envolver de admiração, que me fez amar ainda mais essa profissão. Ao meu avô Juarez, agradeço pelos esconde-escondes quando criança, as tentativas de construir varinhas mágicas com pedaços de pau, por plantar a melhor rúcula e o melhor abacate orgânico, por todas as demonstrações de afeto e por amar de um jeito tão peculiar e bonito, tão próprio. Agradeço pelos abraços tão apertados e os olhinhos cheios d'água. Á tia Júlia, agradeço por me mostrar todos os dias que a força acompanha nossas vivências. Por poder ter compartilhado comigo ainda criança as tantas aulas de educação física, o ofício da professora e o ambiente escolar. Agradeço por ser alguém que nunca nega colo, pelas risadas amorosas, pelos abraços apertados e pelo artesanato que compõem nossas trajetórias.

Ter o direito de agradecer à minha família tão presente e acolhedora, é, de fato um tamanho privilégio. Sei disso. Somos uma família bem próxima. Evidentemente, com as tensões e diferenças que compõem as relações. Mas, também pelo calor da emoção com que a memória chega nesse presente, o que sobra em mim por todas as pessoas dessa grande família é o amor. Ao meu tio Márcio, obrigada pelo abraço mais apertado que conheço na vida. Ao Alan, Tia Vânia, Tio Beto e Tia Sônia, eu agradeço por todas as demonstrações de carinho que me dão, nas presenças e ausências, cada um do seu jeito. A Eti, eu agradeço por me ensinar sobre força, pelos incontáveis cotidianos compartilhados, pelas tantas conversas e fofocas e trocas e afetos. Minhas primas e meus primos também são como amigas próximas, que tenho a felicidade de compartilhar a vida de um jeito muito singular. A Cacá, amiga tão íntima que agora nos trouxe Rosa Maria, a Lela, que nos trouxe a Bea, a Ana, o Dudu e o Mano. A eles agradeço por serem amigos, confidentes, primos e primas/irmãs.

Em um dos encontros da vida, encontrei aquele que chamo de meu Mar. Nesses mais de oito anos de partilha e companheirismo, aprendi que amar, num sentido romântico, pode ser leve e bom. Mas, também, que o amor só se constitui pela amizade. Nas construções e desconstruções da vida, meu engenheiro de luta se tornou um dos espaços e abraços e colos que aprenderam a me oferecer tanta escuta. Que aventura é compartilhar sonhos, lutas, vidas, anseios, conversas, ideias e risadas (nossa marca desses quase dois anos de isolamento). Obrigada pelo apoio, admiração mútua e afeto. Que emoção é conseguir parar o tempo e o espaço com o toque. Que emoção é poder viver tanta emoção! *Nada irá, nesse mundo, apagar o desenho que temos aqui.*

Da minha relação com o Mar, ganhei novos afetos e minha família se expandiu mais um pouquinho. Agradeço a toda família dele, mas, em especial, à Débora, ao José Rubens, à Dette e ao Antônio, por todo acolhimento e carinho.

Se nessa dissertação falo sobre o poder da amizade, é também porque sei a potência dessa emoção, que me nutre todos os dias um pouco mais. Sei da potência dos vínculos que criei e carrego desde pequena comigo. Agradeço aos amigos e amigas que me acompanham desde criança, que cresceram e se tornaram adultas e adultos comigo. Que me constituem desde que brincávamos de pés descalços na grama da rua e nos aniversários de criança, que me conhecem em cada particularidade e fase que me compuseram até hoje. A Duda, o Duds, a Malu, a Isa, o Igor, a Nati, a Ma e o No –

também, ao André e a Marina, que chegaram um pouco depois, mas que continuaram até hoje. Agradeço a todos e todas as outras que fui fazendo pelo caminho, as amigas de amigas e de amigos que se tornaram também parte dos meus (Thaian, Aninha, Vito, Renato, Lê, entre tantas outras; as colegas dos treinos de voleibol que são, para mim, um espaço de afago). A vocês, agradeço por todas as experiências que me ajudaram na constituição de quem eu sou hoje e por todos os bons clichês da vida: as risadas, os choros, os apoios, as brigas, os amores e todos esses mais de dez anos de história somadas.

Ao meu amigo Sun, agradeço por ser o irmão que a vida me deu. Por mais clichê que possa soar, meu vínculo com ele só pode ser descrito, de fato, como o de um irmão. Um Irmão que conheci ao longo do tempo, e que, rapidamente, se tornou uma parte muito grande e muito forte de mim, da minha vida e da minha história. Obrigada por todo companheirismo e acolhimento. E, também, por ter trazido a Lu e a Dona Lourdes para nossas vidas.

Em 2014, quando entrei na faculdade de História na UFSC, conheci Alina e Rafa e às vezes penso que nem me reconheço muito mais antes disso, de tanto que me transformei com elas. As duas fizeram parte desse louco processo de (re)conhecimento que foi a graduação em História, da construção de quem eu sou hoje, das fofocas e conversas e desenhos no caderno. Foi com elas que deitei pela primeira vez no bosque, participei das minhas primeiras discussões políticas, ocupei um centro universitário, apresentei trabalhos, dei aulas, lutei por uma sociedade menos desigual e me disse pela primeira vez feminista. Com a Rafa, mesmo afastadas pela vida na questão do espaço, desenvolvi uma relação que me mostrou que a amizade e o amor devem ser feitos de liberdade. Agradecer a Alina é sempre difícil. Foi minha companheira de graduação, de estágio, de pós-graduação, de angústias, tristezas, alegrias e conquistas. Hoje, é uma das minhas companheiras de vida. É também com ela que compartilho as dores e sabores das descobertas históricas, das descobertas feministas. Um apoio que me mostra a potência dos vínculos entre mulheres, livre de qualquer rivalidade, mas feito só de respeito e admiração. Brinco que, daqui a muitos e muitos anos, vamos ser duas velhinhas mandonas e amigas, estaremos lado a lado. Agradeço a ela, também, pelo grande apoio emocional e acadêmico em todo processo de escrita e finalização deste trabalho.

Além delas, tantas outras pessoas me ensinam e me ajudam em meu processo de constituição: todas as risadas trocadas com a Amanda, a tranquilidade da Mare, as conversas 8 ou 80 banais ou profundas com a Júlia, a empatia e carinho do Victor.

Que vínculos potentes esses!

Durante minha graduação e pós-graduação, me envolvi nas trocas, pesquisas e discussões propiciadas pelo LEHAF e pelo LEGH. No primeiro, conheci Diego, Ruben e Ana e carrego comigo tudo o que foi trocado, ensinado e admirado. Já no LEGH, descobri que a pesquisa pode estar associada com a luta e com a militância feminista. O LEGH e toda a sua afetuosa equipe abriram as portas como um lar, uma segunda casa dentro do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC. Às coordenadoras do LEGH e professoras do Departamento de História da UFSC, Joana Maria Pedro, Janine Gomes da Silva e Cristina Scheibe Wolff, agradeço por todas as oportunidades e ensinamentos que nos transformam enquanto historiadoras feministas. Ao Jair, agradeço pelo ombro amigo, por nunca negar qualquer espaço de escuta, por se preocupar conosco e por ensinar tanto, mas tanto. Obrigada por ter sido uma dessas surpresas boas da vida. Agradeço também à Isa, ao Luiz e a Luisa pelas conversas, conselhos, desabafos e trocas acadêmicas. E por todas as outras pessoas do LEGH que trocam angústias e risos feministas.

À minha orientadora de TCC e de Iniciação Científica da graduação, Janine Gomes da Silva, agradeço por ter me ensinado muito e me acompanhado, de forma tão acolhedora, no processo de encerramento de minha graduação em História. Em especial,

à professora Cristina, agradeço por ter composto minha banca de TCC, pela aula que me deu naquele dia marcante na sala 10 do departamento de história. E, agora, agradeço por ter aceito compor a banca desta dissertação, pelos apontamentos e sugestões que tanto me acrescentaram na realização deste trabalho e pelos apontamentos atentos. Agradeço, também, por sempre lembrar de cantar e citar *Maria, Maria*.

Ingressei no mestrado na UDESC em 2019. No primeiro dia de aula, em meio às inseguranças do novo espaço e das novas pessoas, lembro de entrar em uma sala pintada de cores verde e amarelas e desconstruir meu nervosismo pensando no mau gosto estético, logo nesse momento histórico. Coincidentemente, foi uma das primeiras coisas que a docente da disciplina de teoria da história, Caroline Jaques Cubas, comentou, em tom de risada, com todas as pessoas na sala. Essa foi a única disciplina que realizei presencialmente no mestrado. Também por isso e pelo acolhimento que, tanto a professora, quanto meus e minhas colegas proporcionaram, aquela sala e aquele lugar, mesmo verde e amarelo, se constitui como um momento muito singular e especial em minha memória. Lembro de história, memória, tempo, *tempo, tempo*. Agradeço, então, à prof^a Caroline, por reascender em mim o amor pela teoria, por lembrar de minha admiração pela história. Também, por ter aceito o convite para compor a banca desta dissertação. Suas ideias, apontamentos e olhares contribuíram, em muito, para o fim dessa pesquisa. Agradeço por ter tido uma leitura tão atenta, afetuosa e carinhosa com essa pesquisa, por me incentivar tanto com as palavras.

Lembro que, logo no início do mestrado, minha colega Carol se interessou em conhecer as “novatas”, dentre elas eu. A partir dali, foi se criando uma das mais espontâneas relações que já construí, entre mim e Carol. As identificações pelos gostos em comum aparecendo, as trocas acadêmicas, as ajudas nos processos burocráticos e as conversas pelos corredores logo se tornaram bares e fofocas. Infelizmente as cervejas foram interrompidas pelo isolamento da pandemia. Mas mesmo durante esse período, nossa relação só se fortaleceu através das longas conversas remotas, risadas e dores compartilhadas. Agradeço muito por essa amizade que o mestrado me trouxe, uma das melhores coisas que veio com o processo, e por todo apoio emocional dado na construção deste trabalho. Sei que vamos ser amigas de longa data.

A todas as pessoas que conheci durante o mestrado, também agradeço em muito por me acolherem e me ensinarem com seus pontos de vistas e visões solidárias. Em especial, ao Kauê e Juliano, pelo apoio crucial e pelo compartilhamento de angústias durante a pandemia. Também, aos e às integrantes do grupo de estudos INES, da UNB, em especial à Paula Franco. Agradeço por reafirmarem em mim a certeza de que o conhecimento acadêmico deve ser trocado e só se constrói coletivamente.

À minha orientadora, prof^a Nucia, agradeço, sobretudo, pela compreensão e pelo acolhimento. Por compreender todas as limitações que o contexto e as dificuldades acadêmicas produziram, me acalmando e concedendo conselhos que carregarei comigo nas trajetórias futuras. Também, por todas as leituras, trocas e apontamentos realizados neste trabalho. Agradeço por ter me auxiliado, tranquilizado e aconselhado em todas as nossas reuniões, conversas e desabafos. Sua compreensão e sensibilidade possibilitou que eu vivesse este processo de forma mais leve e mais humana.

Agradeço, também, a todas as professoras que tive no mestrado na UDESC. Foram elas: Viviane Borges, Mariana Joffily e Silvia Maria Fávero Arend. Todas elas, de seu modo próprio, puderam me acolher e compreender as limitações do contexto que vivemos. Abriam suas aulas, todas remotas, também como espaços de afetos e acolhimentos.

Foi um prazer ser acompanhada, durante o mestrado, de tantas potentes historiadoras.

Também agradeço a todas/os servidoras/es que constituem a UDESC e a UFSC, por possibilitarem o funcionamento e a manutenção da Universidade pública.

Reconheço, também, a importância do financiamento da pesquisa realizado pela CAPES neste trabalho. Agradeço, ainda, pelas revistas, plataformas e sites que possibilitam a democratização do conhecimento acadêmico, que deve, sempre, ser gratuito e acessível.

A escrita de um trabalho acadêmico é uma tarefa solitária. Talvez por isso tão difícil. Ainda, quando ocorrida ao longo de meses em situação de isolamento social, em decorrência do contexto da pandemia da COVID-19 e das recorrentes irresponsabilidades do governo federal, no que diz respeito a contenção e espalhamento do vírus, mas também a tantos outros ataques e crises políticas. Ataques esses pautados em opressões de classe, raça, gênero, sexualidade e etnia. Ataques à saúde, educação, cultura, à ciência e às humanidades. Em meio a este contexto angustiante, melancólico e solitário, a escrita deste trabalho me provou, ainda mais, a importância do afeto, do compartilhamento da vida, dos vínculos e da esperança. Do feminismo, do antirracismo e do anticapitalismo. Da dança, da música e da cultura. Do céu, do mar, dos cheiros do café, dos tons laranjas de caju, da chuva e do sereno, das bolas de pelos caninas que acompanham os pés durante a escrita. Das coisas, quando possíveis, da vida.

E se as violências e ataques da extrema direita, do capitalismo e do neoliberalismo mexem no estômago através das nossas emoções, é também com elas que devemos responder. Portanto, nos fortalecendo coletivamente, através da raiva, da crença em um sonho em comum, da amizade, do afeto e, sobretudo, da esperança em dias melhores, da esperança na transformação.

A todas as pessoas que compartilham comigo sonhos,
Obrigada!

Uma ladainha pela sobrevivência

[...]

Para aquelas de nós
que foram marcadas pelo medo
como uma linha tênue no meio de nossas testas

[...]

os marchantes esperavam nos calar
Para todas nós este instante e esta glória
Não esperavam que sobrevivêssemos
E quando o sol nasce nós temos medo
ele pode não durar
quando o sol se põe nós temos medo
ele pode não nascer pela manhã

[...]

e quando falamos
nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo
Então é melhor falar
tendo em mente que
não esperavam que sobrevivêssemos

Audre Lorde, 1997

RESUMO

Este trabalho objetiva investigar aspectos presentes nas memórias de mulheres retomadas no período brasileiro do pós-ditadura militar. Essas memórias versam sobre as prisões políticas dessas mulheres, ocasionadas durante a ditadura militar brasileira na Torre das Donzelas entre 1968 e 1972. Dentre esses aspectos são consideradas as relações de gênero e as emoções, sob a perspectiva da história do tempo presente. Para tanto, o estudo foi realizado a partir da análise de duas fontes: o livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” organizado por Alípio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville e publicado em 1997; e o filme-documentário “Torre das Donzelas” de direção de Susanna Lira, lançado em 2018. Para a análise das memórias encontradas no livro foram utilizadas abordagens relacionadas aos registros de memória e autobiográficos. Para a análise do filme, foram utilizados a abordagem teórico-analítica sobre os documentários como fontes históricas. A construção teórico-metodológica pauta-se sobretudo em estudos sobre a memória, dentro do campo dos estudos da história do tempo presente, articulada com os estudos de gênero e a História das Emoções. A partir da publicização, pelas fontes, das memórias dessas mulheres em situação de cárcere político, buscou-se analisar os aspectos mobilizado por elas ao longo do tempo, ressaltando o gênero e as emoções, tais como a amizade, como aspectos políticos de suas memórias. Ao considerar as possibilidades e dificuldades marcadas pelas emoções e pelo gênero como latentes no processo de rememoração, as memórias relacionadas às experiências dessas mulheres no presídio Tiradentes, quando retomadas, denunciaram o silêncio agenciado pelo Estado sobre o passado deste espaço político. As particularidades das fontes evidenciam-nas como modos de representação do passado inserindo essas memórias de mulheres no amplo escopo de tantas outras experiências da ditadura. As memórias revelam, ainda, o quanto as emoções em interlocução com o gênero, ao serem mobilizadas, representam práticas políticas de resistência no passado e no presente. Essas emoções, ao serem exemplificadas pela amizade entre mulheres, demonstram que tal sentimento adquire uma dimensão política uma vez que foi mobilizado como resistência e sobrevivência ao passado sensível.

Palavras-chave: Memórias de mulheres; ditadura militar; gênero; emoções; amizade.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo investigar aspectos de la memoria de las mujeres de su encarcelamiento político en la dictadura militar brasileña en Torre das Donzelas entre 1968 y 1972. Entre estos aspectos, se consideran las relaciones de género y las emociones, desde la perspectiva de la Historia del Tiempo Presente. Por tanto, el estudio se realizó a partir del análisis de dos fuentes: el libro de memorias “*Tiradentes, um presídio da ditadura*”, editada por Alípio Freire, Izaías Almada y J.A. de Granville y publicada en 1997, y la película documental “*Torre das Donzelas*”, dirigida por Susanna Lira, estrenada en 2018. Para analizar los recuerdos encontrados en el libro, se utilizaron enfoques relacionados con la memoria y los registros autobiográficos. Para el análisis de la película, se utilizó el enfoque teórico-analítico sobre los documentales como fuentes históricas. La construcción teórico-metodológica se fundamenta, principalmente, en estudios sobre la memoria, dentro del campo de estudios de la Historia del Tiempo Presente, articulados con los estudios de género y la Historia de las Emociones. A partir de la publicación, por parte de las fuentes, de los recuerdos de estas mujeres en situación de encarcelamiento político, se buscó analizar los aspectos movilizados por ellas a lo largo del tiempo, enfatizando el género y las emociones, como la amistad, como aspectos políticos de sus recuerdos. Al considerar las posibilidades y dificultades marcadas por las emociones y el género como latentes en el proceso de rememoración, los recuerdos de las vivencias de estas mujeres en la cárcel de Tiradentes denuncian, cuando se reanudan, el silencio impuesto por el Estado sobre el pasado de este espacio político. Las particularidades de las fuentes las hacen evidentes como formas de representar el pasado, colocando estos recuerdos de mujeres en el amplio ámbito de tantas otras experiencias de la dictadura. Los recuerdos también revelan cómo las emociones, cuando se movilizan, representan prácticas políticas en el pasado y en el presente. Estas emociones, ejemplificadas por la amistad entre mujeres, demuestran que tales sentimientos adquieren una dimensión política de resistencia y supervivencia al pasado sensible.

Palabras clave: Memorias de mujeres; dictadura militar; género; emociones; amistad.

ABSTRACT

This work aims to investigate aspects of the memories of women in period of post-military dictatorship, in Brazil. These memories disclose on the political imprisonment of these women, in the complex “Torre das Donzelas”, from 1968 and 1972, during the Brazilian military dictatorship. Among the analysed aspects, gender relations and emotions are specifically taken into account, considering a History of the Present Time perspective. With respect to this context, this study is based on two bibliographical sources: the book “*Tiradentes, um presídio da ditadura*”, organised by Alípio Freire, Izaías Almada, and J.A. de Granville, and published in 1997; and the documentary film “*Torre das Donzelas*”, directed by Susanna Lira, released in 2018. In order to assess the memories disclosed in the first source, approaches related to the study of memoirs and autobiographical records were used. Regarding the latter, the theoretical-analytical approach on documentaries as historical sources was used. The theoretical-methodological development presented herein is mainly based on the studies of memory, within the field of studies of the History of the Present Time, while articulated with gender studies and the History of Emotions. From the publicity of the memories of these women in a situation of political imprisonment, as disclosed in the aforementioned sources, one sought to analyse the aspects enabled by them over time, with an emphasis to gender and emotions, such as friendship, as political characteristics of these memories. By taking into account the possibilities and difficulties marked by emotions and gender as latent in the remembrance process, the memories related to the experiences of these women in Tiradentes Prison, when recorded, denounced the silence enforced by the State on the past of this political space. The particularities of the bibliographical sources make them evident as representation forms of the past, placing these memories of women in the broad scope of so many other experiences engendered by the dictatorship in Brazil. The analysed memories also reveal how emotions, when articulated, represent political practices in the past and present. These emotions, as exemplified by friendship between women, demonstrate that such feelings indeed acquired a political dimension, since they were used as resistance and survival tools towards a sensitive past.

Keywords: Women’s memories; military dictatorship; gender; emotions; friendship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AEL - Arquivo Edgar Leuenroth

AI-5 - Ato Institucional de Número 5

ALN - Aliança Libertadora Nacional

AP – Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

BNM – Brasil: Nunca Mais

CBA - Comitê Brasileiro pela Anistia

CEDEM - Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista

CEMDP – Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos

CMV-UFSC - Comissão de Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina

CNV - Comissão Nacional da Verdade

COLINA - Comando de Libertação Nacional

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico

DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DEIC - Departamento Estadual de Investigações Criminais

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de ordem Política e Social

FAED – Centro de Ciências Humanas e da Educação

GALF - Grupo de Ação Lésbica Feminista

GTA - Grupo Tático Armado

IEG - Instituto de Estudos de Gênero

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LEH - Laboratório de Ensino de História

LEGH - Laboratório de Estudos de Gênero e História

LO - Liga Operária

MFPA - Movimento Feminino pela Anistia

MR-8 - Movimento Revolucionário Oito de Outubro

OBAN - Operação Bandeirantes

OMS - Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
POC – Partido Operário Comunista
POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PRT – Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PSL – Partido Social Liberal
PP – Partido Progressista
PT – Partido dos Trabalhadores
SNI - Serviço Nacional de informações
UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNB - Universidade de Brasília
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vista do pátio do Presídio Tiradentes, com a Torre centralizada, s/d.	69
Figura 2: Reconstrução da entrada e da escadaria da Torre realizada pela produção do filme “Torre das Donzelas” (2018).	70
Figura 3: Arco de entrada do presídio Tiradentes retomado pelo livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997).	73
Figura 4: Instalação “Pássaro Livre/Vogelfrei”, 2004.	74
Figura 5: Olhos "verdes de choro" de Ilda Martins da Silva.....	93
Figura 6: Cena do filme “Torre das Donzelas” que representa policiais militares prendendo uma militante política.	114
Figura 7: Ilda Martins Pereira desenhando traços do espaço físico do presídio Tiradentes para o filme “Torre das Donzelas” (2018).....	117
Figura 8: Celas da Torre reconstruídas pela equipe do filme “Torre das Donzelas” (2018).	120
Figura 9: Dulce Maia adentrando, pela primeira vez, o espaço reconstruído da Torre das Donzelas (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).....	122
Figura 10: Dulce Maia emocionada ao adentrar o espaço reconstruído da Torre das Donzelas (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).....	123
Figura 11: Ieda Akselrud chora ao escutar e canta o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).....	124
Figura 12: Robêni Baptista da Costa chora ao escutar o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).	125
Figura 13: Nair Yumiko Kobashi sorri ao identificar o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).....	125
Figura 14: Cena do filme “Torre das Donzelas” com Maria Luiza Belloque e Iara Prado dando risadas.	159
Figura 15: Cena do filme “Torre das Donzelas” de Rose Nogueira e Leslie Belloque se abraçando.....	161
Imagem 16: Representação de aula sobre sexualidade no filme “Torre das Donzelas”	170
Figura 17: Cena do filme “Torre das Donzelas” (2018). Roda de conversa entre Rioco Kayano, Guida do Amaral, Nair Benedicto, Maria Aparecida Costa, Ana Bursztyn-Miranda e Robêni Baptista da Costa (esquerda para direita).	172

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Separação por nome da autora do relato e pelas temáticas abordadas no livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997).	35
Tabela 2: Separação por nomes das autoras dos relatos e das temáticas abordadas no filme “Torre das Donzelas”.	36
Tabela 3: Especificidades de mulheres que foram presas políticas na Torre das Donzelas	52
Tabela 4: Narrativa do filme “Torre das Donzelas” (2018)	209
Tabela 5: Trechos do livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) categorizado por comentários e emoções presentes nos relatos	214

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	25
1 MEMÓRIAS, RUÍNAS E SILÊNCIOS: A TORRE DAS DONZELAS E O CÁRCERE POLÍTICO DE MULHERES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA.....	49
1.1 AS <i>DONZELAS</i> DA TORRE E SUAS EXPERIÊNCIAS SOBRE A REPRESSÃO POLÍTICA	49
1.2 <i>E O QUE SIGNIFICAVA A DEMOLIÇÃO DAQUELE PRESÍDIO?</i> O PRESÍDIO TIRADENTES E SUA HISTÓRIA DE SILÊNCIOS.....	64
1.3 PERCURSOS DO <i>FALAR</i> : GÊNERO E TRAUMA NA RETOMADA DE MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A VIOLÊNCIA E REPRESSÃO POLÍTICA.....	79
2 EVOCANDO MEMÓRIAS ATRAVÉS DAS FONTES: REPRESENTAÇÕES SOBRE O PASSADO DA DITADURA NO PRESÍDIO TIRADENTES	96
2.1 POTENCIALIDADES DO LIVRO “TIRADENTES, UM PRESÍDIO DA DITADURA”: PUBLICIZAÇÃO DA MEMÓRIA ESCRITA E RECORTES DE GÊNERO.....	96
2.2 FRAGMENTOS DE PASSADOS SENSÍVEIS RETOMADOS NO DOCUMENTÁRIO “TORRE DAS DONZELAS” (2018)...	112
2.2.1 <i>Esquecimentos e memórias sobre a Torre entre o gênero e a emoção</i>	116
2.2.2 <i>O contexto da obra no cenário das políticas de memória</i>	131
3 UMA LADAINHA PELA SOBREVIVÊNCIA: EMOÇÕES COMO ASPECTOS DAS MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A TORRE DAS DONZELAS.....	142
3.1 “ERA A VIDA POSTA A PROVA”: ENTRELAÇAMENTO DE EMOÇÕES SOBRE A REPRESSÃO	142
3.2 “AMIZADE É MATÉRIA DE SALVAÇÃO”: VÍNCULOS, COTIDIANO E PRÁTICAS POLÍTICAS NA PRISÃO.....	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	193
APÊNDICES: TABELAS REALIZADAS PARA ORGANIZAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO DAS FONTES	209

Introdução

As memórias de mulheres que vivenciaram os horrores da ditadura militar brasileira ecoam até os dias de hoje como sobrevivência. E aqui, com sobrevivência, alinho-me a Sara Ahmed (2018) e me refiro não apenas ao significado literal da palavra – manter-se viva, seguir respirando –, mas ao ato de manter as histórias e memórias de outrora vivas nas gerações presentes e futuras. Parafraseando a referida autora, “a sobrevivência é o começo de algo” (AHMED, 2018, p. 318).

Em sentido próximo, Audre Lorde afirma em seu poema “*Litany of survival*” (1997) que a sobrevivência de mulheres que se encontram em constantes ameaças e opressões – tais como as mulheres negras, por exemplo – é, por si só, uma resistência. Essa sobrevivência pode se expressar pela voz e pela fala dessas mulheres, pressupondo que “é melhor falar, tendo em mente que não esperavam que sobrevivêssemos” (LORDE, 1997). O desenvolvimento do presente trabalho só se torna possível, então, porque determinadas mulheres foram capazes de sobreviver, mesmo quando as estruturas de dominação as diziam cotidianamente o contrário. E, para além de suas sobrevivências, tiveram os suportes para poderem narrar suas histórias nos tempos posteriores.

Partindo dessas reflexões poéticas feministas e antirracistas, destaco o mote central desta dissertação. Esse, se refere à compreensão de aspectos presentes nas memórias de mulheres que versaram sobre a repressão ditatorial e que foram rememoradas no período brasileiro do pós-ditadura militar a partir de duas fontes de naturezas distintas. A primeira fonte diz respeito ao livro “Tiradentes: um presídio da ditadura” (FREIRE, ALMADA, PONCE, 1997) e a segunda ao documentário “Torre das Donzelas” (TORRE, 2018). Ambas as fontes publicizaram memórias que tratam das prisões políticas de mulheres ocasionadas durante ditadura militar brasileira na Torre das Donzelas, entre 1968 e 1972. Os aspectos característicos das memórias que analiso dizem respeito às relações de gênero e às emoções, inserindo os processos de rememoração do passado traumático sob as perspectivas do campo da História do Tempo Presente.

Ao perspectivar a análise histórica no passado de mulheres – e aqui compreendo o pluralismo desta categoria – importa considerar que suas histórias foram muitas vezes obliteradas da historiografia, que priorizou as narrativas de e sobre “grandes” homens. Muitas mulheres foram excluídas não apenas das narrativas oficiais da História e do espaço de escrita desta, como também da produção das fontes históricas (PERROT, 1987). As fontes produzidas pelas esferas políticas, por serem majoritariamente ocupadas

por homens, se constituíram a partir de um olhar *masculino*. Nesse sentido, a importância do alargamento das fontes validadas pela historiografia, a exemplo das fontes orais, permitiu uma abrangência de sujeitos históricos e contribuiu em muito para uma história capaz de pensar nas relações de gênero (ROVAI, 2017).

Quando Michelle Perrot (1987) afirmou que “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra” (p.33), destacou que as memórias de mulheres na escrita da História são recorrentemente negligenciadas. Nesse entendimento, suas memórias, quando atingem a dimensão pública, produzem resistências ao contexto de silenciamento delegado às mulheres. Quando pensamos sobre as memórias de mulheres que vieram a público retomar as violências vivenciadas no cárcere da ditadura, por exemplo, destacamos resistências em diversos sentidos. Então, ressalto o caráter político que as memórias intrínsecas nas fontes analisadas por esta dissertação possuem, porque, para além de retomarem histórias de resistências, se inserem no espaço público e político, terrenos historicamente renegados às vozes de mulheres (BEARD, 2018).

A escolha das fontes para o desenvolvimento deste trabalho, e, por conseguinte, da temática de análise proposta, envolveu um percurso conturbado, consequência do presente imediato que assolou o Brasil e o mundo durante a escrita desta dissertação. Este contexto se refere à crise sanitária que se instaurou com a pandemia da COVID-19, em meio à crise econômica de um projeto neoliberal falido e insustentável¹. Não falar sobre este contexto seria impensável, visto que as escolhas aqui exercidas foram atravessadas por essa conjuntura e as dificuldades por ela imposta.

Inicialmente, a pesquisa pretendia relacionar a história oral sobre a ditadura militar brasileira – a partir de entrevistas orais por mim realizadas – com fontes que articulassem memórias de mulheres na dimensão pública. A não previsibilidade dos acontecimentos demandou a necessidade de adaptação da pesquisa. O turbilhão de incertezas e interrogações presentes nos meses iniciais de pandemia e do isolamento social, somados a minha recusa inicial em realizar entrevistas orais no formato remoto – também por imaginar, naquele momento, que o contexto da pandemia se estenderia por

¹ A pandemia da COVID-19 teve início a partir da disseminação do vírus SARS-CoV2, tendo seu primeiro caso confirmado na China, em novembro de 2019. No Brasil, os primeiros casos confirmados se deram em fevereiro de 2020 e a primeira morte confirmada foi em março deste mesmo ano. Pouco mais de um ano após a primeira morte, o Brasil somou mais de 12 milhões de casos confirmados e mais de 300.000 óbitos pela doença. Ao fim de 2021, o número de mortes ultrapassou 600.000. No Brasil, a escassez de políticas públicas de saúde que garantissem o controle da crise sanitária se insere como mais uma política negligente e genocida do atual governo federal, marcado por uma agenda alinhada ao modelo neoliberal e de extrema direita. Milhares de mortes poderiam ter sido evitadas.

não mais de poucos meses e por privilegiar a subjetividade que envolve a realização de entrevistas presencialmente – fizeram com que, de repente, o tempo para a conclusão desta pesquisa inviabilizasse o processo que envolve o desenvolvimento de entrevistas orais. Nesse momento, tomei a decisão em não mais realizar entrevistas orais e manter como fontes principais documentos e produções culturais que veiculassem memórias de mulheres sobre o cárcere político da ditadura militar brasileira na dimensão pública.

As principais fontes históricas escolhidas para este trabalho são, então, o livro de memórias “Tiradentes: um presídio da ditadura” (1997), de Alípio Freire, Izaías Almada e J.A. de Granville Ponce; e o filme-documentário² “Torre das Donzelas (2018)”, de direção da cineasta Susanna Lira. Essas fontes foram escolhidas para compreender as possibilidades de narrativas outras sobre o período da ditadura em dois momentos distintos do pós-ditadura. As fontes encontram-se inseridas em diferentes conjunturas sócio-políticas brasileiras – década de 1990 e tempo presente –, momentos em que a luta e a disputa pelas narrativas, pela memória e pelo passado da ditadura constituíram-se também enquanto resistências a determinados esquecimentos politicamente produzidos.

O percurso de seleção e delimitação dessas fontes importa para a compreensão das temáticas selecionadas por mim nesta dissertação. Tal percurso se alinha com minhas próprias experiências pessoais, políticas e acadêmicas. Dessa forma, ao considerar que nossas ações enquanto sujeitos históricos, nossos pensamentos e escolhas individuais são políticas – reafirmando o princípio feminista de que o pessoal é político³ – ressalto que tal posição não seria diferente quando se tratando da escrita deste trabalho.

Haja vista que desconsidero a possibilidade de haver absoluta neutralidade em pesquisas acadêmicas – cujos resultados são fruto do ofício de indivíduos com diferentes subjetividades, inseridos em distintos contextos históricos, sociais e culturais –, dissociar esta dissertação de sua pesquisadora seria impensável. Denegar à escrita da história o seu lugar social é “proibir a história de falar da sociedade e da morte”, como pontua Michel de Certeau (1982, p. 77), e, indo além, proibir a história de ser ela mesma. Assim, afirmo que a seleção das fontes, bem como a predileção por minha temática, é política também porque perpassa dimensões e espaços que me definem: ser mulher feminista. A decisão em trabalhar a memória e o passado da ditadura militar brasileira a partir da ótica das mulheres presente nas fontes atravessa, então, minhas próprias experiências e vivências

²Utilizo, neste trabalho, ambos os termos “filme” e “documentário” para me referir a esta produção cultural.

³ Lema levantado pelo chamado feminismo de “Segunda Onda”. Ver mais em: PEDRO, 2005.

sociais, culturais e políticas, assim como os processos históricos que demarcam o contemporâneo em que me situo.

Poderia aqui discorrer sobre distintas situações em que, desde a infância, pude sentir o que era *ser mulher*. Assim como muitas outras mulheres, conheci, no âmago, sobre o “segundo sexo” tão debatido por Simone de Beauvoir (2016) desde cedo e ao longo da vida. As vivências presentes desde a infância se constituíram como consequências das opressões estruturantes de gênero, as quais podem ainda se encontrar, em distintos outros casos, também emaranhadas às estruturas de opressão de classe e raça⁴, por exemplo. As diferentes mulheres que se encontram inseridas em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista vivenciam diferentes formas de opressões face às individualidades e materialidades que as compõem. Por isso, defino como impossível desconsiderar aqui os privilégios que nos permitem sentir tais opressões de formas e intensidades distintas.

Na sequência, retomo o momento em que me reconheci enquanto feminista, no qual decidi que quaisquer que fosse minha área de atuação dentro da história, deveria estar alinhada aos estudos de gênero e à história das mulheres. Isto se deu sobretudo após meu ingresso no curso de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 2014, quando pude estabelecer o contato com leituras, discussões, debates e ações, frutos de minha participação em grupos de estudos, reuniões de núcleos e laboratórios, no movimento estudantil e feminista e a partir da construção de vínculos políticos de amizade com outras feministas – que caminham ainda ao meu lado. Em nível pessoal, a descoberta do feminismo atuou como uma possibilidade de reabitar meu próprio passado, afirmando a ideia proposta por Sara Ahmed em seu livro *Vivir uma vida feminista* (2018). Isto porque o feminismo possibilitou que eu ressignificasse, no presente, as situações de violência e opressão de gênero por mim vivenciadas e, a partir delas, encontrasse em um movimento, em um coletivo, mulheres que partilham de vivências análogas às minhas – quando tratando-se das opressões de gênero.

Descobrir o feminismo foi, e é, um caminho sem volta.

Mais especificamente, a articulação entre minha pesquisa e os estudos de gênero se consolidou quando ingressei em 2018 no Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) como bolsista de Iniciação Científica no projeto “Gênero, memórias das

⁴ Aqui, cito também outras opressões que decaem sobre as subjetividades de distintas mulheres, como por exemplo as opressões pautadas em suas etnias, em suas orientações sexuais, ou ainda, em suas identidades de gênero.

ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai)”⁵⁶. Este contato propiciou minha participação em atividades pessoais e coletivas, quais sejam, as reuniões semanais de leituras de textos e o contato, transcrição e manejo de entrevistas orais realizadas pela equipe de pesquisadoras do LEGH com mulheres que vivenciaram as ditaduras no Cone Sul. Essa vivência possibilitou, e possibilita, o estabelecimento do diálogo com um considerável acervo feminista presente no espaço do LEGH (IRE; SILVA, 2019).

Concomitantemente, participei do projeto “Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)”⁷, também do LEGH/UFSC. O engajamento no projeto citado me propiciou diferentes atividades e interlocuções com fontes e leituras variadas. Aqui, destaco a atuação no trabalho de pesquisa documental no Arquivo Edgar Leuenroth (AEL)⁸, em Campinas. Este arquivo possui uma vasta documentação a respeito dos movimentos sociais e de resistência à ditadura brasileira nas décadas de 1960 a 1980 – movimentos feministas, LGBTs, negro e operário, por exemplo. Naquela situação, ao lado de dois outros colegas⁹, experimentei um dos prazeres da pesquisa histórica: explorar e degustar, no arquivo, os milhares de vestígios do passado¹⁰. Podia ali tocar nos distintos documentos que, salvaguardados no AEL, representavam parte do passado de grupos sociais que foram historicamente marginalizados e, ainda assim, lutavam e resistiam ao autoritarismo. Era outubro de 2018, momento próximo ao segundo turno das eleições presidenciais brasileiras e a ameaça fascista e conservadora no cenário político brasileiro parecia bastante real. As inquietudes do contexto em que me inseria, somadas às esperanças suscitadas pela gama de fontes encontradas sobre aquele passado latente de resistência, fizeram com que eu decidisse ali seguir pesquisando sobre os processos

⁵ Financiado pelo CNPq, o projeto objetivou pesquisar sobre a produção historiográfica francesa no que diz respeito às ditaduras militares do Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina). Assim, preocupou-se em perceber as temáticas relacionadas a memória e aos estudos de gênero, visando compreender, a partir de uma metodologia comparativa, as diferentes narrativas sobre esse período produzidas no norte e sul global.

⁶ SILVA, Janine Gomes da. “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina).” Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pelo CNPq.

⁷ WOLFF, Cristina Scheibe. “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).” Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pela CAPES.

⁸ O AEL foi fundado em 1974 e está vinculado à Universidade de Campinas (UNICAMP), em Campinas, São Paulo. Atualmente, o AEL representa um dos mais importantes arquivos brasileiros da memória LGBT, feminista e dos movimentos sociais que atuaram no período da ditadura. Ver mais em: ZACCHI; BORGES, 2020

⁹ Referencio aqui meus colegas Jair Zandoná e Luiz Augusto Possamai Borges, que me acompanharam nestas aventuras documentais, bem como em trabalhos futuros.

¹⁰ Ver mais em: FARGE, 2009.

históricos que envolveram o período da ditadura militar brasileira e os passados que ainda estão, aos poucos, sendo narrados.

Então, em meu trabalho de conclusão de curso intitulado “Violências de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira” (ZACCHI, 2019), ressaltai a percepção da violência sexual e de gênero em memórias de mulheres sobre a repressão da ditadura a partir de testemunhos vinculados ao relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014) e do audiovisual “Memórias femininas da luta contra a ditadura militar” (MEMÓRIAS, 2015). Concomitantemente à finalização deste trabalho, ingressei no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), com o anseio de ampliar os estudos iniciados em minha monografia de fim de curso em um outro espaço acadêmico, de modo a articular novas interlocuções.

Os novos espaços de discussões, as novas trocas e vínculos afetuosos propiciados pela interação entre o curso de graduação da UFSC e ampliados pelo mestrado na UDESC, abriram horizontes para a construção de diferentes redes, o que vem resultando em incessantes aprendizados. No que diz respeito aos aportes teóricos, destaco nessa interação, principalmente, as perspectivas apreendidas sobre teoria da história do tempo presente, sobre memória e história da América Latina, sobre história e família e, ainda, os estudos sobre o cárcere e instituições de isolamento. Tais aportes apreendidos foram oriundos das diversas trocas e discussões nas disciplinas com professoras e colegas, da participação nos eventos, das conversas nas mesas do café da FAED, ou, ainda, no ambiente por vezes cansativo das incontáveis salas de reuniões virtuais.

Importa ressaltar minha participação no projeto “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”¹¹¹² do LEGH/UFSC durante 2019 a 2021 como de relevante importância para a construção desta dissertação. As pesquisas realizadas em tal projeto viabilizaram o desenvolvimento de reflexões acerca da história das emoções. Nesse sentido, o projeto possibilitou a inserção de minha pesquisa nesse emergente campo de estudos, permitindo com que eu desenvolvesse – ao lado de uma colega de

¹¹ O projeto “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul” foi coordenado pela Prof^a Dr^a Cristina Scheibe Wolff e contou com a participação de pesquisadoras/es atreladas ao LEGH/UFSC. Este projeto teve como objetivo compreender as diferentes emoções, em interlocução com o gênero, presentes nos discursos e nas memórias de pessoas que lutaram contra as ditaduras de países do Cone Sul, tais como o Brasil, a Argentina, o Chile, o Uruguai e Paraguai, por exemplo. Este projeto teve como resultado a publicação de um livro, que carrega como título o nome já citado do projeto, bem como uma série de minidocumentários disponíveis no *youtube* que tematizam as diferentes emoções estudadas.

¹² WOLFF, Cristina Scheibe. “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”. Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pelo CNPq.

trabalho e amiga de vida¹³ – a tematização da ditadura militar a partir do estudo da amizade política entre mulheres¹⁴.

O primeiro contato que tive com uma das fontes analisadas nesta pesquisa foi a partir de minha participação no projeto acima citado. Essa fonte diz respeito ao filme-documentário *Torre das Donzelas* (2018), dirigido pela diretora brasileira Susana Lira. Na medida em que eu buscava fontes que tematizassem perspectivas de mulheres sobre a amizade construída na resistência à ditadura militar brasileira, me deparei com a sinopse do filme citado, seguido de uma chamada contendo a seguinte frase sobre a obra: “Há desejos que nem a prisão e nem a tortura inibem: Liberdade e Justiça; Há razões que nos mantém íntegros mesmo em situações extremas de dor e humilhação: Amizade e Solidariedade”¹⁵. Após o visionamento do filme, percebi que ele articulava narrativas marcadas pelo gênero e pelas emoções, evocando enquadramentos específicos de passado, frutos de possibilidades e escolhas não apenas daquelas que no filme narravam, mas também advindas da diretora e de responsáveis pela montagem da obra.

As representações expostas pela produção fílmica dialogavam e complementavam a pesquisa que se encontrava em curso no Projeto que versava sobre as relações de amizade entre mulheres nas lutas e resistências às ditaduras militares do Cone Sul. A partir deste contato com a fonte, ocorreram-me ainda distintas outras inquietações que estavam longe de serem esgotadas, e, por isso, optei por seguir pesquisando as narrativas articuladas pelo filme. Tais inquietações circundam o processo de retomada de memórias de mulheres sobre o cárcere político da ditadura militar brasileira, sobretudo, no que diz respeito aos motivos pelos quais, mesmo passado cerca de cinquenta anos daquelas vivências, aquelas mulheres ainda verem a necessidade de retomar seus passados a partir de determinados vieses e temáticas, articulando esses passados em produções culturais diversas.

Ao refletir sobre a dimensão política que o documentário *Torre das Donzelas* (2018) pode – ou não – alcançar no contexto brasileiro do tempo presente, me indaguei: quais aspectos caracterizaram essas memórias ao longo das décadas do pós-ditadura? Estes aspectos já estavam presentes nas memórias publicizadas em outras décadas que

¹³ Me refiro aqui a minha colega e amiga Alina Nunes, que me acompanhou no curso de graduação em História e segue, até hoje, sendo minha parceira de pesquisa, mas também da vida.

¹⁴ Nossa pesquisa resultou em um capítulo intitulado “‘As pessoas não podem resistir sozinhas’”: memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul”, a integrar o livro final do projeto, também intitulado “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”.

¹⁵ <https://www.torredasdonzelas.com.br/>

versaram sobre o cárcere político da ditadura a partir da visão de mulheres? Quais reminiscências e rupturas podem ser destacadas nestes processos de rememoração ao longo dos anos?

Com a finalidade de compreender parte de distintos processos históricos brasileiros em que memórias sobre a prisão política de mulheres foram delineadas, busquei fontes outras que propiciassem o exercício de relacionar diferentes contextos históricos. Nesse sentido, pairava em mim dúvidas sobre como as memórias de mulheres sobre a repressão da ditadura havia sido articulada em outros suportes ao longo dos anos.

O livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) foi então selecionado a partir das trocas e sugestões de professoras e colegas em uma das disciplinas obrigatórias do curso de mestrado¹⁶. Organizado por três ex-presos políticos da ditadura militar brasileira – Alípio Freire, Izaías Almada e J. A. de Granville Ponce – o livro aborda relatos escritos de homens e mulheres que passaram pela prisão política no Presídio Tiradentes, em São Paulo. Abrangendo memórias autobiográficas de 32 pessoas que foram presas entre 1967 e 1973, o livro representa parte do cotidiano na prisão, nas lutas e resistências próprias daquela geração. Dentre as pessoas que escreveram relatos autobiográficos para o livro, 10 delas são mulheres, que rememoram sobre o passado ditatorial na Torre das Donzelas, localizada no interior do Presídio Tiradentes. Importa registrar que o livro e as memórias nele vinculadas tem subjetividades outras quando comparadas ao filme. No entanto, a escolha dessa fonte se deu especialmente por ele demonstrar perspectivas e impressões sobre o cárcere político da ditadura no Presídio Tiradentes também a partir da perspectiva da história das mulheres.

Por pertencer a uma década distinta e estar recuado vinte e um anos no passado em relação ao filme, o livro se insere em um outro contexto político da recente democracia brasileira, possibilitando a análise de intencionalidades próprias de sua época. A partir da leitura desta fonte e da reflexão sobre as questões anteriormente lançadas ao filme, algumas questões vieram à baila: Como este livro atuou no tempo de seu lançamento, ao articular memórias de mulheres sobre o cárcere político do Presídio Tiradentes na década de 1990? A partir de quais temáticas e perspectivas as memórias presentes no livro abordam o passado de resistência das mulheres contra a ditadura?

¹⁶ Esta disciplina refere-se à disciplina “Seminário de Pesquisa em História do Tempo Presente”, ministrada no primeiro semestre de 2020 no curso de mestrado acadêmico em História do PPGH/UDESC, pela prof.^a dr.^a Mariana Joffily.

Ambas as fontes possuem como tema central as memórias de sobreviventes que ecoam vivências do período de cárcere no Presídio Tiradentes e em parte de suas dependências – à época denominada Torre das Donzelas –, antiga instituição penitenciária da cidade de São Paulo. Apesar de se tratarem de fontes de diferentes naturezas, abordam temáticas e articulam aspectos que se convergem, apresentando memórias sobre a complexidade do cotidiano e das relações estabelecidas no interior do cárcere político daquele espaço. Penso ainda sobre as possibilidades de resistência destas produções em trabalharem memórias tão sensíveis que, por vezes, envolveram dificuldades em seu acesso, quais sejam, traumas, relações de opressões – como as de classe, raça e gênero – e, ainda, marcadas por uma complexa gama de emoções. Não raro, tais dificuldades se entrelaçaram também aos contextos em que se deu a retomada dessas memórias. Esses contextos trazem neles forças políticas e civis que se empenharam para que o passado da ditadura fosse uma *página virada* na história brasileira sem que sua memória e história fossem devidamente trabalhadas.

A análise das fontes possibilita ferramentas para refletir sobre uma parcela do amplo processo que envolveu a forma em que mulheres narraram seus passados de resistência à repressão ditatorial e como os signos presentes em suas memórias retomadas mudaram, ou não, com o tempo. O objetivo do presente trabalho é, então, analisar a aspectos retomados nas memórias de mulheres sobre o cárcere político da ditadura militar brasileira na Torre das Donzelas. Nesse escopo, busco demonstrar maneiras como o gênero e as emoções manifestaram-se como aspectos políticos em memórias de mulheres representadas nessas fontes, destacando as possibilidades destas narrativas em produzirem versões sobre o passado ditatorial em dois contextos e produções distintas.

Delimitei, também, objetivos específicos com a finalidade de orientar as discussões propostas por este trabalho. São eles: estabelecer *tessituras* entre as fontes analisadas, historicizando-as e discutindo as possibilidades das narrativas orais e escritas de mulheres em produzir versões sobre o passado a partir de suas memórias; Compreender as relações entre os aspectos narrados pelas memórias com o trauma sobre o passado ditatorial; Analisar como as vivências narradas por essas mulheres se inserem nas discussões sobre memória e silenciamento; Discutir como o gênero e as emoções articulam-se como aspectos constituintes das memórias de mulheres, produzindo sentido e ressignificações no presente em que estas memórias são retomadas; Analisar a forma como as emoções, tais como a amizade, são retomadas pelas memórias de mulheres em

ambas as fontes, refletindo sobre suas dimensões políticas e de resistência no passado e presente.

Com a finalidade de atingir o objetivo principal e o problema de pesquisa supracitado, realizo o trabalho de análise e seleção de trechos das fontes, focalizando nas diferentes memórias de mulheres nelas trazidas. Antes de adentrar na metodologia que adoto para a organização dos trechos, importa abordar as perspectivas de análise teóricas utilizadas para a historicização de ambas as fontes.

A análise do livro de memória como uma fonte histórica é realizada a partir de sua historicização com base nas teorias sobre relatos de memória, sobre a produção de autobiografias e sobre as “mulheres que narram”, ancoradas principalmente no trabalho de Leonor Arfuch (2009; 2010). A referida autora delimita critérios analíticos para pensar o livro de memória aqui compreendido, na medida em que propõe uma análise das memórias voltada não apenas às representações articuladas por elas, mas também à escuta e à recepção destes relatos. Nesse entendimento, o foco da análise deve passar não apenas pelo conteúdo daquilo que está sendo registrado e falado, mas, em primeiro lugar, pela sua “produção dialógica do sentido” (p.267). Em segundo lugar, a autora pontua a importância de explicitar os critérios que levaram à produção destes relatos de vida, assim como as várias vozes que eles são capazes de evocar. Por último, a análise destes vestígios de passado deve respeitar, necessariamente, uma abertura e sensibilização da escuta, considerando os diferentes modos de escuta. Esses, dizem respeito às escutas “do presente no discurso e do silêncio, do *esquecimento*, daquilo que foi negado à palavra, voluntária ou involuntariamente [...]” (ARFUCH, 2010, p. 267-268).

A interpretação do filme como fonte histórica, por sua vez, perpassa pela compreensão deste como uma produção social imbuída de intencionalidades e subjetividades, capaz de articular memórias e testemunhos e produzir um sentido histórico e social, ao se relacionar inclusive com a produção do conhecimento histórico (SOUZA, 2014). Assim, partilho também a noção cunhada por Marc Ferro (1992) que ressalta a importância da análise das temporalidades presentes em uma obra cinematográfica, ao defender a capacidade dos filmes em se articularem com o conhecimento histórico. Levando em conta o filme enquanto fonte histórica, tenho em mente que ele é produto de uma sociedade e de um tempo, e que, concomitantemente, ele tem a capacidade de ressignificar suas representações, principalmente a partir do presente de recepção e de escuta na qual ele é recebido. Assim, é importante considerar aqui que

o “significado da obra só se completa na interação com o espectador” (SOUZA, 2014, p. 207).

As particularidades da fonte escrita assim como as do audiovisual são consideradas ao trabalhar a articulação das memórias. A análise é realizada a partir da leitura e estudo das fontes, e, conseqüentemente, da seleção de trechos que evidenciam aspectos relacionados aos objetivos deste trabalho e que contribuem para as reflexões aqui propostas. Para que fosse possível a separação e seleção de trechos de memórias, a organização das fontes se deu a partir de tabelas¹⁷, de acordo com as temáticas apresentadas nos relatos de cada fonte. Pelo fato desses relatos estarem vinculados em diferentes suportes, realizei tabelas que divergem entre si no que tange seu formato e organização, com o objetivo de facilitar a visualização e a leitura. Primeiro, apresento a tabela referente à organização dos relatos autobiográficos do livro de memórias (**Tabela 1**) e, em sequência, a referente à divisão das temáticas presentes no filme, de acordo com o desenvolvimento de sua narrativa (**Tabela 2**).

Tabela 1: Separação por nome da autora do relato e pelas temáticas abordadas no livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997).

Nomes	Principais temáticas abordadas
Dulce Maia (p. 96 – 107)	Prisão política em centros clandestinos; repressão e tortura; opressão de gênero; relação de amizade com presas/os “comuns”; importância da memória da ditadura; solidão; amizade com outras mulheres no cárcere; morte e desaparecimento político de pessoas conhecidas; solidariedade; despedida e saída do presídio; emoções e memória.
Rose Nogueira (p. 135-151)	Maternidade; prisão política em centros clandestinos; torturas de gênero, psicológicas e físicas; relação de solidariedade no cárcere; assassinato e desaparecimento político de pessoas conhecidas; chegada e entrada no Presídio Tiradentes; amizades com outras mulheres no cárcere; família; trauma; memória; despedida e saída do presídio.
Rita Sipahi (p. 181-189)	Memória e emoção; torturas; atividades cotidianas do cárcere político; coletividade e amizade entre mulheres no cárcere; reconstrução da memória do espaço da Torre das Donzelas; saudade; luto; presença de tensões entre mulheres no cárcere; solidariedade; família/maternidade; amor; esperança.
Elza F. Lobo (p. 218-229)	Isolamento e falta de liberdade; atividades cotidianas de lazer e trabalho no cárcere político (artesanato, teatro); relação individual com a memória; vivências coletivas; ritos; redes de apoio; morte e desaparecimento político de pessoas conhecidas; maternidade; esperança; despedida e saída do presídio; amizade e companheirismo entre mulheres no cárcere; “corrós”; visitas; família; tortura e interrogatório;

¹⁷ Apresento nesta introdução as duas principais tabelas por mim utilizadas. Ainda, insiro como apêndice ao fim do trabalho duas outras tabelas que apresentam a seleção dos trechos e das narrativas próprias das fontes. As tabelas foram inseridas não apenas para demonstrar a metodologia do trabalho, mas também para auxiliar e encorajar possíveis outras pesquisas que perspetivem temáticas presentes nestas fontes analisadas.

Maria Aparecida dos Santos (p. 273-280)	Trauma; prisão política em centros clandestinos; chegada e entrada no Presídio Tiradentes; presença de tensões políticas e cotidianas entre mulheres no cárcere; tolerância e paciência; solidão; solidariedade; a não delação de companheiros e companheiras nas torturas; privação de liberdade; esperança
Eleonora Menicucci (p. 291-299)	Memória, lembrar; feminismo; afetos construídos; liberdade; amizade entre mulheres no cárcere político; solidariedade; prisão política em centros clandestinos; relação de amizade com presas/os “comuns”; atividades cotidianas de lazer e trabalho (festa, leituras, cozinha); contato por cartas com família; visitas.
Nair Yumiko Kobashi (p. 309-313)	Emoções, memória e trauma; atividades cotidianas de lazer e trabalho; pequenos conflitos nas relações de amizade no cárcere; contato por cartas com família; solidariedade; visitas; despedida e saída do presídio.
Robêni B. da Costa (p. 314-319)	Prisão política em centros clandestinos; atividades cotidianas de trabalho (cozinha, limpeza); solidariedade; amizade entre mulheres no cárcere político.
Márcia Mafra (p. 320-335)	Emoções e memória; contato por cartas com família; memórias em forma de cartas; atividades cotidianas de lazer e trabalho (festa, leituras, cozinha); alegria; tédio; tristeza; amor; espera; solidão; afastamento dos laços de fora do cárcere; amizade entre mulheres no cárcere político.
Rioco Kaiano (p. 335-341)	Emoções e memória; contexto da ditadura em 1972; lembranças alegres; descrição do espaço físico do Presídio Tiradentes; amizade e solidariedade; lazer e atividades cotidianas; leituras e grupos de estudos; visitas; trauma; família.

Tabela elaborada pela autora.

Tabela 2: Separação por nomes das autoras dos relatos e das temáticas abordadas no filme “Torre das Donzelas”.

Nomes	Temáticas
Dilma Rousseff; Iara Glória Areias Prado; Maria Aparecida da Costa; Nair Benedicto; Guida Amaral; Ilda Martins da Silva; Ieda Akselrud Seixas; Robêni Baptista da Costa; Dulce Maia	Reconstrução do espaço prisional; dificuldade em acessar as memórias sobre o espaço da Torre; emoção em adentrar o espaço construído.
Guida Amaral; Dulce Maia; Marlene Soccas; Dilma Rousseff; Lenira Machado; Ieda Akselrud Seixas; Leslie Beloque; Nair Benedicto; Maria Aparecida da Costa; Iara Glória Areias Prado;	Prisão política e sequestro em centros clandestinos de tortura; ação política contra a ditadura; torturas sexuais e de gênero; mobilização do medo; clandestinidade.
Ieda Akselrud Seixas; Maria Aparecida da Costa; Iara Glória Areias Prado; Leslie Beloque; Nair Yumiko Kobashi;	Emoção ao escutarem “A Internacional socialista”; feminismo; Atividade política de mulheres na resistência à ditadura; machismo nas organizações políticas; importância do companheirismo na prisão.
Ana Bursztyn-Miranda; Rita Sipahi; Leslie Beloque; Guida Amaral; Rita Sipahi;	Importância da fala para quebrar silêncios; trauma; dificuldades de falar sobre a tortura na prisão no Tiradentes.
Lucia Salvia Coelho; Rose Nogueira; Ilda Martins da Silva; Maria Aparecida da Costa.	Maternidade; apoio e amizade; tristezas; amor; luto; solidão; apoio entre as companheiras na Torre das Donzelas; filhos e filhas; tensões entre mulheres no presídio
Nair Benedicto; Rita Sipahi; Telinha Pimenta; Robêni Baptista da Costa; Maria Aparecida da Costa; Leane Ferreira de Almeida; Ana Bursztyn-Miranda; Darci Miyaki; Rioco	Atividades de lazer; atividades de trabalho; práticas cotidianas; trabalhos manuais; ginásticas; cozinha; coletividade; amizade; solidariedade; limpeza das

Kaiano; Maria Aparecida dos Santos; Lucia Salvia Coelho; Marlene Soccas;	celas; bordados; apoio emocional; solidão; humor e riso; visitas; choro.
Dilma Rousseff; Ana Bursztyn-Miranda; Elza Lobo; Iara Glória Areias Prado; Guida Amaral; Nair Benedicto.	Coragem; esperança; companheirismo; grupos de discussões, debates e reflexão; leituras; discussões sobre sexualidade da mulher; machismo; Torre como espaço de atuação política; sobrevivência e resistência.
Vilma Barban; Dilma Rousseff; Rose Nogueira; Lucia Salvia Coelho; Rioco Kayano; Rita Sipahi; Guida Amaral; Ana Bursztyn-Miranda.	Rituais das despedidas; vínculos entre mulheres; liberdade X perda do convívio com companheiras; Torre como espaço de atuação política; amizade; saudade
Maria Aparecida da Costa; Ana Mercia; Dilma Rousseff; Rita Sipahi; Dulce Maia.	Importância da memória; quebra do silêncio; violência ditatorial; apagamento do passado com a demolição do presídio; monumento de entrada do Presídio Tiradentes; luta e resistência; esperança.

Tabela elaborada pela autora.

Na primeira tabela, seleciono as memórias de mulheres presentes no livro, localizando a paginação em que cada uma se encontra, bem como as principais temáticas apresentadas por elas com relação ao cárcere político da ditadura. Na segunda tabela, por sua vez, seleciono os trechos dos testemunhos por nome das autoras dos relatos e das temáticas abordadas no filme, destacando os espaços discursivos em que aparecem.

A partir da seleção dos trechos das fontes, os quais são realizados após leituras, releituras e visionamento do audiovisual, o desenvolvimento teórico-metodológico do trabalho é fundamentado na história do tempo presente, nos estudos de gênero e na história das emoções. Busco na análise, portanto, destacar possíveis articulações dos tempos históricos e os traumas, a fim de contribuir para os estudos da história do tempo presente. Evitando impor categorias pré-concebidas, considero relevante destacar estes aspectos supracitados, de modo que a seleção e análise dos trechos seja realizada com a maior fidelidade possível à subjetividade dos testemunhos. Com isso, não quero dizer que minha subjetividade não está presente. Porém, quanto aos cuidados estabelecidos ao trabalhar com memórias traumáticas, levo em conta que o exercício historiográfico de análise destes relatos requer um grau de empatia e ética, característica que, segundo Carlos Fico não deve ser confundida com a identificação e, consequentemente, “sacralização da vítima” (2012, p. 49). É também por isso que a investigação das fontes se desenvolve pautada em categorias históricas de análise que importam, sobremaneira, para a fundamentação dos argumentos levantados ao longo da pesquisa.

Principalmente a partir da década de 1980, a categoria de memória, em interlocução com a História, tornou-se tema de profundas reflexões que possibilitaram aportes historiográficos recentes, ao mesmo tempo em que propiciou perspectivas outras de se pensar a história, fundamentando campos como a história do tempo presente. Nos

países do Cone Sul, o tema ganhou enfoque nas produções historiográficas atreladas às histórias de suas ditaduras militares, consideradas eventos catastróficos causadores de “sequelas [...] que deixam rastros e cicatrizes duradouras” (ROUSSO, 2016, p. 5). Estes debates incluíram discussões sobre conceitos associados às relações entre *memória*, *história* e, conseqüentemente, *esquecimento*. A exemplo, considero as noções de memória individual e coletiva, de trauma e testemunho.

Segundo Enrique Serra Padrós (2001), a memória não se caracteriza como o acontecimento factual, tal qual ele o foi, mas sim como um conjunto de “lembranças”, alterado e reestruturado pelo presente no qual determinados sujeitos se inserem, podendo ser modificada pelas experiências e vivências sofridas ao longo do tempo e dos processos históricos, os quais encontram-se em constante interação com a memória. Alinhado a este sentido, a memória pode ser definida por uma representação do passado, tal qual afirma Delacroix (2018).

A rememoração, através do discurso testemunhal torna-se uma maneira de atuar sobre e (re)inventar o presente. Da mesma forma que expressou Elizabeth Jelin (2017), destaco as memórias como mobilizadoras de diferentes temporalidades, as quais podem emergir de acordo com cada contexto social e político em que se inserem. Para a referida autora, as memórias, ao se referirem ao presente muito mais do que ao próprio passado, tornam-se a “maneira em que os sujeitos constroem um sentido do passado, um passado que se atualiza em seu entrecruzamento com o presente e também com o futuro desejado pela rememoração, esquecimento e silenciamento” (JELIN, 2017, p. 13). O estudo de narrativas testemunhais deve respeitar, nesse sentido, uma gama de particularidades, relacionadas com as “possibilidades da transmissão e do lembrar” (GAGNEBIN, 2006, p. 54). Sendo assim, ao lidar com os testemunhos, levo em consideração seus silenciamentos e esquecimentos, muitas vezes relacionados aos traumas vividos por quem narra os acontecimentos.

Por ser um aspecto intrínseco ao processo de rememoração de memórias sensíveis, a categoria de trauma importa para este trabalho. O aprofundamento do conceito de *trauma*, referente aos eventos traumáticos e em articulação com as fontes orais, foi um dos temas que redefiniram a importância do testemunho para a construção da narrativa histórica (FICO, 2012, p.47)¹⁸. O trauma pode ser entendido como um momento de

¹⁸ Entende-se que a discussão acerca da categoria de trauma teve início a partir das contribuições da psicanálise, a exemplo da perspectiva Freudiana, por exemplo. Compreendo a relevância dos estudos da psicanálise para o entendimento do trauma enquanto categoria utilizada na narrativa histórica e me debruço

ruptura localizado no passado, modificado pelas relações socioculturais, assim como de suas interações com o tempo e o espaço. Carlos Fico (2012) define a natureza “interminável” dos eventos traumáticos, que se localizam em constante reestruturação através das memórias e experiências de quem as rememora (p. 48). Com relação ao período de ditadura militar brasileira, a retomada e publicização de memórias sobre o contexto atuaram como formas de rememorar esse trauma, revisitando-o e construindo suas narrativas, tornando-as públicas e capazes de modificar o entendimento sobre o passado histórico, atuando, assim, no presente e no futuro.

A utilização da categoria de trauma possibilita a inserção desta dissertação nos debates sobre a história do tempo presente, uma vez que a análise dos traumas coletivos ainda presentes na contemporaneidade é um dos aspectos basilares do campo (ROUSSO, 2016). O estabelecimento da história do tempo presente, tanto na Europa quanto na América Latina, se deu associado aos passados tidos como “catástrofes” (ROUSSO, 2016)¹⁹. Nesse sentido, o campo se constituiu também em resposta às demandas sociais das reminiscências de passados que constituíram “grandes traumatismos nas identidades e nas consciências históricas nacionais” (DELACROIX, 2018, p. 45). Nesta pesquisa a análise das experiências traumáticas decai sobre as violências impingidas pelo Estado durante a ditadura militar brasileira. Nesse escopo, analiso os modos individuais, coletivos e políticos em lidar com o trauma deste passado a partir do esquecimento e do trabalho de memória no tempo presente.

Em sequência, importa destacar a categoria de gênero como um dos pilares da análise aqui proposta. Principalmente em diálogo com Joana Maria Pedro (2005) e Joan Scott (1995), a categoria de gênero é compreendida como uma espécie de sistema estruturante de determinadas relações socioculturais entre sujeitos. A partir desse entendimento, o presente trabalho analisa o gênero não apenas como um dos aspectos estruturantes das interações sociais estabelecidas no cárcere político, como presente nos distintos métodos adotados pela repressão ditatorial – também como reflexo da sociedade

ao longo dos capítulos em realizar distintas discussões que apresentam possibilidades de teorizar o trauma a partir da historiografia. Sobre outros estudos sobre o trauma, ver mais em: KEHL, 2010; FULGENCIO, 2004.

¹⁹ A instituição do campo da história do tempo presente na América Latina se deu fortemente atrelada aos estudos que giraram em torno da memória e da História. Segundo Delacroix (2018) no Brasil, por exemplo, a História do Tempo Presente (HTP) emergiu paralelamente aos estudos no campo da História Oral e que pensavam as relações entre história e memória, principalmente ligados ao passado ditatorial e suas continuidades. Na Argentina, a chamada “história recente” também se instituiu pensando o contexto da ditadura militar, ligada à violência e à questão dos desaparecidos políticos. No Chile, institucionalizou-se seguindo a mesma linha, porém eferveceu a partir dos debates públicos relacionados ao julgamento de Pinochet, em 1998. Ver mais em: DELACROIX, 2018.

vigente – e, conseqüentemente, como aspecto singular e transformador das memórias de mulheres no presente em que são acessadas (OBERTI, 2010).

A compreensão teórica do “gênero” como uma “criação social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75), cunhada por Joan Scott na década de 1990²⁰, foi uma das compreensões propulsoras para a institucionalização do gênero como categoria de análise histórica nos debates acadêmicos de países do Ocidente, incluindo o Brasil (PEDRO, 2005). Dentro da perspectiva de Joan Scott (1995), as relações hierárquicas entre os sujeitos não se restringem somente ao sexo, mas estão fortemente ligadas às relações de desigualdade de gênero. Tais relações são definidas como socialmente construídas e impostas principalmente através das relações de poder, quais sejam, as de gênero, classe e raça, por exemplo.

A abordagem desenvolvida por Joan Scott (1995) propulsionou outras pesquisas que passaram a incorporar de forma mais ampla a categoria “gênero” na historiografia. Importa ressaltar, ainda, que o referido trabalho da autora adveio de amplas discussões acadêmicas anteriores, desenvolvidas ao longo do século XX, que versavam sobre a história das mulheres e o feminismo (PEDRO, 2005)²¹. Outrossim, o campo dos estudos de gênero se constituiu em diálogo com os questionamentos sobre a subordinação de mulheres advindos dos movimentos feministas²² (PEDRO, 2005).

Ao objetivar historicizar a categoria “gênero” em seu artigo “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, Joana Maria Pedro (2005) realizou uma genealogia dos termos “mulher”, “mulheres” e “gênero”. Nesse sentido, afirmou que os movimentos feministas e de mulheres passaram a questionar a falta de abrangência das lutas quando se falava apenas na Mulher como oposição ao sujeito universal Homem. Nesse caso, as lutas das distintas mulheres, como as mulheres negras, não-brancas, indígenas, operárias, trabalhadoras domésticas, periféricas, por exemplo, não eram as mesmas das mulheres marcadas pela branquitude e pelo privilégio de classe²³. O termo

²⁰ O referido artigo tem como título “Gênero: uma categoria de análise histórica” e foi publicado em 1992.

²¹ Em diálogo com Clare Hemmings (2009), destaco que a história da desconstrução do termo “mulher”, que serviu para os estudos da história das mulheres, do feminismo, e, conseqüentemente, os aportes para a constituição dos estudos de gênero, já vinha sendo delineada a partir de perspectivas anteriores ao pós-estruturalismo, não devendo se restringir a este período.

²² Joana Maria Pedro (2005) afirma, ainda, que a constituição da categoria no âmbito historiográfico foi possível a partir do diálogo com os movimentos sociais e políticos – feministas, movimentos LGBTs, movimento de mulheres negras – sendo fruto das práticas do feminismo chamados de “Segunda Onda”.

²³ Já em 1851, nos EUA, Sojourner Truth chamava atenção para estas questões, quando proferiu seu discurso na Convenção de Mulheres de Ohio. Ao questionar: “*Ain’t I a woman?*” (trad. Não sou eu uma mulher?), problematiza o feminismo da época, questionando que este não abarcava as causas das mulheres

“Mulheres” emergiu, então, como forma de respeitar as “diferenças que se observavam dentro da diferença” (PEDRO, 2005, p. 82).

Após o consenso pelo uso da palavra “mulheres” nos movimentos e nos espaços acadêmicos, a categoria “gênero” emergiu como uma nova forma de analisar os significados culturais que perpassam as relações de gênero e as subjetividades e identidades intrínsecas ao ser mulher e homem em nossa sociedade. Em seu expoente artigo, Joana Maria Pedro atentou para o caráter uniformizador da História, que, ao delinear narrativas produzidas e focadas apenas por e sobre homens, fomentou ela própria as ferramentas sociais e culturais para a opressão de gênero como aspecto estruturante da sociedade. Para a autora, escrever a história a partir do viés de gênero é “observar os significados ‘variáveis e contraditórios’ que são atribuídos à diferença sexual” (2005, p. 87).

Com o aumento dos estudos e debates sobre gênero, a categoria também foi incorporada no exercício de pensar e narrar o passado das ditaduras militares do Brasil e dos países da América Latina. Nesse sentido, distintas/os pesquisadoras/es se debruçaram em compreender os modos em que as relações de gênero foram utilizadas como parte do sistema de repressão ditatorial, também como reflexo das sociedades patriarcais que marcavam os contextos vigentes (mas que não tiveram seu início, nem seu fim, com as ditaduras)²⁴.

Considerando que o campo da teoria feminista e o da história das mulheres se complementam e dialogam com os estudos de gênero, destaco a importância de utilizar teóricas destas áreas. Com relação às discussões sobre a presença e inserção de mulheres nos espaços públicos e privados, articulo os estudos de Mary Beard (2018) e Carole Pateman (1988). Ao retomar histórias da mitologia clássica, Mary Beard (2018) afirma que muitas mulheres foram excluídas da vida pública e política das sociedades ocidentais. Os discursos e as vozes políticas, por serem relegados ao espaço público, foram aspectos historicamente negados às mulheres. Também nessa lógica, o espaço de escuta social concedido às mulheres foi diminuto.

negras, pobres e trabalhadoras. Tal discurso foi traduzido e encontra-se atualmente disponível em plataformas digitais e em meios de comunicação sociais. Ver em: GELEDÉS, 2014.

²⁴ No espaço acadêmico, destaco, nesse sentido, os trabalhos de Maria Amélia de Almeida Teles (2015), Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff (2011), Ana Maria Veiga (2009) e Olívia Rangel Joffily (2005) como importantes estudos que atribuíram os olhares de gênero no entendimento dos processos históricos da ditadura militar brasileira.

Aos homens²⁵ foi concedida a liberdade de transitar entre o espaço público e o privado, enquanto à determinadas mulheres, a imposição da restrição à esfera do privado²⁶. Segundo Carole Pateman (1993) a esfera pública, masculina e civil é contrária à esfera privada, feminina e natural. Nessa lógica, “uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado” (PATEMAN, 1993, p. 28). Para Mary Beard (2018), mesmo quando mulheres alcançam suas vozes e protagonismo no espaço público, têm suas ações e legitimação política questionada. A autora acrescenta que nestas estruturas sociais, as mulheres “podem *em exceções extremas* defender os próprios interesses [privados], mas não podem falar pelos homens nem pela comunidade [público]” (BEARD, 2018, p. 15-16).

Outra categoria relevante para o presente estudo é a de emoções. Foi sobretudo nos anos que findaram o século XX que as emoções passaram a ser problematizadas como uma categoria de análise histórica, dado o entendimento de que as emoções não deveriam ser consideradas como “estados psicológicos, mas sim como práticas sociais e culturais” (AHMED, 2004, p. 15). A categoria de história das emoções pode ser definida como um campo historiográfico recente que se encontra ainda em emergência e vem sendo alargada desde a década de 2000, principalmente em diálogo com a teoria feminista e com a teoria *queer* (LOPÉZ, 2014; CAPDEVILA; LANGUAGE, 2014), que possibilitaram um “giro emocional” dentro das Ciências Humanas.

Segundo Helena López (2014), após o alargamento dos estudos pós-estruturalistas, críticas ao modelo proposto sobre a realidade discursiva passaram a ser ampliadas. O questionamento sobre a possibilidade de a realidade social ser redutível ao discurso possibilitou o desenvolvimento do chamado “giro emocional”, e, ainda, do “giro afetivo” como alternativas ao “giro discursivo” (LOPÉZ, 2014, p. 5). Ao basear seus argumentos em Audre Lorde (1984), Helena López (2014) sustentou que o “giro emocional” ressignificou os modelos construtivistas e discursivos, contribuindo, dessa maneira, para a teoria feminista, uma vez que apresentou a dimensão política desses

²⁵ E aqui destaco principalmente os marcados pelo privilégio de classe e de raça.

²⁶ Importa ressaltar que a atuação das mulheres em ambas as esferas perpassou também pela raça e pela classe. Isto porque muitas mulheres precisaram se inserir no mundo do trabalho antes daquelas que usufruíam de privilégios sociais e econômicos, mesmo sendo também oprimidas pelo sistema patriarcal. Ainda que essas mulheres se encontrassem inseridas em uma parte da esfera pública, enfrentavam a divisão sexual do trabalho e a exploração da mão de obra, adversidades que se entrelaçavam às já referidas estruturas de opressão de raça e classe. Nesse sentido, eram também excluídas de lugares sociais considerados políticos.

aspectos. Ao analisar a emoção da raiva enquanto uma importante categoria de análise histórica para a luta feminista e antirracista, Audre Lorde (1984) corroborou para esta interpretação. Isto porque demonstrou não apenas que as emoções se inserem no âmbito político, mas que se tornam uma instância epistemológica, propondo a tarefa de reconhecimento, leitura e reelaboração das emoções para que elas tenham, de fato, uma potência transformadora (LÓPEZ, 2014).

Estudar a categoria das emoções a partir dos referidos estudos possibilita o entendimento de que as emoções evocadas pelas fontes analisadas, ao serem fruto de construções sociais e culturais, foram mobilizadas por mulheres (e homens) e podem encontrar possibilidades de agência política no passado e no presente. A articulação das fontes com os estudos das emoções se dá partindo dessas concepções, ancorada também na tentativa de demonstrar a dimensão coletiva que essa categoria pode compreender, evitando atribuir uma noção individual às emoções.

Para pensar as emoções enquanto aspectos mobilizadores de memórias de mulheres sobre a ditadura, importa ressaltar as pesquisas realizadas no livro “Políticas da emoção e do gênero nas ditaduras do Cone Sul” (WOLFF, 2021). A relevância dos trabalhos expostos na obra se dá por contemplarem pesquisas que refletem sobre relatos orais de mulheres e homens que vivenciaram as resistências, movimentos e lutas nas ditaduras do Cone Sul a partir da relação entre o gênero e as emoções. As análises desenvolvidas a partir de pesquisas que estudam a amizade, o amor, a raiva, o luto, a esperança e o medo, por exemplo, corrobora para o entendimento de que o “gênero, enquanto sistema de hierarquias e de poder, também se relaciona às emoções e afetos, que reforçam esses sistemas, mas também, muitas vezes, pode subvertê-los” (WOLFF, 2021, p. 240).

Inserido na análise de uma vasta gama de emoções²⁷, o presente trabalho focaliza na emoção da amizade. Para categorizar a amizade, retomo o escrito de Margarita Pisano, que, após seu falecimento, teve suas ideias registradas por sua amiga de vida, Edda Gaviola (2018): “A amizade, me parece, se constrói com um pé no privado e no coração e o outro, no público-político de pensarmos... pensarmos juntas”. Margarita ressalta a amizade como sendo uma emoção política, na medida em que esta emoção se torna capaz de articular pensamentos e, conseqüentemente, identificações que podem levar à práticas

²⁷ Para além da amizade, analiso outras emoções, quais sejam, o medo, a culpa, o luto, o ódio, a angústia, o riso, a solidariedade e a esperança.

e ações políticas. A amizade é uma emoção que pode se constituir a partir de escolhas que perpassam pelas identificações e pelo compartilhamento de contextos, dores e esperanças. Assim, segundo Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi (2021) “a amizade também pode ser influenciada pela inserção das pessoas que, em um determinado contexto sociocultural ou em determinada situação de opressão, compartilham ideias e sonhos comuns” (p. 13).

Destaco que a escolha em abordar a emoção a partir do viés da amizade entre mulheres se dá também pelo fato de meu trabalho carregar uma perspectiva feminista. Nesse sentido, por mais que as fontes trabalhadas abordem memórias de homens sobre o cárcere político no presídio Tiradentes a partir da temática da amizade, do companheirismo e da camaradagem, realizo esta escolha no sentido de destacar a potência que os vínculos entre mulheres puderam e podem atingir. Isto porque percebo que a amizade e o fortalecimento de vínculos entre mulheres nos contextos estudados, assim como no tempo presente, é uma forma de resistência por si só, considerando sobretudo que nos inserimos em uma sociedade fundamentada pelo machismo, que nos submete a diferentes formas de violência e opressão e, nesse caso, construções que promovem a rivalidade entre mulheres.

Não quero com isso essencializar a amizade entre mulheres no período estudado, também por considerar que nem sempre as mulheres, só por serem mulheres, sentem identificação umas com as outras. Respeito suas subjetividades e considero que cada mulher possui suas próprias vivências, identidades e são atravessadas por distintas estruturas de opressão. Também, abordo neste trabalho determinadas memórias que versam sobre o sentimento de não pertencimento ao coletivo de mulheres, ou sobre as tensões desencadeadas entre elas dentro do cárcere. Porém, mesmo essas questões tornam-se interessantes para a discussão, pois permitem a análise do porquê aparecem com menos frequência nas fontes. Então, acredito que a categoria da amizade, ao ser mobilizada pelas fontes, pode demonstrar o quanto as emoções marcaram as experiências de mulheres a ponto de serem enquadradas por elas, no presente, como um dos fortes momentos de resistência passada.

Após demonstrar as principais categorias debatidas neste trabalho – memória, trauma, gênero e emoções – interessa ampliar os debates sobre as justificativas sociais que marcaram a escolha da temática apresentada por esta dissertação. Considerando que a história emerge de inquietações do próprio presente, neste caso, referentes a um “passado que não passa” (ROUSSO, 2016), as justificativas sociais decaem também sobre

as reminiscências e rupturas do passado da ditadura militar brasileira na sociedade do tempo presente.

Nos anos finais da ditadura militar brasileira e durante o período considerado de redemocratização, os governos transicionais reproduziram a noção de uma “ideologia da reconciliação”, impulsionados também pela Lei da Anistia de 1979²⁸ e baseados em uma “cultura do medo” – conceito cunhado por Ricard Vinyes (2009) e retomado por Caroline Bauer (2014). Segundo Caroline Bauer (2014), a ideologia da reconciliação apoiava-se na ideia de que os crimes e violências cometidos pelo Estado ditatorial estariam equiparados aos supostos crimes cometidos pelos ditos “terroristas” de Estado, ou seja, aqueles e aquelas que resistiram às estruturas de repressão da ditadura. Por isso, caberia a noção de que a ditadura deveria ser um *capítulo selado*²⁹ da História do Brasil, um capítulo que deveria ser esquecido e superado.

A desmemória sobre este passado fez parte de um projeto político. As recorrentes políticas de desmemória se deram a partir de estratégias políticas, judiciais, institucionais e também civis, numa tentativa de impor visões reconciliadoras e de superação do passado. O período de transição democrática foi caracterizado também pela ausência da implementação de políticas de memória e do reconhecimento do Estado face às diversas violações e crimes cometidos por agentes da ditadura que configuraram parte deste esquecimento. Somados a estes fatores, estão a permanência de agentes da ditadura nas estruturas sociais e políticas de poder do Estado (JOFFILY, 2018), o fortalecimento do aparato militar da polícia e a continuidade de práticas repressivas e violentas sobre determinados indivíduos demonstram que o Estado não garantiu parte dos “preceitos éticos e morais nos quais se fundamenta uma democracia” (BAUER, 2014, p. 131).

O esquecimento instituído sobre o passado repressor da ditadura somado a toda uma cultura machista brasileira que teve na ditadura mais um relevante episódio, foram fatores que propiciaram consequências sociais no tempo presente, fortemente marcadas

²⁸ A Lei de Anistia brasileira (Lei no 6.683) de 28 de agosto de 1979 não ocorreu de forma “ampla, geral e irrestrita” e concedeu o perdão, no âmbito legal, àqueles e àquelas que “Cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares” (BRASIL, 1979). Assim, não respondeu as demandas civis dos movimentos de luta pela anistia que reivindicaram este lema, a exemplo do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA). Além disso, numa lógica reconciliadora, igualou os crimes realizados pelos algozes da ditadura com aqueles e aquelas consideradas terroristas pelo Estado, ou seja, quem militou na resistência.

²⁹ Referência ao discurso de 1984 proferido por Tancredo Neves – também referenciado por Caroline Bauer (2014) – ao se referenciar à Lei de Anistia de 1979.

pelas desigualdades de gênero, classe e raça. Se, num panorama geral, a memória social da ditadura militar sofreu uma multiplicidade de processos e disputas em torno de sua construção, torna-se complexo falarmos sobre o passado de sujeitos que são, muitas vezes, negligenciados da escrita oficial da História.

Com relação ao passado da ditadura militar brasileira, mesmo as narrativas que abordam os processos históricos dos “vencidos”, também produziram seus silenciamentos, como é o caso das narrativas que retomam as vivências de mulheres no período. A memória da ditadura a partir da perspectiva da resistência foi muito vinculada à imagem do homem militante, oficializando uma narrativa que focou por muito tempo na participação masculina nos movimentos de resistência³⁰. Nesse sentido, muitos trabalhos que focalizaram a ditadura militar como tema não se propuseram em adentrar na história das mulheres ou nas questões de gênero, aspectos também estruturais do sistema ditatorial brasileiro, tal como demonstra Janaína Teles (2015).

Como exemplo, o levantamento realizado por Janaína Teles em sua tese de doutorado (2011), retomado e ampliado por Danielle Tega (2019), demonstra a falta de testemunhos autobiográficos que perspectivaram as memórias de mulheres ao longo dos anos, quando em comparação aos homens, nas narrativas sobre a ditadura. Ambos estudos destacam que os testemunhos autobiográficos sobre a ditadura – que tiveram sua impulsão a partir, principalmente, da década de 1980 – cunharam-se sobremaneira nas vivências e memórias de homens³¹.

A partir de uma perspectiva de análise voltada ao gênero e ao feminismo, Danielle Tega (2019) investigou diferentes estilos narrativos, passando a considerar produções como o romance, o conto, as peças de teatro, os livros de autobiografias e de memórias e o cinema como meios de publicização das memórias de mulheres. Incorporou, assim, uma “análise feminista nos exercícios da memória” (TEGA, 2019, p. 20), afirmando que, seja no debate acadêmico ou no âmbito dos debates dos movimentos sociais e políticos, o

³⁰ A imagem do homem como representante da militância já era presente, consciente ou inconscientemente, em parte da sociedade que viveu a ditadura militar. Cristina Wolff e Luísa Briggmann (2019) nos chamam atenção para este aspecto, ao perspectivarem o “ser mulher” dentro das organizações de esquerda e de resistência à ditadura militar brasileira. Retomando ideais propagados por Che Guevara, por exemplo, demonstram a ideia presente na época de que o papel da mulher na guerrilha e dentro das organizações de esquerda poderia ser mais efetivo se estivesse atrelado às tarefas menos “combativas” – quando comparadas às ações diretas. As tarefas propagadas como ideais para as mulheres, então, seriam atuarem como messageiras, informantes, cozinheiras, professoras, costureiras ou enfermeiras, por exemplo. Ver mais em: BRIGGMANN; WOLFF, 2019.

³¹ Esse levantamento analisou testemunhos realizados entre 1977 e 2010 com mais de 100 pessoas que, de alguma forma, vivenciaram diretamente a ditadura. O resultado demonstrou que menos de 10% deste total são testemunhos de mulheres (TELES, 2011 apud TEGA, 2019).

feminismo criou um “espaço coletivo de enunciação que supõe a existência de sujeitos capazes de politizar suas experiências” (p.20). Assim, foi possível perceber uma maior abrangência de referências que abordaram o passado das diferentes mulheres que vivenciaram a ditadura, concluindo que “muitas mulheres optaram pelo processo de mediação pública para a transmissão de suas experiências” (TEGA, 2019, p.21)³².

Ressalto aqui a presença das fontes analisadas por este trabalho como inseridas neste contexto, as quais atuam como exemplos de narrativas que, a partir da mediação pública, contribuíram para a difusão do passado de diferentes experiências de mulheres na ditadura³³. Por fim, insiro este trabalho no escopo dos tantos outros que se propuseram abordar as distintas experiências que compuseram o quadro dos processos históricos da ditadura, atribuindo a ele um viés feminista de se pensar a história. Focando nas histórias de mulheres que vivenciaram a prisão política na Torre das Donzelas, intento continuar o movimento de falar sobre passados, por vezes, obliterados. Longe de cobrir as lacunas, pretendo suscitar reflexões que convidem outras e outros a continuar narrando essas complexas histórias e experiências.

A fim de alcançar os objetivos propostos na introdução, esta dissertação se divide em três capítulos.

No **Capítulo 1** intitulado “Entre memórias, ruínas e silêncios: a Torre das Donzelas e o cárcere político de mulheres na ditadura militar brasileira”, utilizo como objeto central de análise a discussão sobre as memórias e as tentativas de apagamento do passado da Torre das Donzelas, focalizando experiências desencadeadas em tal espaço e como essas foram trabalhadas ao longo dos anos pós-ditatoriais. Nesse sentido, abordo as lutas, vivências e aspectos caracterizavam e singularizavam as mulheres que foram presas

³² Focando nos anos finais da ditadura militar brasileira até o período de transição democrática, estiveram presentes produções de narrativas – ainda que de forma minoritária – que perspectivaram o passado de determinadas mulheres, como é o caso do filme “Que bom te ver viva” (1989) de Lúcia Murat e o romance autobiográfico de Flávia Schilling, intitulado “Querida Família” (1978). Após a década de 1990, com ênfase nas décadas de 2000 e 2010, a participação das mulheres na luta e resistência, por exemplo, vem sendo abordada de forma mais ampla por memórias, histórias, narrativas e usos públicos do passado. Esses, tentaram dar conta de abranger as diferentes subjetividades e os processos históricos desencadeados no passado, a exemplo do livro “No corpo e na alma”, de Derlei Catarina de Luca (2002), do livro de testemunhos intitulado “Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura” (MERLINO; OJEDA, 2010) e de outro filme de Lúcia Murat, intitulado “A memória que me contam” (2012).

³³ Importa ressaltar que mesmo as narrativas que perspectivaram as trajetórias de mulheres também manifestaram seus silenciamentos. Nesse sentido, ainda mais minoritárias são as narrativas que abordam o passado ditatorial sob a perspectiva das mulheres negras, indígenas, periféricas, trabalhadoras rurais, operárias e, também, lésbicas. Ainda que presentes nas narrativas sobre mulheres do período da ditadura, poucas são as produções que reivindicam estes aspectos – a exemplo das próprias fontes aqui presentes, que focam muito mais na identidade de ex-prisioneiras políticas e militantes políticas, do que em suas subjetividades outras.

na Torre das Donzelas e que, anos mais tarde, rememoraram sobre aquele passado nas fontes analisadas. Também, problematizo os apagamentos e esquecimentos que envolveram a demolição do Presídio Tiradentes, pensando em como essas reminiscências marcaram as memórias de mulheres. Realizo uma reflexão na tentativa de compreender parte dos processos que envolveram a retomada pública e a ressignificação de memórias de mulheres sobre a repressão ditatorial ao longo dos anos pós-ditadura, focalizando nas experiências de violência sexual e de gênero, pelo fato de terem marcado o processo de rememoração dessas mulheres a partir do trauma.

O **Capítulo 2**, que tem como título “Evocando memórias através das fontes: representações sobre o passado da ditadura no Presídio Tiradentes a partir da mediação pública”, busca dar enfoque ao livro de memória “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e no filme-documentário “Torre das Donzelas” (2018), percebendo-os enquanto fontes históricas próprias de contextos e suportes dissidentes. Busco considerar, então, que ambas são produções que se inserem em contextos divergentes, mas que, ao publicizarem parte do passado da repressão da ditadura militar, se situam em um campo de disputas pela memória e pela imposição de esquecimentos sobre o período. Busco levar em conta suas singularidades em representarem memórias e versões sobre este mesmo passado – a experiência de mulheres no cárcere político da Torre das Donzelas – refletindo sobre as possibilidades concedidas pelos livros de memórias e pelos filmes-documentários em trabalhar a memória de determinado passado.

Durante o **Capítulo 3**, intitulado “*Uma ladainha pela sobrevivência: emoções como aspectos das memórias de mulheres sobre a Torre das Donzelas*”, ressalto as emoções como constituintes e mobilizadoras das memórias de mulheres sobre o cárcere político da Torre das Donzelas. Nesse sentido, demonstro como as emoções consideradas difíceis de serem superadas, como por exemplo o medo, a culpa, o ódio e o luto, foram mobilizadas pela repressão ditatorial, deixando marcas nas memórias de mulheres até o tempo presente. Também, analiso essas memórias sob o viés da amizade entre mulheres, demonstrando os modos nos quais esta emoção pode ser retomada como sobrevivência e resistência durante o cárcere político. Ainda, considero como as emoções foram articuladas, em diálogo com o gênero, com a luta e a resistência, tanto no tempo passado, quanto no presente.

1 MEMÓRIAS, RUÍNAS E SILÊNCIOS: A TORRE DAS DONZELAS E O CÁRCERE POLÍTICO DE MULHERES NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA

LIBERDADE

*Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.*

*Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em fêrvido transporte,
direi que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.*

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que esta paixão embriagadora dome.
E que eu por ti, se torturado for,
possa feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome”*

“Liberdade”

- Carlos Marighella, 1939

1.1 As *donzelas* da Torre e suas experiências sobre a repressão política

“Eu não sei se eram donzelas mesmo... eu acho que não”, afirma Iara Prado para as câmeras do filme “Torre das Donzelas” (2018). Ao mesmo tempo em que algumas das mulheres que retomaram o passado da Torre das *donzelas* não destacaram problemas quanto a este nome nas fontes analisadas, outras questionam se elas poderiam ser chamadas, de fato, de donzelas. Estes questionamentos podem ser encontrados no trecho citado por Iara Prado, ou ainda, expressos no relato de Dulce Maia ao livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), deduzidos pela utilização gramatical das aspas em todos os momentos em que a nomenclatura *donzelas* é citada. Segundo o relato de Rita Sipahi (1997, p. 185), *donzelas* foi um nome concedido às mulheres que se encontravam presas no Presídio Tiradentes pela imposição da repressão ditatorial brasileira entre 1968 e 1972.

Tal qual narrou Rita, esta nomenclatura foi concedida por seus companheiros que também se encontravam presos naquele espaço³⁴.

Ao fazer uma analogia do nome *donzelas* com o conto de “Rapunzel”³⁵, Ayssa Norek (2020) afirma a ironia que esta nomenclatura carrega, uma vez que muitas daquelas mulheres que se engajaram na luta e que se encontravam presas na Torre haviam quebrado com distintos ideais de feminilidade e das imposições de gênero advindas da sociedade vigente. Ainda segundo a autora, mesmo que algumas mulheres tenham estabelecido uma relação de carinho com o nome ao longo do tempo, “nenhuma se considerava, de fato, a princesa indefesa preservada dos males do mundo e enclausurada numa torre à espera do príncipe encantado” (NOREK, 2020, p. 72).

Importa ressaltar, então, que a salvação daquelas mulheres não viria do resgate de outrem; praticavam a sobrevivência no dia-a-dia, estabelecendo relações e vivências coletivas entre si. De fato, a alegoria da donzela presa durante toda uma vida num espaço privado de uma Torre à espera de um príncipe nada tem a ver com as trajetórias daquelas mulheres. Muitas delas encontravam-se ali justamente por terem desafiado a ordem vigente, por terem mobilizado a dimensão pública em prol de seus ideais políticos.

Mas então, quem eram aquelas mulheres que constituíam o grupo chamado de *donzelas*, presas na Torre do Presídio Tiradentes? Quais trajetórias e histórias marcaram aquelas mulheres antes de adentrarem aqueles espaços? É intencionando refletir sobre essas questões que a presente seção se desenvolve, na medida em que aborda parte das experiências que marcaram as vivências antes do cárcere político daquelas mulheres atreladas à luta contra a ditadura militar. Vivências estas, muitas vezes processadas e vividas também durante a prisão na Torre. Ainda, interessa refletir sobre trajetórias experienciadas durante o cárcere, que deixaram marcas em suas memórias ao longo do tempo.

Antes de adentrar nos aspectos que caracterizavam as presas consideradas “políticas”, vale ressaltar que no Presídio Tiradentes também se isolavam e prendiam as

³⁴ Em sua dissertação de mestrado, Ayssa Yamaguti Norek (2020) apresenta um relato oral de Maria Aparecida Costa (Cida) concedido a ela em 2019, em que Cida corrobora com esta hipótese da origem do nome “donzelas”. Segundo Cida, esta noção é afirmada pela tradição oral de distintas mulheres que relataram sobre tal assunto, como o exemplo de Rita Sipahi (1997) trazido no texto.

³⁵ “Rapunzel” foi um conto originalmente publicado pelos Irmãos Grimm em 1815. Inúmeras versões da história foram sendo adaptadas ao longo dos anos. Porém, em suma, ele narra a história de uma jovem que passa sua adolescência inteira aprisionada por uma bruxa em uma Torre, até conhecer um príncipe aos 18 anos de idade. Este, aparece como “salvador”, auxiliando no resgate de Rapunzel, que no fim da história se vê livre do aprisionamento e torna-se uma princesa. Ver mais no verbete “Rapunzel” da Wikipédia: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Rapunzel>>

chamadas “presas comuns”, cujas trajetórias e vivências acabavam, por vezes, se atravessando. Nesse sentido, além da Torre, o Presídio contava com um pavilhão feminino, que era dividido a partir de critérios sexuais entre presos e presas. Muitas das presas “comuns” que lá se encontravam haviam sido encarceradas por cometerem crimes de “vadiagem”, por serem prostitutas ou por praticarem pequenos furtos (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997). Dulce Maia, em seu relato para o livro aqui analisado, faz questão de dedicar parte considerável de sua memória para descrever fragmentos das histórias dessas mulheres que se encontravam “às margens das margens” (DE WIT, 2021). Ao narrar sua entrada no espaço prisional do presídio Tiradentes, ela retoma:

A carcereira que me conduzia ia relatando o porquê daquele barulho, e qual a situação daquelas mulheres: eram as “corrós”, detentas “correcionais”. Ficavam detidas (como os homens “corrós”) durante horas, dias ou até meses. Não tinham processo ou culpa formada e, em sua maioria, chegavam de madrugada e eram soltas ao entardecer. (MAIA, 1997, p. 100)

Tal qual narrou Dulce, as “corrós” encontravam-se em situações precárias de cárcere na ala feminina do presídio por vivenciarem as chamadas “prisões correcionais”. Mesmo que de forma distinta, eram também submetidas ao controle e disciplinarização dos corpos de mulheres por parte do Estado, práticas essas que se baseavam também nos preceitos morais e em hierarquias de gênero (SOUZA; COSTA; LOPES, 2019). Destaco, então, que o aparato militar da ditadura não se limitou em perseguir pessoas fundamentando-se apenas nas motivações políticas e ideológicas, a exemplo das/dos militantes de movimentos sociais e organizações de esquerda, embora esta fosse a base estrutural na “lógica de suspeição” da ditadura. Ele foi além. Dado o contexto vigente, baseou-se também nos preconceitos de gênero, classe, raça e sexualidade, cumprindo, assim, uma agenda compromissada com os valores tradicionais da família, da moral e dos bons costumes³⁶, expressando sua reminiscência racista e colonial (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019).

As presas categorizadas como políticas – as donzelas da Torre – eram mulheres que foram encarceradas por motivações políticas e ideológicas, de acordo com a lógica propagada pelo Estado ditatorial. Dentre as mulheres que passaram pela prisão na Torre das donzelas citadas nas fontes analisadas para este trabalho, quais sejam, o livro de

³⁶ A partir destas considerações, pontuo um aspecto num sentido de suscitar a reflexão, deixando brecha para análises futuras: Ao utilizar os termos “presas comuns e presas políticas” para me referir a estas pessoas, me questiono: até que ponto, muitas daquelas presas “comuns” não eram também presas políticas, que, de certa forma, confrontavam normas impostas por aquele sistema conservador?

memória “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e o filme “Torre das Donzelas” (2018), constam as memórias de trinta e duas mulheres³⁷. Abaixo, demonstro uma tabela³⁸ (Tabela 3) com seus nomes e algumas de suas particularidades, importantes para considerar as singularidades que marcaram suas lutas e vivências. Estas particularidades dizem respeito ao ano em que estas mulheres foram sequestradas e presas, às organizações nas quais elas atuavam no momento da prisão e às ocupações profissionais nas quais atuavam.

Tabela 3: Especificidades de mulheres que foram presas políticas na Torre das Donzelas

Nome	Ano Prisão	Envolvimento/participação política	Atuação Profissional
Ana Bursztyn-Miranda	1970 - 1974	ALN	Estudante universitária
Ana Maria Aratangy	Por volta de 1972	POC	Estudante universitária
Ana Mércia	1971	POC	*
Darci Miyaki	1972 - 1973	ALN	Estudante universitária
Dilma Rousseff	1970	VAR- Palmares/Colina	Estudante universitária (abandonou em decorrência da clandestinidade)
Dulce Maia	1969 - 1970	VPR	Produtora cultural
Eleonora Menicucci	1971 - 1973	POC	Estudante universitária
Elza F. Lobo	1969 - 1971	AP	Atuava no Planejamento do governo de São Paulo
Eva Teresa Skazufka	1970	VPR	Estudante universitária
Guida Amaral	1969	PCdoB	*
Iara Glória Areias Prado	*	ALN	*
Ieda Akselrud Seixas	1971	*	*

³⁷ Tal número é representativo, porém não expressa o total de presas políticas que passaram pela Torre durante a ditadura, que chegou a ser cerca de cinquenta mulheres (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997).

³⁸ As informações desta tabela foram coletadas nas próprias fontes, bem como a partir da busca em *sites* públicos da *internet*, como o do “Memorial da Resistência”, o site “Marcas da memória” e o site “Torre das Donzelas” e se constitui em uma pesquisa restrita e este escopo.

Ilda Martins da Silva	1969 - 1970	Movimento Sindical Operário; “apoio” ALN	Operária
Janice Theodoro da Silva	1971	POC	Estudante universitária
Leane Ferreira de Almeida	1971	POC	*
Lenira Machado	1971	AP	Estudante universitária
Leslie Beloque	1970 - 1972	ALN	Estudante universitária e pesquisadora na Folha de São Paulo (emprego abandonado em decorrência da clandestinidade)
Lucia Salvia Coelho	1971	POC	Professora universitária
Márcia Mafra	1971 - 1973	ALN	Estudante Universitária
Maria Aparecida dos Santos	1969 - 1972	ALN	*
Maria Luiza Belloque	1970	ALN	Estudante Universitária
Marlene Soccas	1970 - 1972	AP/VPR	*
Nadja Leite	1968	*	Estudante
Nair Benedicto	1969	ALN	*
Nair Yumiko Kobashi	1972 - 1973	PCdoB	Estudante universitária
Rioco Kayano	Por volta de 1972	PCdoB	*
Rita Sipahi	1971	PRT	*
Robêni B. da Costa	1970	ALN	Estudante universitária
Rose Nogueira	1969 - 1970	ALN	Jornalista
Sirlene Bendazzoli	*	*	*
Telinha Pimenta	*	*	*
Vilma Barban	*	*	*

* = Informação não encontrada na pesquisa

De acordo com o exposto pela tabela, o ano de prisão dessas mulheres se deu entre 1968 e 1973, período considerado como os “anos de chumbo”³⁹ da ditadura militar, cujo recrudescimento da repressão se instituiu a partir do Ato Institucional Nº5 (AI-5)⁴⁰. Com a implementação do AI-5, a ditadura fortalecia a sistematização da repressão, censura e perseguição contra os/as considerados/as como “inimigos” do Estado. Ao mesmo tempo em que o aparato repressor era fortalecido e ampliado nos “anos de chumbo” a partir do controle e manipulação da grande mídia, das Forças Armadas e da ampliação de órgãos e organizações de repressão⁴¹, por exemplo, os mecanismos de manipulação do Estado impunham em parte do imaginário social a ideia de que o Brasil vivenciava o período do chamado “milagre econômico” (CORDEIRO, 2009). Concomitantemente, ou, ainda, como consequência, reações diversas eclodiam de norte a sul do país, incluindo a participação de mulheres nas organizações de luta e resistência à ditadura militar. O ano de prisão das presas políticas apresentado pela tabela se alinha ao contexto de fortalecimento da repressão a partir das torturas, prisões, perseguições e violências que estiveram presentes nos processos históricos subcitados.

As mulheres que foram presas na Torre das Donzelas e que tiveram seus passados narrados pelas fontes eram em sua maioria mulheres jovens que partilhavam de uma mesma geração. Para além de uma identificação meramente etária, compreendo que a identificação geracional se constitui a partir da inserção de determinado grupo social que partilha de um mesmo tempo e espaço, na qual a consciência geracional é marcada pela historicidade e pela dimensão da experiência (FEIXA, LECCARDI, 2010). O ponto em comum da identificação geracional ressaltado pelas mulheres que narraram seus passados nas fontes pode se referir ao compartilhamento das experiências de luta, resistência e

³⁹ Os chamados “anos de chumbo” se referem ao período desencadeado a partir da instituição do AI-5, no fim de 1968, compreendendo o período ditatorial regido pelo ditador Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). A partir da implementação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), era fortalecida a sistematização da repressão, censura e perseguição contra os considerados “inimigos” do Estado. Ao mesmo tempo em que o aparato repressor era estruturado e ampliado a partir do controle e manipulação da grande mídia, das Forças Armadas, dos órgãos e organizações de repressão, caracterizando assim os “anos de chumbo”, os mecanismos de manipulação do Estado incorporavam em parte do imaginário social a ideia de que o Brasil vivenciava o período do chamado “milagre econômico”. Ver mais em: CORDEIRO, 2009.

⁴⁰ O Ato Institucional de nº 5 foi implementado pelo ditador Arthur da Costa e Silva em dezembro de 1968, a partir de um discurso falacioso e nacionalista. O Ato foi criado sob a justificativa de “assegurar a autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo [e] na luta contra a corrupção” (BRASIL, 1968). Fortaleceu a violência e a repressão contra todas e quaisquer pessoas consideradas subversivas pelos olhos do Estado.

⁴¹ Como, por exemplo: Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), a Operação Bandeirantes (OBAN), o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), o Departamento Estadual de Investigações criminais (DEIC), entre outros.

dores daquele contexto. É possível exemplificar tal argumento a partir de distintos relatos presentes nas fontes, tais como o de Rita Sipahi (1997), quando ela se refere às *donzelas* da Torre como uma “geração que constituía um mundo novo [...]” (p. 185) e que, por isso, compartilhavam suas próprias ações singulares de ação frente às adversidades próprias do cárcere político.

Em sequência, a tabela demonstra informações que se relacionam à atuação profissional de distintas mulheres que foram presas no Presídio Tiradentes. Nesse sentido, quinze dentre as dezenove cujas informações foram encontradas na pesquisa sistematizada no quadro acima estavam ligadas à universidade na época em que foram presas. Catorze delas eram estudantes universitárias em diferentes cursos e uma delas era professora de nível superior. Fora do espaço estudantil/universitário, uma delas era operária e atuava no movimento operário (Ilda Martins), uma era jornalista (Rose Nogueira), uma era produtora cultural (Dulce Maia), uma era pesquisadora da *Folha de São Paulo* (Leslie Beloque) e uma trabalhava no planejamento do governo de São Paulo (Elza Lobo). Com relação a suas atuações profissionais, a quase totalidade dos casos analisados representavam a inserção de mulheres nas universidades e esferas de trabalho e o movimento de saída da dimensão privada de seus lares, aspectos esses marcantes dos movimentos de mulheres e feministas das décadas de 1960 e 1970 (MORGANTE, 2015).

Importa considerar os lugares sociais ocupados por grande parte das *donzelas* que relataram as memórias estudadas por esta pesquisa. Lugares esses que perpassam as relações de classe, e também de raça/etnia. Nesse entendimento, se houve neste contexto um movimento de rompimento com o privado para algumas destas mulheres que ocupavam espaços acadêmicos e urbanos, o mesmo não aconteceu para outras que não tinham acesso às universidades, e em determinadas vezes, tampouco aos centros urbanos, lugares de efervescência política (MORGANTE, 2015). Assim, cabe ressaltar a presença e a vivência de mulheres que já se encontravam fora de seus lares buscando suprir necessidades econômicas, conseqüentes da desigualdade social, assumidamente marcada pelo racismo estrutural. Nessas condições, elas eram cotidianamente exploradas nas fábricas, no campo, nas lavouras e em outros diversos espaços rurais e urbanos do amplo território brasileiro. Tais adversidades foram aspectos que levaram muitas delas a integrarem movimentos de lutas fora dos centros urbanos, no campo e nas fábricas, por exemplo.

Exemplo de trajetória que retrata estas questões é a de Ilda Martins da Silva, única operária a retomar suas memórias nas fontes analisadas⁴². Desde sua infância, Ilda foi privada dos estudos pelo trabalho na lavoura, no interior do estado de São Paulo. Após migrar para a capital em busca de melhores condições de vida e em decorrência da urbanização dos grandes centros, se tornou operária e, sindicalizada, chegou a lutar pelos direitos das mulheres trabalhadoras nas fábricas. No livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), sua trajetória na prisão é retomada pela amiga Rose Nogueira, que lhe confere um protagonismo em seus registros históricos sobre as experiências na ditadura. O forte vínculo estabelecido no cárcere entre elas permitiu que as vivências de Ilda, que dizia ser analfabeta (NOGUEIRA, 1997, p. 144), não fossem negligenciadas nas fontes históricas.⁴³

O exemplo brevemente demonstrado importa também para a reflexão da complexidade de experiências que compunham as trajetórias das *donzelas* da Torre – mas que, no entanto, nem sempre são evidenciadas. A “experiência”, tal qual as ideias debatidas por Edward Thompson (1987) e retomadas por Fernando Nicolazzi (2004), se constitui a partir dos processos históricos em que determinadas/os sujeitos e grupos vivenciam, agem sobre e partilham. Ainda, segundo Reinhart Koselleck (2014), os próprios tempos históricos – separado por estratos, tais como as rochas geológicas – são vestígios das múltiplas experiências, que se constituem a partir da singularidade dos eventos em diálogo com suas estruturas de repetição, bem como com os tempos que transcendem gerações. Portanto, a partir das experiências plurais, o tempo se constitui, também, por múltiplas temporalidades e camadas (KOSELLECK, 2014).

Mesmo compartilhando de um mesmo tempo/espço, os grupos e indivíduos podem experimentar dado contexto histórico de maneiras que se divergem entre si, de

⁴² A operária sindicalizada Ilda Martins passou uma infância difícil, sendo privada dos estudos pelo trabalho na lavoura. Com 14 anos, migrou para São Paulo e se tornou operária, onde conheceu seu futuro esposo Virgílio Gomes. A partir de 1968, após o AI-5, Virgílio migrou para a luta armada da ALN e Ilda era seu “apoio”, como se define. Aderiram à clandestinidade. Em 1969, Virgílio Gomes foi sequestrado, preso e morto em decorrência das torturas. Virgílio era companheiro de organização na ALN ao lado de Carlos Marighella. Após a prisão de Virgílio, Ilda também foi separada de seus filhos em decorrência da prisão pelo DOPS – local onde saberia mais tarde do assassinato de seu companheiro. Após torturas neste centro clandestino, se tornou uma das presas políticas da Torre, uma das *donzelas*. Com sua soltura, em 1970, partiu para o exílio em Cuba, onde, pelo receio das ameaças e reminiscências sociais da ditadura mesmo com a Lei da Anistia, optou por se fixar até a década de 1990, com o principal intuito de conceder a seus filhos a oportunidade de escolarização – a mesma oportunidade que lhe foi socialmente negada aos 14 anos.

⁴³ No livro de memórias, a história de Ilda aparece representada nos escritos de sua amiga Rose Nogueira. Já no filme-documentário, seus relatos orais são expressos recorrentemente pela narrativa. Aqui, resalto o argumento retomado na seção 1.3 desta dissertação, que se refere ao fato da possibilidade de narrar o passado também perpassar as estruturas de opressão de classe e raça.

acordo com suas identificações sociais, compondo camadas de tempo e de experiências dentro de cada contexto. O que quero dizer, em diálogo com Reinhart Koselleck (2014), é que a singularidade da experiência se define também a partir de fatores sociais, políticos e culturais, que estabelecem como cada grupo e indivíduo vivencia um determinado contexto. Como destaca a ex-militante da Ação Popular (AP), Elza Lobo:

A troca de experiências com Alice Silva, operária, e Jovelina Tonello do Nascimento, trabalhadora rural, foi um exemplo para todas nós. Sem deixar de citar Idealina Gorender, Edith Negraes, Encarnação Crispim, Therezinha Zerbini, Maria do Carmo Campello, Emília Viotti, que com suas trajetórias de vida tão diferentes nos fizeram repensar e estudar os rumos do nosso processo histórico. (1997, p. 226)

Ao inserir a importância das trajetórias de mulheres que passaram pela Torre, Elza Lobo afirma que as trocas de experiências plurais – a exemplo das trabalhadoras rurais, operárias, intelectuais, envolvidas com os movimentos de mulheres – foi determinante para a reflexão sobre as lutas presentes e futuras. Sobre este aspecto, Elza Lobo (1997) complementa: “Vínhamos de origens diferentes, de organizações diferentes, mas conseguíamos que o coletivo fosse o condutor de nossas lutas num clima de esperança e num espírito de fraternidade solidária” (LOBO, 1997, p. 226). Assim, foi também a partir do cruzamento das experiências que as *donzelas* ultrapassaram as fronteiras do individual, almejando o coletivo. O entendimento e respeito pelas experiências plurais marcadas pelas diferenças socioculturais e econômicas foi uma das características que designou uma dimensão política às relações coletivas de amizade entre as mulheres que resistiram à ditadura (NUNES, ZACCHI, 2021). Nesse sentido e pensando no específico contexto, destaco desde já para o caráter político dos vínculos de amizade e solidariedade estabelecidos entre as *donzelas* da Torre.

Após discorrer sobre as experiências dessas mulheres em relação a suas ocupações enquanto trabalhadoras e estudantes, ressalto também suas atuações políticas e suas participações em organizações de esquerda como aspectos partilhados por elas. As informações encontradas sobre suas atuações políticas apontam que a maioria delas estavam envolvidas com as organizações de luta armada, tais como: Aliança Libertadora Nacional (ALN), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Aliança Popular (AP), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Comando de Libertação Nacional (Colina) e Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Essas organizações foram constituídas a partir da segmentação

do Partido Comunista Brasileiro⁴⁴, o chamado “racha do partidão”, ocorrido após o golpe civil-militar⁴⁵ de 1964, fato que gerou a emergência de distintos partidos e organizações com diferentes perspectivas ideológicas.

Como consequência da truculência e da repressão do período ditatorial, as atuações políticas e as participações em organizações de esquerda foram consideradas, no Estado de exceção, atuações subversivas e ameaçadoras da ordem. Após a implementação do AI-5 em 1968 e ao longo dos anos de 1970, a política de repressão ditatorial intencionava dismantlar a todo custo as organizações e partidos revolucionários, fortalecendo sua perseguição aos líderes e membros das organizações políticas, tal qual demonstrou o relatório da Comissão de Memória e Verdade da UFSC (CMV/UFSC). Consequentemente, implica dizer que as mulheres que foram presas na Torre e que tinham engajamento com a luta política se encontravam na clandestinidade quando foram presas pelos mecanismos de repressão ditatorial. A partir da perseguição a grupos políticos considerados subversivos, as violências instituídas pela máquina repressiva da ditadura militar que se estruturaram de modo a fortalecer o aparato ditatorial, estabelecendo uma articulação com diversos setores da sociedade⁴⁶.

Margarida Maria do Amaral Lopes (Guida), narra o momento em que foi perseguida pelos agentes da ditadura militar e, consequentemente, presa pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), a mando da Operação Bandeirantes (OBAN):⁴⁷

⁴⁴ O principal motivo para tal racha foi o fato do PCB acreditar nas vias pacíficas de enfrentamento às violências impingidas pela ditadura militar.

⁴⁵ O Golpe de Estado de março/abril de 1964, ao depor o presidente João Goulart, instituiu o início de uma ditadura caracterizada pelo poder do aparato militar, vinculada e apoiada por parte da sociedade – grandes empresários, setores da mídia, da Igreja e da população civil no geral – daí a nomenclatura utilizada: golpe civil-militar. O ditador Castelo Branco, ao tomar o poder, iniciava duas décadas de perseguição ideológica, censuras explícitas, violências e repressões àquelas e àqueles que se posicionassem contra suas condutas.

⁴⁶ O complexo projeto de repressão e controle ditatorial brasileiro fundamentou-se na espionagem, na atuação de uma polícia política, em sistemas de censura e numa sofisticada propaganda baseada na manipulação política (TELES, 2011). Foi a partir de 1964, com o golpe civil-militar, que foi reinstituído o Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão que estruturou o mecanismo ditatorial baseado no controle político, social e ideológico. As Forças Armadas, em paralelo, assumiram o “papel da polícia política” (TELES, 2011, p. 83) e o Estado implementou e reestruturou, sistematicamente, os órgãos de repressões e de torturas clandestinos, tais como os citados Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) e o Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS), mas também a Operação Bandeirantes (OBAN) e o Departamento Estadual de Investigações Criminais (DEIC), por exemplo.

⁴⁷ A Operação Bandeirantes (Oban) foi uma das estruturas caracterizantes dos mecanismos do período ditatorial brasileiro, na medida em que centralizou e integrou forças militares e policiais, sistematizando a repressão política do período. Atuou em São Paulo como um centro de informações e investigações, no qual seus integrantes pertenciam a aeronáutica, marinha, polícia federal, ao SNI e aos órgãos do governo de São Paulo. Financiada pelo apoio civil empresarial, a Oban foi uma entidade que fortaleceu a perseguição política e foi também englobada pelos órgãos da repressão, como o DOI- Codi e o DEOPS, por exemplo.

Nós estávamos ali em [19]68, [19]69, no começo da organização, da luta armada. Eu entrei de cabeça. Eu acho que eu nem tinha feito 18 quando fui morar no aparelho, eu estudava em colégio de freira, imagina, fazia normal. E quando eu fui presa, estava sendo metralhada a casa. Daí nós descemos correndo, o Vicente me deu um 38, cano longo, cinturão de bala, bala no bolso, saímos por de trás da casa, pulando o muro. De repente, tinha um terreno baldio, aquilo... o quarteirão inteiro estava cercado. Nesse terreno baldio tinham muitos policiais. Muitos, muitos, muitos. “Mãos ao alto, mãos ao alto, mãos ao alto” (TORRE, 2018).

A experiência de Guida demonstra aspectos da participação em organizações de luta e resistência à ditadura militar brasileira vivenciados por determinadas mulheres presas pela repressão. Seu depoimento aponta ainda para mecanismos ditatoriais baseados na perseguição e violência imposta pela polícia militar, bem como seu forte vínculo estabelecido com a organização desde o início de sua juventude.

Cabe ressaltar, no entanto, que nem todas as *donzelas* da Torre tinham ligação direta com as organizações políticas. Em alguns casos elas eram companheiras, membros familiares ou conhecidas de pessoas ligadas a estas organizações e não diretamente vinculadas a elas. Por exemplo, no caso de Ilda Martins da Silva, ela narra que sua prisão pelo DOPS se deu por ter sido a companheira de Virgílio Gomes da Silva – um dos líderes políticos da Aliança Libertadora Nacional (ALN), assassinado em decorrência das torturas – e, conseqüentemente, por ter atuado como um “apoio para a organização” (TORRE, 2018). Assim, a repressão à participação e/ou à relação com movimentos de luta acarretou sequestros, torturas e prisões políticas.

Após o sequestro dessas militantes políticas, elas eram recorrentemente encaminhadas aos centros clandestinos de tortura para obtenção de informação. O relato de Guida (TORRE, 2018) apresenta aspectos que demonstram as vivências nos sequestros e inquirições:

Quem nos prendeu foi a Operação Bandeirantes. Eu fiquei uma semana no Segundo Exército, e é muito ruim, porque, lá, você não existe... você não tem nome, você não existe! Ninguém tira foto, digital, nada. Então, você está completamente... você está no ar, completamente na mão dos caras. E era o momento onde eles mais torturavam né, porque havia uma necessidade de informações imediatas para conseguir dismantlar o esquema da organização.

Tal qual narrou Guida, a prisão e repressão eram realizadas às/aos militantes a partir da tortura por informações e, conseqüentemente, dismantelamento das organizações. Nestes espaços as torturas eram realizadas a partir das violências sexuais,

físicas, psicológicas e morais, muitas vezes, de forma simultânea (TELES, 2015; ZACCHI, 2019). Essas práticas, baseadas no terror e na opressão, eram amplamente arquitetadas e sistematizadas. Nessa lógica da repressão, o Estado considerou a atuação das mulheres na militância, na luta armada e nas diferentes resistências como um “afrente” aos estereótipos de gêneros estabelecidos no contexto social da época, contexto esse marcado por fundamentos hegemônicos, fortemente conservadores. Nesse sentido, os mecanismos de censura e repressão ditatorial perseguiram as mulheres, e, muitas vezes, adotaram um tratamento específico a elas, reproduzindo violências de gênero e sexuais (essas experiências são aprofundadas na seção 1. 3).

As vivências marcadas pela violência estabelecida nos centros de detenção clandestinos da ditadura importam pois marcaram as memórias sobre o cárcere na Torre das *donzelas*. Elas se deram, na maioria dos casos, nas vivências recém experienciadas antes destas mulheres serem encaminhadas ao presídio Tiradentes e se tornarem, de fato, presas políticas registradas. De acordo com os relatos estudados, nos órgãos e centros de detenção clandestinas, as presas e presos políticos não possuíam registro: em muitos casos, seus familiares e colegas nem imaginavam que elas se encontravam naquela situação e, assim, estavam mais suscetíveis a serem assassinadas.

A experiência de chegar ao Presídio Tiradentes após passarem por espaços clandestinos é narrada por elas como um “alívio”, representado pelas palavras de Dulce Maia (1997). Do mesmo modo, Rose Nogueira em seu relato (1997) destaca que ao chegar no Presídio Tiradentes a sensação era a de que “passava-se a existir novamente” (p. 146). Os relatos evidenciam, portanto, a recorrência do Presídio Tiradentes como um espaço que em suas memórias representa desafogo. A Torre é retomada pelas suas sobreviventes como um “paraíso” da ditadura, ou, ainda, um “purgatório”; uma via de ascensão do inferno ao céu (FREIRE; ALMEIDA; PONCE, 1997). Nesse sentido, Nair Yumiko Kobashi relata no livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997):

Naquelas circunstâncias, chegar ao Tiradentes era como sair do inferno para chegar ao paraíso. Purgatório talvez seja a palavra mais adequada. O paraíso era o “mundão, ficava lá fora, era inacessível. Um mundão idealizado, claro. Tal qual Itabira, “era apenas uma fotografia na parede” (Carlos Drummond de Andrade). Na realidade, era um mundão do qual não participávamos, já que muitas de nós viviam na clandestinidade (também uma espécie de confinamento) desde o AI-5. (p. 310)

Esta espécie de alívio em ser encaminhada ao Tiradentes, descrito por Nair, pode significar que as atrocidades vivenciadas nos primeiros momentos de sequestro seguido de cárcere político nos centros de detenções clandestinas eram bastante profundas. Também, o alívio refere-se ao fato de que, com a transferência ao Tiradentes, aquelas pessoas perseguidas políticas assumiriam “o *status* de prisioneiros reais, vivos, com nome e endereços conhecidos” (FREIRE; ALMEIDA; PONCE, 1997, p. 27). Porém, isso não garantia o fim das torturas ou a chance de desaparecimento, visto que muitos presos e presas estavam ainda passíveis de voltar aos centros e órgãos de tortura clandestina (FREIRE; ALMEIDA; PONCE, 1997).

As torturas deixaram marcas nas experiências pretéritas da maioria das mulheres presas políticas, experiências essas carregadas e processadas individual e coletivamente durante a prisão na Torre. Nesse sentido, Rita Sipahi narrou a dificuldade que muitas das *donzelas* enfrentaram durante o cárcere com relação a memória recente da violência vivenciada. Em suas palavras, na prisão se “falava pouco sobre a tortura [...] Era como se a gente quisesse se livrar daquela tortura, então a tortura pesava muito para cada uma, e era muito difícil falar. Porque a fala é ação, ela concretiza aquele momento, aquela realidade, aquele fato” (TORRE, 2018). Os embates levantados por Rita Sipahi destacam processos próprios ao ato de falar sobre, bem como de pensar o passado traumático, vivenciado tão recentemente nesta situação. Ainda, destaca a estreita relação que a violência é capaz de imprimir na memória, gerando a interlocução da memória com o trauma e com o silêncio.

Para além de analisar aspectos próprios às dificuldades de acesso às memórias traumáticas⁴⁸, nesta seção gostaria de destacar a complexidade de trajetórias e vivências sensíveis que compuseram as experiências de mulheres que estiveram presas na Torre das Donzelas. Embora a discussão não se encerre aqui, de um modo geral, suas experiências as revelam como mulheres que foram encarceradas por manifestarem e se organizarem para combater a estrutura política da ditadura e lutar pela transformação de toda uma sociedade; como mulheres advindas de diferentes territorialidades e carregando experiências múltiplas; como estudantes, intelectuais, operárias, trabalhadoras, mães; e como mulheres cujas trajetórias se esbarraram naquele espaço prisional após terem vivenciado a repressão nos *corpos e almas* – nos sequestros, nos interiores dos centros de detenção clandestinos e nas torturas impingidas por aparatos da ditadura. Violências essas

⁴⁸ Tais discussões são retomadas e ampliadas na seção 1.3 deste trabalho.

que foram vividas anteriormente ao período de prisão na Torre, mas também assimiladas durante o cárcere nesse espaço.

Face à todas estas vivências de resistência e luta, retomo o questionamento que abriu esta discussão: seria possível se referir a estas mulheres como *donzelas*? Realizo as considerações desta seção a partir do relato de Ana Maria Estevão, que, também sendo uma ex-presa política da ditadura, questionou em seu livro de memórias:

Você se lembra das histórias das princesas que ficam presas nas torres? Eu fiquei presa numa torre, eu e outras mulheres. Justo quando acabávamos de sair da adolescência e deixávamos de acreditar em histórias de princesas em torres, fomos presas em uma. Mas aquela não era a torre de um castelo de mentirinha; era a torre de um presídio real. (ESTEVÃO, 2022, p. 21)

Como destacou Ana Maria Estevão, “era a torre da um presídio real”; era a Torre de um presídio político em um contexto de repressão ditatorial. Somado a isso se dão as trajetórias e experiências que caracterizaram as *donzelas* da Torre, que estiveram ligadas à suas lutas, dores e resistências. Nesse sentido, talvez o termo mais apropriado para se referir a elas seja, de fato, o proposto por Ana Maria Estevão como título de seu livro “Torre das Guerreiras e outras memórias”⁴⁹ (2022). *Guerreiras*.

Nesta seção, busquei respeitar, então, alguns dos aspectos utilizados por mulheres que foram presas políticas da ditadura para definirem suas experiências a partir de suas memórias. Nessas rememorações foram reveladas trajetórias e vivências que tentei elencar e sistematizar. Compromisso árduo esse. Demonstrar experiências tão plurais que singularizaram as *donzelas* é um desafio, dada a complexidade que a elas é subjacente.

Suas memórias demonstram as possibilidades de luta coletiva, mesmo nos momentos mais adversos. Demonstram, também, a possibilidade do exercício de coletividade entre mulheres cujas trajetórias se divergem em muitos sentidos, mas que, por possuírem sonhos, amores, lutas e esperanças em comum, puderam gerar transformações. Talvez seja no intuito de manter essas experiências vivas que essas mulheres continuam, até hoje, narrando suas histórias sobre o passado na Torre. Ou, ainda, o fazem pelas constantes iniciativas de apagamento das histórias que significam luta contra o poder hegemônico.

⁴⁹ Esta obra realizada pela ex-presa política da Torre, Ana Maria Estevão, foi lançada na etapa final de escrita desta dissertação. Por isso, sua análise não foi contemplada na pesquisa, embora trouxesse grandes contribuições para as discussões aqui levantadas.

A Torre foi tida, então, como um espaço onde essas experiências plurais se atravessaram. Nesse sentido, esse lugar se constituiu como simbólico para as mulheres, uma vez que caracterizou seus trabalhos de memória coletiva sobre a repressão. Foi, portanto, um espaço de cruzamento de vivências marcadas pela violência, mas também por resistências. Na seção subsequente, analiso as articulações entre memória e silêncio, em relação às histórias de luta que marcaram o passado do presídio Tiradentes. Isto porque, ao ser derrubado em 1973, seu espaço se mantém vivo, até hoje, nas memórias e experiências de toda uma geração de mulheres.

1.2 *E o que significava a demolição daquele presídio? O presídio Tiradentes e sua História de silêncios*

Destruição

[...]

Nada, ninguém. Amor, puro fantasma
que os passeia de leve,
assim a cobra
se imprime na lembrança de seu trilho.

E eles quedam mordidos para sempre.
Deixaram de existir,
mas o existido continua a doer eternamente.

(ANDRADE, 1962)

Em seu poema “Destruição”, Carlos Drummond de Andrade (1962) versa sobre as dialéticas do amor e exprime que o desmantelamento desta emoção ocasiona dores contínuas porque pessoas convivem com um passado que existiu e que produziu lembranças. A presente seção se desenvolve partindo de uma analogia a este poema, pensando no processo de destruição do Presídio Tiradentes em 1973: um espaço habitado por passados outros que *continuam a doer* e afetar aquelas/es que convivem com sua memória, quando atreladas às situações de dor e violência. Assim como expressou Rioco Kaiano em sua fala para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997),

Nas poucas vezes em que ando de metrô e passo pela estação Tiradentes, fico minhocando no fundo da minha memória que esse lugar tem a ver comigo, sim, e com os sonhos que povoaram a minha juventude. E tem a ver com um pedaço marcante e dolorido da História desse país (KAIANO, 1997, p.341).

Os *existidos* que restaram da destruição daquele espaço deixaram impressões nas memórias de uma geração de mulheres que lutaram e almejaram por um modelo de sociedade mais justa, igualitária e desigual, resistindo à repressão ditatorial em suas variadas formas. Pelo fato de o Presídio Tiradentes ter sido derrubado sem a implementação de políticas que trabalhassem seu passado de forma devida, sua memória produziu lacunas na história que se arrastam ao tempo presente.

Partindo dessas considerações, esta seção tem como objetivo investigar como o passado e a história desse espaço prisional vem sendo trabalhada em memórias orais e escritas de mulheres que vivenciaram, nele, o aprisionamento resultante da repressão da ditadura militar. Dadas as recorrentes tentativas de imposição de esquecimentos das

dissidentes histórias ali vivenciadas, busco investigar as formas nas quais a memória dessas mulheres, a partir das fontes, produzem embates e disputas neste cenário.

Como relatado anteriormente, em 1973 a cidade de São Paulo acompanhava o fechamento e a demolição do Presídio Tiradentes. Esta demolição se deu sob o pretexto da construção de dois novos prédios – um prédio da Caixa Econômica e o Teatro Franco Zampari – e de uma das linhas do novo metrô que havia iniciado sua construção em 1968 (TELES, 2015, p. 199). Em 19 de maio de 1973, a Folha de São Paulo lançou a seguinte nota, divulgando a demolição do presídio nas manchetes de seus jornais:

[...] A nota oficial da Corregedoria: A corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária de São Paulo distribuiu, ontem, a seguinte nota oficial sobre o fechamento do Presídio Tiradentes: “Este Juízo comunica que, nesta data, foram evacuados do Recolhimento Tiradentes os últimos presos, encerrando-se, finalmente, a triste história desse presídio.” (ACERVO FOLHA, 1973)

A ideia de “encerramento” das histórias presentes naquele espaço com sua demolição foi reproduzida pela Corregedoria e retomada pelo jornal num sentido de “página virada” sobre o passado (BAUER, 2014). Essa “virada de página” era estimulada em prol do progresso que significava, para tais agentes, a expansão das linhas do metrô. Reproduzindo uma interpretação positivista de linearidade dos tempos históricos, era evocada a necessidade de voltar o olhar ao futuro e não ao passado, impondo a superação do vivido em favor do progresso. Mas, para as/os pessoas que ali vivenciaram inúmeras situações de violências e resistências, seria possível superar o passado, sem sua redenção? Ainda, segundo Pierre Nora (1993), se a memória também “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto” (p. 9), o que significou, para estas pessoas, a demolição daquele espaço e a intenção de apagamento de seu passado?

Na tentativa de refletir sobre estes questionamentos, importa ressaltar o relato de Rioco Kaiano para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), que se inicia da seguinte forma:

Fiquei presa no Presídio Tiradentes na última fase de sua existência – entre meados do ano de 1972 até sua demolição e a construção da estação Tiradentes do metrô. O início da construção da linha norte-sul é uma imagem forte que guardo dos anos 70. Eu morava na Vila Madalena e acompanhei quase que passo a passo o início das obras naquele trecho. [...] Nessa época, a ditadura parecia ir de vento em popa. Após a vitória do Brasil na Copa do Mundo, a imagem do país era de euforia. A música “Eu te amo, meu Brasil” queria associar o orgulho e a alegria pelo tricampeonato com o progresso econômico, ou melhor, o “milagre econômico”. [...] em São Paulo, o símbolo do “milagre” prometido pela ditadura era o metrô. Vai daí que o presídio Tiradentes

ser substituído pela estação Tiradentes parece, mais que ironia, um marco simbólico. (p. 336)

O marco da destruição do espaço do Presídio para a construção das linhas do metrô referido por Rioco Kaiano serve como um exemplo dos processos que marcaram a década de 1970, no Brasil. Essa década iniciou logo após a implementação do AI-5 em 1968 e durante ela, a repressão, perseguição e censura sobre aqueles e aquelas que se opunham à ditadura se atenuaram de forma mais ampla. Concomitantemente, foi o momento do chamado “milagre brasileiro”, em que se vendia a noção do progresso atrelado à modernização e à uma sociedade pautada pelo consumo como forma de *status* social (COIMBRA, 1997, p. 425) – cujo acesso era voltado para uma pequena parcela da população. A desigualdade se mostrava evidente e dicotômica. Se uma pequena parcela das camadas sociais – a dizer, as classes mais altas que gozavam de privilégios sociais e econômicos – se beneficiavam com esse contexto, era às custas da exploração e opressão de outros segmentos, grupos e classes sociais.

A repressão ditatorial não decaía apenas sobre membros/as das distintas organizações de esquerda, mas funcionava como um sistema estrutural e também se pautava no aumento da violência nos centros urbanos e rurais, em relação às populações marginalizadas. Nesse sentido, durante a ditadura houve um aumento substancial na repressão aos quilombolas e indígenas; à população carcerária – aos/as ditos/as presos/as “comuns” (SALLA, 2003); à população LBGT (BORGES; ZACCHI; ZANDONÁ, 2019); aos trabalhadores rurais; entre outras comunidades da periferia do capitalismo (BORGES; MERLINO, 2019). Assim, o sustento do “milagre econômico” e do modelo de sociedade capitalista voltada ao progresso e ao consumismo dependia da exploração da mão-de-obra das classes menos privilegiadas, bem como significava a repressão e opressão de grupos supracitados. Era, portanto, estruturado pelas opressões de classe, assim como de raça e gênero. Aspectos opressores esses que não se constituíram somente no período ditatorial e que, tampouco, findaram após o período de redemocratização.

A tentativa de virada de página a partir do desmantelamento do espaço físico do Presídio Tiradentes em prol da construção de um dos símbolos de progresso e do sistema econômico defendido pela ditadura, é, de fato, “mais que ironia, um marco simbólico” (KAIANO, 1997, p. 425). Este marco simbólico é carregado de significados, uma vez que, considerando o contexto acima exposto, o Presídio foi um espaço que serviu aos mecanismos de repressão do Estado.

Ainda, antes de se tornar um dos espaços de repressão da ditadura militar brasileira, o Presídio Tiradentes – antiga Casa de Correção de São Paulo⁵⁰ – observou histórias outras que também foram apagadas com sua destruição. Desde sua construção, que começa em 1837, o complexo penitenciário do Presídio Tiradentes foi idealizado como um espaço para manter isoladas e marginalizadas pessoas que eram consideradas indesejáveis e subversivas perante às estruturas vigentes de poder. Inaugurado em 1852, foi palco de diferentes histórias de iniquidades, violências e opressões durante os séculos XIX e XX no Brasil.

Segundo Márcia Camargos e Vladimir Saccheta (1997), a construção da “Casa de Correção” que daria lugar ao Presídio Tiradentes fez parte das intenções de criação de um aparato penal de punição e reabilitação de grupos considerados como degenerados sociais e perturbadores da ordem da República Nacional (a exemplo de pessoas escravizadas, ex-escravizadas e quilombolas). De acordo com as autoras, a partir do crescimento populacional desenfreado na cidade de São Paulo entre 1872 e 1910, somaram-se a estes grupos: as pessoas ex-escravizadas expulsas do campo que configuravam a mão-de-obra desqualificada; o operariado socialista e anarquista que reivindicavam greves e pautas sociais e políticas; e os denominados “loucos” – que poderiam se referir às prostitutas, aos cafetões, aos julgados vadios, aos menores abandonados e aos praticantes de jogos (CAMARGO; SACCHETTA, 1997, p. 488). Com o intuito de controlar, disciplinarizar e repreender esses grupos, ampliavam-se as construções e funcionamento das instituições de isolamento – tais como as prisões e os hospícios. Esses espaços serviam como “instrumento de controle social dentro do projeto político e econômico da nascente burguesia brasileira” (CAMARGO; SACCHETTA, 1997, p. 486).

Durante o Estado Novo, o Presídio Tiradentes tornava-se, oficialmente, um espaço destinado aos presos “comuns e especiais” (CAMARGO; SACCHETTA, 1997, p. 492). Assim, o referido espaço fazia parte dos mecanismos de repressão do Estado Novo, intensificados com a implementação da Lei de Segurança Nacional a partir do decreto nº 9.789 em 1938. Essa lei foi implementada sob a “justificativa de conter a instabilidade social – mas em cujo bojo escondia-se o propósito de afastar o ‘perigo vermelho’ apresentado pela Aliança Nacional Libertadora” (CAMARGO;

⁵⁰ Em seus anos iniciais, o Presídio Tiradentes era considerado uma “Casa de Correção” e, posteriormente, passou a se chamar “Casa de Detenção de São Paulo”. O nome “Presídio Tiradentes” foi atribuído por sua localização na Av. Tiradentes em São Paulo (CAMARGO; SACCHETTA, 1997).

SACCHETTA, 1997, p. 492)⁵¹. Anos mais tarde, durante a ditadura militar instaurada com o golpe de 1964, o Presídio voltava a se configurar como um espaço também destinado a presos e presas política. Apesar de se configurar como tal desde 1968, somente em 1971 foi de fato oficializado como um espaço de detenção por motivações políticas (CAMARGO; SACCHETTA, 1997). Descrito como o “presídio da subversão”⁵², a instituição passava a abrigar alas destinada aos homens e mulheres que eram presos políticos da ditadura.

De uma forma geral, é possível afirmar que em ambos os séculos de funcionamento, o Presídio Tiradentes isolou e violentou pessoas cujos direitos básicos de existência não foram garantidos pelas estruturas estatais vigentes. Estruturas essas que produziram os aparatos responsáveis por marginalizar esses sujeitos e sujeitas – em diferentes níveis e recortes sociais e históricos. Nesta lógica, nos seus anos de funcionamento, o complexo prisional atuou como parte dos dispositivos fundamentais para o controle e estabelecimento de uma determinada “ordem” dominante na cidade de São Paulo que, ancorada em uma herança racista e colonialista, exprime suas reminiscências até a atualidade.

Para além do presídio ter sido um dos espaços políticos da repressão e, conseqüentemente, de resistência à ditadura militar brasileira, sua singularidade para o presente trabalho se dá por ter sido o espaço prisional de distintas mulheres encarceradas por motivações políticas entre 1968 e 1973, no Brasil.

O modelo de construção do Presídio Tiradentes se baseou nas formas arquitetônicas radiais próprias das Casas de Correção construídas no Brasil no século XIX (ALFREDO, 2018). Como características próprias desse modelo de arquitetura, o presídio foi constituído em torno de uma torre de vigilância, aproximando-se do modelo panóptico debatido por Michel Foucault (1987)⁵³. Anos após a construção do Presídio, esta Torre – apresentada na **Figura 1** – seria palco do controle, vigilância e punição, uma

⁵¹ Dentre as pessoas presas por motivações políticas antes da ditadura militar brasileira, destaco: José Maria Crispim, Encarnação, Denise Crispim – presas na Torre –, Monteiro Lobato, e, em 1948, o diretor e secretário de redação do PCB, Joaquim Câmara Ferreira e Noé Gertel (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997).

⁵² De acordo com Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta (1997), o presídio Tiradentes já recebia pessoas presas políticas da ditadura desde 1968, mesmo que apenas em 1971 tenha sido publicamente noticiado como um presídio político da ditadura, chamado de “Presídio da Subversão” (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997).

⁵³ O modelo panóptico, debatido por Michel Foucault em seu livro “Vigiar e punir” (1987) diz respeito à estrutura arquitetônica prisional caracterizada por uma torre de vigilância erguida no centro das celas do presídio, construídas em torno dessa torre. Segundo o autor, esse modelo permitiria, para além da punição, a vigilância e o controle dos corpos e sujeitos.

vez que em seus espaços, um total de cinco celas eram destinadas às mulheres presas políticas da ditadura militar.

Figura 1: Vista do pátio do Presídio Tiradentes, com a Torre centralizada, s/d.



Fonte: Presídio Tiradentes, 1920.

A “Torre das Donzelas” configurou-se como um lugar de prisão e repressão da ditadura entre as décadas de 1968 e 1973, período findado a partir de seu derrubamento. No processo de demolição do presídio Tiradentes, a Torre foi completamente destruída. Para além do apagamento deste pavilhão, em pesquisa realizada⁵⁴ foi percebível a escassez de fotografias no domínio público que demonstrassem o interior daquele espaço, sendo encontradas apenas fotografias que exibiam o exterior do lugar. Nesse sentido, o relato de Rita Sipahi concedido ao livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) admite sua singularidade ao descrever características sobre o interior do espaço físico da Torre:

O local que habitávamos no presídio Tiradentes era uma velha Torre circular, de paredes maciças, rodeadas de guaritas, isolada do resto do presídio pelo pátio feminino, e tendo como única entrada uma porta de ferro. Dentro, o acesso às celas se dava por uma escada dupla, majestosa, em forma de ferradura. Sua amurada na parte superior, como um mezanino, permitia a visão do que acontecia na parte de baixo. A porta de entrada e saída rangia sempre, e seu cadeado tinha uma batida inconfundível. (1997, p. 183)

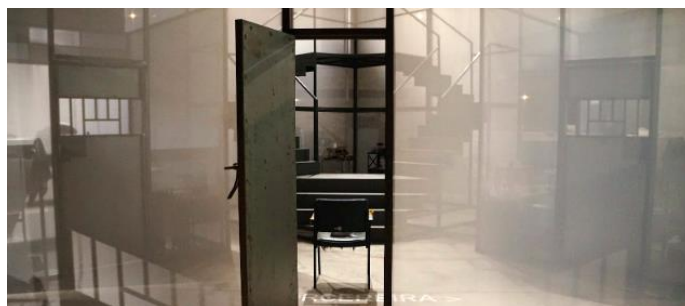
A tentativa de reconstrução do espaço da Torre na memória de Rita prioriza este aspecto como algo relevante a ser tratado. Nesse sentido, considero possível que esta escolha em tratar do assunto se entrelace com o apagamento do espaço físico e a

⁵⁴ Esta pesquisa foi realizada em dois sites da internet: o Memorial da Resistência de SP e o Memórias da Ditadura. Também, no arquivo Público de São Paulo, em formato digital.

imposição do esquecimento sobre tais passados. Assim como o relato de Rita Sipahi, outras mulheres destacaram a necessidade de descrição do espaço da Torre e do Presídio Tiradentes como um aspecto singular em seus passados, por ele ter causado impressões em suas memórias. Como relata Rioco Kaiano (1997, p. 337): “Eu me pergunto como seria a estrutura física do Tiradentes. A imagem fica embotada, difusa, meio cinza. Acho que, por fora e por dentro, o presídio era cinza! Nós, as mulheres, ficávamos numa torre. Havia uma escadaria que fazia uma curva.” A tentativa de reconstruir este passado a partir de fragmentos de sua memória demonstra a intencionalidade em manter registrada a constituição daquele espaço, fazendo com que sua estrutura se torne tangível, mesmo que no plano imaginário.

A partir do plano imaginário, a produção do filme “Torre das Donzelas” (2018) intentou reconstruir o espaço físico da Torre com base em fragmentos das memórias que descreviam o espaço (**Figura 2**).

Figura 2: Reconstrução da entrada e da escadaria da Torre realizada pela produção do filme “Torre das Donzelas” (2018).



Fonte: LIRA, Susanna. Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Susanna Lira (2020), diretora e responsável pela escolha de recriar o espaço para o filme “Torre das Donzelas” afirma sua intenção em imortalizar no imaginário social o espaço reconstituído da Torre como forma de combater apagamentos sobre o passado da ditadura (TORRE DAS DONZELAS, 2020). Nesse sentido, a Torre reconstruída se tornou um “lugar de memória” da ditadura militar brasileira e da história das mulheres através das lentes do cinema – em sentido análogo ao proposto por Pierre Nora (1993).

Levando em conta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13), a retomada de tal espaço pode atuar como um dispositivo do lembrar determinada memória coletiva de um passado obliterado. Ou seja, a memória é manipulada e moldada a partir de silêncios. Daí a

importância da construção e ressignificação de tais lugares, ainda que eternizados apenas no plano cinematográfico⁵⁵.

Em sequência, importa contextualizar as justificativas públicas de demolição do Presídio Tiradentes, e consequentemente, da Torre das donzelas. Ainda que possuindo um amplo espaço físico, desde sua inauguração o Presídio demonstrou problemas em sua infraestrutura (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997). Assim, além de todos os riscos físicos e psicológicos vivenciados pelos e pelas presas que por ali passaram, o Presídio apresentou riscos de desabamento visto que suas celas foram construídas com materiais rudimentares (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997). Em plena ditadura militar, o Presídio Tiradentes saía nas manchetes de jornais, que expunham as notícias e davam justificativas sobre a demolição daquele espaço. Em 19 de maio de 1973, a Folha de São Paulo lançou a seguinte nota:

A verdade é que não se sabe com exatidão como teve início a história do edifício da av. Tiradentes, finalmente encerrada ontem pela Corregedoria dos Presídios e da Polícia Judiciária de São Paulo, depois de condenado um sem número de vezes por um sem número de autoridades, em diferentes épocas. Há muito que o Presídio Tiradentes não vinha oferecendo os mínimos requisitos de segurança e higiene. (ACERVO FOLHA, 1973)

Desde os anos de sua construção e inauguração – respectivamente em 1832 e 1952 – o Presídio Tiradentes já apresentava condições sub-humanas de higiene, insalubridade e riscos de desabamentos (CAMARGO; SACCHETTA, 1997), sendo inclusive denunciado em outras ocasiões. No entanto, as condições degradantes não foram consideradas pelo poder público como motivo substancial para sua demolição. O prédio manteve-se erguido por todo o tempo que ele serviu para os designios da opressão, mesmo apresentando riscos sérios a todas as pessoas que ali se encontravam.

Chamo atenção novamente para a expressão utilizada na matéria trazida acima, em que, a partir de seu fechamento em 1973, a história do Presídio estaria “finalmente encerrada”. Reiterando as reflexões anteriormente expostas, esta frase demonstra o modo como parcelas políticas e sociais do contexto de ditadura militar pretendiam lidar com a história e a memória daquele presente/passado recente. Expressavam que a demolição do

⁵⁵ Em um debate realizado no *youtube* em julho de 2020 pra o cineclube latino, Susanna Lira afirmou que sua intenção era recriar esse espaço como cenário para o filme (ver mais sobre tal discussão na seção 2.2 do capítulo 2). Mas, também tinha a intenção de conservar como um lugar de memória da ditadura para visitação de escolas e do público em geral. Porém, tal ação foi estagnada, a princípio devido a pandemia do COVID-19. A diretora também coloca a nova agenda política do atual governo federal, pautada nos ideais de extrema esquerda e na comemoração do passado ditatorial, como um ponto de impasse para a realização deste projeto.

presídio encerraria um passado que, na verdade, estava longe de passar e já deixava suas reminiscências latentes. Mais uma vez, a noção de progresso trazida com as novas obras que tomariam o antigo espaço do Presídio Tiradentes foi intensificada por essa ideia de “página virada”. O futuro dependia da rápida superação desses passados traumáticos – e aqui podemos considerar não apenas a ideia de virar a página para os processos que envolveram a ditadura militar, mas, também para o passado e o legado da escravidão.

Todavia, antes que o passado pudesse ser de fato ser esquecido e “superado” – tal qual considera Paul Ricoeur (2007) ao propor uma inversão no senso comum da História – a memória deve agir em conjunto com a história enquanto um fenômeno (RICOEUR, 2007). Ou seja, é preciso que a memória atue em interlocução com as representações do passado, para que – e só assim – possa ser escrita não mais para lembrar, mas, sim, para que se possa esquecer. No entanto, a imposição do esquecimento sem as vias da memória como fenômeno da história pode acarretar consequências, como foi o caso brasileiro no processo de construção da memória social da ditadura e de suas reminiscências. As tentativas de virar páginas da história brasileira – como exemplificado acima por uma dentre tantas matérias jornalísticas da época, ou ainda, como interpretação da própria lei de Anistia Brasileira de 1979 – atuaram a partir de políticas e ações que visavam produzir a ausência da memória, ou, ainda, a produção de um esquecimento induzido (BAUER, 2014).

O processo que envolveu o apagamento do Presídio Tiradentes atuou como uma dessas tentativas de “página virada”. Isto também se deu porque o que restou do espaço prisional do Presídio Tiradentes, que marcou distintos processos históricos brasileiros, da ditadura e da história das mulheres, foram restos de concreto e seu monumento de entrada – um arco pelo qual adentraram pessoas que ali vivenciaram situações adversas e traumáticas nos séculos XIX e XX (**Figura 3**).

Figura 3: Arco de entrada do presídio Tiradentes retomado pelo livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997).



Fonte: Livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) p. 397

Esse Portal de Pedra foi tombado como patrimônio histórico da cidade de São Paulo pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT) somente em 1985, doze anos após a demolição do Presídio. O tombamento se deu principalmente a partir da demanda e apoio de entidades, tais como o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, que consideravam o portal como uma “referência da história política do Brasil, da memória da repressão estatal e da resistência à mesma” (TELES, 2015, p. 200). A preservação e o tombamento do arco foram reivindicados também como formas de “denúncia vivida naquela instituição e como instrumento de sobrevivência dessa memória 'que muitos querem ver apagada'” (CONDEPHAAT, 1985, p. 3-6 apud TELES, 2015, p. 200). Segundo Janaína Teles (2015), o processo que envolveu a monumentalização do arco deixa questionamentos sobre sua real capacidade em “transmitir as memórias e experiências vividas naquele local, remetendo-nos às vicissitudes relativas ao modo como temos lidado com o legado da ditadura no Brasil” (p. 203).

No ano do tombamento do arco, em 1985, foi inaugurada uma placa em memória às histórias vivenciadas no Presídio. Ainda assim, a própria placa carrega seus silenciamentos próprios. A frase inscrita na placa: “a todos os homens e mulheres que, no Brasil, ao longo da História, lutaram contra a opressão e a exploração – pela liberdade” (CAMARGOS; SACCHETTA, 1997, p. 485) generaliza e não apresenta especificações sobre a quais passados ela alude. Esta placa, roubada na década de 1990, nunca foi encontrada e tampouco reposta.

Ainda de acordo com a autora (TELES, 2015), após sua inauguração, o Portal do Presídio Tiradentes voltou a ter enfoque político apenas no fim da década de 1990 com a publicação do livro aqui estudado, “Tiradentes, um presídio da ditadura (1997)”. Na ocasião, o arco foi rememorado de distintas formas – a partir de imagens, desenhos e fragmentos de memórias. Em 2003 o arco voltou a ser retomado como espaço de memória da ditadura a partir da instalação denominada “Pássaro Livre/Vogelfrei”⁵⁶, de Horst Hoheisel e Andreas Knitz (**Figura 4**), que foi realizada no Octógono da Pinacoteca de São Paulo.

Figura 4: Instalação “Pássaro Livre/Vogelfrei”, 2004.



Fonte: Centro de Documentação e Memória da Pinacoteca do Estado (CEDOC) apud SANTOS, 2016.

O arco de entrada resta, até hoje, como uma ruína, restos esvaziados de significado para muitas pessoas, enquanto que, para outras, carregam parte de suas histórias e memórias. Como relata Maria Aparecida dos Santos no filme “Torre das Donzelas (2018)”:

o portão, o imenso portão do destruído presídio, vai ser parte da História Oficial. Monumento ao passado, alerta ao futuro, portão de entrada, mas nunca nos repararam de nossos sonhos e esperanças. Portão de saída, mas nunca nos repararam do que vivemos e morremos lá dentro (TORRE, 2018).

A fala de Maria Aparecida destaca o quanto o apagamento das experiências vividas pelas detentas no período da ditadura as afetam. Denuncia o silenciamento das violências sofridas o que, paradoxalmente, fazem com que elas sintam uma forte ligação com aquele espaço, no sentido de pertencimento de sua geração. Ou seja, a estrutura de

⁵⁶ Vivian Braga dos Santos (2015) problematizou as discussões em torno desta instalação, destacando-a como um “contramonumento”. Ver mais: SANTOS, 2015.

concreto representa parte da memória de distintos homens e mulheres, mas, no entanto, não faz referência aos seus passados, o que nega ao monumento sua constituição enquanto um lugar de memória para as gerações futuras.

Por mais de dez anos, o arco se manteve ali como uma ruína: preservado apenas como mais um elemento da paisagem urbana de São Paulo. Segundo Janaina Teles (2015):

A despeito dos esforços de preservação do Portal do Presídio Tiradentes – atualmente ele faz parte do circuito turístico da cidade –, terminada a exposição, o local que o abriga volta à sua condição de sombra do passado e ruína “invisível” para a maioria da população (p. 204).

Nesse sentido, as histórias de luta e resistência foram obliteradas para parte da população, ainda que aqueles e aquelas diretamente atingidos pelo passado da ditadura batalhavam para exaltar o espaço como um lugar de recordação, ou ainda, como um lugar de memória. Segundo Janaina Teles (2015), por muito tempo familiares e amigos de desaparecidos e vítimas da ditadura depositaram flores no monumento.

Outro esquecimento que pontua estaria na própria transformação do terreno do antigo Presídio Tiradentes em uma Agência Central da Caixa Econômica e em uma das linhas do metrô, sem que fosse erguido ou referenciado algum outro espaço de recordação que ressaltasse aquele “lugar de memória” enquanto tal.

Os “lugares de memória” (NORA, 1993) são espaços que possuem significados simbólicos, materiais e funcionais por carregarem a memória de um passado de um determinado grupo social. Estes lugares não se fariam necessários se o passado e a memória que a eles cabe resguardar não estivesse em constantes ameaças (NORA, 1993). Assim, se estes “lugares de memória” são capazes de “bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para [...] prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (NORA, 1993, p. 22), a falta de iniciativas para transformar o arco do presídio Tiradentes em um lugar de memória ressaltam um descaso com as tantas histórias ali vividas – descaso proposital, negligente ou, porque não, ambos⁵⁷.

⁵⁷ Os “lugares de memória” têm a capacidade de transmitir a lembrança daqueles e daquelas que vivenciaram situações que não foram compartilhadas de forma ampla, a ponto de cristalizar na memória social e coletiva as experiências que foram próprias de uma parcela pequena de pessoas (NORA, 1993). Como exemplo de lugar de memória da ditadura militar brasileira, cito o “Memorial da Resistência de São Paulo”, localizado no antigo prédio do DEOPS⁵⁷, em meio as ruas e prédios próximas à Estação Pinacoteca na cidade de São Paulo. A ressignificação desse espaço da repressão em um memorial pode exemplificar uma possibilidade de articulação entre a memória social e o patrimônio cultural (SILVA, 2014). Porém, a

Uma placa ou um arco de concreto erguido em meio à paisagem urbana da cidade, sem seu devido trabalho do passado, poderia dar conta de transformar o que restou daquele espaço em um lugar de memória? Ainda, seriam capazes de tensionar as disputas de memória da ditadura travadas ao longo do tempo e representar os diferentes passados marcados pela violência de Estado daqueles que ali vivenciaram tempos de outrora?⁵⁸

Essas questões são colocadas aqui à guisa de provocações e não necessariamente com o objetivo de apontar respostas conclusivas. Cabe refletir que o processo que envolveu a demolição do Presídio e sua conservação pode ser visto como uma política de esquecimento não apenas da ditadura, mas do passado prisional brasileiro como um todo, da história das mulheres e, ainda, do passado violento da escravidão. Para Pierre Nora (1993), a necessidade de criação de lugares de memórias alinha-se ao fato de nossa sociedade ser marcada pela ausência de uma memória plenamente “autêntica” – tampouco “espontânea”, como supracitado – principalmente porque ela pode ser modificada e moldada, respondendo a interesses de determinados grupos. Possivelmente, decorre daí a insistência das mulheres em falar sobre o espaço físico do presídio em suas memórias, conforme discutida nesta seção.

A memória social é modificável e sua construção perpassa por aspectos políticos e ideológicos que podem excluir distintos sujeitos, assim como promover desigualdades – tal como é percebível no debate sobre a memória da ditadura brasileira. Assim, a importância dos lugares de memória se relaciona também à atribuição de significados à

interlocução entre estes dois aspectos não foi a mesma com relação ao que restou da memória do Presídio Tiradentes e de seu espaço físico como um todo.

⁵⁸ Trago também a perspectiva de Viviane Borges e Myrian Sepúlveda, que, referindo-se ao passado prisional num âmbito geral, e não apenas ao político, problematizam os constantes apagamentos e demolições dos passados de presídios. A forma como o Estado trabalha a memória destes espaços diz muito sobre qual passado e qual narrativa oficial se quer registrar, ainda mais quando atrelados também ao passado ditatorial. As autoras citadas corroboram nesse sentido, ao afirmarem que, quando a história das prisões é estabelecida a partir de silenciamentos, tende-se a delinear um passado nebuloso e produzir continuidades nocivas no tempo presente. Alinho-me às autoras quando, ao abordarem o passado prisional, afirmam que os silenciamentos estratégicos presentes permitem “problematizar como a sociedade tem lidado com esta dimensão incômoda que o passado prisional ainda provoca no presente” (BORGES; SEPÚLVEDA, 2019, p. 89). Silenciar esse passado não se restringe apenas em ignorar as relações de violência e repressão instituídas pelo Estado sobre determinados corpos, como negar também suas continuidades, cada vez mais intensificadas na sociedade brasileira. Essas continuidades podem ser percebidas a partir de diferentes situações que envolvem o sistema prisional de nosso país. Cito: a contínua violência policial sobre os corpos das pessoas em situação de cárcere – corpos marcados pela classe e raça, por exemplo –, a partir da superlotação dos presídios, e, a nível imediato, da situação vivenciada por encarcerados durante a pandemia da COVID-19. Nesse cenário, as superlotações nos presídios brasileiros se somam às situações de insalubridade dos espaços prisionais, o que impulsiona a disseminação do vírus entre as pessoas em privação de liberdade (OLIVEIRA, 2020). Ainda, como resposta, o Estado não adotou medidas de proteção a essa população carcerária, proibindo apenas visitas de familiares e assistência jurídica aos espaços prisionais (CAMPELLO; GODOI, 2020). O mesmo Estado que não concedeu proteção a esses indivíduos, reforçou suas ações repressivas nesse momento de pandemia.

memória coletiva. Porém, muito dos monumentos, ao invés de retomar a história, reforçam silenciamentos e desigualdades. Tal qual Walter Benjamin afirma, “todo monumento de cultura é também um monumento de barbárie” (LÖWY, 2005). Monumentos de cultura erguidos em prol da celebração dos passados dos “vencedores” se tornam incompatíveis com a memória coletiva da sociedade vigente. Nesse caso, sua problematização e destruição torna-se uma forma possível de ressignificar a memória coletiva, o que não é o caso do Presídio Tiradentes.

No caso desse espaço, ele não foi erguido como monumento de celebração, mas sim como um espaço prisional de promoção da violência e controle social por parte do Estado. Além disso, sua destruição foi realizada pelo mesmo Estado que usufruiu do lugar como forma de promover a repressão de inúmeros sujeitos que ali passaram. Frente a esses aspectos, importa ressaltar que a destruição do Presídio não se torna o cerne do problema, mas sim, a forma como ela se deu e a forma como contribuiu para as políticas de apagamento de um passado que, longe de estar superado, é recente e enxerga no presente suas reminiscências políticas. Corroborando com os argumentos citados, Maria Aparecida da Costa, ao realizar seu depoimento para o filme “Torre das Donzelas” (2018), reflete: “E o que significa a demolição daquele presídio? É uma forma de apagar aquela memória. Então as ações de silenciamento dessa história toda, elas vêm acontecendo”.

Maria Aparecida da Costa afirma sua opinião de que o processo que envolveu o derrubamento do Presídio fez parte das ações de silenciamento da história da ditadura militar brasileira. Nesse sentido, considero que uma forma de ressignificar a memória coletiva das histórias guardadas pelo Presídio Tiradentes seria atribuir novos significados àquele espaço, celebrando o passado dos “vencidos” e não tentando apaga-los por completo. Isto porque, para além daquele lugar ter sido um espaço de violência, ele foi também espaço de resistências distintas. Nessa lógica, tanto os monumentos de celebração ao passado dos “vencedores”, quanto as ações de apagamento do passado dos “vencidos”, produzem desigualdades e violências.

Com base nas discussões levantadas por esta seção, bem como no questionamento de Maria Aparecida supracitado, reitero que o objetivo da discussão acerca do passado do Presídio Tiradentes foi evidenciar as tentativas de apagamento da História do espaço, próprias do processo de seu derrubamento. Assim, objetivei compreender os silenciamentos, no âmbito da memória social, que justificam a necessidade das *donzelas* em rememorar, recorrentemente, as vivências no presídio que marcaram suas gerações.

Retomando a alusão ao trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade citado no início desta seção, o espaço do Presídio Tiradentes deixou de existir fisicamente, “mas o existido continua a doer eternamente”. As impressões de suas dores se dão também pelas reminiscências do passado no tempo presente. A memória da ex-presa política Ana Maria Estevão (2022) se embaralha com a poesia de Drummond, quando ela relata: “A torre foi demolida, mas não desapareceu com o simples desempilhamento de pedras. Ainda hoje, muitos anos depois, a torre que ninguém habita continua habitando em mim” (ESTEVÃO, 2022, p. 21). Diante desse contexto, o Presídio continua povoando memórias de uma geração de pessoas que por ali passaram e que veem a necessidade de continuar recordando.

Face às imposições de esquecimentos e silenciamentos, falar sobre o passado se tornou uma forma de tensionar as disputas pela memória e por esquecimentos. No caso das mulheres que rememoraram seus passados marcados pela violência da repressão, o percurso do falar e de tornar públicas suas memórias demandou distintos processos individuais e coletivos. E é sobre parte desses processos que trato na seguinte seção.

1.3 Percursos do *falar*: gênero e trauma na retomada de memórias de mulheres sobre a violência e repressão política

Descobrir o feminismo pode ser empoderador porque é uma forma de reabitar o passado.

(AHMED, 2018)

Sara Ahmed (2018), ao debater sobre sua descoberta do feminismo e sua busca por uma vida alinhada ao movimento na teoria e na prática, ressalta as interlocuções presentes entre feminismo e memória. Segundo a autora, *reabitar o passado* incorporando os olhares feministas à memória pode possibilitar que novos significados sejam dados para experiências pretéritas, assim como a compreensão de determinadas vivências marcadas pelas desigualdades de gênero, misoginia e situações plurais de violências. Este “movimento” citado por Sara Ahmed (2018) evoca, ainda, a identificação individual e coletiva das tantas situações de opressão e inequidades a partir da incorporação feminista às vivências passadas, colocando em voga a atenção ao presente. Estas reflexões enquadram-se como ponto de partida para a discussão sobre a relação que mulheres brasileiras que vivenciaram a repressão ditatorial estabeleceram com a memória marcada por esse passado relacionado, especialmente, com as vivências marcadas pelo gênero e pelas violências sexuais⁵⁹.

Em 2013, a ex-militante da luta contra a ditadura militar brasileira, Ieda Akselrud Seixas, mobilizou a dimensão pública expondo o seguinte relato para o filme “Torre das Donzelas (2018)”: “Aí me levaram para um banheiro [pausa] aí sentou do meu lado um homem que parecia um ogro, aí ele sentou aqui do meu lado e disse assim: ‘não, não, não, para de bater porque ela não vai... ela vai gozar comigo e ela vai falar’”. O relato demonstrado por Ieda ressaltou o caráter sexual assumido pelas torturas que vivenciou nos porões da ditadura. Em um relato similar apresentado pelo relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014) que se referia a esta mesma situação de violência, Ieda destacou: “[...] eu posso contar essa história porque há depoimentos e depoimentos. Mas eu levei muito tempo para me tocar que aquilo era abuso sexual, sabe por quê? Eu

⁵⁹ Importa ressaltar que a violência sexual e de gênero durante as ditaduras militares latino-americanas não foram vivenciadas apenas pelas mulheres, tendo os homens sido submetidos também a tais violências. O recorte deste ensaio decaí sobre as mulheres, também pela dificuldade que os homens possuem, até o tempo presente, de retomar as vivências de tortura a partir da ótica da violência sexual. Tal assunto, pode, inclusive se tornar tema para próximas análises, visto que também perpassam pelas construções sociais de gênero.

minimizava aquele episódio porque, afinal, não era pau de arara, não era choque e não era cadeira do dragão”. (CNV, 2014, p. 418-419).

Ao narrar essas vivências, Ieda atribuiu às suas falas um tom de denúncia às violências sexuais e de gênero impingidas durante a ditadura (Wolff, 2015) que não foram por ela assimiladas como tais durante um longo tempo. Ou seja, o movimento de assimilação reflete o duradouro e necessário percurso para ela conseguir sinalizar que a violência que vivera era de caráter político e não apenas individual/privado (JOFFILY, 2016). Com relação a rememoração destas memórias, mas também das outras sobre a repressão ditatorial num âmbito geral, quais aspectos estariam associados a esta dificuldade de assimilação? Ao chamar atenção para a importância da construção de uma memória coletiva de mulheres capaz de gerar pertencimento e incentivar novas denúncias, o relato de Ieda Iakselrud provocou a reflexão sobre quais motivações permitiram que ela, bem como outras mulheres, mobilizasse denúncias similares na dimensão pública ao longo dos anos.

Os referidos questionamentos servem como base para esta seção, que busca analisar aspectos próprios da rememoração destas memórias ao longo do tempo, pensando nos embates e subjetividades próprias do lembrar. Tais questionamentos importam também para refletir sobre o movimento de retomada das memórias de mulheres sobre a ditadura, ligadas às violências sexuais e de gênero. A partir dessa retomada, é possível também discutir a publicização dessas e de outras memórias em fontes como o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e o filme “Torre das Donzelas” (2018). Esses debates importam para pensar sobre o cárcere político na Torre das *donzelas* como um todo – e não apenas referente às violências sexuais e de gênero. Isto porque essas vivências, ao marcarem traumas e emoções difíceis de serem processadas, foram determinantes para as possibilidades e impossibilidades de acesso da memória sobre o passado como um todo.

Ancorada em autoras brasileiras e latino americanas que se debruçaram em debater esta temática anteriormente, tomo como fio condutor para esta seção as discussões já levantadas por autoras como Alejandra Oberti (2010), Janaína Teles (2015), Mariana Joffily (2016) e Paula Franco (2017). É possível afirmar que de uma forma geral, tais autoras analisaram parte dos processos que compuseram a retomada das memórias sobre violências sexuais e de gênero durante as ditaduras latino-americanas, ressaltando a importância de um espaço de fala e escuta para tais memórias. Problematicaram os embates entre lembrar e esquecer, destacando os espaços de escuta atentos às violências

sexuais, provendo métodos de incorporação dos olhares de gênero à memória de mulheres acerca das repressões ditatoriais na América Latina.

Para além dos trechos das fontes aqui analisadas, busco estabelecer o diálogo com memórias vinculadas ao Capítulo 10 do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), intitulado “Violência sexual, violência de gênero e violência contra crianças e adolescentes”, considerando que este relatório foi um marco importante no processo de retomada das memórias de mulheres a partir da incorporação do gênero como categoria de análise (Franco, 2016), ainda que não tenha cessado as lacunas sobre este passado.

A publicização das memórias de mulheres sobre o passado violento das ditaduras latino-americanas demandou um processo, que, para além das possibilidades intrínsecas ao *poder falar*, se fez necessária a construção de um espaço aberto à escuta daquelas vivências (TEGA, 2019; FRANCO, 2017). As memórias mobilizadas no espaço público no sentido de denunciar que as violências ocasionadas pelos Estados ditatoriais militares foram também cunhadas na exploração e opressão de mulheres, bem como nas relações desiguais de gênero (Teles, 2015)⁶⁰ vem sendo ampliadas com o tempo desde os anos que marcaram a ditadura até os dias atuais. O relato que Maria Amélia de Almeida Teles, Amelinha, concedeu ao relatório final da CNV destacou estes aspectos:

Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade e gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres, em que os agentes do Estado, os repressores usaram dessa desigualdade para nos torturar [...] De usar essa condição nossa. Nós fomos torturadas com violência sexual [...] (CNV, 2014, p. 407).

Ao retomar o passado marcado pela violência, Amelinha Teles ressaltou a necessidade em incorporar os olhares de gênero no presente em que se inseriu, intentando afirmar que a sistematização da tortura na ditadura militar foi pautada também a partir das relações de gênero⁶¹, uma vez que assumiu preceitos desmoralizantes pautados na misoginia. O foco de seu relato decaiu também sobre a afirmação do caráter sexual presente nas violências que experienciou. É possível atrelar o tom de denúncia que

⁶⁰ Mesmo escolhendo tratar destas opressões como fio da análise, importa ressaltar que considero que o Estado ditatorial também se pautou fortemente na opressão e exploração de pessoas baseado no preconceito de classe, raça e sexualidade, refletindo o caráter racista, moralista e conservador próprios da sociedade vigente. Tal contexto não se restringiu apenas ao período da ditadura militar, mas mantém suas reminiscências latentes até o tempo presente.

⁶¹ Entende-se o gênero neste trabalho a partir do conceito de Joan Scott (1992), que o define enquanto um conjunto de práticas e valores atrelados às construções sociais produzidas e determinadas sobre os corpos e subjetividades.

carrega seu relato com o fato de que as violências sexuais produzidas pelos aparatos ditatoriais dos países da América Latina não foram um tema “amplamente debatido no período de transição para a democracia e apenas nos últimos anos vêm sendo objeto de uma reflexão mais aprofundada” (JOFFILY, 2016 p.165).

Distintos fatores estiveram atrelados às dificuldades de denúncia das violências sexuais e de gênero cometidos a essas mulheres na época das ditaduras e durante os anos que sucederam os eventos traumáticos. Um deles decai sobre as percepções sociais das estruturas patriarcais da ordem vigente, que não consideravam tais violências como categorias de ordem pública e política, relegando a elas a dimensão da vida privada (JOFFILY, 2016). O trecho do relato de Ana Maria Batista evocou reflexões que se inserem nesse contexto:

[Até] poucos anos atrás eu achava que não tinha sofrido [violência sexual]. Porque eu achava que violência sexual era assim: estupro direto, violência direta [...] tem tanta gente que sofreu né? Companheiras que foram tão violentadas, então eu não sofri. Mas, não é bem assim [...]. Eu fui estuprada com um cassete no 1º Distrito. (CNV, 2014, p. 418)

Tal qual narrou Ana Maria Batista, apenas anos após vivenciar o autoritarismo na América Latina que ela, assim como outras mulheres, pode reconhecer o caráter sexual e de gênero que marcaram este passado opressor e foram, então, capazes de mobilizar esses aspectos no espaço público. Ela atrelou a impossibilidade da percepção de sua vivência à falta de informação das inúmeras formas que podem configurar as violências sexuais. Nesse sentido, a ampliação do debate sobre as definições e entendimentos sobre as violências sexuais e de gênero foram aspectos extremamente relevantes ao percurso da publicização destas memórias.

Paula Franco (2017) amplia um levantamento anteriormente realizado por Mariana Joffily (2016) dos marcos jurídicos no âmbito da legislação brasileira e do Direito Internacional (DI) que desencadearam novas revisões das maneiras como crimes e violências sexuais e de gênero foram sendo interpretados ao longo do tempo, atrelando tais fatores com a ampliação de um espaço de escuta. A partir da realização de uma genealogia desses marcos jurídicos no âmbito do Direito Internacional dos Direitos Humanos, a autora elenca eventos que contribuíram para o referido contexto⁶². No

⁶² Retomando o levantamento da autora, apresento alguns dos marcos citados: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que trouxe a discussão sobre as desigualdades entre os sexos; a Convenção Latino Americana sobre Direitos Humanos de 1969, cujo marco se deu na condenação das práticas de tortura em sua ampla dimensão; a instituição da Década das Mulheres na ONU, juntamente com o Ano

contexto brasileiro, Paula Franco (2017) cita a implementação de determinadas políticas públicas e iniciativas instituídas no sentido da abertura de um espaço para os debates em torno da violência contra a mulher. Nessa conjuntura estão inseridas a instituição da Lei do divórcio de 1977⁶³; a implementação, em 1984, da Lei da tipificação do estupro como crime⁶⁴; a instauração das Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM) e dos SOS mulher na década de 1980, a criação do Conselho Estadual da Condição Feminina; e a implementação da Lei Maria da Penha. Mirela Marin Morgante (2015) também demonstra a importância da implementação de tais políticas públicas, que, embora não deem conta de por um fim à violência contra a mulher, podem contribuir para o movimento de denúncia e entendimento das situações de violência contra mulher no Brasil.

As décadas de 1980, 1990 e 2000 foram marcadas por transformações sociais com relação a discussão sobre a violência sexual e de gênero, tal qual debatem Mariana Joffily (2016) e Paula Franco (2017). O conjunto das reivindicações feministas e dos movimentos brasileiros de mulheres também acarretou no cenário nacional das décadas de 1990 e 2000, que estabeleceram debates amplos e públicos através de conferências e reuniões sobre a questão da violência contra a mulher e a violência de gênero, como as já citadas. As inúmeras conferências, manifestações públicas, reuniões e discussões acadêmicas se desenvolveram nestas décadas com o intuito de “pôr um termo à violência contra a mulher – o que teria contribuído para aumentar a conscientização sobre o tema” (JOFFILY, 2016, p. 170).

Mirela Morgante (2015) realiza uma contextualização histórica da emergência da Segunda Onda feminista⁶⁵ no Brasil e dos movimentos de mulheres, pensando-os como

Internacional da Mulher, em 1975 e a Conferência Internacional do Ano das Mulheres no México nesse mesmo ano; a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher em Belém do Pará, realizada em 1994; a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979, em vigor desde 1981; a 4ª Conferência Mundial das Mulheres realizada em 1994 e a Plataforma de ação de Pequim de 1995, responsáveis por inserir, pela primeira vez, a categoria do gênero em um documento do Direito Internacional (FRANCO, 2017); a Comissão da Verdade da Guatemala, de 1997 e 1999 que relacionou a violência sexual como uma das formas de violência ocasionada pelo Estado (JOFFILY, 2016; FRANCO, 2017); e, ainda, o Estatuto de Roma (1998), cuja importância se deu ao atribuir à violência sexual um caráter de violação aos direitos humanos.

⁶³ Lei nº 6.515.

⁶⁴ Lei nº 7.209.

⁶⁵ Segundo Joana Maria Pedro (2010), a “Segunda Onda” do feminismo observou processos históricos e temporais que se divergiram nos espaços do norte e do sul global, uma vez que os países do Cone Sul, por exemplo, passaram pelas experiências das ditaduras latino-americanas – inclusive financiadas pelo imperialismo norte-americano. Nesse sentido, a chamada Segunda Onda do feminismo se desenvolveu e se intensificou nesses espaços da América Latina a partir das décadas de 1970 e 1980 de formas singulares e divergentes entre si, enquanto nos Estados Unidos e em países da Europa Ocidental, como a França, suas manifestações já eram fortes desde meados dos anos sessenta. Esta “onda” do feminismo levantou como

importantes processos para as referidas políticas públicas e para os cenários da década de 1990 e 2000, que culminaram em uma ampliação, ainda que estreita, do espaço de escuta para as violências de gênero. Os debates e reivindicações levantados pelos movimentos feministas e de mulheres que efervesceram no Brasil e no Ocidente ao longo do século XX importaram tanto para a instituição de tais políticas, quanto para o entendimento de novas percepções sobre ser mulher em uma sociedade patriarcal, e, ainda, capitalista. A autora afirma que foi a partir da década de 1970, justamente com a emergência da chamada Segunda Onda⁶⁶ do feminismo brasileiro, que a questão da violência contra a mulher começou a se tornar tópico de importância para o debate público, sendo inclusive mobilizada nos meios de comunicação principalmente atrelada às denúncias e agressões realizadas no período (MORGANTE, 2015).

Ao contextualizar historicamente a emergência dos feminismos no Brasil, a autora atrela a questão da inserção de mulheres do mercado de trabalho, na educação e na cultura⁶⁷ à aspectos que acarretaram uma mudança nos padrões e valores comportamentais da sociedade (MORGANTE, 2015). Nesse contexto, a década de 1960 acompanhou uma urbanização acelerada e um movimento de forte migração, fenômenos que também impulsionaram uma crescente participação de mulheres no mercado de trabalho. Também, as influências dos movimentos de contracultura estadunidenses e europeus e a difusão da pílula contraceptiva, que deu às mulheres uma maior autonomia sobre o corpo e permitiu a distinção entre reprodução e prazer sexual (Sapriza, 2009),

tema a ideia central de que “o pessoal é político”, desenvolvendo discussões e reivindicações sobre o corpo feminino, o prazer sexual de mulheres e as questões que circundavam a divisão sexual do trabalho, inserindo-as na dimensão pública.

⁶⁶ Entende-se como feminismo de “Segunda Onda” a concepção ocidental de um feminismo que emergiu na Europa e nos Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial. No Brasil, esta concepção se institui na década de 1970, principalmente em 1975 com o ano declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher. O feminismo de Segunda Onda foi marcado pelo desenvolvimento dos chamados grupos de identificação, da circulação de periódicos feministas, tendo levantado o lema o “pessoal enquanto político”. Ver mais em: PEDRO, 2005. Clare Hemmings (2009) estabelece críticas teóricas sobre a divisão do movimento feminista ocidental em “ondas”, chamando atenção para uma narrativa dominante sobre o movimento. Principalmente com relação a chamada “Segunda Onda”, a autora aponta que os trabalhos realizados sobre tal período se fixaram em grandes marcos e eventos específicos dos movimentos feministas, restringindo e simplificando, nesse sentido, os debates feministas desencadeados sobre o período. Para Liane Schneider (2009), Clare Hemmings aponta que as “visões generalistas e simplificadoras apagam as marcas dos constantes debates, das tensões que sempre se fizeram presentes ao longo da construção do feminismo contemporâneo” (p. 252). Para maior entendimento sobre o assunto, ver mais em: HEMMINGS, 2009; SCHNEIDER, 2009.

⁶⁷ Importa aqui considerar que o movimento de “saída” do espaço privado para o público não foi um movimento homogêneo. Muitas mulheres, marcadas pela raça e pela classe, já ocupavam os espaços públicos exercendo o trabalho nas fábricas, no campo e nas esferas do trabalho doméstico, tendo na maioria das vezes sua mão de obra explorada. A inserção nos espaços das universidades e da cultura, também, foram por muito tempo privilégios de classe e raça – mesmo com avanços e conquistas nesse sentido, ainda o são.

assim como o conhecimento sobre a sexualidade e sobre decisões referentes à maternidade contribuíram para a emergência do feminismo. Outrossim, muitas mulheres quebraram com determinados valores morais, levantando questionamentos dos ideais de superioridade do homem e do marido no casamento, o que produziu uma nova visão do matrimônio como um possível espaço de amor e gratificação sexual (COSSE, 2008).

Segundo Mirela Morgante (2015) a década de 1970 acompanhou o fortalecimento do feminismo de Segunda Onda, bem como seu enraizamento por distintos territórios do país (Pedro, 2012), sendo o ano de 1975 um marco: o Ano Internacional da Mulher decretado pela ONU. Segundo Joana Maria Pedro (2013), redes feministas e de mulheres se estabeleciam pelas diversas territorialidades do país e do mundo, a partir da construção dos grupos de reflexão e da publicação de periódicos que publicizavam e faziam circular suas discussões⁶⁸. Outrossim, a inserção de mulheres nas universidades contribuiu para que o debate sobre gênero fosse ampliado. Nesse sentido, a relevância de tal fato diz respeito também às demandas acadêmicas pela inserção de discussões pautadas na igualdade de gênero e na diversidade, o que pode refletir, assim, na formação de professores/as, nas práticas educacionais e na construção do conhecimento histórico cada vez mais aberto para tais temas e debates (SILVA; ROSSATO; OLIVEIRA, 2013).

Todo este contexto contribuiu não apenas para que as discussões sobre gênero, patriarcado e violência se inserissem no espaço público (Morgante, 2015), como possibilitou a própria inserção de mulheres nesta dimensão, possibilitando a elas maiores espaços de fala, ainda que diminutos e marcados por lacunas.

A partir dos anos sessenta houve uma maior mobilização do espaço político por mulheres⁶⁹ que ocuparam as ruas reivindicando seus ideais. Nesse período, elas participaram dos movimentos e organizações políticas de luta contra a ditadura e pela revolução, organizaram movimentos de mulheres, feministas e lésbicas e se organizaram politicamente no campo, nas fábricas e sindicatos, entre outros espaços.

O crescimento dos debates e reivindicações sobre as compreensões da violência de gênero e sexual contra a mulher se relaciona com tais contextos de mobilização das mulheres do âmbito público. Isto porque, segundo Mirela Morgante (2015), “as

⁶⁸ Como exemplo, Joana Maria Pedro cita: no Brasil, o *Nós Mulheres* e o *Mulherio*; no Chile e no México, o *Nosotras*; na Espanha, o *Nos/Otras*; na Itália, o *Noi Donne*.

⁶⁹ Desde o fim do Século XIX e durante toda a primeira metade do XX, mulheres operárias, anarquistas, indígenas, camponesas e das camadas médias e burguesas, já se organizavam e reivindicavam direitos das mulheres, bem como participavam das lutas e organizações políticas (PINTO, 2003). Porém, a partir dos anos sessenta, há uma intensificação e ampliação dos movimentos feministas e de mulheres.

conquistas que as feministas foram adquirindo ao longo do tempo no que diz respeito ao enfrentamento da violência de gênero estão associadas às novas relações que as mulheres conseguiram estabelecer na esfera política” (p. 91). Assim, no fim da década de 1970 e principalmente na década de 1980 as pautas do movimento feminista se voltaram à questão da violência contra a mulher. Inserido neste contexto, o trecho do documento “Violência Sexual Contra a Mulher”, escrito em 1980 pelo Coletivo Feminista de Campinas (AEL/Unicamp, 1980), importa para contextualizar quais perspectivas e discussões se atrelavam a estas reivindicações:

[...] pouquíssimas são as mulheres que denunciam as violências sofridas à polícia. Um Delegado do Rio de Janeiro declarou que de cada 100 estupros cometidos, apenas 01 é denunciado. A denúncia não é feita por trauma e na maioria das vezes por vergonha associada ao fato de que a nossa sociedade se comporta, como se a mulher nestes casos fosse a culpada e não a vítima. A impunidade dos agressores é possível porque a mulher enfrenta uma série de dificuldades para denunciar e levar um processo a frente (p. 2).

Discussões como as que envolviam as temáticas de culpabilização da vítima, bem como as emoções atreladas às dificuldades de denunciar as vivências marcadas pelo trauma e pela vergonha já se encontravam como pautas levantadas nos debates feministas, tal como exposto pelo trecho do documento.

Mirela Morgante (2015) analisa as denúncias realizadas na DEAM/Vitória entre 2002 e 2010, percebendo um número considerável de mulheres que denunciaram casos de violência sofridas por ela neste intervalo de tempo, vinte anos após o documento citado. Sua análise importa para a reflexão sobre as possibilidades e limites concedidos pela implementação de espaços políticos e institucionais de escuta para estas violências. Segundo dados analisados pela autora, o número de denúncias segue abaixo da realidade, com muitas mulheres sofrendo a violência de gênero em silêncio. De acordo com a autora, tal situação pode estar relacionada com a falta de coragem para realizar a denúncia ou, ainda, a própria carência da percepção sobre estas violências (Morgante, 2015), fato que leva aos questionamentos sobre a real efetividade de tais políticas públicas sem uma mudança em um sentido estrutural da sociedade patriarcal. Nesse sentido, importa ressaltar a permanência da falta de uma conscientização plena e ampla sobre tais violências, mesmo com avanços sociais nas compreensões sobre a violência de gênero.

Muitas mulheres que vivenciaram as torturas sexuais nas ditaduras latino-americanas demoraram para destacar o caráter político das violências sofridas também em decorrência da “dificuldade de subtrair-se de um sentimento de responsabilidade”

(JOFFILY, 2016, p. 167). Nesse sentido, Mariana Joffily (2016, p. 168), demonstrou o relato da argentina Miriam Lewin (LEWIN; WORNAT, 2014):

Ainda hoje ouvimos uma voz, interna ou externa, que nos diz que havia escolha, que existia margem para resistência ou consentimento dentro do campo; que havia opção, que não éramos presas indefesas de nossos algozes no âmbito de um sistema de terror, dentro de uma sociedade em que o poder era detido pelos homens (p. 21-22).

Tal qual o relato apresentado, a culpabilização da vítima, aspecto próprio da sociedade patriarcal e machista, foi sentida por elas e por outras mulheres quando submetidas às violências das ditaduras latino-americanas, inclusive como agravante das dificuldades expressas nas denúncias de suas memórias marcadas pela violência de gênero e sexual. Além disso, os próprios algozes da repressão militar utilizaram a imposição da culpa nas torturas psicológicas sobre estas mulheres, principalmente, pelo fato daquelas militantes estarem negando parte dos estereótipos de feminilidade esperados pela sociedade vigente. Tais estereótipos eram atrelados aos valores da maternidade ou à recusa da esfera doméstica em favor do político.

Cabe aqui considerar a denúncia trazida por Amelinha Teles (CNV, 2014): “Nós fomos torturadas com violência sexual, usaram a maternidade contra nós” (p. 407). Os valores que ligavam a noção de feminilidade com a maternidade, implicavam na ideia da “boa mãe e esposa” como pertencente e devota ao lar e ao matrimônio. Segundo Isabella Cosse (2010), “a comienzos de los anos setenta, al igual que antes, seguía dominando un consenso que colocaba la maternidad e el centro de la condición femenina⁷⁰” (p. 176). Também nesse sentido, os valores patriarcais expressos nos órgãos de repressão ditatorial consideravam a inserção na política daquelas mulheres como uma “subversão” dos valores impostos, colocando estas escolhas como justificativas para as variadas formas de punição e violência (BRIGGMAN; WOLFF, 2020). Baseados nestes preceitos, a imposição das torturas foi também manipulada como forma de produzir uma culpabilização naquelas mulheres, impondo a ilusão de que, de alguma forma, suas escolhas políticas poderiam justificar a violência instituída.

Ao produzirem emoções difíceis de serem assimiladas, as violências de gênero impingidas à época da ditadura também deixaram marcas no movimento de retomada das memórias de mulheres. A vergonha e a culpa, por exemplo, em consonância com o

⁷⁰ Tradução livre da autora: No início dos anos de 1970, assim como antes, seguía dominando um consenso que colocava a maternidade no centro da condição feminina.

trauma, marcaram alguns dos silêncios sobre tais histórias de opressão. Ao trazerem aspectos singulares para a compreensão da memória e de suas interlocuções, os relatos que Dulce Maia – ex-presa política da ditadura militar brasileira – exprimiu em três diferentes momentos de sua vida servem como exemplos da complexidade que envolveu os processos de acesso às memórias traumáticas. Em seu depoimento para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), Dulce Maia já se propôs a falar sobre a questão da tortura baseada nas opressões de gênero, embora não utilizasse tal categoria. Sobre tais aspectos, ela narrou:

Tendo sido a primeira mulher seqüestrada com envolvimento direto em ações da luta armada, era-me concedido um tratamento duplamente “especial”. [...] Tanto na linguagem quanto nos maus tratos, os verdugos faziam questão de demonstrar seu ódio por mim. Mal sabiam – mas logo descobririam – que eu não era exceção, que centenas (ou até milhares?) de outras mulheres estavam engajadas naquela luta e levariam sua decisão às últimas conseqüências, ao limite. E pagariam não apenas com torturas ainda mais cruéis do que aquelas a que fui submetida e muitos anos de prisão por sua coragem, coerência e rebeldia, mas com suas próprias vidas [...]. (1997, p. 99)

Desde a década de 1990, Dulce Maia percebia a necessidade de enquadrar suas memórias a partir de aspectos como o machismo e a opressão de gênero. Ao relatar para o livro, já destacou a questão da “dupla opressão” sentida por ela, expondo a interpretação de que a violência ditatorial reprimiu e subjugou as mulheres não apenas como militantes políticas de esquerda, mas também como mulheres. Ainda na década de 1990, Dulce relatou para o livro “Mulheres que foram à luta armada” (CARVALHO, 1998), destacando aspectos semelhantes aos expostos acima – tais como a opressão vivenciada por ela ser mulher e militante e o quanto os torturadores demonstravam ódio com relação a isto nas sessões de tortura – atrelados também a violência sexual ali vivenciada.

Cerca de uma década mais tarde, Dulce Maia relatou publicamente sobre as torturas vivenciadas por ela na publicação “Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na ditadura” (2010) – terceira extensão do relatório “Direito à memória e à verdade”, de 2007. Nesta publicação, assumiu novamente o caráter sexual presente nas violências que viveu, ressaltando a situação em que foi submetida à violência sexual por um dos torturadores. Nesse sentido, ela narrou:

E lá estava eu, uma mulher franzina no meio daqueles homens alucinados, que quase babavam. Hoje, eu ainda vejo a cara dessas pessoas, são lembranças muito fortes. Eu vejo a cara do estuprador. Era uma cara redonda. Era um homem gordo [...] Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 70):

No relato, Dulce Maia descreveu as situações vivenciadas de forma mais detalhada, publicizando as denúncias inclusive a partir da descrição física do torturador. Tal fato pode demonstrar uma maior capacidade de acesso às suas memórias naquele presente, acesso que pode ter sofrido uma série de influências próprias daquele contexto de sua vida. Em entrevista para interlocutoras e integrantes da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, Dulce Maia relatou sobre as mesmas vivências:

Interlocutora não identificada – A minha... Essa pessoa que você descreveu, que você até citou aqui, essa... Essa pessoa de cara gorda, com o rosto gordo, que disse que você...

Sra. Dulce Maia Souza – É o que me estuprou, não é? [...]

Interlocutora não identificada – Mas, você poderia reconhecê-lo, se a gente achar uma foto?

Sra. Dulce Maia Souza – Eu acho que sim. [...] Era sargento. [...] Para mim, era sargento do Exército. Não era nem loiro nem moreno, que eu pudesse ver pelo cabelo que ele tinha, bem curto. [...] Mas era mais castanho, vamos dizer. [...] Os olhos castanhos também, não eram olhos claros e nem pretos.

Interlocutora não identificada – E você... Ele só estava lá na PE? No DOPS depois você...

Sra. Dulce Maia Souza – Não, no DOPS, eu tive um problema no DOPS, que foi... Como eu fui de teatro, eu fui contratada de Chico, eu posso... Metida, domingo passado, ele ainda ligou para mim, o Chico faz muito as minhas vontades, nós temos uma relação de afeto [...] (MAIA, 2014, p. 43)

Por mais que Dulce Maia tenha afirmado suas torturas baseadas nos crimes sexuais da ditadura, descrevendo seu torturador com mais precisão que antes, importa ressaltar um aspecto de sua denúncia realizada para a CNV em 2014, demonstrado acima. Em distintos momentos em que foi perguntada sobre as torturas que vivenciou, bem como sobre a violência sexual, notam-se prováveis mudanças repentinas de assunto. Tal fato possibilita a interpretação de que a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, tal qual afirmou Pierre Nora (1993, p. 9). Ou seja, as influências que a memória sofre, ao serem acessadas no presente, vão além das possibilidades concedidas pelos contextos históricos e das experiências individuais e coletivas vivenciadas, perpassando diferentes subjetividades, sensibilidades e emoções – tais como o trauma.

Considerando que o trauma seja um aspecto indiscutivelmente presente neste movimento de retomada de memórias sensíveis, Paula Franco (2017) levanta o questionamento sobre o momento no qual, de fato, estas mulheres começaram a ser socialmente ouvidas, e, com isso, passaram a falar – a despeito do trauma, ou, ainda, em consonância com ele. Para além dos marcos e reivindicações sobre a ampliação da

compreensão sobre as violências sexuais e de gênero, em consonância aos avanços dos movimentos feministas e de mulheres, Paula Franco (2017) associa parte da construção deste espaço de escuta com a incorporação dos debates sobre gênero nas comissões da verdade do Brasil e da América Latina. Segundo ela, tal fato permitiu que o entendimento das violências sexuais viesse à público associado às situações de repressão das ditaduras latino-americanas, atribuindo um caráter público a estas violências políticas produzidas pelo Estado ditatorial.

Também nesse entendimento, Janaina de Almeida Teles (2015) considerou as temáticas e depoimentos levantados pela CNV como um marco importante na mobilização da opinião pública sobre as violências cometidas na ditadura militar. Segundo ela,

A entrega do Relatório Nacional não deve significar um ponto final nas investigações, pelo contrário, deve-se aprofundar as investigações e apurar as responsabilidades dos agentes públicos inclusive nos crimes sexuais. As consequências das práticas de torturas institucionalizadas se estendem até os dias de hoje, com ocorrência de assassinatos, estupros e ocultamento de cadáveres (TELES, 2015, p. 1021).

Apesar dos limites apresentados pela implementação da CNV, sua difusão pública e a continuidade de distintas lacunas que não deu conta de cobrir (Silva, 2016; Gallo, 2015), é fato que sua implementação possibilitou que novos debates fossem traçados e novas vozes fossem escutadas (TELES, 2015; FRANCO, 2017).

Pensar sobre estes contextos importa para refletir que as denúncias dos crimes sexuais e de gênero cometidos no período da ditadura brasileira não se deram a partir de simples processos, dependendo inclusive de mudanças políticas e sociais, próprias de determinados marcos históricos brasileiros e internacionais. Nesse sentido, a memória assumiu uma interlocução com as mudanças sócio-políticas desencadeadas durante as décadas finais do século XX, ligadas aos movimentos feministas e de mulheres, sendo atravessadas pelo gênero (OBERTI, 2010).

Sobre estas interlocuções, importa demonstrar o trecho do relato de Eleonora Menicucci (CNV, 2014), quando ela rememora aspectos das torturas vivenciadas por ela no DOPS: “[...] hoje, na minha compreensão feminista, eu entendo que eles torturavam as crianças na frente das mulheres achando que nos desmontaríamos por causa da maternidade.” (CNV, 2014, p. 409)”.

Tal qual narrou Eleonora Menicucci, as discussões desencadeadas pelo feminismo possibilitaram que ela *reabilitasse seu passado*, tal qual citou Sara Ahmed (2018),

ressignificando as situações de violência por ela vividas. A partir deste “movimento”, o feminismo e o gênero se tornam um dos aspectos capazes de articular as camadas de tempos históricos, atribuindo à memória um caráter nunca único, mas em constante transformação. Assim, as memórias retomadas ao longo dos anos por mulheres – que aqui referem-se às memórias sobre o Presídio Tiradentes – são diretamente afetadas pelos movimentos feministas e pelas lutas de igualdade de gênero, os quais contribuíram para a criação de um espaço social de escuta capaz de “acolher as denúncias dos abusos sofridos durante as ditaduras militares sob uma nova chave de compreensão” (JOFFILY, 2016, p. 170). Mesmo que *a posteriori*, as discussões, iniciativas e conquistas públicas, políticas e jurídicas sobre os direitos das mulheres e igualdade de gênero auxiliaram neste processo de reconhecimento de memórias. Possibilitaram, inclusive, que estas memórias pudessem ser ressignificadas.

Nesse sentido, a historiadora Joana Maria Pedro (2017), ao retomar o conceito de “memória gendrada” de Judith Butler (2003), chama atenção para uma questão que vai ao encontro do exposto acima: as memórias são modificadas pelas interações socioculturais em que as/os sujeitas/as que as retomam se inserem. O exemplo retomado por Joana Maria Pedro ressalta que as memórias, como produtos sociais e culturais, são marcadas por relações de opressão, tais como o gênero (PEDRO, 2017). Não apenas involuntariamente – como reflexo da inserção dos indivíduos em uma sociedade patriarcal – mas também a partir de escolhas, onde aquilo que se quer ou não lembrar pode ser pautado por estas relações. Esta noção é fundamental para a compreensão das fontes aqui trabalhadas, visto que elas apresentam e retomam, em diferentes contextos, memórias gendradas.

Alejandra Oberti (2010) também defende o gênero como aspecto constituinte no processo de reelaboração de memórias, sendo passível de produzir ressignificações sobre elas. Assim, o gênero estabelece uma relação subjetiva com a memória. Dessa forma, as narrativas acessadas por memórias nunca se repetem pois vivem em uma constante adaptação às relações socioculturais de tempo/espaço. Assim como o gênero, as relações de raça, classe e sexualidade sempre estarão presentes nas memórias, visto que estas articulações permeiam as relações sociais, culturais e políticas, sejam individuais ou coletivas. Me atenho neste trabalho à análise da categoria de gênero, ainda que sempre considere que estas outras relações de opressões caminhem ao lado, não podendo ser desconsideradas.

Nesse sentido, para além do trauma e das questões que circundam o gênero como estruturantes da memória, outras articulações podem afetar ou possibilitar o acesso às memórias sobre a ditadura, como os lugares sociais ocupados por essas mulheres estruturados por materialidades de classe e raça.

Cabe considerar que, nos últimos anos, foram sendo desenvolvidas produções que incluíram narrativas outras sobre o passado da ditadura. Essas, abarcaram uma maior pluralidade de histórias e experiências de mulheres, também alargando este espaço de escuta com o passar dos anos e décadas. A retomada das memórias da operária Ilda Martins da Silva, por exemplo, pode servir de análise para tais questões. Levando em conta os distintos fatores que podem estar intrínsecos a questão apontada a seguir, é no mínimo curioso o fato da potente memória de Ilda, mulher, operária, não ter sido expressa no livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), enquanto que, passado anos, o filme “Torre das Donzelas” (2018) ter abordado com grande foco suas vivências e o livro “Heroínas desta História: Mulheres em busca de justiça por seus familiares mortos pela ditadura” (2019) também ter inserido a potência e relevância de sua história de vida e de luta (BORGES; MERLINO, 2019).

No livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), que pediu que as autoras escrevessem, em uma espécie de autobiografia escrita, suas vivências pessoais no Presídio Tiradentes, o passado de Ilda é descrito por sua amiga Rose Nogueira. Essa, destina uma grande parte de sua memória para sua companheira de cela, “Hilda”. Após narrar os fortes vínculos que estabeleceu com Ilda na prisão, Rose descreve:

Hilda me olhava e chorava silenciosa. Os olhos dela eram iguais aos da tia Encarnação. Verdes no choro. [...] Hilda foi presa em São Sebastião num sítio com os filhos. Disse que era analfabeta. Outra pergunta que nunca lhe fiz. Como é que eu poderia? “Hilda, você é mesmo analfabeta?” Não pegava bem. Ela contava que os policiais colocavam papéis à sua frente, mas ela nem olhava. E no Tiradentes, conosco, só folheava revistas, não parava numa determinada página. Seu comportamento era exemplar. (1997, p. 144)

Para além das questões que envolvem a experiência de Ilda, marcada também pelas desigualdades de classe, a exemplo do narrado acima por Rose, outros fatores poderiam estar associados com a ausência de seu próprio depoimento no livro. Importa ressaltar que tais fatores podem se referir ao trauma e às dificuldades e impossibilidades subjetivas de Ilda em contar suas histórias naquele momento. Ainda, podem estar envoltas nas subjetividades intrínsecas nas escolhas tomadas pelos organizadores do livro. É possível que com o seu relato concedido a Comissão da Verdade (2014), sua história

tenha passado a compor em maior escala as narrativas sobre a ditadura, e seus olhos “verdes no choro” passaram a ser mais conhecidos (Figura 5).

Figura 5: Olhos "verdes de choro" de Ilda Martins da Silva



Fonte: Captura de tela do filme “Torre das Donzelas” (2018) realizada pela Autora.

Levando em consideração que aspectos socioculturais puderam afetar na retomada da memória ao longo do tempo, portanto, gostaria de alinhar-me a autores como Michel Pollak (1989) e Enrique Padrós (2001) para afirmar a memória enquanto um produto do presente em que ela é acessada. Nesse sentido, a memória pode articular tempos e eventos históricos desencadeados no ínterim entre o passado narrado e o presente de enunciação. Assim, pode ser modificada por experiências políticas, históricas e/ou sociais que se estabeleceram num âmbito individual ou coletivo. A memória, então, não se define aqui como um fato cristalizado, mas sim mutável, definida a partir das possibilidades de “acesso às lembranças”, considerando particularidades presentes “nos desvios dos silenciamentos e na inter-relação com o esquecimento” (SILVA, 2017, p. 2). Assim, a construção da memória individual e coletiva transita entre as possibilidades do lembrar e do esquecer.

A memória carrega, invariavelmente, um caráter coletivo (HALBWACHS, 1990). Também, ao ser caracterizada por Rousso como uma “presença do passado” (1996, p. 94) na qual sua representação ocorre não somente de forma individual, ela se reafirma como um produto articulado de intervenções sociais, culturais, nacionais, estruturais e conjunturais, definindo parte da identidade de cada sujeito e, ainda, de coletivos sociais. Destaco para a relação entre memória e identidade, visto que a primeira dialoga diretamente com a identidade coletiva de um grupo que compartilha vivências em comum, ainda que estas estejam passíveis ao esquecimento (HALBWACHS, 1990). Assim, ao considerar o caráter seletivo e mutável da memória, as memórias coletivas e

individuais delimitam-se em movimento recíproco (POLLACK, 1989, p. 3), pois, para além de serem interferidas pelas identidades individuais e coletivas já existentes, elas são capazes de delinear identidades futuras.

As vivências individuais e coletivas estabelecidas no intervalo de tempo entre o passado narrado e seu acesso no presente permitem reconstruções e ressignificações da memória. E, foi a partir desse processo que se deram as reconstruções de memórias sobre o período da ditadura militar brasileira e do cárcere político no Presídio Tiradentes. Este ponto é crucial para a compreensão das influências das conquistas da luta de mulheres e feministas no processo de denúncia das violências do Estado ditatorial por essas mulheres. Porém, para além da percepção e entendimento social acerca das violências de gênero, outros aspectos estão intrínsecos à impossibilidade de acesso e publicização de memórias sobre a violência da ditadura. Aspectos esses que se relacionam as subjetividades próprias do momento em que essas memórias são acessadas. Essas subjetividades podem estar relacionadas com as emoções que envolvem a culpa, a vergonha e o trauma, impostas também pelos valores patriarcais.

As mulheres que conseguiram retomar e ressignificar suas memórias sobre as violências ditatoriais seguem mantendo vivas suas histórias no presente, denunciando as situações de violência do passado, que mantém suas continuidades latentes. A rememoração tornou-se uma tentativa dessas mulheres atuarem sobre e ressignificarem o presente. Porém, compreende-se o silêncio daquelas que optaram pela quietude, muitas vezes acarretado pelos traumas e emoções de difícil assimilação que marcaram essas memórias. Sobretudo, a importância do falar segue na possibilidade de construção de memórias coletivas, cuja identificação possa servir, no presente, como forma de combater as reminiscências das contínuas violências de gênero, sexuais, e, ainda, estatais, próprias do tempo presente.

Face aos impasses envoltos nas possibilidades do narrar o passado traumático vivenciado por estas mulheres, somado às constantes políticas de esquecimento sobre a ditadura, desenvolve-se a necessidade da criação de espaços públicos e confortáveis de escuta para estas histórias. Nesse sentido, destaco a importância do desenvolvimento de produções culturais derivadas da interlocução entre estudos acadêmicos, movimentos sociais e movimentos de ex-militantes políticos, capazes de mobilizar a consciência histórica sobre o período. No capítulo que segue, contextualizo duas produções que se encontram no bojo destas discussões, o livro “Tiradentes: um presídio da ditadura e o filme Torre das Donzelas uma vez que evidenciaram o passado ditatorial a partir da

perspectiva de diferentes mulheres e das relações de gênero, delineando novas visões sobre a ditadura no debate público no período do pós-ditadura.

2 EVOCANDO MEMÓRIAS ATRAVÉS DAS FONTES: REPRESENTAÇÕES SOBRE O PASSADO DA DITADURA NO PRESÍDIO TIRADENTES

2.1 Potencialidades do livro “Tiradentes, um presídio da ditadura”: publicização da memória escrita e recortes de gênero

Lembrar as experiências vividas no passado assume um significado de liberdade quando inserimos nosso pensamento no exercício das construções cotidianas nas múltiplas relações que envolvem homens e mulheres. Assim é que o passado vivido deixa de ser passado para se tornar parte integrante de cada um de nós. Lembrar para não esquecer, para transformar as práticas sociais e políticas em ações que levem a uma sociedade mais justa, humana, solidária, prazerosa e com equidade de gênero.

(OLIVEIRA, 1997, p. 292)

Ao registrar o passado vivenciado no cárcere político da ditadura militar brasileira para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997), Eleonora Menicucci de Oliveira reforçou a percepção de que a rememoração pode assumir a capacidade de transformação e atuação sobre o presente. Este presente se refere aos anos finais da década de 1990 no Brasil, momento em que já havia passado pelo menos vinte anos desde que se deram os acontecimentos por ela narrados. Ainda assim, o ato de rememorar permaneceu para ela como uma resistência àquele tempo, dado às tantas reminiscências do período ditatorial ocasionadas pelo silêncio e pelo esquecimento, que tiveram sua parcela de responsabilidade na manutenção e construção de uma democracia baseada nas desigualdades de classe, gênero e raça.

Algumas das motivações dos organizadores Alípio Freire, Izaías Almada e José Adolfo de Granville Ponce em realizar o livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” em 1997, equipararam-se com as motivações pelas quais apresentou Eleonora Menicucci ao narrar suas vivências para este mesmo livro. Lutar para manter vivo parte de um passado que, quando trabalhado de forma equivocada, propiciou consequências que podem ser expressas no campo social, político e/ou cultural brasileiro, tal qual demonstrado no decorrer deste capítulo.

Partindo dessas considerações e compreendendo este livro de memória como uma fonte histórica que auxilia na compreensão do seu contexto por ser resultado de uma “montagem, consciente ou inconsciente das sociedades que a produziram” (LE GOFF,

1980, p. 548), gostaria de refletir sobre as possíveis dimensões políticas que este livro foi capaz de atingir quando produzido e publicizado. Ainda, penso sobre essas dimensões não apenas considerando o contexto de luta pela memória social da ditadura, como também a conjuntura das lutas feministas e de mulheres desencadeadas à época, sobretudo pelo fato do livro articular memórias de mulheres e memórias feministas.

Organizado e lançado em 1997 por três militantes e prisioneiros políticos do Presídio Tiradentes à época da ditadura militar brasileira, o livro abrangeu textos de memória de trinta e duas pessoas⁷¹ diferentes, nas quais dentre elas, dez eram mulheres. Todas essas pessoas vivenciaram o cárcere político naquele espaço. Além de seus relatos, o livro apresentou também textos introdutórios dos organizadores que, de certa forma, retomam suas próprias memórias; demonstrou ilustrações artísticas que pensaram o espaço e as vivências no presídio; realizou um levantamento iconográfico; e, ainda, apresentou textos acadêmicos que concluíram e retomaram algumas das discussões levantadas ao longo dele.

A obra perspectivou singularidades vivenciadas no cotidiano do cárcere político, abordando interpretações outras sobre o passado da ditadura que se incluíam em um amplo debate sobre a memória do passado ditatorial à época travado. Esse debate centrava-se sobremaneira nas narrativas sobre a luta das/os familiares de pessoas mortas e desaparecidas políticas da ditadura, principalmente por essas questões caracterizarem, na década de 1990, as principais demandas públicas em relação a memória social da ditadura (JOFFILY, 2016).

Uma série de reivindicações políticas por memória, verdade e justiça emergiram dos embates travados por mulheres e homens, principalmente a partir da década de 1970, marcando a década de 1990 até os dias de hoje. As diversas mães e pais, esposas, companheiras, filhas, filhos, amigas, amigos, camaradas, mobilizaram denúncias nos diversos canais de comunicação, moveram ações contra o Estado, pressionaram o poder público chegando, em alguns casos, a levarem suas denúncias a Corte Interamericana de Direitos Humanos (BORGES;MERLINO, 2019). O contexto da construção da memória

⁷¹ Listo aqui todas as pessoas que relataram suas memórias em forma de texto para o presente livro, respeitando a ordem por ele colocada: Luiz Raul Machado, José Nonato Mendes, Ricardo Azevedo, Francisco Luíz Salles Gonçalves, Dulce Maia, Carlos Roberto Pittoli, José Machado, Vicente Roig, Antônio de Padua Prado Júnior (Paeco), Rose Nogueira, Sílvia Rego Rangel, Vicente Alessi Filho, Guilherme Simões Gomes, Rita Sipahi, Adilson Odair Citelli, Sérgio Ferro, Elza F. Lobo, Aytan Miranda Sipahi, Carlos Alberto Lobão Cunha, Giorgio Callegari, Roberto Romano, Jacob Gorender, Maria Aparecida dos Santos, Nilmário Miranda, Eleonora Menicucci de Oliveira, Júlio Tavares, Nair Yumiko Kobashi, Robêni B. da Costa, Márcia Mafra, Rioco Kaiano, Renato Tapajós.

social da ditadura na década de 1990 esteve ligado a essas reivindicações, acompanhando as lutas e tímidas conquistas próprias do contexto daquela década, iniciado com a abertura da Vala dos Perus em 1990, marcado pela implementação da lei nº 9.140/95⁷² e com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMPD)⁷³, bem como pelas recorrentes denúncias públicas que clamavam por justiça pelos familiares mortos e desaparecidos políticos (BORGES; MERLINO, 2019).

Com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, muitas pessoas que atuavam na militância política contra a ditadura militar não retornaram para suas casas. O cenário era marcado por uma grande quantidade de pessoas desaparecidas políticas, para além daquelas que, por rumores e notícias não-oficiais, eram consideradas vítimas das torturas e violências durante a ditadura. Nesse sentido, as disputas pela memória desencadeadas na década de 1980 e 1990 versaram em muito sobre a procura por respostas, justiça e reparação pelos tantos familiares mortos e desaparecidos políticos que lutaram contra o Estado ditatorial.

O contexto de desaparecimento, sequestro e assassinato de companheiras e companheiros foi temática amplamente abordada nos relatos expressos no livro de memória “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997). Distintas mulheres como Rose Nogueira, Elza F. Lobo, Dulce Maia, por exemplo, dedicaram parte de suas memórias para lembrar a vida e a luta de companheiras/os assassinadas/os e desaparecidas/os pela ditadura, tais como Heleny Guariba⁷⁴ que esteve presa na Torre, bem como Virgílio Gomes da Silva⁷⁵ – esposo de Ilda Martins – e tantas outras pessoas. Dentro desse contexto, Dulce Maia narrou parte do sentimento que pairava sobre as/os militantes

⁷² Implementada em 04 de dezembro de 1995, a lei “reconhece como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 02 de setembro de 1961 a 05 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias” (BRASIL, 1995). Tal lei foi teve sua importância para a luta em busca dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura, pois obrigou o reconhecimento da morte das pessoas desaparecidas políticas.

⁷³ A criação desta comissão esteve ligada à implementação da lei exposta acima, nº 9.140/1995, e reuniu familiares, parentes e pessoas conhecidas de vítimas de desaparecimento e assassinato durante a ditadura militar brasileira, pressionando ações e condições por justiça, reparação moral e indenizações sobre tais pessoas. Alguns dos limites, ações e consequências da implementação da referida lei e da construção da CEMPD foram demonstrados e debatidos na literatura acadêmica. Ver mais em: TELES, 2018; ROTTA, 2008; SANTOS, 2008.

⁷⁴ Heleny Guariba desapareceu em 1971, segundo o relatório final da CNV (CNV, 2014). De acordo com o relato de Elza Lobo que retoma o depoimento de Inês Etienne ao Ministério da Justiça (LOBO, 1997), Heleny foi assassinada a facadas pela ditadura no aparelho clandestino denominado “Casa da Morte”, no Rio de Janeiro. Heleny era professora de teatro, dramaturga e militante da VPR.

⁷⁵ Virgílio Gomes da Silva, esposo de Ilda Martins da Silva, foi um dos líderes da ALN e camarada de Carlos Marighella. Foi sequestrado em 1969 e assassinado em decorrência de torturas realizadas pelo Estado ditatorial nas dependências clandestinas do DOPS.

durante as prisões nos centros clandestinos de tortura. Dulce Maia ressaltou: “No DEOPS, era o pânico. [...] já sabíamos o que estava por vir. E as horas que se seguiam eram intermináveis, à espera do retorno do companheiro. E esse retorno nem sempre acontecia” (p. 97).

Assim como o trecho destacado, distintas outras memórias analisadas versaram sobre os anseios, incertezas e tristezas que constituíram as emoções de militantes durante a ditadura, militantes esses que viviam uma espécie de “luto coletivo” dentro da luta⁷⁶. Em muitas situações, essas pessoas restavam por anos à espera de retornos e desfechos nunca findados, como relatou Dulce Maia no relato supracitado. A recorrência da temática apresentada no livro de memórias analisado demonstra que as discussões, indignações e denúncias que circundavam o debate sobre as pessoas desaparecidas políticas encontravam-se em voga e definiam parte dos sentimentos próprios ao presente em que as memórias foram narradas, qual seja, o contexto da década de 1990.

Ainda que muitas memórias presentes no livro versem sobre a temática das pessoas mortas e desaparecidas políticas pela ditadura, demonstrando que este era um assunto em voga, as intencionalidades de produção da obra tomaram outras direções quando apresentadas pelos organizadores. Indo além dessas demandas, o livro apresentou novas versões do passado, uma vez que trouxe relatos autobiográficos de memória que narraram o âmago das experiências no Presídio Tiradentes e abordou as interações e práticas cotidianas, as relações sociais e vivências estabelecidas no cárcere político, destacando-as como ações políticas.

Nos textos introdutórios do livro, seus organizadores expressaram suas intencionalidades em organizar e produzir tal obra, que se constituiu a partir destas temáticas e perspectivas apresentadas. Assim, segundo os organizadores da obra:

Entre outros méritos, com certeza, haverá esse também: o de dar voz aos atores de um período histórico que ainda está por ser melhor estudado. Vozes que foram silenciadas na época e que continuaram sem poder se expressar com o passar dos anos, pois o silêncio causado pela proporcional ignorância dos fatos, por vezes, é bem mais violento que o silêncio imposto pelas armas. (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 25)

A intenção reforçada pelos organizadores da obra em desestabilizar os silêncios e legitimar ações vivenciadas pela ditadura deu projeção às memórias de mulheres e

⁷⁶Na seção 3.1 desta dissertação analiso o luto como uma das emoções mobilizadas por memórias de mulheres nas fontes. Também no sentido de analisar memórias que demonstram o papel do luto como mobilizador das lutas nas ditaduras do Cone Sul, ver: COELHO, 2021.

homens. Para além do movimento de “dar voz” àquelas e àqueles que por tempos não tiveram seus passados narrados nas histórias oficiais da ditadura militar, considero que esta fonte possibilitou as ferramentas para que vozes existentes pudessem atingir o espaço público. Muitas dessas vozes já existiam e já ansiavam por serem ouvidas, mas a elas faltava um espaço mais amplo que permitisse que fossem escutadas.

Especificamente no caso das mulheres que vieram à público expor suas vozes e memórias através deste livro de memórias, partilho o entendimento de Alejandra Oberti (2010) de que este movimento não se restringe apenas em reconstruir a história incluindo agora as mulheres, mas sim de trazer memórias que valorizem aspectos não inscritos nos grandes feitos da história (p. 28). Ao perspectivar o passado do cárcere político no Presídio Tiradentes a partir das memórias de mulheres, o livro possibilitou a reflexão sobre novas formas de relações com o passado, publicizando memórias que permitiram “o afastamento das versões instituídas [...] e a redefinição das dimensões nas quais se analisa o passado recente para que se estabeleça uma memória crítica”. (OBERTI, 2010, p. 28).

Ainda, no intuito de tentar compreender parte dos limites daquilo que foi ou não dizível no processo de retomada da memória daquelas/es sujeitas/os para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura”, considero relevante retomar o modo como foram solicitados os relatos autobiográficos pelos autores do livro àquelas trinta e duas pessoas. Na medida em que os organizadores Alípio Freire, Izaías Almada e José Adolfo de Granville Ponce delimitaram que a temática do livro deveria girar em torno das memórias de pessoas que vivenciaram o cárcere político no Presídio Tiradentes, eles solicitaram às ex-militantes e presas/os políticas/os que relatassem sobre suas vivências naquele espaço. Segundo eles, as pessoas que escreveram sobre suas experiências tiveram total liberdade de relatar aquilo que quisessem ou pudessem, independente do recorte dado (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997). Ou seja, as temáticas abordadas em cada um dos relatos apresentados pelo livro refletiram memórias que continuaram vivas naquelas pessoas e que, por uma gama de subjetividades, que passam por relações sociais e políticas, emoções e traumas, por exemplo, foram acessadas e priorizadas naquele contexto.

A subjetividade dos relatos autobiográficos articulados pelo livro de memória reside em modos que ora divergem, ora convergem quando em comparação com relatos orais. Por exemplo, Maria Aparecida dos Santos, ex-presa política do Presídio Tiradentes entre 1969 e 1972, refletiu sobre as dificuldades que circundam o ato de narrar suas

memórias de forma escrita para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997):

Quando fui procurada para escrever sobre minha vivência no Presídio Político Tiradentes, na cidade de São Paulo, durante todo o período que ali estive presa (mais precisamente três anos e três meses), confesso que a idéia me incomodou. Me incomodou por muitas razões, mas me parece que a principal foi o ato de escrever. Falar das nossas experiências é mais fácil. Existe sempre a possibilidade de tirar uma dúvida quando ela surge; há a possibilidade do esclarecimento rápido, do estabelecimento do diálogo. No entanto, escrever é sempre mais difícil, pois não sendo escritora, não sabendo a arte de lidar com as palavras, corro o risco de não conseguir transmitir exatamente os meus sentimentos, as minhas impressões. Apesar das dificuldades, tentarei registrar a minha experiência sobre o que foi aquela grande escola de vida que "frequentei" por algum tempo. (p. 274)

Em seu relato, Maria Aparecida dos Santos demonstrou certa insegurança em não conseguir expressar suas emoções passadas através das palavras escritas, quando em comparação com a narrativa oral em situações de retomada da memória. Assim, destacou que para realizar o relato escrito, do seu ponto de vista, teria que possuir habilidade de escritora, a qual ela julgou não ter. Entendeu que muito mais espontâneo é o relato oral, o qual, segundo ela, era passível de reestruturações, de explicações rápidas e improvisos. Nesse caso, para Maria Aparecida, o relato escrito poderia lhe tirar a espontaneidade. Dada a expressividade demonstrada em seu relato, se tornou possível questionar se o seu receio em escrever se relacionava mais com a habilidade de escrita de fato ou com o receio de publicizar e registrar experiências tão complexas.

Tal qual afirma Leonor Arfuch (2009), cada modo de narrar memórias carrega consigo suas próprias subjetividades, mas essas não devem ser postas como inferiores ou superiores umas às outras. Isto porque tanto os relatos escritos quanto os orais, por exemplo, exprimem “suas próprias coordenadas, a ordem de dizer ou mostrar, seus procedimentos, sua retórica, as convenções do gênero discursivo escolhido, as infrações que todos os gêneros toleram ou encorajam [...], a insistência do inconsciente, a associação caprichosa de memórias” (ARFUCH, 2009, p. 7). Nesse sentido, tanto as rememorações orais quanto as escritas são, sobretudo, construções de um passado articulado pelo presente. Por consequência, quem as narra manifesta-se através de suas memórias como formas de representações de si mesmo (ARFUCH, 2009).

O relato de Maria Aparecida serve de exemplo para o modo como as mulheres que relataram suas experiências na fonte consideraram importante a transmissão de suas emoções e das impressões daquilo que viveram no passado para a/o leitora/o do presente.

Em seu relato isso pode ser destacado por ela demonstrar receio em não ser capaz de expressar seus “sentimentos e impressões”, mas ainda sim fazê-lo em determinadas recepções de seu relato. Nesse sentido, as memórias são capazes de afetar e corporificar emoções naqueles e naquelas que as leem (WOLFF, 2015, p. 987), estabelecendo um constante diálogo entre narradora e ouvinte. De tal modo que,

ao ouvir/ler essas lembranças, nosso corpo compreende através de arrepios, lágrimas, risos nervosos, suor frio, desconforto, ternura. Dá vontade de abraçar, segurar a mão, expressar mais com o corpo também que com palavras, os sentimentos despertados por estes testemunhos (WOLFF, 2015, p. 987).

Como destaca Cristina Wolff acima, os testemunhos escritos não apenas articulam emoções – tal qual o desejo expresso por Maria Aparecida em seu relato – mas são capazes de emocionar, podendo gerar, assim, identidades e identificações.

Em consonância, ressalto que os corpos daqueles e daquelas que rememoram e relatam tais vivências podem ser vistos como “arquivos”, em sentido proposto por Luc Capdevila e Frédérique Langue (2014). Isto porque estes corpos, estes sujeitos, ao deixarem afetar-se pelas emoções presentes no instante do lembrar, impulsionam e evocam lembranças passadas, demonstrando que a memória e a emoção andam lado a lado e emergem das relações políticas, de projetos, e, ainda, de convicções pessoais e coletivas (CAPDEVILA; LANGUE, 2014, p. 8). Para complementar esta relação entre corpo/emoção/memória, o autor e a autora alinham-se a Arlette Farge (2007) que atenta para o fato das emoções, ao se expressarem através dos corpos, serem intrínsecas às identidades – coletivas e individuais – que se encontram inseridas em determinado grupo ou contexto social.

Tanto ao pensar as memórias de mulheres quanto em relação ao livro analisado sob uma perspectiva geral – considerando também as memórias de homens a ele vinculadas –, o livro de memórias carrega, então, uma subjetividade incontestável. Esta subjetividade se relaciona com a capacidade que este gênero literário possui em articular diferentes versões sobre um mesmo passado, demonstrando impressões que diferem e se assemelham umas das outras, dependendo de cada experiência individual e coletiva, bem como da forma em que cada indivíduo retoma suas memórias.

Os organizadores da obra “Tiradentes, um presídio da ditadura”, ao justificarem suas escolhas e pensarem sobre os possíveis significados intrínsecos à produção de sua obra, apresentaram considerações iniciais que se alinham às subjetividades próprias dos livros de memórias:

Todo livro de memória é, por definição, um livro impressionista. Tomamos contato com uma idéia ou um fato através das impressões [...] sobre essa idéia ou sobre esse fato. Um ponto de vista que será único, exclusivo. Ao considerarmos a possibilidade de uma obra que pudesse contemplar os vários pontos de vista de um mesmo fato, a prisão política num espaço e num mesmo tempo, imaginamos ampliar tal universo impressionista, obtendo do conjunto dos relatos uma visão menos particular e mais original. E mais do que isso: o próprio registro da memória histórica. (1997, p.24)

No mesmo sentido proposto pelos autores, considero que um livro de memória como este, ao abordar diferentes testemunhos sobre um mesmo passado é também um livro de *impressões*. É, ainda, um livro de emoções, capaz de demonstrar modos nos quais diferentes indivíduos se relacionam com um mesmo evento e evocam nele não apenas as relações sociais em que estão inseridos – como as de gênero – mas articulam, também, emoções passadas e presentes. Nas palavras de Alberto da Costa e Silva (2019), um livro de memória é como uma “retrovisão emocionada”, na qual “alguém olha pra trás, para aquele que foi, tem saudades de si próprio e procura compreender os fatos que não se despegaram jamais de sua mente” (p. 2). Nesse sentido, em uma relação próxima com o esquecimento, a memória se constitui de forma escrita através das lembranças que – por escolha ou de forma involuntária – reavivam-se naquele contexto.

Segundo os organizadores da obra aqui pesquisada, a ênfase do livro deveria focar no cotidiano do cárcere político do Tiradentes, e, sobretudo, nas impressões que aquelas vivências causaram em cada pessoa, no “sofrimento, na angústia, nas alegrias e esperanças” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 23). Assim, as mulheres e homens que optaram por relatar aquelas memórias abordadas no livro, puderam articular nelas múltiplas emoções que se relacionaram – e ainda se relacionam – com suas diversas vivências. A memória de Nair Yumiko Kobashi, uma das ex-militantes que narraram para o livro em questão, demonstra parte destes aspectos

Revisitar a memória para falar do presídio Tiradentes não é fácil. O presídio evoca sentimentos ambivalentes. De um lado, aqueles relacionados à dor causada pelo confinamento – prisão costuma rimar com dor. De outro, gestos de generosidade, de solidariedade, de afeto, de alegria. Das lembranças guardadas, são estas últimas as mais significativas e permanentes para mim. (p.310)

Nair, ao rememorar suas vivências no Presídio Tiradentes, destaca a dificuldade em conseguir falar sobre os acontecimentos de vinte e cinco anos atrás. A esta dificuldade ela atrela as emoções de dor que são evocadas e, assim, revividas no presente de

enunciação daquelas experiências dolorosas. Em contrapartida, Nair destaca as emoções consideradas por ela positivas – como a generosidade, a solidariedade, o afeto e a alegria – como aspectos singulares e relevantes de sua memória.

Ao considerar que as emoções dos indivíduos podem ser definidas a partir das relações sociais decorrentes de suas interpretações e vivências, sejam elas individuais ou coletivas (ROSENWEIN, 2011), o leque de emoções presentes e expostas por um indivíduo atribuem-se não somente aos acontecimentos vividos – as violências e experiências no cárcere, por exemplo –, como também às interações socioculturais dessas memórias no presente. Assim, compreendo que a relevância da retomada destas emoções reside também no processo de rememoração individual e coletiva. Muitas mulheres que relataram no livro associaram emoções como a “generosidade, solidariedade, afeto e alegria” como aspectos permanentes e que fazem dessas memórias as “mais significativas”, tal como narrou Nair Yumiko (1997, p. 210).

Com base nessas associações que podem ser entendidas como estratégias dessas mulheres em articular aspectos que atuem sobre o presente, cabe dizer que o livro aqui analisado fez parte das produções da década de 1990 que intencionaram retomar o passado recente da ditadura contestando esquecimentos no âmbito da memória social e abordando novas perspectivas que resistissem às violências ainda presentes no período.

As reminiscências de violências do contexto ditatorial podem referir-se às consequências diretamente ligadas às continuidades de práticas presentes na ditadura, como o fortalecimento da repressão do Estado através do aparato militar da polícia e o crescente aumento da desigualdade social da década (SALLA, 2004). Nesse sentido, ao debater a situação de repressão estabelecida no Estado democrático dos anos 90, Fernando Salla (2004) afirma:

Os aparatos policial e prisional, desde a década de 1980, têm oposto forte resistência à assimilação dos novos padrões de vida democrática que se estabeleceram no país, em boa parte em razão das práticas de arbitrariedade e violência cultivadas durante o regime militar e que subsistiram nessas instituições apesar do esfacelamento das formas autoritárias de governo (SALLA, 2004, p. 419).

Ou seja, mesmo com a promulgação da Constituição de 1988 e com a suposta adaptação das estruturas legais do país à situação democrática e em prol dos direitos humanos, determinados setores institucionais não acompanharam os fundamentos democráticos (SALLA, 2004). O sistema prisional brasileiro dos anos 1990, por exemplo, foi marcado por práticas institucionais arbitrárias, pelo encarceramento em massa da

população negra e pobre, pela corrupção nas estruturas da polícia e do sistema penitenciário e pela violência e repressão policial. No cenário de aumento da criminalidade e da violência urbana desde a década de 1980, produzido por um contexto capitalista de profunda desigualdade social, o sistema prisional e as estruturas institucionais da polícia responderam com a intensificação da repressão (SALLA, 2004). A título de exemplo de um episódio marcante que escancarou as continuidades da forte violência e repressão do sistema prisional brasileiro no pós-ditadura, cito o acontecimento de outubro de 1992, da Casa de Detenção de São Paulo: o massacre do Carandiru.⁷⁷

Outrossim, ao abordar a continuidade de práticas de violência do período ditatorial nos anos 1990, também me refiro à perpetuação das violências de gênero e da violência contra a mulher na sociedade brasileira. Ainda que essas violências não fossem próprias somente do período ditatorial, uma vez que constituíram a sociedade brasileira, elas tiveram especificidades, já que foram produzidas e instituídas como mecanismos do próprio Estado, tal qual afirma Janaína de Almeida Teles (2011). Assim legitimadas, estruturaram também condutas presentes na sociedade democrática brasileira da década de 1990, sendo perpetuadas nos espaços públicos, políticos e privados da sociedade vigente.

A título de exemplo, nos anos que iniciaram a década de 1990, as recém-criadas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) registraram uma média de 562 crimes baseados na violência de gênero por dia em todo o país (GIFFIN, 1994, p. 147). Ao longo dos demais anos que sucederam a década, a taxa de feminicídios foi se ampliando cada vez mais, chegando em seu ápice em 1996, ano que registrou uma média de 4,6 feminicídios a cada 100 mil habitantes (IPEA, 2015). Em sequência, entre os anos de 1995 e 2000, cerca de 21.376 mulheres tiveram suas vidas interrompidas por crimes de gênero⁷⁸ (IPEA, 2015)⁷⁹.

Face a este cenário, intento aqui compreender aspectos que demonstrem que o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) acabou refletindo por e sobre este

⁷⁷ Considerada uma das maiores tragédias prisionais da história do país, resultou no assassinato de 111 pessoas em situação de cárcere pelas mãos do Estado. Este triste episódio da história da recente democracia brasileira demonstrou que, para determinadas pessoas – marcadas pela classe e raça, por exemplo – a violência e repressão policial e estatal esteve longe de se restringir ao período da ditadura.

⁷⁸ É importante citar que para além do recorte de gênero, nestas estatísticas também se apresentam os recortes de raça, por exemplo, visto que, segundo a pesquisa realizada pelo IPEA em 2015, as mulheres negras são as mais vulneráveis à violência de gênero letal.

⁷⁹ Estes resultados se mostram ainda mais expressivos quando consideramos as subjetividades presentes nestas estatísticas, que podem representar números ainda menores que a realidade.

contexto da desigualdade de gênero – ainda que não necessariamente de forma intencional, quando se tratando das intenções dos organizadores em produzir a obra.

Mesmo que as discussões referentes à mulher e às desigualdades de gênero não tenham sido expostas pelos organizadores como parte das intenções principais do livro, elas acabaram se tornando, indiretamente, um dos eixos da obra ao serem reivindicadas em diferentes relatos de mulheres. A título de exemplo, o primeiro relato de uma mulher apresentado pelo livro – o de Dulce Maia – disserta sobre o machismo já em suas linhas iniciais, na seção do relato intitulado por ela como “Mulheres: gênero, número e grau”.

Ao afirmar ter vivenciado um tratamento “duplo” durante as torturas vividas por ela com relação a outros companheiros, Dulce Maia explicou:

O primeiro [tratamento], aquele mesmo que dispensavam aos meus companheiros homens por haverem ousado pegar em armas contra o arbítrio e a intolerância do regime ilegítimo dos militares. O segundo, pela minha condição de mulher: atrevimento duplo. (MAIA, 1997, p. 99)

Dulce Maia percebeu, de início, a necessidade de reivindicar o lugar do gênero vivenciado por ela enquanto militante à época da ditadura. Assim que abriu seu relato acerca das vivências no Presídio Tiradentes, narrou sobre o tratamento duplo vivenciado por ela e por tantas outras mulheres que resistiram às estruturas ditatoriais. Sofreram, segundo ela, opressão dupla por serem militantes subversivas dos ideais políticos da ditadura, mas, também, por serem mulheres e dessa forma “estarem extrapolando o universo doméstico e por desafiam os códigos de gênero da época, que [as] relegavam [...] ao espaço privado, como mães, esposas e dona de casa” (MORAES, 2008. p. 86).

Outro exemplo de memória que gostaria de trazer é o de Eleonora Menicucci, que ao produzir seu relato autobiográfico sobre suas vivências no Presídio, narrou: “Reabro minha memória, pela segunda vez em um prazo de seis meses, para escrever sobre essa experiência debruçada sobre um outro olhar: o de feminista que busca na perspectiva relacional rever cotidianamente o passado e as pessoas que fizeram parte dele” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997 p. 292). Produzindo um relato focalizando nos afetos construídos no período em articulação com uma perspectiva feminista, Eleonora Menicucci demonstrou como as memórias apresentadas pelo livro tiveram a capacidade de refletir o presente em que foram acessadas, estando marcadas pelas relações socioculturais em que suas sujeitas se inseriram (PEDRO, 2017). Sua identidade feminista, reivindicada por ela no presente em que acessou suas memórias, demonstra novas maneiras atribuídas por ela em narrar seu passado. Nesse movimento, o próprio

passado do cárcere da ditadura militar ao ser retomado assume uma nova configuração a partir das mudanças individuais e coletivas em diálogo com as estruturas sociais e culturais vigentes (JÉLIN, 2009).

Tampouco Dulce Maia ou Eleonora Menicucci optariam por abrirem seus relatos a partir das questões de gênero se estas não fossem aspectos que singularizassem e marcassem suas experiências na ditadura, mesmo que esses aspectos tenham sido ressignificados em suas memórias *a posteriori* (JÉLIN, 2009; OBERTI, 2010; JOFFILY, 2016). Ainda, se o gênero foi um elemento estruturante e recorrente em suas memórias, retomadas mais de duas décadas após os acontecimentos narrados, é porque se tornou um elemento importante de ser revisitado naquele presente. E este movimento não é individual e não diz respeito apenas ao relato de Dulce e Eleonora. Grande parte dos relatos de mulheres apresentados pelo livro carregam, de alguma forma, a marca das relações de gênero. Considero, então, que essas memórias reivindicadas pelo gênero foram realizadas como formas de resistir a aspectos políticos e sociais, às reminiscências do presente.

Mesmo sendo relevantes nas narrativas do livro, como já destacado anteriormente, as questões de gênero não foram apresentadas pelos autores em seus textos introdutórios como temáticas recorrentes nos relatos (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997). Na apresentação do livro, os organizadores descreveram as temáticas que consideraram mais relevantes nas narrativas da obra, que, para eles, estavam também atreladas a emoções, embora não utilizassem este termo. Em primeiro lugar, apresentaram a dignidade como um aspecto fortemente presente nos relatos e também procuram apontar para os valores presentes no período da detenção política. Em segundo lugar, os autores demonstraram a solidariedade como outro elemento principal presente nos relatos, destacando para o sentimento de coletividade evocado pelas memórias. Também ressaltaram os momentos de tensões desencadeadas no cárcere, contrapondo com o fato de que, mesmo nas situações mais adversas e penosas vivenciadas, aquelas pessoas em situação de cárcere político, podiam associar vivências alegres e felizes. A falta de apresentação da temática de gênero por parte dos autores refletiu que, possivelmente, esta não era uma das prioridades na criação do livro, mesmo que a obra acabou por atuar politicamente sobre estas questões.

A partir da interpretação dos textos introdutórios do livro – realizados pelos organizadores – traço algumas compreensões sobre as dimensões políticas que os autores tinham como intenção de alcançar com a obra. No texto introdutório intitulado “Política,

repressão e ideologia”, além dos autores explicarem o porquê da escolha em trabalhar com o Presídio Tiradentes – já anteriormente expostas –, eles focalizaram a discussão no contexto histórico que levou à opção da luta armada para aqueles/as militantes do período da ditadura, intencionando expor as motivações ideológicas presentes nos sonhos revolucionários daqueles e daquelas que lutaram contra o sistema ditatorial.

A opção da luta armada foi colocada pelos autores como “única alternativa de luta que restou à esquerda” (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 33) frente às constantes perseguições, censuras e violências exercidas contra todas as manifestações democráticas que tentavam estabelecer no período contra à ordem vigente; frente a um contexto em que não havia “espaço político para a oposição se expressar” (p. 34). Nesse sentido, a luta armada poderia ser vista como uma reação dos/as oprimidos/as à violência – no caso sistematizada – do opressor, tal qual pontuado pelos autores:

O golpe militar de 1964, dado contra um governo legalmente eleito e constituído em 1960, é um ato de violência contra as instituições brasileiras. E violência armada. [...] O que caracteriza o terrorismo como forma de luta é uma política definida nessa direção e não atos isolados. Nesse sentido, e naquele momento, o que existiu no Brasil e em todo o cone sul da América do Sul foi o terrorismo de Estado, a política de repressão indiscriminada posta em prática pelos sucessivos governos militares: câmaras de tortura, prisão e assassinato dos opositores ao regime, ocultação de cadáveres, colocação de forças armadas a serviço da repressão interna, terrorismo cultural, censura à imprensa, quebra de garantias constitucionais, isto sim, pode-se designar como uma política terrorista. (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 28 - 33)

Os motivos pelos quais os organizadores precisaram reafirmar a luta armada como uma forma de luta legítima frente aos crimes de Estado produzidos pela ditadura possivelmente tem a ver com disputas em torno de narrativas sobre a memória da revolução e sobre as pessoas que militaram politicamente contra o sistema ditatorial. Ao apresentarem que muitas das narrativas e discursos da mídia da década de 1990, por exemplo, intencionavam reproduzir uma imagem deturpada dos militantes de esquerda da ditadura (Freire; Almada; Ponce, 1997), colocaram-se em um lugar de elucidar equívocos históricos amplamente divulgados naquele presente. Nesse sentido, os organizadores utilizaram as seguintes descrições para contextualizar o presente histórico e político no qual eles se inseriam:

As atuais vitórias do neoliberalismo podem muito bem ser debitadas à conta de Pirro. Afinal, o que o capitalismo resolveu durante todo esse século, nesse final de milênio? O número de pobres e miseráveis só tem aumentado em todo o mundo, mesmo nos poucos países que se tornam

cada vez mais ricos. A crise no sistema capitalista aprofunda-se e isso só não vê quem não quer. Não há emprego suficiente, não há riqueza satisfatória e a existente não é distribuída com equidade. O funil da exploração da mão-de-obra barata está cada vez mais apertado. Lembrando Saramago: “o pior das vitórias é que elas nunca são definitivas. Assim, não irá morrer o sonho de uma revolução socialista. Continuará sendo uma possibilidade. Concreta (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997, p. 31).

A partir deste trecho relatado nos textos que abrem o livro de memória, compreendo que o contexto de reminiscência – também causado pelos silêncios e desmemórias acerca do período ditatorial – no qual os organizadores intentaram atuar sobre e resistir, diz respeito a consolidação de uma sociedade baseada nos valores neoliberais que marcou os anos finais da década de 1990. Assim, a crítica ao modelo neoliberal fortalecido naquela atualidade, ao aumento da desigualdade social e à manutenção de violências por parte do Estado, por exemplo, é utilizada como argumento às críticas ao modelo de sociedade instituído como herança da ditadura e os processos que a sucederam. Indo além, considero que os autores produziram argumentos que tentam manter vivo o “espírito revolucionário” e a esperança nas gerações de leitoras/es futuras. Principalmente, frente ao contexto de contínuas desigualdades, explicitamente colocado também como legado da ditadura (FREIRE; ALMADA; PONCE, 1997). Também considero que esta tentativa de evocar esperança na luta pode se justificar pelas consequências causadas pela repressão ditatorial a muitos movimentos e organizações de esquerda (JOFFILLY, 2018).

Além disso, essas intenções demonstradas corroboram com o argumento de que, por muito tempo, as narrativas da ditadura focalizaram no confronto da repressão ditatorial e da luta armada (Praxedes; Manso, 2020), negligenciando, assim, o passado de diferentes sujeitos que participaram dos distintos movimentos e atuações de resistência às ditaduras, tais quais a participação de mulheres de esquerda, operárias, trabalhadoras rurais, lésbicas, indígenas, negras e periféricas, por exemplo⁸⁰.

É também nesse sentido que acaba se inserindo o livro de memórias que vem sendo estudado, na medida em que traz uma perspectiva que diverge de muitas das que vinham sendo trabalhadas pelas narrativas hegemônicas e, até mesmo as não-

⁸⁰ Todavia, à época da ditadura, algumas iniciativas civis já tensionavam esses silêncios no âmbito da indústria cultural – a exemplo da literatura e do cinema – como forma de manter a memória do passado traumático presente nas gerações futuras, como foi o caso da publicação de livros de memória como “Memórias das mulheres do exílio”, de Albertina de Oliveira da Costa, publicado em 1980, ou do filme “Que bom te ver viva”, lançado em 1989 por Lúcia Murat.

hegemônicas, sobre a ditadura. Esta questão se dá pela fonte abordar o cotidiano e dia-a-dia do cárcere político em forma de memória, não abandonando esperanças. Também, dando espaço às vivências de diferentes mulheres, que por muito tempo foram silenciadas da escrita, na história da ditadura.

À guisa de considerações finais desta seção, retomo o relato de Eleonora Menicucci de Oliveira para o livro aqui analisado:

Lembrar o passado deve ter o significado da recuperação da utopia, permeada por um pouco de loucura e devaneio, ingredientes que nos faltam para construir estratégias mais coletivas de resistência, que transformem as relações sociais de práticas desterritorializadas e dessignificadas em práticas territorializadas e significadas de subjetividade. (1997, p. 295)

Eleonora Menicucci ressaltou para aspectos relevantes de suas histórias passadas, evocando-os como necessários ao presente de narração em que ela se insere. Nesse sentido, buscou atuar no seu presente a partir da rememoração. Ainda, considerando que os relatos autobiográficos podem ser entendidos a partir de sua relação com a escuta (ARFUCH, 2002), estas memórias são capazes de evocar sentimentos singulares aos momentos em que são recebidas. Ao serem registradas, mobilizam os tempos históricos, evocando esperança na reconstrução da luta e da resistência no seu presente, bem como nos presentes futuros. Por fim, retomo, ainda, as palavras também relatadas por Eleonora no início desta seção: *Lembrar para não esquecer, para transformar as práticas sociais e políticas em ações que levem a uma sociedade mais justa, humana, solidária, prazerosa e com equidade de gênero*. Estas memórias reforçaram suas preocupações, reflexos de projetos coletivos e visões de mundo da geração de mulheres de esquerda que Eleonora fez parte.

Com o registro de memórias, então, o livro retomou vivências individuais e coletivas sobre um mesmo espaço, de mulheres cujas trajetórias foram marcadas pela resistência – dentro e fora do cárcere – e, mais do que tudo, pela sobrevivência. Como citado no início desta dissertação, sobrevivência não apenas relacionada ao *se manter vivas* naquela situação de perigo, mas em conseguir narrar vivências consideradas por vezes indizíveis, fazendo com que suas memórias e histórias sobrevivessem nas gerações futuras.

Isto posto, na sequência, pretendo compreender as continuidades das narrativas que perspectivaram o passado do Presídio Tiradentes, anos após a década de 1990,

também a partir do viés das memórias de mulheres sobre tal contexto, considerando a produção fílmica “Torre das Donzelas” lançada em 2018.

2.2 Fragmentos de passados sensíveis retomados no documentário “Torre das Donzelas” (2018)

“Essa ditadura fez coisas que eu acho que é preciso que sejam mesmo conhecidas. É a memória, a gente tem que resgatar isso.”

Maria Aparecida Costa
(TORRE, 2018)

O trecho que abre esta seção refere-se ao testemunho de Maria Aparecida Costa vinculado ao filme “Torre das Donzelas”, de 2018. Ao narrar suas experiências no cárcere político do Presídio Tiradentes, ela manifesta a angústia pelo reconhecimento do passado recente da ditadura brasileira, evocando o “resgate” da memória deste período como um ato urgente. Interpretando o testemunho de Maria Aparecida Costa como um apelo pelo contínuo movimento de tornar públicas e visíveis as memórias sobre a ditadura militar brasileira, gostaria de focar em mais uma produção cultural que perspectivou este passado como temática. Refiro-me ao filme- documentário “Torre das Donzelas”, produzido entre 2011 e 2018 pela diretora Susanna Lira⁸¹. Essa produção perspectivou o passado do cárcere político no Presídio Tiradentes dentro de um cenário de disputas por memórias no tempo presente.

Nesse contexto, abordo aqui as possibilidades apresentadas pelo cinema como meio de publicização de memórias de mulheres sobre a ditadura. Objetivo debater, portanto, sobre as formas pelas quais este filme perspectivou memórias na dimensão pública, retomando o passado a partir de distintos enquadramentos e mobilizando intencionalidades no tempo presente. Especificamente, interessa-me refletir sobre duas questões: quais os principais enquadramentos da memória ditatorial representados pelo filme? Considerando o contexto de disputas e embates pela memória da ditadura militar, quais as possíveis intencionalidades na escolha dessas temáticas e produção da obra?

O documentário “Torre das Donzelas” (2018) desenvolveu uma narrativa sensível ao abordar parte do período de cárcere político da ditadura militar vivenciado por mulheres nas dependências do Presídio Tiradentes de São Paulo entre 1968 e 1973, a

⁸¹Susanna Lira é uma cineasta brasileira que atua no meio audiovisual desde 1994. Dirigiu 11 longas metragens, dentre eles os documentários: “Porque temos esperança” (2014), “Mataram nossos filhos” (2016) e Clara Estrela (2017). Ver mais em Verbete *wikipedia* “Susanna Lira”. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Susanna_Lira>

partir do relato de trinta e uma mulheres⁸². Em sua sinopse, a produção evocou a seguinte chamada para a obra: “Há desejos que nem a prisão e nem a tortura inibem: Liberdade e Justiça; há razões que nos mantém íntegros mesmo em situações de dor e humilhação: Amizade e Solidariedade” (OPERANTE, 2013).

Essa frase versa sobre muitos dos aspectos que perpassam a narrativa do filme, que buscou demonstrar uma parcela da retomada do passado da ditadura a partir de diferentes fios condutores, alguns que serão aqui demonstrados. Partindo desta chamada, a presente seção analisa como a narrativa do filme abordou tais reflexões, visando enquadrar o passado da repressão política a partir de discussões sobre a liberdade, das diferentes formas de justiça (de ontem e de hoje), e, sobretudo, da amizade e da solidariedade como possíveis resistências. Tais reflexões são realizadas no bojo dos debates sobre a memória e o esquecimento do passado ditatorial brasileiro, também colocados pela narrativa do filme, a partir da perspectiva de mulheres que narram seus passados.

Cabe destacar o que considerou Elizabeth Jelin (2017) ao abordar as lutas e disputas em torno da memória sobre o passado, sobretudo referente às ditaduras latino-americanas. Segundo a autora, o cinema tem um papel fundamental no processo de identificação e reconhecimento sobre o passado, permitindo que as/os protagonistas da memória aumentem em número (JELIN, 2017, p. 154). Ao refletir sobre o viés do documentário analisado, ressalto que esse também se insere como uma forma de alargar o campo das protagonistas da memória da ditadura militar brasileira, inserindo as *donzelas*, de fato, como agentes e sujeitos da história.

Com o intuito de contextualizar a parte introdutória da obra, importa considerar que ela inicia sobrepondo fragmentos de vídeos da repressão policial no Brasil durante a ditadura militar com áudios de depoimentos de ex-militantes políticos. Dessa forma, demonstra alguns dos confrontos estabelecidos com a polícia militar no período da ditadura, assim como a prisão de militantes políticas, esta representada na **Figura 5**.

⁸² O filme conta com a participação dos relatos das seguintes mulheres: Ana Bursztyn-Miranda, Maria Aparecida Costa, Rita Sipahi, Rioco Kayano, Rose Nogueira, Elza Lobo, Dulce Maia, Nair Benedicto, Leslie Belloque, Eva Teresa Skazufka, Robêni Baptista da Costa, Guida Amaral, Marlene Soccas, Maria Luiza Belloque, Nair Yumiko Kobashi, Ieda Akselrud Seixas, Dilma Rousseff, Lenira Machado, Ana Mércia, Ilda Martins da Silva, Iara Glória Areias Prado, Ana Maria Aratangy, Darci Miyaki, Vilma Barban, Telinha Pimenta, Sirlene Bendazzoli, Nadja Leite, Leane Ferreira de Almeida, Maria Aparecida dos Santos, Lucia Salvia Coelho, Janice Theodoro da Silva.

Figura 6: Cena do filme “Torre das Donzelas” que representa policiais militares prendendo uma militante política.



Fonte: Captura de tela do filme “Torre das Donzelas” (2018) realizada pela autora.

Apresentando imagens e vídeos documentais referentes à época, o documentário realiza uma breve contextualização da ditadura a partir de frases, versando sobre o golpe de 1964, sobre a censura, a repressão de direitos políticos e a perseguição de opositoras/es do sistema nesta época. Cabe ressaltar uma das frases demonstradas pelo filme, que expressa parte de suas temáticas: “Neste período, muitas mulheres enfrentaram a ditadura e viveram a revolução sexual dos anos 60” (TORRE, 2018, 0’0’’ - 03’02’’). Em sequência, a narrativa aborda: “Muitas mulheres foram presas e torturadas pelo regime. Centenas delas passaram pelo Presídio Tiradentes, em São Paulo, onde o conjunto de celas femininas ficou conhecido como Torre das Donzelas. O presídio foi demolido em 1972”⁸³ (TORRE, 2018, 03’33’’ - 03’46’’). Atuando como uma “introdução”, já em suas cenas iniciais, o documentário resalta o viés tomado ao longo da obra: a rememoração da prisão política da ditadura militar brasileira no Presídio Tiradentes a partir da perspectiva de mulheres que a vivenciaram.

O filme afirma, desde início, a escolha da direção em tratar do passado a partir da perspectiva de mulheres, atribuindo um caráter político atrelado aos movimentos de mulheres, ao feminismo e ao gênero, tal como na frase supracitada sobre o contexto que retoma a Revolução Sexual⁸⁴ dos anos de 1960. Sobre tais características que definem a obra, a diretora do documentário afirmou em um debate realizado de forma remota pelo cineclubes latino, em junho de 2020:

Realmente assim, a minha obra é bem permeada pela questão de gênero. É, foi uma opção. Eu acho que quando uma mulher chega no lugar em

⁸³ Importa ressaltar que a narrativa do filme cometeu um equívoco, visto que a demolição do presídio Tiradentes se deu em 1973. Sobre esse assunto, conferir a seção 1.2 deste trabalho.

⁸⁴ Sobre a chamada “revolução sexual”, ver mais em: NUNES; WOLFF, 2020.

que ela pode escolher o que ela faz, filmar... Eu acho que as nossas inquietações vêm para um lugar de ocupação no mundo. A gente tem reivindicação do próprio papel da mulher, como ela é retratada nos documentários e nos filmes. Então eu levo comigo um pouco também dessa necessidade de falar sobre mulheres do ponto de vista feminino. Porque muitas vezes as mulheres são faladas através dos olhares masculinos e muitas vezes isso é bem distante do que a gente pensa, como a gente vive. Então isso é um fato para mim (TORRE DAS DONZELAS, 2020).

A diretora, ao reforçar a noção do cinema como um espaço marcado pelo machismo (não apenas em suas representações cinematográficas, mas, também, como na escassez de mulheres diretoras face à predominância masculina nas direções de obras⁸⁵), afirma sua opção em trabalhar a obra a partir da questão de gênero como uma escolha pessoal e política.

O relato da diretora permite sua inserção como um sujeito histórico em um contexto social e político específico. Isto posto, todas as decisões artísticas tomadas pela direção do filme e, conseqüentemente, por sua produção, são imbuídas de sentidos políticos e de ideologias próprias (WOLFF, 1981). Importa ressaltar, portanto, que as escolhas expressas nos filmes, sejam esses de ficção ou documentários, desde a perspectiva e ordenação da narrativa até a montagem das cenas e dos cenários, são ideológicas e possuem suas próprias intencionalidades. Por conseguinte, essas intencionalidades estão alinhadas com os indivíduos que produzem as obras fílmicas. A discussão precedente importa, aqui, para reforçar que o documentário é capaz de produzir sentidos sobre um passado, assim, potencializando-se como um difusor do conhecimento histórico (SOUZA, 2014).

Tais reflexões são relevantes para situar o documentário “Torre das Donzelas” como uma fonte histórica. Segundo Janet Wolff (1981), os filmes são produtos sociais historicamente situados e produzidos. Dessa forma, é possível afirmar que os filmes documentários, considerados de “não-ficção”, também desenvolvem escolhas técnicas e pontos de vistas politicamente posicionados, não devendo ser interpretados como uma verdadeira imagem do real, mas, sim, como uma representação do contexto retomado. Ademais, segundo Cássio Tomaim (2006, p. 4),

o filme documentário não deve ser reduzido à mera falsidade, inverdade, mas posto no sentido de uma construção, de um fazer artístico que é, concomitantemente, um executar e um inventar, que equivale dizer que compreende uma objetividade e uma subjetividade intrínsecas ao processo.

⁸⁵ Ver mais em: HOLANDA, 2017.

A partir destes apontamentos levantados por Cássio Tomaim (2006), torna-se possível considerar o documentário “Torre das Donzelas” como uma produção que parte de construções prévias, de escolhas de direção e de “fazeres artísticos” próprios de subjetividades. Ademais, no caso do referido filme-documentário, importa frisar que ele perpassa subjetividades outras, para além das da diretora, por ser caracterizado também como um “filme-testemunho”, em sentido próximo ao proposto por Michel Pollak (1989). Os filmes-testemunhos são aqueles que se inserem no gênero de “não-ficção”, abordando em sua narrativa sujeitos que testemunham sobre algum fato e/ou vivência passada, seja ela coletiva ou individual (POLLAK, 1989).

Susanna Lira alinha-se a esse debate ao afirmar que “Torre Das Donzelas” foi um documentário realizado coletivamente (TORRE DAS DONZELAS, 2020). Nesse sentido, a montagem da obra se construiu a partir de versões de passados advindas das memórias das trinta e uma mulheres que testemunharam para a produção do filme. Importa ressaltar, portanto, que para além do filme ser dirigido e produzido por mulheres, ele é, também, protagonizado por elas. Esse fato reitera o anseio político da diretora em “falar sobre mulheres” do ponto de vista de mulheres, tal como expresso em sua fala anteriormente supracitada. Então, interessa considerar que a narrativa da obra foi construída levando em conta todos esses apontamentos, a partir de escolhas pautadas nas relações de gênero e no feminismo. Tal como apontou Susanna Lira (2020), não apenas a obra, mas também suas decisões, foram pensadas sob uma ótica feminista.

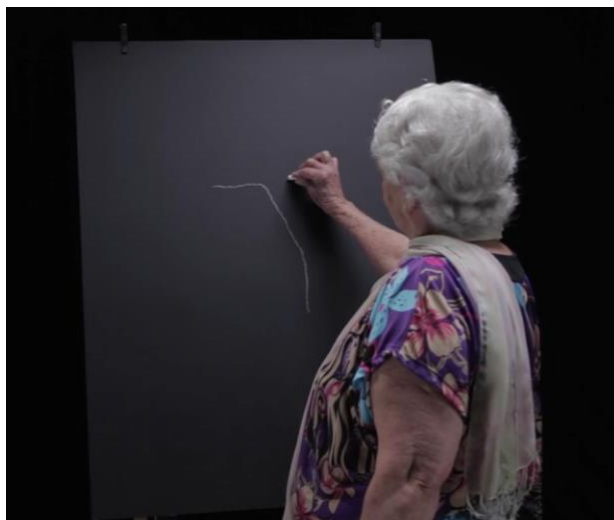
É a partir dessas considerações que se torna possível dar sequência à análise da construção narrativa do documentário Torre das Donzelas (2018), de modo a ressaltar elementos presentes na obra que oferecem embasamento para as reflexões almejadas nesta seção. Para dar continuidade à discussão presente, divido os debates em duas subseções. Na primeira, trato da interlocução das emoções e do gênero como aspectos marcantes nas memórias das mulheres que prestam testemunho para o documentário. Já na segunda subseção, debruço-me sobre a contextualização da obra.

2.2.1 Esquecimentos e memórias sobre a Torre entre o gênero e a emoção

Retomo, aqui, uma passagem específica da narrativa do filme “Torre das Donzelas” (2018) a fim de embasar discussões subsequentes. A partir de recursos audiovisuais, no início do documentário, apresentam-se mulheres em frente a uma lousa

de giz, na tentativa de desenharem o espaço físico da Torre das Donzelas, demolido em 1973⁸⁶. A reconstrução do espaço prisional da Torre – edifício situado, à época, no Presídio Tiradentes, em São Paulo – é realizada a partir de fragmentos das memórias dessas mulheres, que desenhavam o contorno, em forma de planta baixa, do modo como lembravam ser as disposições das celas da Torre (**Figura 6**).

Figura 7: Ilda Martins Pereira desenhando traços do espaço físico do presídio Tiradentes para o filme “Torre das Donzelas” (2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela Autora.

Considero que a subjetividade dos filmes também perpassa pela montagem da narrativa que “direciona o olhar e impacta na maneira como a história é compreendida e apreendida por quem a assiste” (SOUZA, 2014, p. 204). Nesse sentido, a escolha de iniciar a obra a partir da materialização visual do espaço da Torre demonstra intenções em ressaltar, para o/a telespectador/a, as relações entre a memória e o esquecimento daquele lugar. Ao reconstruir o passado a partir de desenhos em outra cena, Robêni Baptista da Costa exprime a dificuldade em realizar tal ato, pois a rememoração do espaço é definida, atualmente, por silenciamentos: “Eu não consigo lembrar mais” (TORRE, 2018). Cabe frisar, portanto, que a memória do passado na Torre perpassa por diferentes possibilidades e impossibilidades do lembrar.

Ao narrar as dificuldades em rememorar o espaço físico onde viveu encarcerada, Robêni chama atenção para a percepção de que memória é constituída a partir de

⁸⁶ Ver a discussão realizada na seção 1.2 desta dissertação, intitulada “E o que significava a demolição daquele Presídio?”, que analisa parte do processo de demolição do Presídio Tiradentes, pensando no que tal ato significou para as pessoas que vivenciaram ali variadas situações de violência.

esquecimentos (RICOUER, 2007). Segundo Elizabeth Jelin (2017), o esquecimento ocupa um lugar central na memória, tornando-a, mesmo quando involuntária, um fenômeno seletivo. Considerando essas reflexões, o esquecimento pode ser relacionado a uma escolha pessoal da pessoa que produz suas lembranças. Também, pode partir da dificuldade do lembrar e do dizer, que se atrela ao trauma e à retomada de emoções, assim como pode ser fruto da impossibilidade do lembrar, intrínseco ao período de distanciamento temporal do fato narrado (BAUER, 2014). Portanto, a dificuldade do acesso às memórias sobre a constituição do espaço físico é evidenciada, também, por conta do longo intervalo de tempo que marcaram as experiências e seu presente de enunciação.

Em depoimentos orais, os esquecimentos podem ser expressos através dos chamados “não-ditos”, aspectos recorrentemente presentes em memórias que tratam dos passados sensíveis (mas não apenas). Segundo Lizandro Carlos Callegari (2013),

os não-ditos têm motivos bastante complexos de serem analisados. Muitas vezes, lembranças traumatizantes ou traumatizadas esperam anos pelo momento propício para serem expressas. Logo, o silêncio encobre um imperativo ético de forma que se deve respeitar a vontade de silêncio do outro. (p. 5)

Os “não-ditos” podem se referir aos diferentes silenciamentos intrínsecos à capacidade do lembrar (GAGNEBIN, 2006). É possível que estes silenciamentos estejam relacionados às memórias traumáticas e ressentidas dos indivíduos. Dessa forma, os “não-ditos” estabelecem uma relação com a narrativa oral, com a emoção e com o trauma, uma vez que esses devem ser eticamente compreendidos no exercício de acesso às memórias.

Em muitas situações que rememoram vivências traumáticas, há que se respeitar o tempo do silêncio, tal qual pontuou Danielle Tega (2019). Nesse sentido, importa compreender o testemunho como uma forma de relatar as vivências passadas a partir do acesso à memória que demanda um espaço de escuta e de respeito ao processo de sua elaboração. Em consonância com essa discussão, ao retomar os argumentos de Joana D'Arc Ferraz (2007), Lizandro Carlos Callegari (2013) afirma que o testemunho pode ser realizado de três formas:

a primeira delas ocorre quando o indivíduo produz sua própria leitura sobre o evento traumático. A segunda diz respeito à produção testemunhal feita a partir de entrevistas calcadas na metodologia proposta pela história oral. Por fim, a terceira maneira tange ao testemunho em terceira pessoa, quando um relata, através do outro, a experiência dolorosa pertencente a uma vítima. (p. 5)

O autor chama atenção para a particularidade do trauma presente nos testemunhos, aspecto predominante nas memórias retomadas pelo filme aqui analisado. Da mesma forma, o trauma é descrito por Danielle Tega (2019) como um dos aspectos singulares do testemunho. Segundo a autora, a definição conceitual do trauma é plural e interdisciplinar, perpassando pelas áreas da psicanálise, da sociologia, da literatura e da história. Tendo como basilares as teorias advindas da psicanálise e da literatura de Cathy Caruth (1995;1996; 2000) e Shoshana Felman (2014), reitero a afirmação de Danielle Tega de que o trauma pode gerar lacunas nas trajetórias das pessoas, assumindo, também, reverberações coletivizadas.

Atuando como uma “prática de (re)subjetivação” (TEGA, 2019, p.40), o testemunho permite uma condição para o processo de redenção coletiva do trauma. É também nesse sentido que a autora apresenta as relações entre trauma e história, considerando o trauma como uma experiência pertencente a um outro tempo/espço, do ponto de vista do presente da narração. As contribuições de Cathy Caruth e Shoshana Felman permitem, sobretudo, que a autora Danielle Tega (2019) apresente elucidacões sobre a noção do testemunho enquanto uma manifestacão da memória, que demanda não apenas uma narração, mas uma escuta ética, sensível e atenta. A presença do *outro* é considerada imprescindível ao ato de testemunhar, e, assim, possibilita reconhecimentos individuais e coletivos de quem narra e de quem escuta (TEGA, 2019). Ao considerar o documentário “Torre das Donzelas” (2018) como um filme-testemunho (POLLAK, 1989), importa frisar a interlocuçao entre as mulheres que rememoram o passado e o/a telespectador/a. Isto porque quem recepciona a obra pode fornecer um espaço de escuta para as memórias sensíveis dessas mulheres.

Distintas são as particularidades intrínsecas ao acesso à memória, que se estabelece em um diálogo constante com o esquecimento. Como anteriormente referido, esses esquecimentos podem se relacionar com o trauma, ou ainda, com a involuntariedade, ocasionada pela distância temporal com passado narrado. Também, os esquecimentos podem ser desencadeados de modo “induzido”, estrategicamente impostos na memória coletiva num âmbito social e político (BAUER, 2014). Nessa lógica, “los silencios y borramientos públicos pueden ser producto de una voluntad o de una política de olvido y silencio⁸⁷” (JELIN, 2017, p.17).

⁸⁷ Traduçao livre da Autora: os silêncios e os apagamentos públicos podem ser produto de uma intencionalidade ou de uma política de esquecimento e silêncio (JELIN, 2017, p.17).

Um exemplo de um “esquecimento induzido” que se refere às temáticas presentes no documentário diz respeito ao processo de fechamento e demolição do Presídio Tiradentes e, conseqüentemente, da Torre das Donzelas. Sobre esse aspecto, Susanna Lira (TORRE DAS DONZELAS, 2020) afirma:

A outra coisa, que é a criação do espaço. A primeira coisa que eu percebo é esse sistema muito eficiente da ditadura em apagar os espaços de memória, né?! [...] então assim, usar o cinema como instrumento de resistência para combater esse revisionismo, esse negacionismo, até a ignorância em relação a isso, era importante. Eu precisei reconstruir esse espaço. As pessoas precisam ver que isso existiu.

A diretora destaca, então, sua intencionalidade em reconstruir a Torre como uma das formas de firmar, através do cinema, esse espaço como um lugar de memória na consciência histórica. O documentário tem sua narrativa baseado na reestruturação do espaço físico da Torre das Donzelas a partir de memórias de mulheres, e, posteriormente, da reconstrução do espaço, realizado pela produção do filme. Por esta razão, a obra se coloca em disputa com a memória hegemônica da ditadura, visando eternizar na memória social uma versão do espaço físico daquele presídio.

A partir da materialização das memórias de mulheres sobre a Torre por seus desenhos, a produção pode reconstruir o espaço físico da prisão política vivenciada por elas. O espaço reconstruído das celas (**Figura 7**) torna-se o cenário do filme, ambiente onde as mulheres encontraram-se para retomarem seu passado em conjunto.

Figura 8: Celas da Torre reconstruídas pela equipe do filme “Torre das Donzelas” (2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Após realizada a reconstrução das celas da Torre pela equipe de trabalho do filme, as ex-prisioneiras políticas revisitam o ambiente recomposto e retomam, juntas, esses passados a partir de suas identificações. Esse ato se dá também como forma de atribuir e demonstrar um dos caracteres coletivos da memória (HALBWACHS, 1990). Sobre esse aspecto, a diretora do filme demonstrou uma outra intencionalidade presente na iniciativa de reconstrução desse espaço:

[...] quando elas desenharam a torre [...] são todos os desenhos diferentes, então, a gente tinha um espaço sugerido, e a gente arriscou tudo nesse espaço. Porque eu também queria um dispositivo para provocar essa memória nelas, porque elas precisavam fazer daquele lugar um espaço onde cada uma ia ajudar a outra a se lembrar. O que eu percebi nas entrevistas individuais que eu fiz com cada uma delas, é que elas se lembravam de coisas muito fragmentadas [...] Então, quando proponho esse espaço para elas, elas lembram juntas. Uma vai pegando um fio, vai tecendo um fio, como um bordado, como um tricô, como uma coisa de “juntas, eu te ajudo a lembrar disso”. Isso para mim foi um momento muito mágico desse processo e isso foi feito inteiramente por elas (TORRE DAS DONZELAS, 2020).

A diretora ressalta, nesse excerto, o movimento de retomada coletiva daquele passado como uma forma de acesso e de construção da memória. Segundo ela, as entrevistas realizadas de forma individuais foram marcadas por mais lacunas que as coletivas, lacunas essas que podem estar relacionadas com os esquecimentos advindos do tempo, trauma, ou escolhas pessoais. Ainda, ela caracteriza o espaço reconstruído da Torre como um “dispositivo” de lembranças. Segundo Vera Lúcia Praxedes e Haydenée Manso (2020), a importância deste ambiente reconstruído para o desenvolvimento da obra se dá, pois, “o cenário se transforma em um dispositivo que aciona as diversas memórias e se tornam o principal fio condutor da narrativa” (PRAXEDES; HAYDENÉE, 2020, p. 340).

Para além da reconstrução do espaço físico como um dispositivo utilizado, a mobilização de objetos, sons e cheiros escolhidos pela produção do filme também atuam como um conjunto de dispositivos que retomam aquele passado na memória coletiva daquelas mulheres. Sobre a escolha em mobilizar esses aspectos no cenário do filme, Susanna Lira afirma:

No momento em que a gente recria aquele espaço, e monta aquele cenário, 90% dos objetos da Torre eram objetos que elas tinham guardado da época. Então ali tem panela, tem roupa de cama, tem enxoval, tem quadros que elas pintaram. E a equipe de arte foi pegando isso nas casas delas e elas não sabiam exatamente pra que. [...] Quando elas entram na Torre, tem cheiro, tem música, tem barulho de rádio, a vitrolinha que elas tinham, tinham os presentes que elas faziam pros

filhos. Então não foi só recriar o espaço físico, foi criar um dispositivo de uma atmosfera de memória [...] por isso que quando elas entram, elas são tomadas por uma emoção muito forte, porque realmente a gente conseguiu trazer esse aspecto da Torre, embora seja uma outra geografia, uma outra arquitetura, mas a gente conseguiu trazer esse clima (TORRE DAS DONZELAS, 2020).

A partir deste relato da diretora, é possível perceber o quanto a emoção é um aspecto caro à obra. Isto porque, o próprio ato de montagem do cenário tem como objetivo produzir, através de dispositivos, a emoção naquelas que adentram o espaço. Nesse sentido, o diálogo das emoções com a memória é também produzido pelo contato com objetos, cheiros e símbolos (NORA, 1993). Essas mulheres, ao se emocionarem a partir do contato com os conjuntos de dispositivos, manifestam também a dimensão involuntária da memória. Nesse sentido, Dulce Maia, ao adentrar o espaço reconstruído da Torre, se emociona – através do choro e de risadas (**Figuras 8 e 9**) –, ao mesmo tempo em que justifica: “A emoção é grande porque eu estou revendo todo o espaço” (TORRE, 2018).

Figura 9: Dulce Maia adentrando, pela primeira vez, o espaço reconstruído da Torre das Donzelas (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Figura 10: Dulce Maia emocionada ao adentrar o espaço reconstruído da Torre das Donzelas (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

A importância da materialização da Torre para aquelas mulheres é representada pelo documentário. Assim como demonstrado na fala e imagens de Dulce Maia, ao adentrar esse espaço, ela se vê afetada pelas emoções evocadas pelo passado intrínseco àquele conjunto de dispositivos. Aqui, cabe reiterar as subjetividades próprias ao testemunho e à memória, destacadas por Cristina Scheibe Wolff (2015). Nesse sentido, ressalto que o filme-documentário “Torre das Donzelas” pode exemplificar a afirmação de que as memórias são mobilizadas a partir de diferentes emoções, e, num movimento conjunto, são capazes de gerar emoções em quem as recebem (WOLFF, 2015). Em interlocução com essa afirmação, torna-se possível pensar que a narrativa do filme possui a intencionalidade de provocar uma série de emoções naquelas/es que se colocam como receptoras/es da obra, ao gerar identificações.

Os testemunhos mobilizados pela narrativa do documentário atuam como construções da memória. A memória, portanto, é retomada com base em sensibilidades, além de ser intrinsecamente articulada por emoções. Emoções essas que podem ser definidas como fruto das relações sociais e culturais estabelecidas pelas vivências e subjetividades dos indivíduos (ROSENWEIN, 2011). As emoções podem estar expressas no ato de narrar, como demonstrado na cena do filme expressa na antecendência, ou, ainda, em distintas outras cenas.

Uma dessas passagens refere-se ao momento em que Ilda Martins da Silva, com os olhos cheios de lágrima, emociona-se ao rememorar a vivência na qual seus filhos lhe visitaram na prisão política. “Desculpa, esse é o ponto em que mais me emociono” (Torre, 2018), afirma Ilda, quando conta que seus filhos iam lhe visitar na rua do Presídio

Tiradentes, sendo que o contato que ela estabelecia com eles era apenas um aceno pela janela da Torre, com uma folha de jornal (TORRE, 2018).

Aqui, é possível inferir que o filme mobiliza, em consonância com a lógica dos “jogos de gênero” (Capdevila, 2003), as narrativas que envolvem gênero, emoções e maternidade. Ao analisar as disputas produzidas por discursos de mulheres que tinham como estratégia a humanização de militantes face à opinião pública, Cristina Scheibe Wolff (2015) afirma que elas utilizaram os próprios atributos da feminilidade, tal como a maternidade, a família e o gênero, para evocar emoções no âmbito social (WOLFF, 2015). Dessa forma, essas mobilizações foram consideradas pela autora como uma “estratégia política totalmente legítima e bem-sucedida de ação” (WOLFF, 2015, p. 985). Penso, portanto, que a produção narrativa do filme pode se inserir no conjunto dessas discussões, uma vez que também evoca emoções a partir dessas mesmas estratégias.

O momento em que mulheres escutam individualmente o hino da “Internacional Socialista” é outra cena que merece destaque, pois o filme foca, novamente, na mobilização da emoção como um aspecto relevante para a produção de sentidos da narrativa. Iara Akselrud Seixas, Robêni Baptista da Costa e Nair Yumiko Kobashi, por exemplo, ao escutarem a música tocada pela produção de arte do filme, cantarolam a letra e se emocionam (**Figuras 10, 11, 12**).

Figura 11: Ieda Akselrud chora ao escutar e canta o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Figura 12: Robêni Baptista da Costa chora ao escutar o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Figura 13: Nair Yumiko Kobashi sorri ao identificar o hino da “Internacional Socialista”. (Cenas do filme “Torre das Donzelas”, 2018).



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Seja a partir do choro de Iara, da expressão facial de Robêni ou do riso de Nair, importa destacar um entrelaçado de emoções que afetam essas mulheres, uma vez colocadas em contato com o hino da Internacional Socialista no contexto de produção do filme. Nesse momento da narrativa fílmica, tais emoções evocam as crenças nas lutas e nas resistências políticas de esquerda que aquelas mulheres travaram, com suas/seus companheiras/os, à época da ditadura. As memórias acessadas apresentam o sentimento de esperança pela Revolução e transformação de um “novo mundo”, características próprias da militância daquelas mulheres nas organizações de esquerda clandestina após a implementação do AI-5⁸⁸ em 1968 (WOLFF, 2018).

⁸⁸ Muitos dos grupos de esquerda passaram a ser considerados ilegais pelo governo totalitário e entraram na clandestinidade a partir da implementação do AI-5, em 1968, desenvolvendo suas atividades na clandestinidade, fato que constituiu a trajetória de vida de muitos e muitas de suas militantes. Inseridos nesse espectro, diferentes grupos e organizações de esquerda, fossem de luta armada ou não, tiveram

Para além de evocar a importância da crença e esperança na luta da esquerda e da resistência à ditadura, o filme articula o aspecto das diferenças de gênero que demarcaram as relações nos interiores das organizações políticas. O machismo, aspecto estrutural do patriarcado e não próprio apenas das estruturas de poder ditatorial, também aparecia no núcleo das organizações de esquerda. Dentro dessas, as manifestações do patriarcado eram vivenciadas por essas mulheres. No filme “Torre das Donzelas (2018), Iara Prado e Leslie Beloque, ex-militantes da ALN, relatam, em conversa coletiva com outras mulheres, a seguinte passagem:

- Iara Prado: A atividade política era uma atividade de homens. Naquela faixa etária que a gente se encontrava, né... enfim, a gente foi a geração *baby boom*, a geração pós [19]46, que foi contra o nazismo, que tinha como heroína as mulheres que... [Interrupção]
- Leslie Beloque: queimavam sutiã em praça pública [risos]
- Iara Prado: Queimavam sutiã em praça pública e carregavam as armas dos revolucionários franceses [...] quer dizer, esse era um universo que a gente queria entrar!
- Leslie Beloque: quando começam os treinamentos, mulher não vai [...] quando começam as guerrilhas, mulher não vai [...] ou seja, realmente não era simples, era uma coisa ainda de homem!

A conversa apresentada pelo documentário demonstra os embates vivenciados por essas mulheres no interior das organizações políticas, embates esses pautados pelos entendimentos do que era ser mulher no contexto vigente. No trabalho intitulado “Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira” (2020), Luísa Briggmann e Cristina Scheibe Wolff, a partir de trechos de entrevistas com ex-militantes políticas, discorrem sobre as diferentes histórias de lutas e resistências travadas por mulheres no período da ditadura militar, estabelecidas por elas “na retaguarda ou na linha de frente” (p. 304). As autoras demonstram como os embates nos quais as mulheres foram submetidas durante sua participação nas organizações de esquerda, ao lado de seus camaradas homens, causaram uma significativa mudança no entendimento das relações de gênero.

Por vezes, as mulheres militantes precisavam se atrelar aos estereótipos da masculinidade, referentes aos signos e atitudes ligados aos entendimentos do ser homem. Segundo Luísa Briggmann e Cristina Scheibe Wolff (2020), as mulheres travaram

importante protagonismo. Dentre esses grupos, destaco o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a Ação Popular Marxista Leninista (APML), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Liberação Nacional (COLINA), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

disputas e constituíram estratégias para poder ocupar o espaço das organizações. De acordo com as autoras (2020),

muitas mulheres buscaram seu espaço, empoderando-se e participando ativamente das organizações. Muitas vezes tiveram que levantar a voz e bater na mesa para serem ouvidas, mas nem por isso deixaram de lutar. Talvez essa dificuldade em serem aceitas de imediato tenha gerado, aos poucos, a noção de que eram também discriminadas por serem mulheres, e assim, propiciado uma aproximação com o feminismo para muitas delas. (BRIGGMANN; WOLFF, 2020, p. 308).

Nesse trecho, as autoras apontam para algumas das atitudes tomadas por mulheres nas organizações de esquerda para que pudessem confrontar os estereótipos de gênero. Esses estereótipos eram impostos, por vezes, como impeditivos para a luta política. Com base na discussão travada e a partir destas discussões, o aspecto da contestação dos lugares sociais impostos a mulheres quando inseridas nas ações de luta e resistência às estruturas vigentes, à época, foi demonstrado pela narrativa do filme e pelas memórias daquelas mulheres. Como abordado, em determinadas situações elas precisaram “se masculinizar” para serem aceitas dentro da luta política, mudando suas formas de agir, inclusive, adaptando características físicas. Nesse sentido, precisavam, por vezes, se enquadrar no ideal do militante, tal qual expresso pelo “novo homem” de Che Guevara (BRIGGMANN, WOLFF, 2020).

Uma das características que definiam o militante homem era a ideia de que ele deveria ser predominantemente racional, em detrimento da passionalidade. Portanto, a noção do homem militante, quando atrelada às emoções, levava a uma hierarquização destas sob a óptica do gênero. Nesse sentido, apenas emoções como a coragem e a bravura, por exemplo, eram categorizadas como emoções políticas e pertencentes à esfera da masculinidade do militante (AHMED, 2004).

Portanto, friso a importância de o filme tratar, com destaque, de emoções outras que à época (e historicamente) foram atreladas à feminilidade, tais como o amor pelo outro, o riso, a tristeza, a saudade e o luto, por exemplo⁸⁹. Uma vez que essas emoções se atrelam, na narrativa, às experiências de mulheres, demonstra-se que estas emoções também alcançaram dimensão política. Dessa maneira, o filme-documentário tensiona as visões pré-concebidas sobre as hierarquias de gênero, uma vez que essas emoções foram

⁸⁹ No próximo capítulo, realizo um debate sobre tais emoções e sua mobilização pelas fontes analisadas nesta dissertação.

consideradas aspectos pertencentes ao privado e, conseqüentemente, passionalidades atreladas à feminilidade (AHMED, 2004).

No que tange essa discussão, importa destacar a amizade como uma das emoções recorrentemente atrelada à narrativa do filme⁹⁰. Em diversos relatos expressos pelo documentário, a amizade é retomada como uma emoção que se associou à resistência e à sobrevivência de mulheres no período da prisão política na ditadura. Essa análise corrobora com as discussões realizada por mim (Lara Lucena Zacchi) e por Alina Nunes no capítulo “As pessoas não podem resistir sozinhas: Memórias, amizade e gênero nas ditaduras do Cone Sul” (2021). No capítulo seguinte dessa dissertação, amplio essas discussões.

Para o contexto da análise da obra “Torre das Donzelas” (2018) e à título de exemplo, importa ressaltar a ênfase dada pelo filme à amizade, à solidariedade e à construção de vínculos entre mulheres no cárcere político do Presídio Tiradentes. Retomo, nesse sentido, um dos relatos de Nair Yumiko Kobashi: “É até estranho dizer isso, mas a prisão com os seus companheiros [...] é um momento de [...] superação” (TORRE, 2018). Esse trecho evidencia a percepção de Nair que, durante o cárcere, foi capaz de produzir sentimentos de reconstrução pessoal através do fortalecimento coletivo. Assim, Nair destaca a amizade como uma das emoções imprescindíveis à resistência durante seu período de cárcere político na Torre.

Seguindo essa análise, as cenas do filme são direcionadas a partir dos testemunhos e de rodas de conversas entre essas mulheres, articulando determinados aspectos presentes naquelas vivências que marcaram suas memórias. Um desses pontos ressaltados diz respeito às torturas vivenciadas pelas *donzelas* no período que antecedeu suas prisões na Torre, as quais também constituíram suas vivências naquele espaço. As memórias que retomam esse passado violento corroboram para o movimento de denúncia das violências e torturas vivenciadas por elas, na medida em que reivindicam seu caráter sexual e de gênero⁹¹. Nesse sentido, o filme-documentário traz o relato de Dilma Rousseff, no qual ela expõe sua opinião sobre determinados aspectos de tais torturas:

⁹⁰ Neste capítulo, realizo uma breve análise da amizade como aspecto mobilizado pelo filme. Porém, esta categoria é utilizada como fio condutor do terceiro capítulo deste trabalho.

⁹¹ Como debatido na seção 1.3 desta dissertação⁹¹, o movimento de reconhecimento dessas vivências a partir dos olhares de gênero e da violência sexual foram sendo reivindicados aos poucos, também a partir da articulação das memórias de mulheres com as lutas e conquistas feministas estabelecidas ao longo do tempo (JOFFILY, 2016; FRANCO, 2017), assim como a possibilidade construção de certo espaço de escuta social para determinadas mulheres.

[...] o torturador era só homem, eu nunca tive uma torturadora mulher. Eu acho também o uso de toda aquela terminologia machista, sexualizada. [...] O uso da condição feminina como uma coisa degradada. (TORRE, 2018)

Ressalto, neste contexto, que na percepção de Dilma Rousseff a sistematização da tortura na ditadura militar foi pautada, também, nas relações desiguais entre gênero presentes na sociedade da época⁹²⁹³. As violências de gênero e sexuais, expostas por Dilma Rousseff e também relatadas por Ieda Akselrud durante o filme, demonstram que tais torturas impingidas foram marcadas por sentimentos de ódio, de poder e, inclusive, de vingança contra essas mulheres (TELES; MELO, 2012, p. 40). Alinhada a essa percepção, ressalto, ao analisar os depoimentos de mulheres, que as torturas sexuais proferidas contra elas foram embasadas não somente em sentimentos de poder, mas também como formas de retaliações, permeadas por raiva e por aversão por parte de seus torturadores. Esses sentimentos adversos eram acarretados devido às existências das torturadas como mulheres, mas também por suas atuações políticas como militantes. Noto, então, que ao resistirem, lutarem e vivenciarem essas experiências sistematicamente marcadas pelas violências políticas e de gênero, essas mulheres atuaram, portanto, como “corpos em campos de batalha” (JOFFILY, 2010b).

Importa ressaltar que as distintas experiências atreladas à maternidade também marcaram fortemente as vivências de mulheres no período da ditadura militar brasileira⁹⁴, aspecto representado no documentário Torre das Donzelas (2018). O mecanismo de repressão baseava-se nas atribuições sociais das relações de gênero, incumbindo às mulheres imposições intrínsecas à noção de feminilidade, tais como as questões atreladas à família, ao lar, à maternidade e ao cuidado, por exemplo. Portanto, ao considerar a maternidade como uma atribuição implícita à concepção do “ser mulher”, as violências

⁹² Entende-se o gênero neste trabalho a partir do conceito de Joan Scott (1992) já apresentado neste trabalho, que o define enquanto uma construção social produzida e determinada sobre os corpos e subjetividades.

⁹³ Por mais que a temática da maternidade não seja o tema de análise principal neste trabalho, durante a seção 1.1 do primeiro capítulo desta dissertação realizo uma breve discussão sobre as particularidades intrínsecas a estas experiências. Para aprofundar sobre tais discussões. Ver mais em: GOMES, 2020; WOLFF, 2013.

⁹⁴ Por mais que a temática da maternidade não seja o tema de análise principal neste trabalho, durante a seção 3.1 do primeiro capítulo desta dissertação realizo uma breve discussão sobre as particularidades intrínsecas a estas experiências. Para aprofundar sobre tais discussões, ver mais em: GOMES, 2020; WOLFF, 2013.

perpetradas pelos mecanismos ditatoriais também utilizaram desta atribuição como forma de (re)afirmar o poder ditatorial (e patriarcal) sobre aquelas militantes. Tal como aponta Danielle Tega (2015), em muitos casos, as violências impostas pelos algozes da ditadura às militantes, tinham como objetivo enfatizar que “a mulher militante não deve mais ter criança, [...] mais um ‘guerrilheiro’ no mundo” (TEGA, 2015, p. 171). Todavia, noto que a maternidade também foi utilizada por aquelas mulheres como uma forma de resistir às amarras opressoras da ditadura, visto que o nascimento e a existência de filhos e filhas era, em muitos casos, concebido por elas como “algo maravilhoso, como sinal de liberdade, de que a vida e a luta continuam” (TEGA, 2015, p. 171).

O filme-documentário aborda, também, singularidades que se relacionam com os aspectos supracitados. O relato de Ilda Martins da Silva, por exemplo, pode demonstrar diferentes dimensões que a maternidade foi capaz de alcançar naquele período. Nessa situação, Ilda Martins, mãe de duas crianças, buscou artifícios para tentar driblar o mecanismo repressor, interagindo com seus filhos, mesmo que através da janela da prisão (TORRE, 2018). Por mais que o referido trecho da narrativa perpassasse emoções sensíveis, tais como a saudade e a tristeza atreladas ao isolamento e distanciamento familiar, importa ressaltar que tais estratégias foram construídas como formas de fortalecimento pessoal, dada a recorrência em que Ilda opta por enquadrar sua memória sobre o período a partir desta vivência (que também é ressaltada pela narrativa do filme).

A narrativa do filme demonstra que a violência de gênero, típica do período da ditadura e do encarceramento de mulheres por motivações políticas, estendeu-se contra a criança e contra o adolescente. Nesse sentido, os traumas que marcaram tais indivíduos envolvem toda uma gama de relações familiares, uma vez que interferem no trabalho de memória dos agentes que compartilham vivências em comuns, como os filhos, as filhas, as mães e os pais de uma mesma família imposta à violência de gênero (TEGA, 2015). Neste sentido, importa situar a maternidade como relevante nas rememorações da experiência traumática sobre a prisão política. Ademais, a mobilização da maternidade pelas memórias dessas mulheres pode agir como forma de “transformar dor em esperança” (TEGA, 2015, p. 179).

Os aspectos mobilizados pela narrativa do filme que se entrelaçam ao gênero e às emoções estiveram presentes nas memórias de mulheres que destacaram tais aspectos

como relevantes de serem delineados na dimensão pública. Nesse sentido, é a partir da análise de fontes fílmicas, por exemplo, que Daniele Tega (2019) define os espaços das reconstruções subjetivas, fato que permite pensar na fonte estudada enquanto efetiva no trabalho de memória (Jelin, 2017), na medida em que torna público os testemunhos de mulheres, bem como as intencionalidades próprias do lembrar e do esquecer.

Percebo a necessidade de trabalhar sobre a ditadura militar sob o viés das mulheres como protagonistas e sujeitos da própria história, mas, também, considerando outros esquecimentos que foram instituídos e que deixam suas continuidades no tempo presente. Ao considerar este um trabalho inserido no campo da História do Tempo Presente, importa ressaltar que se constitui pensando também nas reminiscências do passado latente da ditadura, sob um viés feminista. Dessa forma, a produção e a difusão das narrativas presentes no documentário “Torre das Donzelas” pretenderam também tensionar e resistir à construção de uma narrativa oficial que se baseasse na desmemória e nos silenciamentos históricos. Nesse sentido, importa considerar parte dos processos que produziram silêncios sobre o passado ditatorial no âmbito social e político, justificando o contexto de produção da obra e pensando em suas intencionalidades.

2.2.2 O contexto da obra no cenário das políticas de memória

Intencionando discutir sobre o contexto da obra fílmica “Torre das Donzelas” no cenário das políticas de memória e esquecimento, reitero o filme-documentário como uma fonte histórica capaz de articular um determinado passado a partir de testemunhos constituídos por traumas e emoções. Isto posto, destaco a relevância de considerar as temporalidades que devem ser pensadas na análise historiográfica, visando o entendimento das possíveis intenções de produção da obra como um todo. Em específico, tais temporalidades dizem respeito aos contextos em que os documentários são produzidos e em que são lançados, como também aos diferentes momentos em que são recepcionados (FERRO, 1992). Ademais, outra temporalidade articulada pelas obras fílmicas se refere ao passado por elas representado, bem como as versões sobre tal passado produzidas através das interpretações expostas ao longo desses filmes.

Com relação aos momentos de produção e de lançamento, “Torre das Donzelas” encontra-se diretamente conectado com seu tempo, refletindo o contexto histórico no qual se insere e permitindo, assim, a interpretação de suas possíveis intenções, contestações e representações. Partindo dessas considerações, ressalto que o contexto de produção do

documentário “Torre das Donzelas” compreende um delicado período social e político da história recente brasileira, no qual esteve presente recorrentes episódios motivados por ideais conservadores, fascistas, misóginos, racistas e preconceituosos. Como dito na precedência, o filme foi desenvolvido entre os anos de 2011 e 2018, período também marcado pelos diversos processos históricos, políticos e sociais que desencadearam no golpe de 2016, com ápice no *impeachment* de Dilma Rousseff, ex-guerrilheira da ditadura (e donzela da Torre).

Desse contexto, rememoro que durante o processo do golpe de 2016, um deputado federal à época⁹⁵ saudou, no centro do Congresso Nacional, com transmissão veiculada em rede nacional televisionada, um torturador do período da ditadura. É de amplo entendimento que esse mesmo torturador saudado exercera crimes e violências de gênero contra a ex-presidente – e também a outras mulheres – durante o período da ditadura militar brasileira. As relações de poder que perpassaram a fala do referido deputado demonstraram um caráter misógino, o qual, imposto nas relações socioculturais, tentam estabelecer o poder de um corpo sobre o outro. Outrossim, os altos índices de feminicídios e de agressões às mulheres no Brasil próprios desse período⁹⁶, assim como o brutal assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, em 2018, demonstram o descaso e a negligência civil e Estatal para com a violência contra a mulher, expressa e fortalecida, também, a partir de continuidades do passado e da manutenção da estrutura capitalista de poder no presente.

Também em 2018, em consonância com as primeiras exposições públicas do documentário “Torre das Donzelas”, ocorreu o segundo turno da campanha eleitoral presidencial⁹⁷. O filme foi lançado pouco antes do resultado final daquela eleição, que

⁹⁵ Este ex-deputado transitou entre partidos como o Partido Progressista (PP) e o Partido Social Liberal (PSL). Por este último, foi eleito presidente da república nas eleições majoritárias de 2018.

⁹⁶ Segundo dados do Ipea, o índice de feminicídios aumentou entre 2007 e 2013 com relação aos anos iniciais de 2000, chegando a atingir a marca de 4,8 mulheres mortas por motivações baseadas no gênero e sexo, a cada 100.000 habitantes (ENGEL, 2020). Dentre essas mulheres, a maior incidência de violência doméstica e de feminicídio decai sobre as mulheres negras. É também alarmante o número de casos de violência contra mulheres negras e indígenas, que tiveram um crescimento considerável na última década (ENGEL, 2020). Desde 2020, com a pandemia do COVID e com a crise econômica e política que vem crescendo na última década, os índices de violência doméstica aumentaram consideravelmente, fato que confirma o que já dizia Simone de Beauvoir (2016): há que estar sempre vigilante, pois basta momentos de crise para que os direitos e as existências de mulheres passem a ser questionados.

⁹⁷ Apesar do filme ter estreado no cinema “Cine Metrôpole” apenas em setembro de 2019, em 2018 seu visionamento já ocorria em distintos festivais de cinemas do Brasil e do mundo. Em 2020, teve sua estreia televisiva. Ver mais em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Torre_das_Donzelas.

alçou à Presidência da República um candidato extremamente conservador e alinhado aos ideais da extrema direita e da política econômica neo-liberal. Tal contexto pode afirmar determinadas versões de passado produzidas pelo filme em consonância com a temporalidade de sua recepção, sendo capaz de produzir diferentes sentidos.

Nesse entedimento, compreendo que os contextos de recepção influenciam nas interpretações que uma produção pode gerar, construindo representações diversas do passado retomado (XAVIER, 2008). Assim, a produção “Torre das donzelas” conecta-se, também, ao presente de sua exibição, com seus sentidos e intencionalidades podendo ser ressignificados de acordo com o contexto em que a obra é recebida. Nesse sentido, a diretora da obra, Susanna Lira, em uma discussão remota disponível em formato de *live* no Youtube⁹⁸, afirmou que o filme se tornou ainda mais atual no ano de 2020 – com relação ao ano em que foi lançado, 2018 – justificando que o contexto de apagamento de memórias e negacionismos históricos estão intensificaram-se na memória social brasileira com o passar desses dois anos, especialmente devido a promulgação ampla de políticas de negacionismo histórico pelo Governo Federal.

A produção do filme-documentário “Torre das Donzelas” (2018) insere-se no debate sobre a relevância da retomada do passado ditatorial, em uma tentativa de combater silenciamentos e continuidades sociais e políticas no contexto brasileiro. Nesse sentido, retomo o relato de Ana Mércia para a obra: “Está mais do que na hora que a gente coloque as coisas que a gente viveu o mais claro possível, que as relações sejam feitas, que a gente possa relacionar isso que a gente viveu ao que está acontecendo hoje”. Em consonância com exposto por Ana Mércia, considero que o documentário tem a possível intencionalidade de produzir resistências no tempo presente, baseando-se na publicização de memórias sobre a violência ocorrida no período ditatorial brasileiro.

Outrossim, a produção da obra se estabeleceu no cerne da ampliação de debates sobre história e memória da ditadura militar no âmbito político, marcado pela criação da Comissão Nacional da Verdade, em 2011. A produção do filme também pode acompanhar o cinquentenário do golpe de 1964, no ano de 2014, fato que impulsionou a recorrência da temática da ditadura no debate público e acadêmico (JOFFILY, 2018).

⁹⁸ A *live* citada encontra-se disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8oOGgkB69U>

Considerando o contexto de produção e publicação do filme, afirmo que a obra articula embates do passado, retomando-os, também, no momento presente em que é recebido. Os manifestos pela continuidade de resistências e luta no tempo presente podem ser expressos nos testemunhos que finalizam o filme, tal qual o relato de Guida Amaral: “O nosso grande inimigo é o silêncio [...] quebrar o silêncio não é falar ‘eu fui vítima’, não! Quebrar o silêncio é uma forma de denunciar a barbaridade que a ditadura militar fez” (TORRE, 2018). Este excerto retoma parte das discussões que iniciaram esta subseção, demonstrando o clamor pelo constante trabalho com a memória da ditadura militar brasileira.

Ao refletir sobre os motivos pelos quais o apelo realizado por Guida Amaral, ao final do documentário “Torre das Donzelas” (2018), ainda deve ser visto como necessário, considero três eixos principais de reflexão. Primeiro, questiono se o trabalho de memória sobre a ditadura e sobre o Presídio Tiradentes realizado desde a década de 1990 obtiveram amplo sucesso em difundir o passado e seus diferentes processos históricos a ponto de findar as demandas sociais por memória e reparação. Segundo, ressalto que as reminiscências do período da ditadura ainda se fazem presentes na atualidade, sejam através das continuidades atreladas às diferentes violências estatais e à impunidade, ou devido à contínua presença das opressões de gênero nas estruturas sociais, recorrentemente retomadas pelas memórias de mulheres. Terceiro, friso que a memória social é um campo de disputas (SOUZA, 2014), e que a garantia de sua cristalização na sociedade não pode ser plena, visto que a mobilização e produção da memória coletiva depende também das mudanças das agendas políticas, de acordo com os governos eleitos e transformações das políticas públicas de memória.

Intencionando elucidar parte deste contexto, com o objetivo de buscar compreender as formas pelas quais ele influenciou a produção da fonte “Torre das Donzelas”, considero relevante debater o cenário brasileiro do século XXI. Em específico, destaco a importância do debate sobre a década de 2010 e sobre o tempo presente, no que diz respeito à compreensão das políticas e iniciativas que perspectivam o passado ditatorial e que se inserem no cenário de disputas pela memória da ditadura, no que tange a reconstrução da memória sobre o Presídio Tiradentes.

No sentido do recorte supracitado, o contexto da década de 2010 distingue-se em múltiplas particularidades do contexto da década de 1990. Ambas essas décadas (e o intervalo de tempo entre elas) colocam-se como períodos importantes nos processos

históricos de retomada e de reconstrução da memória da ditadura, a partir de diferentes suportes e iniciativas. Tais processos emergiram da necessidade de tensionamento dos contínuos esquecimentos estrategicamente induzidos na memória coletiva brasileira sobre o período da ditadura no Brasil.

Friso que a década de 2010 foi marcada por uma “guinada” nos estudos acerca da ditadura militar brasileira. Os motivos para tanto são vastos e diversos, tal como apontou Mariana Joffily (2018) quando debateu sobre as imbricações sociais, políticas e historiográficas em torno dos aniversários do golpe de 1964. Nos anos que iniciaram o século XXI, discussões sobre o tema da ditadura militar foram ampliadas nos contextos acadêmicos, também devido às interlocuções com ex-militantes políticos que tornaram, cada vez mais, públicas suas memórias sobre o período. Ademais, ressalto que a temática da ditadura brasileira foi central para o desenvolvimento de novas produções culturais dos anos 2000 a 2020 (JOFFILY, 2018).

Segundo Mariana Joffily (2018), os motivos deste aumento de interesse público na temática da ditadura durante os anos iniciais da década de 2000 relacionam-se com distintos fatores. No âmbito acadêmico e historiográfico, associam-se com o alargamento da distância temporal cada vez maior com relação à época da ditadura, como também com o advento do viés teórico-metodológico da história do tempo presente e com a abertura e disponibilização de arquivos da ditadura – exemplificados pelos arquivos do DEOPS e do “Brasil: Nunca Mais”⁹⁹ (JOFFILY, 2018). No âmbito da memória social, os debates foram impulsionado pelas produções culturais (sejam estas novelas, filmes ficcionais e de não-ficção, peças de teatro, entre outros), pelas novas políticas públicas de reparação às vítimas da ditadura e, ainda, pela eleição de um líder do movimento sindicalista à Presidência da República em 2002, Luiz Inácio Lula da Silva (JOFFILY, 2018, p. 223).

Tais fatores mencionados na precedência definiram, em parte, os processos que colaboraram para a ampliação de discussões acadêmicas e novas disputas narrativas sobre

⁹⁹ O livro “Brasil: nunca mais!” foi publicado entre os anos de 1979 e 1985, período marcado pela suposta “abertura política” iniciada com a lei da anistia brasileira. Atuou como a primeira publicação a respeito das torturas, prisões, desaparecimentos e perseguições cometidas na ditadura, baseando-se nos processos da Justiça Militar – a partir do empréstimo desses processos, microfilmagem, fotocópia, organização e manipulação desta vasta documentação (JOFFILY, 2010a) cujo acesso foi concedido a arquidiocese do Estado de São Paulo. Publicado em 1985 por esta instituição religiosa, traz capítulos que denunciam as torturas e crimes da ditadura, inclusive sob o viés das violências sexuais cometidas.

o período ditatorial na década de 2010, época também marcada pela intensificação de políticas de memória sobre a ditadura militar brasileira. Somadas à construção e à transmissão de narrativas realizadas por historiadoras/es e pela sociedade civil, através dos usos públicos e políticos do passado, essas políticas produziram novas disputas por memórias (Silva, 2016), na medida em que colocaram em xeque diferentes versões de uma mesma história na opinião pública.

De uma forma geral, as políticas de memória sobre a ditadura referem-se às diversas iniciativas no campo político, jurídico e social, arbitradas pelo Estado Brasileiro. Segundo a definição de Soraia Ansara, “as políticas da memória são essencialmente provocadas pelas demandas dos movimentos que lutam pela construção de uma memória popular ou, por assim dizer, de uma ‘memória dos vencidos’” (ANSARA, 2012, p. 304). Porém, em determinadas situações como no caso brasileiro, as faltas de políticas de memória, ou, ainda, os silêncios gerados pelas políticas implementadas fazem com que elas se constituam como políticas de desmemória, tal qual defendido por Caroline Bauer (2014).

Como política de memória instituída a partir da década de 2010 – intervalo temporal que abrange o contexto de produção do filme “Torre das Donzelas” – importa ressaltar o advento da promulgação da Lei que estabeleceu a criação da Comissão Nacional da Verdade, no ano de 2011 (BRASIL, 2011). Definidas como um “conjunto de intervenções de atores públicos visando produzir e impor à sociedade uma memória pública oficial” (MICHEL, 2010 apud FERREIRA, 2011, p. 107), as implementação de políticas de memória como a Comissão Nacional da Verdade demonstrou uma contínua demanda social pelo direito à verdade, à justiça e à reparação pelo passado que não findou-se na década de 1990.

Ao interpretar a memória social como também constituída a partir de esquecimentos estrategicamente forjados (Bauer, 2014), ressalto que a implementação da Comissões regionais e nacional da Verdade no Brasil se inseriu para estabelecer disputas nesse cenário. A desmemória que marcou tais políticas se deu também devido ao caráter tardio em que foram implementadas, uma vez que uma memória “reconciliadora” e “revanchista” já havia sido instaurada e cristalizada em parte da sociedade brasileira. Não obstante, a implementação destas políticas impulsionou um maior debate no âmbito acadêmico e cultural a respeito de diferentes temáticas e narrativas sobre a ditadura,

estimuladas também pelo aniversário de cinquenta anos do golpe militar, em 2014, e pela eleição da ex-guerrilheira Dilma Rousseff à Presidência da República, em 2010 (JOFFILY, 2018).

A Lei de Acesso à Informação de 2011 (lei no 12.527), sancionada pela ex-Presidenta Dilma Rousseff atuou como uma das políticas públicas que focou no trabalho da memória, permitindo o “direito previsto na Constituição de que todos têm a prerrogativa de receber dos órgãos públicos além de informações do seu interesse pessoal, também aqueles de interesse coletivo” (BRASIL, 2011). Essa lei possibilitou o livre acesso à uma vasta documentação sobre a ditadura, fazendo com que as produções, estudos e iniciativas sobre a retomada de memórias do período crescessem qualitativamente e também em números quantitativos. Ademais, reitero que a criação e a atuação da Comissão Nacional da Verdade¹⁰⁰ a partir da implementação da Lei no 12.528¹⁰¹ (Brasil, 2011) emergiu como uma maneira de trabalhar o passado traumático da ditadura, com o intuito de reconstruir narrativas e retomar vozes, tornando-as públicas e capazes de modificar o entendimento sobre o passado histórico.

Porém, os limites e a efetividade da implementação de políticas de memória como a Comissão da Verdade têm de ser levados em consideração. Nesse sentido, para Carlos Arthur Gallo (2015) o trabalho da CNV como uma política de memória de larga escala é limitado e produz lacunas. Ainda que sua efetividade esteja atrelada ao trabalho de recomposição e retomada de assuntos ainda não elucidados sobre a ditadura, seus limites decaíram sobre alguns aspectos, quais sejam, a possibilidade de diálogo com uma ampla

¹⁰⁰ A CNV operou a partir do trabalho de busca, recuperação, coleta, análise de documentos, testemunhos, arquivos e acervos que demonstraram as múltiplas violências conferidas às/os sujeitas/os dissidentes ao longo de todo o país durante os anos de 1946 a 1988. Ampliada em comissões estaduais, municipais, e institucionais, a CNV trabalhou em diversos espaços no país, definindo treze grupos de trabalho (GT's) divididos em temáticas previamente definidas, que possuíam assessores, pesquisadores e consultores. Cabe aqui citar o grupo de trabalho voltado às relações de gênero na ditadura, que emerge como reflexo de marcos nacionais e internacionais atrelados à incorporação dos debates acerca da categoria gênero (FRANCO, 2017), e que pretendeu visibilizar as diferentes trajetórias e passados na ditadura também a partir das relações de gênero, atribuindo a ele um caráter singular nas estruturas repressivas.

¹⁰¹ Sancionada em 18 de novembro de 2011 também pela presidenta Dilma Rousseff, esta lei promulgou a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no âmbito da Casa Civil da Presidência da República (BRASIL, 2011), na qual foi expresso o objetivo de sua criação: “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período [...] [de setembro de 1946 a setembro de 1988], a fim de efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (BRASIL, 2011). Assim, emerge das demandas do tempo presente, ainda que continue expressando a noção de reconciliação nacional.

parcela da sociedade e a “deslegitimação dos seus trabalhos por parte de setores vinculados às Forças Armadas” (GALLO, 2015, p. 342). Se por um lado a CNV ampliou espaços de debates e escutas sobre processos referentes à ditadura, também despertou uma disputa pela memória por parte de setores conservadores.

Para a presente subseção, importa destacar a incorporação dos debates de gênero na comissão nacional e nas comissões estaduais, contexto em que se abria um maior espaço para a escuta de vivências da ditadura pautadas nas relações de gênero (FRANCO, 2017). A incorporação dos debates de gênero na comissão nacional e nas estaduais pretendeu retomar as vivências de mulheres envolvidas na luta armada, em organizações e movimentos sociais de resistência ao regime, assim como em pleitos daquelas e daqueles que tiveram parentes, familiares e companheiros mortos, desaparecidos e perseguidos devido à ditadura. Ao desenvolver esta temática, as Comissões objetivaram incorporar transversalmente as relações de gênero em seus Informes Finais, destacando-as como práticas que demarcaram e sistematizaram a repressão ditatorial (MEZAROBBA, 2013).

Como consequência do trabalho destes grupos, destaco a presença do capítulo 10 do relatório final da CNV (2014) que abordou as torturas envolvendo mulheres, homens, crianças e adolescentes a partir do viés de gênero, inserindo estas narrativas da esfera pública, assim como ao texto de James Green e Renan Quinalha inserido Volume II do Relatório, que aborda parte das relações entre o movimento homossexual e a ditadura militar.

Ainda que a incorporação destes debates nas comissões estaduais e nacional tenham produzido um avanço nas temáticas que perspectivam a ditadura a partir do viés de gênero, os relatórios finais correspondentes também produziram silenciamentos sobre a temática, tal qual analisou Paula Franco (2017). Segundo a autora, o trabalho final não deu conta de incorporar a categoria de uma forma transversal, atuando como uma pauta por vezes desconexa das demais, de certa forma firmada como restrita às experiências de violência, das torturas sexuais e de gênero do cárcere político da ditadura, sendo trabalhada como uma pauta própria somente ao grupo de gênero e não como uma

dimensão estrutural que perpassou as demais vivências do período (FRANCO, 2017, p. 142)¹⁰².

Não obstante, a implementação destas políticas somadas à incorporação dos debates sobre gênero fez emergir a ampliação de um espaço de escuta social, ainda que exíguo, para as vivências de mulheres, assim como aquelas marcadas pelas opressões de gênero (FRANCO, 2017). Dessa forma, essas políticas públicas acabaram por impulsionar a possibilidade do acesso à determinados passados marcados pelo trauma, agindo sobre a memória e sobre a identidade coletiva de uma geração de mulheres.

As diferentes possibilidades de representações do passado ditatorial brasileiro estabelecidas pela rememoração permitem pensarmos na existência de memórias em luta na sociedade (TEGA, 2010), visto que nos inserimos em um cenário de disputa por memórias e esquecimentos. O filme “Torre das Donzelas” tem sua relevância também por seu caráter testemunhal, que segundo Janaína Teles (2011) é um trajeto necessário para a constituição de “novas identidades em situações pós-traumas sociais” (TELES, 2011, p. 61). Nessa óptica, o filme-testemunho publiciza, portanto, as experiências vivenciadas por mulheres presas políticas, não permitindo que essas memórias se moldem a partir de silenciamentos, abordando, então, novas perspectivas e interpretações do passado.

Frente a estes cenários, retomo a epígrafe que abriu esta seção, referente ao relato de Maria Aparecida Costa para o filme “Torre das Donzelas” (2018), frisando, novamente, o contínuo apelo em manter-se viva a memória da ditadura, também a partir do gênero: *é a memória, a gente tem que resgatar isso*.

As narrativas dominantes mudam com o tempo, de acordo com as agendas políticas. Essas agendas, no tempo presente, contribuem, cada vez menos, para a retomada das memórias acerca da ditadura. Se, ao longo dos anos do pós-ditadura, por mais que se soubesse das torturas e crimes realizados, os algozes da ditadura não haviam difundido

¹⁰² Para além disso, outros silenciamentos foram produzidos pelo trabalho final das comissões, que abordou a questão dos movimentos sociais – tais como o movimento homossexual, indígena, camponês, cristão e das universidades – de uma forma semelhante, se restringindo a discussões diminutas e deslocadas das discussões centrais do relatório e de seu volume inicial. Estas discussões produziram por si só seus esquecimentos, como é o caso da falta de uma perspectiva pautada na raça, e, a nível do gênero, que a narrativa englobasse mais subjetividades e não se restringisse apenas ao movimento homossexual, por exemplo, mas que apresentasse também a vivência de mulheres lésbicas e demais sujeitos LGBTQs, tão presentes nas lutas e movimentos do período.

amplamente tal fato em público, em 2016, tal silêncio foi quebrado em um sentido de celebração e saudação.

O episódio já citado em que um deputado saudou em púlpito no Congresso Nacional um torturador da ditadura, fazendo alusão às violências de gênero por tal algoz proferidas, foi uma das poucas manifestações de caráter público, por parte daqueles que defendem a ditadura, em que se assumiu que estes horrores, de fato, ocorreram. Porém, novamente, friso que o que restou deste episódio foi a impunidade. E mais: a partir da eleição deste mesmo deputado à Presidência da República, quando já demonstrava uma ameaça à democracia brasileira (Goldstein, 2019), ocorreu a legitimação do discurso de saudosismo e de celebração da ditadura militar em uma parcela da sociedade civil¹⁰³.

Concordo, então, com Susana Lira, quando afirmou que o filme “Torre das Donzelas” (2018) se faz cada vez mais relevante de ser recebido pelas atuais gerações: é necessário que estas vozes continuem evocando narrativas pautadas na desigualdade de gênero e, também, mobilizando emoções como formas de resistência, como é o caso da narrativa da obra que gira em torno da amizade.

Por fim, o documentário se debruça em demonstrar que essas transformações e forças políticas passíveis de serem produzidas a partir das conexões entre mulheres estiveram presentes no cárcere político da ditadura militar. A partir de distintos aspectos presentes na narrativa e que foram levantados por esta seção, foi demonstrado que o filme produziu versões de passado que giram em torno dos debates sobre memória e esquecimento, ressaltando as relações de gênero e as emoções. Tais discussões encontram sua força política e são compreendidas suas intencionalidades na medida em que são retomadas no contexto histórico supracitados de produção e recepção da obra.

No próximo capítulo, a análise decai dialogando com uma das intencionalidades presentes em “Torre das Donzelas”: a de evocar emoções através da memória. Nesse sentido, ao demonstrar o cotidiano privado do cárcere político da ditadura, o filme ressaltou as dimensões políticas que a emoção da amizade foi capaz de abranger no período da ditadura quando atrelada às relações de gênero. No tempo presente, estas memórias marcadas pela amizade como resistência política podem deixar traços de esperança em novas gerações de mulheres.

¹⁰³ Em março de 2021, o governo federal vigente ganhou na Justiça o direito de celebrar o golpe de 1964. Ver mais em: FREY, 2021.

3 UMA LADAINHA PELA SOBREVIVÊNCIA: EMOÇÕES COMO ASPECTOS DAS MEMÓRIAS DE MULHERES SOBRE A TORRE DAS DONZELAS

3.1 “Era a vida posta a prova”: entrelaçamento de emoções sobre a repressão

Suíte dos pescadores

*Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer*

*Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer [...]*

- Dorival Caymmi, 1965

[...] Depois da Internacional seguiu-se o que se transformara em nosso hino: a “Suíte dos Pescadores” de Dorival Caymmi [...] Minha emoção era enorme. A homenagem de cerimônia de despedida começara na ala feminina. Na Torre, nos dois braços da escadaria em ferradura, uma multidão de companheiras acenando e cantando [...] elas eram lindas. [...] Liberdade! Imensa felicidade de estar próxima a hora de me reencontrar no “mundão”. Jamais, jamais, enquanto estiver viva, apagarei da memória essa bela lembrança, experiência tão difícil de transmitir. A emoção é muito mais forte. A imagem permanece com todas as suas cores. Nada esmaeceu. Era a vida posta à prova. (MAIA, 1997, p. 107)

Os episódios de soltura e despedida das *donzelas* da Torre são vivências recorrentemente retomadas pelas memórias das presas políticas do presídio Tiradentes. Constantemente, nas vezes em que elas descreveram suas saídas da Torre, tal como realizou Dulce Maia, involuntariamente ou não, exprimiram emoções que extrapolam as folhas de um livro ou as paredes do cinema. No relato de Dulce Maia exposto acima, a emoção presente no momento em que suas companheiras de confinamento lhe deram adeus – ou, em alguns casos, até logo – foi transposta até o momento em que ela acessou suas memórias. A experiência de despedida da Torre se tornou, então, uma vivência de complexa transmissão para Dulce, quando ela considera a tarefa de expor através dos escritos a gama de emoções vivenciadas no passado e no presente. Apesar da complexidade, esta vivência ocupou um grande espaço de seu relato.

Diversos foram os casos em que as emoções deixaram impressões nas memórias de mulheres que viveram as ditaduras na América Latina, afetando inclusive suas experiências futuras. Tanto a repressão quanto a luta e a resistência mobilizaram e

sensibilizam diferentes afetos nas vivências destas mulheres, emoções que se encontram expressas a partir de suas memórias acionadas no tempo presente. No passado recente das ditaduras as emoções constituíram-se centrais nas relações entre os sujeitos e nas formas de agir frente às múltiplas situações de violência. Essas emoções foram atribuídas àquelas difíceis de serem enfrentadas, como o medo, a culpa, o ódio, a tristeza e a saudade, mas também se referem às emoções que permitiram que as mulheres construíssem redes de amparo e força, através do riso, das esperanças, das amizades e amores.

A partir da análise das memórias de mulheres retomadas pelas fontes analisadas no presente trabalho – livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e filme “Torre das Donzelas” (2018) – seria possível destacar maneiras nas quais as emoções produziram marcas nas vivências de mulheres, ao serem mobilizadas por elas anos após o contexto da ditadura? Ainda, seriam estas memórias capazes de atribuir uma dimensão política para tais emoções no passado e no presente? Refletindo sobre tais questões, esta seção pretende analisar determinadas emoções retomadas pelas memórias de mulheres sobre a Torre das donzelas, pensando nas dimensões políticas que tais emoções puderam alcançar no tempo pretérito e presente, em interlocução com o gênero.

As emoções analisadas nessa seção respeitam as memórias dessas mulheres, que as demonstram e discorrem sobre elas recorrentemente em suas narrativas. Nesse sentido, o que proponho é de fato analisar elementos da repressão ditatorial presente nas memórias de mulheres a partir de uma política cultural das emoções, tal qual propôs Sara Ahmed (2004). Nesse entendimento, as emoções encontram-se ligadas e constituem sistemas como por exemplo os de gênero (Ahmed, 2004; Wolff, 2021), podendo moldar indivíduos e coletivos. As emoções,

“nos impelem a pensar – são instrumentos epistemológicos para a compreensão do nosso mundo e de nossos projetos. Nos impelem a agir, pois a raiva, o ódio, ou o amor, a voluntariedade, o riso e a esperança podem nos ajudar a superar os medos e o luto. Nos ajudam a viver, com a amizade e solidariedade [...]” (WOLFF, 2021, p. 241).

Partindo destas análises, compreendo que muito mais que individual, as emoções são coletivas, as quais encontram-se presentes dentro das relações sociais, culturais e políticas, constituindo “comunidades emocionadas”, tal como propôs Bárbara Rosenwein (2011). Nesse sentido, as emoções podem também ser moldadas pela inserção de determinado grupo em um recorte de tempo e espaço, sendo assim constituídas pelas camadas de tempo e experiências compartilhadas, em sentido análogo ao entendido por Reinhart Koselleck (2014). Então, quais emoções encontram-se presentes nas

comunidades emocionadas de mulheres que viveram o cárcere político na Torre das donzelas e narraram seus passados através das fontes?

De início, o medo: emoção sem a qual a ditadura militar brasileira não seria capaz de operar. Segundo Caroline Bauer (2014), o medo foi mobilizado pela ditadura como uma forma de controle político da população e, durante a transição para democracia, se estabeleceu na sociedade a partir de uma cultura do medo. A imposição do medo foi utilizada como estratégia pelo aparato ditatorial para sistematizar e fortalecer a repressão sobre aqueles e aquelas que resistiam e lutavam contra o sistema vigente. Os veículos de informação das grandes mídias, à época, corroboravam e intensificavam a política de imposição do medo gerado pelas estruturas ditatoriais. Um trecho de uma notícia vinculada ao jornal Folha de São Paulo do dia 2 de janeiro de 1969 demonstra uma parte da ameaça intensificada com a implementação do AI-5 em 1968:

Informa-se que o governo vem levantando cuidadosamente o nome dos cidadãos cujas atividades sejam consideradas subversivas, para a aplicação das sanções previstas no AI-5. Uma vez estabelecida a culpabilidade de qualquer cidadão, seja como corrupto seja como subversivo, será ele banido da vida pública [...] (ACERVO FOLHA, 1969).

Antônio Montenegro (2009), ao apresentar as formas como determinadas violências ditatoriais operaram em Pernambuco, afirmou que o medo se estruturou também a partir da imposição de uma série de discursos e práticas, corroboradas por distintos setores sociais, como é o caso do veículo midiático exposto acima. Segundo Sara Ahmed (2004), a própria “linguagem do medo” se estabelece a partir da intensificação de ameaças – tais como as expressas pelo trecho da Folha de São Paulo. O medo, ao ser também imposto na ditadura com a finalidade de fortalecer um discurso anticomunista contra aqueles/as considerados/as subversivos/as, articulou uma luta contra a “ameaça comunista” (Motta, 2000), que corrobora com o apontado por Sara Ahmed (2004). Isto porque, segundo a autora, a partir da imposição da ameaça, “o medo funciona para alienar os corpos com e contra outros” (AHMED, 2004, p. 120).

Da mesma forma, o medo era imposto como maneira de ameaça a vida e integridade de quaisquer que fossem as pessoas que lutavam contra o sistema. Estas pessoas precisaram viver com diferentes facetas do medo, emoção instituída em diversas situações. Durante os sequestros e prisões de militantes nos órgãos clandestinos de tortura, cuja parte dessas experiências foram carregadas e assimiladas na Torre, o medo

operava a partir de distintas formas. Inseridas neste contexto estão trechos da memória de Dulce Maia no livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997):

O terror não era apenas ser chamada para as inquirições, mas também assistir, impotente, à saída e volta de meus companheiros das mesmas sessões de violência [...] na tortura, morrem pedaços das pessoas. Mas resistíamos [...] no DEOPS, era o pânico. Quando ouvíamos o som da campainha da carceragem e a batida do ferrolho de uma das celas, já sabíamos o que estava por vir (p. 97).

O relato de Dulce demonstrou alguns dos modos nos quais ela vivenciou o medo durante sua prisão no DEOPS. O medo é relatado por ela como um aspecto presente na repressão, corroborando para o que levantou Luiz Augusto Possamai Borges (2021), ao afirmar que o medo se encontra em “mútuo diálogo com o poder, controlando e construindo fronteiras para restringir a mobilidade dos corpos e das ideologias consideradas subversivas” (BORGES, 2021, p. 98).

Ainda, Dulce Maia retomou o medo que viveu também a partir da coletividade, expondo que não sentia medo apenas por ela, mas por seus/suas companheiros/as. As subjetividades expressas em seu relato demonstram o quanto as ameaças e a imposição do medo também tinham relação com suas redes e vínculos, assumindo um caráter coletivo. Nesse sentido, importa considerar a interpretação do medo para a teoria política, a qual, segundo Sara Ahmed (2004), entende seu papel crucial para a formação e manutenção de formas de coletivos.

Tal qual narrou Dulce, a partir de ameaças e da imposição do terror, eram desencadeados sentimentos de pânico, angústia e apreensão pelos agentes da repressão. A angústia era uma emoção que andava lado a lado ao medo nas situações por ela descritas. Nesse sentido, Sara Ahmed (2004) estabelece uma diferenciação destas duas emoções quando pensadas inseridas na política cultural das emoções. Para a autora, o medo se exprime como uma “antecipação do dano ou ferida [que] nos projeta do presente até um futuro” (p. 109), causando impressões também ao presente em que ele é sentido. O objeto causador do medo é identificável e concreto. É na aproximação com o objeto que, para Sara Ahmed (2004), se estabelece o ponto de diferenciação entre o medo e a angústia. Isto porque a angústia é sentida, para a autora, pela antecipação da ameaça de objetos que podem ser vagos e múltiplos. De toda forma, podem atuar como respostas frente a situações de violência, gerando mecanismos de defesa (BORGES, 2021).

As inquirições referenciadas por Dulce Maia fundamentavam-se também no amedrontamento dos indivíduos a partir da violência física, psicológica e da violência

sexual (TELES, 2015). Ao retomar as ameaças que vivenciou no DOI-CODI, Lenira Machado relatou para o filme “Torre das Donzelas” (2018):

Quando eu cheguei no DOI-CODI, chegou um dos torturadores e me perguntou: “Você conhece os Direitos Humanos da ONU?” Eu falei: “Sim!”. “Esquece”. E... passei de maio a setembro dentro do DOI-CODI, sendo que quarenta e cinco dias foram de tortura constante. Três equipes, três modalidades de tortura (TORRE, 2018).

Os inquéritos eram, então, marcados por ameaças como a exposta acima e as torturas que decorriam dessas situações podiam ser caracterizadas pelo “suplício físico e psíquico extremo, [pelo] desamparo, [pela] solidão e [pelo] medo-pânico” (TELES, 2011, p. 164). A angústia e o medo ligavam-se também às possibilidades daquelas situações limite voltarem a acontecer. Seguindo a definição de Sara Ahmed, então, havia medo pelo que já se conhecia e pelo que já se sabia que poderia voltar a acontecer no futuro. Angústia pelo desconhecido, por não saberem até onde aqueles algozes seriam capazes de chegar.

Se essas memórias retomadas demonstram que o medo foi sentido como parte dos métodos de torturas realizadas pelos órgãos repressores da ditadura, se torna possível pensar que a ditadura também usou de uma política de imposição do medo como método de repressão. Ainda, uma outra emoção expressa nas memórias sobre as torturas merece destaque, pensando-a também como uma das emoções impostas pelo sistema de repressão político. Esta, diz respeito a culpa. Nesse sentido, o trecho da memória de Eleonora Menicucci (1997) concedido ao livro de memórias estudado serve como exemplo, quando ela retomou o “alívio” em ser transferida do DEOPS para a Torre:

Ser transferida para a Torre [...] significava adentrar um espaço de liberdade que todos nós, homens e mulheres, desejávamos, depois de termos passado pelos horrores da tortura na Oban e pela fase do processo cartorial do DEOPS. [...], no entanto, alguma coisa, ao mesmo tempo, também me atemorizava. [...] o medo da fragilidade das informações que chegavam até o Tiradentes sobre os comportamentos daqueles que estavam na Oban. Informações que, muitas vezes, levaram a atitudes discriminatórias e injustas, provocando marcas profundas em algumas pessoas (MENICUCCI, 1997, p. 293-294)

Ao descrever a emoção que sentiu ao ser transferida da prisão do DEOPS, Eleonora destacou alguns dos medos que carregava consigo para as celas da Torre. Nesse sentido, ela chamou atenção em seu relato sobre os julgamentos e ações que os próprios companheiros realizavam àquelas pessoas que acabavam soltando informações nas torturas e o quanto isso a preocupava. Face a estas ações de julgamento, essas pessoas viveram marcas profundas, que se relacionaram em muito com a culpa. O relato de Maria

Aparecida dos Santos (1997) também corrobora para este aspecto: “Em condições tão adversas, aqueles que se excederam em suas declarações aos ditadores sofreram, ao meu ver, a maior das injustiças: a de serem hostilizados pelos próprios companheiros” (p. 278). Para além das situações extremas recém vivenciadas, as pessoas que sobreviviam aos inquéritos e, por motivos de ordens inumeráveis, acabavam concedendo informações nas torturas, carregavam consigo uma culpa, por vezes reforçada devido a ações realizadas por companheiros e companheiras.

Esta complexa discussão abre precedentes para a questão que rondou aqueles e aquelas que sobreviveram às lutas contra as violências das ditaduras latino-americanas: a chamada culpa dos sobreviventes. Definida por Mariana Joffily (2016) como uma forma de culpa sentida pelas pessoas que não vivenciaram o mesmo destino trágico de seus/suas companheiros/as em situações de violência extrema, como os mortos e desaparecidos políticos, a culpa dos sobreviventes acometeu muitos militantes políticos nos anos que sucederam a ditadura. Levando alguns e algumas, inclusive, ao suicídio – número não contabilizado no total de mortos pela violência ditatorial por relatórios oficiais. Um relato expresso no capítulo 10 do relatório da CNV (2014) concedido sob anonimato ressalta este aspecto atrelado à culpa:

Na esperança de poder apaziguar as dores de minha alma e unindo-me a todos aqueles que em todos os tempos e lugares de nosso velho planeta vivenciaram as experiências dolorosas da crueldade humana, começo este relato. Embora enriquecida por tantas experiências de solidariedade naqueles meses de prisão, sentia-me aniquilada. Saí de lá não como heroína, não como vencedora, mas destroçada em seu orgulho, em sua dignidade, em sua honra. Não só pela violência sofrida, mas pelo sentimento de culpa que me invadia a alma. Sentia-me responsável pelo sofrimento e pela dor daquele que, embora sob coação, tinha levado à prisão [...]. (CNV, 2014, p. 415)

O passado traumático vivenciado pela narradora é colocado por ela como um dos aspectos que marcaram suas vivências, coletivamente compartilhada com aqueles e aquelas que passaram por experiências de violência. Nesse sentido, a narradora aponta para uma questão de reconhecimento, intencionando apaziguar, não somente suas próprias dores, como também de todas e todos aquelas/es que compartilharam situações de dor. Segundo o relato, embora emoções como a solidariedade no tempo do cárcere estivessem presentes em sua realidade enquanto presa política, houve também sentimentos que fizeram com que ela “destroçada” e “aniquilada”. As marcas que carregou consigo foram associadas por ela sobretudo aos sentimentos de culpa, especialmente por, sob coação e ameaças de estupro durante a tortura, não ter contido

determinadas informações sobre um de seus companheiros de luta, sendo colocada em uma situação de encurralamento (JOFFILY, 2010b).

Além da culpa, a narradora ressaltou o sentimento de angústia que este evento traumático desencadeou em sua vida. Esse sentimento de angústia foi marcado por incertezas relacionadas ao perdão e à possível incompreensão por parte desse companheiro que foi levado à prisão por conta de seu depoimento, bem como ao julgamento de outras pessoas. Ao se expressar sobre as publicizações de memórias acerca das prisões políticas da ditadura, a mulher destaca para o cuidado em tratar como “heróis, resistentes e honrosos” aqueles e aquelas que conseguiram conter informações mesmo sob situações de violência. Segundo um trecho expresso no relatório da Comissão da Verdade (2014),

expressões que, por um lado, traduzem o sentimento de orgulho e honra daqueles que as dizem, carregam também consigo, implicitamente, mesmo que sutilmente, uma acusação dolorosa aos que, por alguma razão, não resistiram e [que] talvez não compreendam sua dor (CNV, 2014, p. 415).

Tal qual a discussão expressa acima, emoções como o orgulho, ao serem retomadas publicamente nas memórias dessas pessoas no presente, foram capazes de gerar e reforçar, ainda, emoções de culpa em outras pessoas. O relato de uma das mulheres que retomou suas memórias para o filme *Torre das Donzelas* (2018) ressalta o orgulho que sente, até hoje, em ter resistido às torturas e não concedido informações. Sobre este aspecto, ela retoma: “Eu fiquei três anos na cadeia e eu fui barbaramente torturada. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para interrogadores compromete a vida dos iguais, entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido”.

É possível considerar um embate narrativo sobre emoções na retomada dessas memórias: de um lado, a culpa; do outro, o orgulho. Nesse sentido, essas memórias emocionadas são capazes de gerar e produzir emoções outras sobre um coletivo de pessoas quando retomadas. De fato, esta discussão se torna uma complexa disputa que carrega em suas subjetividades relações de mágoas, traumas, julgamentos e decepções e que não se finda nas discussões aqui presentes. Porém, importa para a consideração de que as emoções evocadas pelas memórias foram marcadas e definidas pelas experiências individuais e coletivas, uma vez que partem de percepções e vivências.

Em sequência, a imposição da culpa e do medo presente nos centros clandestinos da ditadura também se atrelaram à questão da maternidade, tal qual expressou Ilda

Martins da Silva em seu relato ao filme-documentário estudado (TORRE, 2018). Sobre tais discussões, Ilda Martins da Silva relembra suas vivências no DOPS:

Quando eles me interrogavam, era só perguntando sobre o Virgílio, porque eu não tinha nada. E eles falavam que se eu não contasse o que o Virgílio fazia, eles iam trazer as crianças perto de mim e iam torturar elas perto de mim pra mim falar... E essa era a pior tortura que eles faziam comigo! (TORRE, 2018).

A maternidade foi manipulada como um dos métodos de tortura pela repressão política (Teles, 2015), sendo utilizada para violentar não somente mulheres e homens, como também adolescentes e crianças. As torturas envolvendo a maternidade se restringiram às construções socioculturais dos esteréotipos de gênero (Tega, 2015) e as relações envoltas na maternidade foram usadas como uma das formas de castigar e censurar as mulheres, sendo manipulada também a partir da culpa, tal como exposto pelas autoras Athaysi Colaço Gomes e Laíza Fuckner Molmelstet (GOMES; MOLMELSTET, 2021). Segundo as autoras as mulheres militantes,

ao representarem uma ameaça, estavam sujeitas ao punitivismo militarista aliado à práticas misóginas que demarcavam a relação entre as torturas aplicadas e as questões de gênero. Lógica semelhante se apresenta em relação às militantes mães, pois a maternidade idealizada não coadunava com o exercício da militância de mulheres e, portanto, os discursos normativos de sacralização da relação mães/filhas foram deliberadamente negligenciados pelos torturadores (GOMES; MOLMELSTET, 2021, p. 172).

Em diálogo com o demonstrado pelas autoras e com a situação descrita por Ilda Martins da Silva, o medo era manipulado nas torturas psicológicas a partir de ameaças de violências físicas e de gênero por parte dos torturadores. No caso demonstrando, exprimindo em Ilda uma incerteza sobre qual futuro suas crianças poderiam vir a ter. A maternidade foi também utilizada pela repressão como forma de sacralizar a imagem daquelas mulheres a partir dos estereótipos atribuídos à feminilidade, sendo por vezes tratada nas torturas como “sinal de baixaza, motivo de desprezo” (JOFFILY, 2010b, p. 231). Em outro trecho de seu relato, Rose Nogueira (1997) retoma:

Miss Brasil era o nome de uma vaca leiteira que havia sido premiada. E na sala para onde me levou, o “inho” chamava os outros: “Olha a *miss* Brasil, pessoal! Tá cheia de leite! É a vaca terrorista!”. Eles riam e me beliscavam nas coxas, nas nádegas. Eu gritava e perguntava pelo bebê. [...] (NOGUEIRA, 1997, p.139).

A exemplo do exposto por Rose Nogueira, as violências, expressas neste caso pela degradação moral a partir da utilização de palavras consideradas pelos algozes como

insultos, eram muitas vezes baseadas na ideia de que as mulheres militantes eram “corresponsáveis” pelas violências que estavam vivendo (WOLFF, 2015). Uma vez que a culpa é considerada uma emoção moral (Frazzeto, 2013), ela depende dos valores que são característicos de determinados contextos históricos, bem como de territorialidades e práticas socioculturais que se baseiam também nas relações de gênero.

Assim, “como uma emoção moral, a culpa é influenciada pelos códigos comportamentais e pelas normas da cultura da qual ela é experienciada¹⁰⁴ (FRAZZETTO, 2013, p. 15-116). Nesse sentido, a maternidade e o âmbito doméstico/privado eram definidos como deveres e valores socialmente atribuídos àquelas mulheres – em sua maioria pertencentes às camadas médias urbanas – na figura de boas esposas e mães (GOMES; MOLMELSTET, 2021). Havia, então, uma culpabilização da vítima baseada nos variados ideais socialmente atribuídos àquelas mulheres em específico, embasados pelo patriarcado, pelo fundamentalismo cristão, moralismo e conservadorismo – aspectos que não se restringiram apenas ao contexto ditatorial.

Quando assumiam suas escolhas por atuar na militância, como já anteriormente referido, as mulheres de luta afrontavam os valores morais do contexto vigente. Os órgãos de repressão ditatorial consideravam tais escolhas como uma espécie de subversão dos valores impostos, colocando estas escolhas como justificativas para as variadas formas de punição e violência (BRIGGMAN, WOLFF, 2020). Baseada nestes preceitos, a imposição do medo nas torturas foi também manipulada como forma de produzir uma culpabilização naquelas mulheres, impondo a ilusão de que, de alguma forma, suas escolhas políticas poderiam justificar a violência instituída, como já demonstrado.

Como supracitado, a instituição da culpa na ditadura também assumiu um caráter baseado nos preceitos desmoralizantes das hierarquias de gênero. De acordo com inúmeros relatos rememorados de mulheres que vivenciaram as violências de gênero por parte da repressão das ditaduras latino-americanas, os verdugos faziam questão de expressar que aquele lugar político não pertencia à elas, tal como retomado pelo relato da ex-presa política Dulce Pandolfi, concedido ao projeto de vídeo “Memórias Femininas da Luta contra a Ditadura Militar” (2015): “mas claro que eles tinham ódio especial pelo fato de ser mulher [...] Eu me lembro que eles falavam: ‘mas você era uma pessoa que tinha tudo pra não estar nisso, como é que se meteu nisso?’” (MEMÓRIAS, 2015). Os aspectos

¹⁰⁴ Tradução livre da autora: “As a moral emotion, guilt is influenced by the behavioral codes and norms of the culture in which it is experienced”.

atrelados ao ódio às mulheres expressos nas torturas também são reforçados pelo relato de Dulce Maia para o filme “Torre das Donzelas” (2015): “É, eles foram muito [...] violentos por ser mulher. Realmente. Eles tiveram muito ódio, é...”.

O debate acerca do ódio enquanto emoção política levantada por Sara Ahmed (2004) importa para a análise de ambos os trechos apresentados acima (Dulce Pandolfi e Dulce Maia). De acordo com esses relatos, o ódio manipulado por agentes da repressão impulsionava as violências realizadas, que ressaltavam o ódio à existência da mulher militante. Nesse sentido, ao analisar como o ódio opera nas relações entre os indivíduos e grupos sociais, Sara Ahmed (2004) afirma que esta emoção é mobilizada como forma de afirmar uma oposição entre as pessoas. Assim, as pessoas que sentem ódio por outrem, sentem pela coletividade e pela identidade com os grupos sociais/políticos/culturais nos quais estes indivíduos se inserem, o que gera os discursos de ódio e, conseqüentemente, as violências contra determinados grupos. O ódio, tal qual a autora definiu, opera também a partir da intolerância, entendendo que a convivência com o Outro, com as alteridades, é ameaçadora.

Se por um lado a emoção do ódio foi capaz de caracterizar opressões, por outro, a emoção da raiva pode ser mobilizada como motor de resistências quando vivenciadas e retomadas em memórias de mulheres. Nesse sentido, Ale Mujica Rodriguez, Aline Dias e Morgani Guzzo (2021) analisam os modos em que a raiva foi mobilizada na América Latina como uma resposta de resistência ao ódio político perpetuado pelos Estados ditatoriais conservadores, patriarcais, cristãos, brancos e heterossexuais. Em relato para o filme “Torre das Donzelas” (2018), Dulce Maia narrou sobre as torturas que vivenciou em meio à luta contra o sistema ditatorial brasileiro: “Eu tinha uma resistência impressionante, acho que era *ódio* mesmo, muito grande! Eu me fazia muito forte” (TORRE, 2018).

Apesar de Dulce Maia utilizar o termo “ódio” em seu relato, compreendo aqui que o significado por ela atribuído a esta emoção muito mais se relaciona com o entendimento da raiva, na medida em que ela justificou suas ações de resistência com a mobilização da emoção sentida. De tal forma, a emoção da raiva encontra sua potência de luta pois pode mover outras emoções e sentimentos, como a paixão, a dor, a indignação ou a frustração, levando o indivíduo a uma ação (RODRIGUEZ; DIAS; GUZZO, 2021). Assim, a raiva move reações e resistências, tais como no caso relatado por Dulce Maia. Ao analisar os modos em que a raiva foi mobilizada na luta de mulheres negras pelo fim do racismo e patriarcado, Audre Lorde (1984) ressalta a potência da raiva, uma vez que esta emoção

pode ser mobilizada como uma forma de agir face à um sistema opressor, face ao ódio político. De formas distintas, a raiva foi mobilizada pela luta e pela resistência dos grupos de esquerda durante a ditadura militar brasileira.

As memórias sobre as variadas violências estabelecidas acima demonstram, então, que a repressão ditatorial foi sentida por essas mulheres a partir de um entrelaçamento, um ciclo de emoções, tais como o ódio, a raiva, o medo e a culpa, por exemplo. A imposição do medo e da culpa, por exemplo, agiam na intensificação de uma noção de ameaça no imaginário social, que fortalecia ainda o ódio e a repressão sobre as pessoas consideradas politicamente e existencialmente subversivas. Também, o ódio foi manipulado pela repressão atrelado com a injustiça, tal como apresenta Sara Ahmed (2004), na medida em que a ditadura produziu a negação da existência que caracterizava as/os militantes políticos, uma vez que trabalhou “para desfazer o mundo do Outro através da dor” (AHMED, 2004, p. 58). A raiva, por outro lado, teve sua potência na medida em que foi mobilizada como resposta, como resistência.

Esses entrelaçamentos permitem a compreensão das emoções como parte da política e da cultura, como parte das comunidades emocionais (Rosenwein, 2021) que atuam e se movem mobilizando emoções dentro das relações sociais, políticas e culturais. Nesse entendimento, as emoções são gendradas (WOLFF, 2021). Isto porque o gênero demarca as relações sociais, demarca os corpos e subjetividades, assim como demarca a “maneira como as emoções são expressas e interpretadas” (WOLFF, 2021, p. 236).

Como demonstrado, a repressão da ditadura também operava mexendo no estômago: nas emoções. Para tal, a repressão mobilizou distintas estratégias que foram sentidas e retomadas pelas memórias de mulheres que vivenciaram a ditadura, estratégias essas atreladas a emoções difíceis de serem suportadas. Nesse contexto, o minidocumentário “Amizade” (NUNES; ZACCHI; SCHMITT, 2021) do projeto “Políticas da emoção e do gênero nas resistências às ditaduras militares do Cone Sul”¹⁰⁵ apresenta relatos que associam a repressão nas ditaduras latino-americanas com as práticas de isolamento e da quebra forçada de vínculos entre as pessoas. Esses isolamentos poderiam se dar pelo exílio político; pelos sequestros e desaparecimentos forçados de companheiras, companheiros e familiares; pelo envio de militantes aos centros e campos clandestinos de repressão; bem como ao cárcere político, por exemplo.

¹⁰⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X1Yan3luFis&t=16s>

Nesse sentido, o vídeo apresenta trechos do relato de Alejandra Ciriza que retomou os danos causados pela ditadura militar argentina, marcada por uma forte política de desaparecimento forçado de pessoas. Sobre essas questões, ela afirmou sua percepção: “[...] uma das piores coisas era o isolamento, porque acredito que esse processo de ruptura de laços sociais que a ditadura provocou foi o pior dano que se aconteceu à sociedade argentina” (AMIZADE, 2021). O isolamento se relacionava com as quebras e afastamento dos vínculos e tentativas de desmantelamento do coletivo, que geravam emoções como a tristeza, a saudade e o luto, por exemplo.

Nesse sentido, ao retomar suas tristezas processadas durante o cárcere na Torre, Ana Bursztyn-Miranda rememorou ao documentário de Susanna Lira: “As tristezas eram muito profundas, [...] pelo que estava acontecendo com a nossa luta ou pelos companheiros que estavam ainda sendo torturados, morrendo e a gente vendo” (TORRE, 2018). Novamente, as emoções difíceis de serem processadas alcançavam dimensões coletivas, por aqueles que se encontravam ainda vulneráveis às violências constantes do Estado, sob ameaças de novas torturas, desaparecimento e assassinato. Também, pelo desmantelamento da luta e das organizações políticas, propósito ditatorial fortalecido com o AI-5 e intensificado na década de 1970. Outrossim, tal contexto foi marcado pelos sequestros e desaparecimentos de pessoas que estavam envolvidas com a luta contra as estruturas que sustentavam o sistema ditatorial.

Foram assassinadas e passaram pelo desaparecimento forçado pessoas que foram, de algum modo, consideradas subversivas face ao sistema ditatorial, nas normas conservadoras, morais e na perpetuação dos ideais anticomunistas. Nesse escopo, encontram-se pessoas que participavam de organizações de luta armada rural, como é o caso dos inúmeros militantes assassinados na guerrilha do Araguaia que militavam em organizações como o PCdoB; líderes e participantes dos movimentos de guerrilha urbana, a exemplo da ALN; líderes e militantes sindicais, camponeses e operários; pessoas indígenas que defendiam a expulsão de suas terras pelo avanço do agronegócio próprio da noção de progresso econômico vendida pela ditadura; jornalistas ou atuantes em veículos de informações da época; companheiras/os, conhecidas/os e familiares de pessoas envolvidas com a luta contra a ditadura; entre outras tantas pessoas que,

submetidas à necropolítica¹⁰⁶ do Estado ditatorial, eram perseguidas por suas identidades e existências (BORGES; MERLINO, 2019).

A falta do paradeiro de companheiras e companheiros, bem como as notícias dos assassinatos que chegavam através das rádios clandestinas, jornais e das informações dos militantes e familiares, marcaram também as emoções vivenciadas na Torre. Nesse sentido, o luto e a saudade, por exemplo, eram emoções fortemente presentes. O relato de Rose Nogueira (1997) para o livro de memórias “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) descreve a situação de Ilda Martins da Silva frente a falta de paradeiro de seu marido, operário e um dos líderes da ALN, Virgílio Gomes da Silva:

Do Virgílio Gomes da Silva – o Jonas – seu marido, Hilda não sabia nada. Diziam que tinha sido morto; falavam que alguém fora obrigado a limpar seu sangue na sala de torturas. Hilda não sabia dele. Ninguém sabia de Virgílio. Nunca mais se soube de Virgílio (p. 143).

Como demonstrado tanto no relato acima como pela narrativa do filme “Torre das Donzelas” (2018), o luto foi uma emoção vivenciada individual e coletivamente, presente nos meses e anos do cárcere político. Para Ilda, o luto se expressava nos dias de choro, tristezas e incertezas (TORRE, 2018). A vivência singular de Ilda cabe para pensarmos a gama de subjetividades que o luto pôde alcançar durante as ditaduras latino-americanas, uma vez que se encontrou como uma das emoções fortemente presentes nas memórias de mulheres que viveram a repressão política. Durante as ditaduras latino-americanas, o luto acometeu de uma forma singular pessoas que, como Ilda, tiveram seus familiares desaparecidos e mortos pela repressão do Estado.

Ao debater sobre as vicissitudes do luto no exílio político de militantes argentinos, focalizando também nas *Madres de la Plaza de Mayo*, Sandra Letícia Berta (2007) produz reflexões no campo da psicologia sobre o luto que cabem para as presentes discussões. Ancorada sobretudo em Lacan (2002) e em Allouch (2004), define o luto como uma emoção que provoca uma falta de coordenadas no sujeito que o vivencia, um encontro com o real a partir do “desaparecimento do objeto” (p. 35). Frente a perda do objeto amado, o sujeito experiencia um encontro traumático com uma realidade nunca antes vivenciada, que não se refere “a experiência da própria morte, que ninguém tem, mas da

¹⁰⁶ Categoria cunhada pelo camaronês Achille Mbembe em seu livro “Necropolítica” (2018). Resumidamente, refere-se às políticas Estatais – ou falta de – que decidem quais corpos têm direito à vida e quais não. Nesse sentido, sua teoria está fortemente embasada no recorte de raça, para além da classe, uma vez que o capitalismo também se sustenta por tais opressões, bem como no genocídio do povo pobre e negro.

morte de um outro que é para nós um ser essencial, isto é, um rombo no real” (LACAN, 2002, p. 356).

Dessa forma, tal emoção demanda um período de processamento da dor, um complexo trabalho do luto. Também por isso, se tornou tão particular a situação das pessoas que vivenciaram os desaparecimentos forçados de seus entes queridos pelas ditaduras latino-americanas, e, ainda, nas contínuas situações de violência estatal. Situações nas quais a perda do objeto, do sujeito amado, demorou para se concretizar no plano do real. Isto se dava, principalmente, pela ausência de respostas concretas. Na biografia de Ilda Martins da Silva escrita por Carla Borges para o livro “Heroínas desta História: Mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura” (BORGES; MERLINO, 2019), a autora demonstra que foi Margarida Maria do Amaral Lopes, a Guida, quem lhe contou sobre o assassinato de Virgílio em decorrência de torturas por militares do DOPS. Tal fato aconteceu durante a prisão política, depois que Guida “juntou forças para lhe contar” (BORGES; MERLINO, 2019, p. 159).

Somando a falta de resposta sobre o paradeiro do pai de seus filhos com a ausência de seus restos mortais, se concluía uma dificuldade de superação do luto, também pela impossibilidade dos ritos próprios ao trabalho de luto. Também, a vivência de Ilda importa para a reflexão de que o luto sobre as situações dos desaparecidos políticos das ditaduras assumia para além das dimensões emocionais, dimensões materiais. Uma vez que Ilda não havia sido informada sobre o paradeiro de seu marido, não possuía também sua certidão de óbito, que não lhe concedia direito algum perante à lei: “não era casada e não era viúva” (NOGUEIRA, 1997). A indenização pela morte de Virgílio lhe foi dada na década de 1990, com a implementação da lei nº 9.140/95¹⁰⁷.

A saudade em decorrência da prisão política da Torre imposta àquelas *donzelas* também foi uma emoção presente em seus relatos. Em casos como os já demonstrados, a saudade se relacionava com o luto. Em outros, com o afastamento físico e emocional decorrido da imposição do isolamento pela repressão. De ambas as formas, a saudade era mais uma das emoções difíceis de serem vividas durante o cotidiano na Torre, sendo atrelada também às tristezas sentidas naquele período. Sobre estes aspectos, na construção de seu relato para o livro de memórias estudado, Márcia Mafra (1997) apresenta um

¹⁰⁷ A referida Lei obriga o reconhecimento pela morte das pessoas desaparecidas políticas entre os anos de 1961 e 1979. Em torno desta lei, encontram-se embates dos próprios familiares sobre aceitar ou não as indenizações do Estado sobre a morte de seus entes queridos como forma de justiça e reparação.

trecho de uma das cartas que enviou a um de seus companheiros no período em que estava presa na Torre:

Ando meio triste. Em determinados momentos, é muito importante que eu me sinta com vitalidade, perceba que ainda consigo dar boas gargalhadas. [...] Estou me achando bem, só que, evidentemente, com saudades cada vez maiores. A relatividade do tempo aqui é palpável. Quanto mais passa, mais anima e torna presente o que está distante em tempos cronológicos. Assim sendo, vou me auto-reprimir (você nem imagina o quanto) e encerrar por aqui, ao som de Edu Lobo: me lembro tanto e é tão grande a saudade, que até parece verdade que o tempo ainda pode voltar [...] (p. 325).

Ao expor as emoções que ela sentia estando presa na Torre, Márcia Mafra ressaltou que a passagem do tempo no cárcere tornava cada vez mais vivo o passado que a marcou positivamente, o que tornou cada vez mais concreta a saudade da vida em liberdade compartilhada com seus e suas companheiras.

Para lidar com as saudades do “mundão” e as tristezas envoltas no isolamento, Márcia destacou que estratégias importantes desencadeadas por ela e pelo coletivo de mulheres, como a percepção de que, mesmo naquele contexto, era ainda possível dar “boas gargalhadas”. Nesse sentido, se a ditadura reprimiu, isolou e violentou as mulheres que foram presas políticas, que manifestaram em suas memórias emoções de difícil superação, também coube a elas uma resposta face às situações de violência. Tais respostas, ou ainda, resistências, também foram retomadas a partir da mobilização de outras emoções, responsáveis por conceder às lembranças algum grau, mesmo que diminuto, de otimismo.

“Nós éramos muito risonhas!”, exclama Dilma Rousseff quando, rindo em direção à câmera do documentário “Torre das Donzelas” (2018), relembrou do cotidiano compartilhado na Torre com suas companheiras. Ao refletir sobre a potência que o riso teve nos contextos ditatoriais do Cone Sul, Cintia Lima Crescêncio (2016; 2021) realiza um debate sobre a mobilização do riso em memórias de mulheres feministas e militantes de organizações de esquerda de ditaduras latino-americanas. Ao analisar discursos machistas proferidos em periódicos ou no interior dos próprios grupos de esquerda, ela ressalta a presença de um “riso doloroso”, ligado à ridicularização de mulheres e ao *antifeminismo* da sociedade vigente. Se por um lado este humor existia atrelado à intolerância, por outro, o riso também foi mobilizado por mulheres como “resistência, forma de refletir, sobreviver e lutar” (CRESCÊNCIO, 2021, p.125).

Partindo desta segunda perspectiva, o relato de Rose Nogueira importa para contextualizar a mobilização de vivências nas quais o riso esteve presente na Torre, como forma de tornar mais amenas determinadas dores sentidas pelo coletivo:

Devíamos ser mais ou menos vinte presas quando soubemos que ela chegaria. Para aliviar a tensão, inventamos uma dança horrível e hilária para receber quem chegava do DOPS. Imitávamos Almira, a companheira de Jackson do Pandeiro, que fazia muito sucesso naquela época tropicalista [...]. Primeiro ela ficou séria, olhando aquilo. Em seguida caiu na gargalhada, com certeza a primeira depois de muito tempo (p.146).

Assim como havia os ritos de despedida, havia também os ritos de entrada, de acordo com o exposto acima, que tinham como objetivo evocar o riso, a esperança e a alegria nas companheiras. Os “ritos de chegada” se atrelavam ao alívio que descreviam sentir ao chegar na Torre e se verem em liberdade com relação às violências passíveis de serem vivenciadas nos “porões do inferno” da ditadura. Chegar ao Tiradentes significava, em partes, uma liberdade dos centros clandestinos. Adentravam agora no “purgatório”, onde ainda esperariam pela liberdade do “mundão”. Os ritos de chegada também eram rememorados como forma amenizar os sentimentos plurais, parte deles recém vivenciados nos centros clandestinos de repressão e carregados para a Torre.

Elza Lobo (1997) retomou os ritos, tanto os de chegada quanto os de partida, a partir desse entendimento. De acordo com ela,

passamos a construir nossos ritos de entrada e de saída. Creio que, em parte, o fizemos para diminuir o sofrimento. Para superar toda essa humilhação [da entrada], as companheiras nos recebiam com um jogral de chacota, bem ridículo, mas que nos fazia rir muito. Voltávamos a encarar a vida de outra maneira (p. 224).

As memórias de Rose Nogueira e Elza Lobo demonstraram que os ritos eram marcados por descontração, sociabilidades e tentativas de subtrair risadas daquelas que adentravam o presídio. Nesse sentido, analisando entrevistas de mulheres que lutaram contra as repressões ditatoriais na América Latina, Cintia Lima Crescêncio (2021) percebeu que os risos presentes nas memórias, quando entendidos como maneiras de reflexão, sobrevivência e luta, eram recorrentemente associados às vivências coletivas, às sociabilidades e aos vínculos afetivos. A memória de Rose Nogueira é mais uma que dá embasamento para tal hipótese, na medida em que retoma um momento de solidariedade coletiva, que assumia sua importância através do riso.

Sobre o riso manifestado nas memórias de mulheres, um dos aspectos que cabe na análise é a própria recorrência desta emoção nos relatos abordados tanto pelo livro de

memórias, quanto pelo documentário. No livro, por exemplo, distintos relatos que narram as rotinas cotidianas trazem, recorrentemente, situações cômicas que tentam despertar risadas também naquelas que as leem. Sobre este aspecto, Márcia Mafra retoma em seu relato um trecho de uma carta que endereçou a seu irmão à época do cárcere:

Num dado momento, na ausência de alguém mais metido que eu, passei a cortar o cabelo das “massas” (é assim que nos autodenominamos). Fui muito bem. Até o cabelo da Dilma, que é muito chata no assunto – diz que tem cabelos crespos e é preciso cortar mais os de baixo que os de cima, para diminuir o volume – eu cortei. Devo ter me animado muito porque aí a Mico pediu que eu cortasse os dela bem curtosinhos. Mandeí ver e transformei sua pobre cabeça num enorme redemoinho. Encerrei a carreira [...] (p.323)

A despeito das subjetividades intrínsecas ao que causa o humor em cada pessoa, é certo que a presença de temas que provoquem descontração em sua carta ocupou um espaço considerável em sua memória. Mesmo vivenciando inúmeras dificuldades que poderiam ser rememoradas em seu relato, por que, então, Márcia Mafra escolheria esta situação para retomar em forma de memória, tanto no passado quanto no presente? Uma hipótese está na possível intenção de demonstrar certo otimismo face às adversidades, confortando seus familiares e amigos à época em que escreveu a carta. Sobre a escolha de retomar parte desta vivência em seu relato concedido anos mais tarde ao livro, é possível que ela quisesse ressaltar a importância dos vínculos e das práticas cotidianas de resistência, na tentativa de evocar esperanças e desconstruir uma visão penitente do cárcere político, tal qual expressou Dilma Rousseff (TORRE, 2018).

Considero que a própria narrativa do filme “Torre das Donzelas” (2018) também se insere nessas intencionalidades, na medida em que recorrentemente materializou a imagem do riso a partir de cenas que se intercalam com os depoimentos das antigas *donzelas* da Torre (Figura 13).

Figura 14: Cena do filme “Torre das Donzelas” com Maria Luiza Belloque e Iara Prado dando risadas.



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

Ao considerar que os documentários são frutos de escolhas políticas que perpassam inclusive as escolhas narrativas, a intenção em trazer momentos de riso atrelados à descontração e ao otimismo caminha junto com as próprias intencionalidades que as memórias daquelas mulheres parecem querer evocar. Foi também através do riso que estas mulheres tentaram demonstrar que ainda havia vida mesmo em meio às adversidades, talvez como forma de manter a esperança acesa. Todavia, segundo Cíntia Lima Crescêncio (2021), por mais que o riso seja uma emoção presente nas memórias dessas mulheres, por vezes ele é acessado frente à retomada das experiências traumáticas no presente. Nessas ocasiões, a hipótese que ronda o acesso do riso se alinha com o que defendeu Danielle Tega (2019), ao afirmar que, recorrentemente, as emoções positivas são rememoradas como forma de lidar com o trauma. No caso do riso, se torna possível sua rememoração como uma espécie de “alívio” de tensão, para tornar menos árdua a tarefa do lembrar.

Foi também através do riso que estas mulheres tentaram demonstrar que ainda havia vida, talvez como forma de manter acesa a esperança. Se por um lado, nas memórias de mulheres sobre a repressão e o cárcere na Torre houve emoções de difícil superação frente às violências ditatoriais, houve também as emoções que, acessadas no presente, mobilizaram e foram mobilizadas pela esperança. Márcia Mafra (1997) inicia seu relato ao livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” nesse sentido:

Comecei a ler aqueles bilhetes e cartas e, ao terminar, percebi que não poderia simplesmente jogá-los fora [...] Eles me traziam de volta medos, apreensões e a alegria que, apesar de tudo, conseguíamos extrair (eu e tantas outras pessoas) de cada dia entre quatro paredes. Eles me traziam de volta o carinho que me uniu, por três anos, a tantos

companheiros presos, dos quais nunca mais tive notícias ou que hoje vejo com outros olhos (p. 321).

Apesar dos “medos e apreensões” citados por Márcia, a rememoração do passado não focalizou apenas nas denúncias das violências e nos traumas por ela vivenciados. Por hipóteses já levantadas, as memórias reconstruíram momentos de alegria, riso, sociabilidades, amizades. De uma forma ou de outra, as emoções estabeleceram uma relação singular com a memória, uma vez que “acontecimentos sem qualquer importância emocional são facilmente esquecidos. [...] aqueles carregados de fortes emoções, positivas ou negativas, criam raízes profundas” (FRAZZETTO, 2013, p. 97).

Como resistência às dificuldades impostas durante a ditadura, as mulheres recorrentemente retomaram a esperança como motor de suas lutas, articulando diferentes outras emoções. Distintas memórias descrevem formas de mobilizar esperanças no passado e no presente. Segundo Cristina Scheibe e Vera Gasparetto,

Esperança é, assim, uma emoção sempre presente nos movimentos políticos, tanto naqueles que procuram a criação de um mundo melhor, quanto naqueles que, ao resistir a regimes autoritários, buscam a superação de momentos difíceis. Sem esperança não há por quê lutar, não se justificam os sacrifícios, perdem-se os objetivos políticos (2021, p. 209).

A esperança encontrava-se, então, como uma emoção fortemente presente nas organizações de esquerda que almejavam a construção e a transformação de mundo (WOLFF; GASPARETTO, 2021). Outrossim, os relatos de mulheres retomam esperanças na tentativa de firmá-las também no tempo presente, projetando esperanças futuras. Nesse sentido, Maria Aparecida dos Santos descreveu no fim de seu relato: “Não conseguiram acabar com nossa vontade de viver, com a nossa alegria, com o nosso lado divertido de ver a vida” (1997, p. 279-280). Como demonstrado pelo relato de Maria Aparecida dos Santos, a mesma esperança vivenciada à época foi transposta no presente em que sua memória foi acionada, dado o argumento de que, apesar dos pesares, a vontade de viver e a alegria permaneceram vivas, ainda que através do registro de suas memórias.

Por fim, é válido para esta seção o trecho do poema de Carlos Drummond de Andrade retomado por Luiz Possamai Borges (2021) quando se debruçou em falar sobre o medo nas ditaduras: “Cantaremos o medo, que esteriliza os abraços” (ANDRADE, 2012). A definição que o poeta atribuiu ao medo como “esterilizador de abraços” (Andrade, 2012) importa porque foi também a partir da imposição de emoções como medo, mas também a culpa e o ódio, que muitos vínculos foram rompidos no período da

ditadura militar brasileira. Porém, as memórias retomadas por essas mulheres também demonstraram que, apesar do medo, foi possível construir, através do riso, da raiva, da esperança. Fosse nos ritos de entrada e despedida da Torre, tais como os demonstrados nas discussões iniciais e finais desta seção, fosse nas práticas de solidariedade e resistência coletiva frente às violências da repressão, abordadas na próxima seção. Apesar do medo, da culpa, da angústia, do ódio, foi possível a construção de vínculos políticos.

Apesar *deles*, continuaram e continuam os abraços.

Figura 15: Cena do filme “Torre das Donzelas” de Rose Nogueira e Leslie Beloque se abraçando.



Fonte: Torre das Donzelas, 2018. Captura de tela realizada pela autora.

3.2 “Amizade é matéria de salvação”: vínculos, cotidiano e práticas políticas na prisão

Uma amizade sincera

[...] Que rebuliço de alma. Radiantes, arrumávamos nossos livros e discos, preparávamos um ambiente perfeito para a amizade. Depois de tudo pronto – eis-nos dentro de casa, de braços abanando, mudos, cheios apenas de amizade. Queríamos tanto salvar o outro. Amizade é matéria de salvação. Mas todos os problemas já tinham sido tocados, todas as possibilidades estudadas. Tínhamos apenas essa coisa que havíamos procurado sedentos até então e enfim encontrado: uma amizade sincera. Único modo, sabíamos, e com que amargor sabíamos, de sair da solidão que um espírito tem no corpo.

(LISPECTOR, 2016, p. 339)

As memórias de mulheres sobre a repressão ditatorial narram vivências de dores e violências compartilhadas. O *amargor da solidão* imposto pelas ditaduras militares na América Latina como parte de seus mecanismos de repressão política se expressou também na tentativa de quebra dos vínculos de amizade, companheirismo e camaradagem (NUNES; ZACCHI, 2021). No âmbito coletivo da luta, residiu aí a importância de toda uma geração de pessoas terem sabido amar e construir vínculos profundos de amizades, como fizeram as *donzelas* da Torre.

A manutenção de um ideal de coletivo, do companheirismo, foi uma característica própria da geração que partilhava o sonho e a esperança na transformação de uma sociedade marcada pelas tantas relações de inequidades, característica presente nos grupos e organizações de esquerda latino-americanas durante as ditaduras¹⁰⁸. Nesse sentido, Rita Sipahi demonstrou sua percepção: [...] havia um jeito próprio, talvez atributo daquela geração que construía um mundo novo, de lidar com as adversidades, com o imprevisto [...] querendo e reafirmando a beleza, a alegria, a solidariedade, a vida” (1997, p. 185).

Ao rememorar o período em que esteve presa na Torre, Rita Sipahi afirmou que a geração de homens e mulheres da qual estava inserida mantinha acesa a esperança, apesar das recorrentes tentativas de desestabilização e queda dos/das militantes por parte dos mecanismos de ação ditatorial brasileiros. Nesse contexto, o isolamento e as violências impostas pelos sequestros e prisões políticas tinham como propósito silenciar a luta e as

¹⁰⁸ Importa ressaltar que as práticas de coletividade eram presentes como um ideal. Intentando não cair em essencialismos ou romantizações, importa destacar que havia tensões e embates dentro dos coletivos e organizações. Uma delas diz respeito inclusive às relações de machismo e misoginia no tratamento dos militantes homens com relação as mulheres, aspecto debatido na seção 2.2 deste trabalho.

possibilidades de ações políticas daquela geração. As tentativas, por vezes efetivas, de desmantelamento das organizações políticas eram desencadeadas por distintos mecanismos de violência (JOFFILY, 2008). As memórias de mulheres demonstram a percepção de que, apesar de todas as adversidades, as possibilidades de construção e resistência continuavam a habitar seus horizontes, mesmo dentro dos espaços de cárcere político. Nesse sentido, a esperança encontrava-se expressa no horizonte e se fortalecia também a partir da construção de vínculos.

O relato de Dilma Rousseff para o filme “Torre das Donzelas” (2018) se inseriu neste contexto, quando ela relatou algumas de suas percepções sobre o que vivenciou no cárcere: “[...] mesmo fora da sociedade, mesmo distante, mesmo numa situação de extrema repressão, você pode construir” (TORRE, 2018). Muitas outras mulheres que relataram às fontes estudadas atribuíram às vivências estabelecidas na Torre uma dimensão política, principalmente quando associadas às amizades, aos vínculos e a coletividade cultivadas por elas durante a prisão. Outrossim, as memórias estudadas retomaram situações limites de violência, narrando traumas e angústias vividas no passado.

Seria possível, então, o ato de narrar a amizade mesmo em tempos tão hostis de outrora, cuja repressão ditatorial se instaurava e se intensificava sobre distintos corpos e subjetividades? Para além disso, por qual motivo fazê-lo?

As discussões que busco travar nesta seção objetivam refletir sobre tais questionamentos e se referem sobre as maneiras nas quais os vínculos entre mulheres se desenvolveram no cárcere político, sendo retomados em memórias sobre a repressão ditatorial. Ao abordarem as vivências na prisão da Torre a partir das práticas cotidianas estabelecidas, as *donzelas* descreveram distintas estratégias de sobrevivência adotadas por elas, expressando um entrelaçamento de emoções atreladas à amizade. Pensando nas atribuições, consequências e ações possibilitadas pela amizade no processo de rememoração do passado, *como a amizade foi definida por essas mulheres a partir de sua dimensão política?*

Em trabalho anterior de minha autoria e de Alina Nunes, lançamos tal questionamento (2021), problematizando as distintas situações em que os vínculos entre mulheres possibilitaram agências políticas durante as ditaduras latino-americanas. No bojo de tais discussões, importa ressaltar maneiras em que os vínculos entre mulheres foram compreendidos como políticos quando retomados nas fontes analisadas, se inserindo em uma política cultural da amizade (AHMED, 2004).

A amizade pode ser uma emoção voluntária, mas que se constitui sobremaneira como fruto de escolhas, inclusive subjetivas. Estas escolhas podem ser “resultado de construções sociais, de contextos, gostos e situações partilhadas, que determinam sua subjetividade” (NUNES; ZACCHI, 2021, p. 13). É nesse sentido que a amizade é uma emoção que demanda algum grau de identificação do sujeito com a/o *outra/outro*, capaz de gerar aproximações entre indivíduos ou grupos de pessoas. Quando Rioco Kaiano narrou suas vivências na Torre, expressou que a aproximação e a criação de vínculos com outras *donzelas* dependiam, por vezes, de fatores de identificações para além do próprio contexto de cárcere. Nesse sentido, ela relatou: “Morávamos dentro das celas, cujas portas eram trancadas. Dentro da Torre circulávamos livremente. A gente se dividia conforme as afinidades, que podiam ser políticas (pertencer a mesma organização) ou apenas pessoais” (p. 338).

Rioco Kaiano expressou que o fortalecimento das afinidades desenvolvidos por ela se relacionava com afinidades políticas ou pessoais, no compartilhamento de gostos e espaços em comum. A partir de seu relato foi possível entender que a amizade pode se constituir a partir da “inserção das pessoas que, em um determinado contexto sociocultural ou em determinada situação de opressão, compartilham ideias e sonhos comuns” (NUNES; ZACCHI, 2021, p. 13).

Outrossim, relatos demonstraram que a construção dos vínculos de amizade na Torre podia ser desenvolvida a partir do convívio nas atividades cotidianas e tarefas exercidas no cárcere. Em relato concedido ao livro de memórias analisado, Rose Nogueira (1997) relatou sobre a relação estabelecida entre ela e Ilda Martins da Silva:

Ficamos amigas. Fizemos parte da mesma equipe de tarefas. Varriamos as celas, passávamos pano úmido e cozinhávamos. [...] Fomos descobrindo outras coisas em comuns, além dos bebês e da origem espanhola. [...] Contávamos casos enquanto descascávamos as batatas, lavávamos as verduras que as famílias traziam. Lendas de mulheres. Isso nos devolvia, por instantes, uma certa sensação de liberdade (p.144).

O compartilhamento das mesmas atividades cotidianas e das práticas desenvolvidas em conjunto durante o cárcere político também foi uma forma de gerar as aproximações e identificações entre as *donzelas*, tal qual o relato demonstrado. Nesse sentido, a amizade se constituiu também a partir de um sentimento de identidade “por determinadas práticas de sociabilidade, trocas íntimas e ajuda mútua” (NUNES, ZACCHI, 2021, p. 13). Ainda, foi possível entender que as identificações presentes nas

construções dos vínculos de amizade podem ser geradas pelo compartilhamento de experiências prévias individuais em comum, sejam elas de dor ou não, tais como o tópico da maternidade presente nas vidas de Ilda e Rose.

Ademais, segundo os relatos, foi possível considerar que a inserção no mesmo contexto repressivo de cárcere político – no qual, é preciso lembrar, foi um contexto imposto a elas –, gerou certa identificação pelo compartilhamento de dores e emoções. Sara Ahmed (2018) afirma que os vínculos, se referindo também aos vínculos feministas, podem ser estabelecidos a partir do compartilhamento de vivências de violência e dor, ainda que seja importante considerar que essas vivências são sempre singulares e variam frente às experiências de cada pessoa. A amizade instituída pelas *donzelas* na Torre foi possível pelo compartilhamento dos mesmos desejos de transformação, mesmo que variassem de acordo com cada viés e perspectiva política.

A despeito de carregarem experiências plurais antes de serem submetidas à prisão, o exercício de administração do cotidiano e do espaço a partir das tarefas de organização foi possível dado o comprometimento das *donzelas* com o coletivo. Tais aspectos podem ser ressaltados como relevantes para elas quando se tratando da construção de seus vínculos, face a recorrência deste tópico em suas memórias. Elza Lobo descreveu a forma em que se davam tais organizações:

Aprendemos a repartir e a somar [...] O trabalho manual era obrigatório. Tarefas de cozinha, artesanato, de arrumação das celas, de síntese de notícias de jornais, revistas e rádio eram responsabilidades compartilhadas pelas equipes, e o escalonamento e o revezamento das atribuições eram discutidos coletivamente. As decisões eram tomadas por consenso. Exercitamos a construção do trabalho na diversidade e creio que aprendemos que todos os trabalhadores são “cientistas do trabalho” (1997, p. 226).

Segundo o relato de Elza Lobo, a organização das mulheres na Torre respeitava os valores do coletivo, característica colocada como atributo daquela geração, dentre as quais muitas daquelas mulheres estavam habituadas com as organizações dos grupos de esquerda que lutaram contra a ditadura. Ainda segundo o trecho demonstrado, as relações de individualismo não eram destacadas como características próprias das relações sociais estabelecidas na Torre. A rememoração das vivências perpassou pela exaltação de uma ideia democrática da coletividade, que prezava pelo consenso e pelas decisões horizontalmente tomadas.

Os vínculos sociais entre aquelas mulheres foram retomados por elas também a partir das práticas cotidianas, relacionando a necessidade de tolerância umas com as

outras com o respeito às diversidades de experiências. É ainda nesse sentido que o relato de Maria Aparecida dos Santos (1997) versou sobre:

Venho então para mim um grande exercício de autoconhecimento. Até então, nunca tinha me visto trancada em um espaço tão pequeno e com tanta diversidade de situações e problemas. O primeiro grande exercício que fiz foi o da tolerância. [...] Confesso que em vários momentos tive vontade de ficar sozinha, mas a situação não permitia. Essa condição foi a minha oficina de treinamento. Tive que aprender a conviver com as diferenças individuais e a respeitá-las (SANTOS, 1997, p. 275).

A situação forçada do cárcere da qual as *donzelas* estavam submetidas há que ser levada em conta, como ressalta Maria Aparecida no trecho narrado. A partir da situação de reclusão com outras mulheres, o exercício de tolerância e cuidado com a outra era atribuído como algo necessário para a convivência, sendo visualizado como um exercício de “autoconhecimento”.

Ao versar sobre a ontologia da amizade expressa em Michel Foucault, Francisco Ortega (1999) apresenta argumentos que se relacionam com a percepção apresentada pelo relato acima. Isto porque o autor associa o autoconhecimento e a compreensão de si com o cuidado com o outro, com a outra. Segundo sua compreensão, a presença do outro é imprescindível para que se estabeleça um auto relacionamento razoável consigo mesma, no qual “a constituição do indivíduo como sujeito ético efetua-se só por meio de relações complexas com o outro” (ORTEGA, 1999, p. 126). A percepção de Maria Aparecida demonstrou, então, que o exercício de autoconhecimento estabelecido no interior da Torre foi sentido por ela como uma situação que permitiu o convívio e a tolerância com as singularidades que compunham o coletivo.

Os dias vividos na prisão eram preenchidos, tal qual narrou Nair Yumiko Kobashi (1997) a partir de atividades de lazer em conjunto: “leitura, tricô, crochê, xadrez, ginástica e televisão. E muita conversa” (1997, p. 311). Para além destas atividades serem estabelecidas como formas de ocupações para amenizar a solidão, eram relatadas pelas memórias de mulheres como formas de amenizar o prolongamento dos dias, como formas de superação e controle coletivo do tempo/espço (TORRE, 2018).

As atividades de lazer e trabalho realizadas coletivamente eram sentidas também como formas de praticar o exercício político. É nesse sentido que o trabalho de artesanato no cárcere é retomado por Elza Lobo (1997):

A produção semanal de artesanato nos obrigava a uma rígida disciplina que estimulava nossa criatividade. Conseguimos dos nossos familiares e amigos uma rede externa de apoio e venda de nossos produtos, que

revertiam para as necessidades das companheiras trabalhadoras do campo e da cidade (p. 219).

O relato demonstrou que as *donzelas* revertiam o trabalho de artesanato como possibilidade de auxílio a outras mulheres trabalhadoras, também a partir da constituição de redes de apoio externas. Constituir redes de solidariedade e permitir que o trabalho no cárcere pudesse alcançar um âmbito político tornou o trabalho de artesanato, por exemplo, como uma possibilidade de organização para aquelas mulheres. A rememoração de Robêni Baptista da Costa versou sobre as atividades de artesanato como maneiras de auxiliar famílias operárias e camponesas (TORRE, 2018). Nesse sentido, Robêni descreveu o sentimento da continuidade de ação política, uma vez que exclamou: “revolucionariamente nós estamos vivas” (TORRE, 2018).

Outras práticas destacadas pelas *donzelas* em suas memórias como forma de dar continuidade às suas ações políticas diz respeito às atividades culturais, de leitura, os debates e discussões realizadas coletivamente a partir da construção dos vínculos na Torre. Nesse sentido, Hilary Hiner (2015) demonstra a relevância do desenvolvimento dessas atividades para o fortalecimento de mulheres em situação de cárcere político, colocando em voga o contexto da ditadura militar chilena. Segundo a autora (2015), as memórias de mulheres presas políticas pela ditadura peronista demonstraram que:

A organización de múltiples comités y colectivos dentro de los espacios carcelarios que buscaban mejorar la situación de las presas mujeres, formando espacios de “carreta común” para compartir alimentos o espacios de aprendizaje, con lecturas, debates, teatro y manualidades, que unían a muchas mujeres por períodos relativamente largos de tiempo¹⁰⁹ (p. 879).

O trabalho de Hilary Hiner (2015) infere que as atividades exercidas entre mulheres no cárcere político chileno foram retomadas a partir da organização do coletivo no cárcere, em “comitês y coletivos” responsáveis pelo manejo das tarefas e práticas desenvolvidas. Nesse contexto, as *donzelas* desenvolveram distintas ações de sociabilidade. Uma delas se refere aos grupos de teatros e apresentações desenvolvidas, como retomado por Elza Lobo (1997):

O teatro – expressão e comunicação – também nos acompanhou. [...] com os poucos recursos materiais de que dispúnhamos, decidimos produzir um espetáculo teatral. Solicitamos às companheiras de cada

¹⁰⁹ Tradução livre da autora: “A organização de múltiplos comitês e coletivos dentro dos espaços carcerários que buscavam melhorar a situação das mulheres presas, formando espaços de “carretas comuns” para compartilhar comida, ou espaços de aprendizagem, com leituras, debates, teatro e artesanato, que aproximavam muitas mulheres por períodos de tempo relativamente longos”.

uma das celas que escolhessem textos – poesia ou prosa – que gostariam de dizer. [...] Aos poucos, os textos foram surgindo e a estrutura do espetáculo, tomando forma. (p. 221-222).

A realização de tal atividade foi descrita como possível dada a inserção prévia de algumas *donzelas* na cena cultural do teatro, tal como Elza Lobo, Heleny Guariba e Maria Barreto Leite. Elza Lobo dedicou parte considerável de seu relato para descrever as práticas de teatro realizadas no tempo em que ficou presa na Torre, evocando esperanças a partir dos tantos detalhes, por vezes românticos, que relatou. Ainda que reafirmasse a beleza que, para ela, pode ser construída na Torre a partir da construção dos vínculos, em dado momento Elza Lobo acrescentou ao lembrar do teatro: “é a primeira vez que me atrevo a pensar e escrever sobre esse episódio” (1997, p. 223). Essa afirmação sensível permite pensar, portanto, que o ato de retomar a memória do cárcere, mesmo a partir de lembranças de sociabilidades, amizades e práticas políticas, foi marcado pelo silêncio e pelo trauma.

Em subsequência, os espaços de aprendizagem, debates e leituras também foram recorrentemente rememorados pelas *donzelas* da Torre, que associaram por vezes tais atividades como uma forma de subversão do controle do espaço e do tempo por parte da prisão política, tal qual destacou Dilma Rousseff (TORRE, 2018). A memória de Rioco Kaiano (1997) descreveu parte deste contexto. Nesse sentido, Rioco narra:

E a nossa vida política? Não lembro muito bem, mas havia uma certa norma de convívio político entre as pessoas ligadas a diferentes organizações. Fazíamos reuniões para discutir assuntos ligados à vida interna do presídio e também debates acalorados sobre assuntos da época. [...] Tínhamos uma biblioteca razoável. Havia grupos de estudo por temas e estudos individuais. Reli *Cem anos de solidão*, de Gabriel Garcia Márquez, e me emocionei (p. 339).

A referida norma de convívio político na Torre foi atrelada no relato de Rioco Kaiano com a atuação de mulheres nas diferentes organizações de esquerda – aspecto que corrobora para a discussão sobre a coletividade própria daquela geração de mulheres desencadeada no início desta seção. Tal qual relatado, as *donzelas* da Torre constituíam debates de estudos divididos em temáticas e grupos. Os grupos de estudo só eram possíveis por conta da *biblioteca razoável* constituída e protegida pelas ações daquelas mulheres, bem como de suas experiências prévias de contato com leituras e estudos. Dilma Rousseff narra que, por conta da censura do aparato policial que realizava ronda e

apreensão de livros na prisão¹¹⁰, as *donzelas* escondiam os livros embaixo dos pisos de madeira da Torre (2018). Segundo os relatos expressos pelas fontes, esses livros eram trazidos, sobremaneira, pelas visitas que elas recebiam todos os sábados.

Os referidos “debates acalorados da época” expressos por Rioco Kaiano em seu relato podiam se referenciar aos debates plurais que se encontravam latentes para aquela geração de mulheres. Como exemplo concedido por Rose Nogueira (1997), esses debates poderiam ser sobre “Marxismo, estruturalismo, macroeconomia, imperialismo, destino da burguesia nacional, identificação do inimigo principal, foquismo, um, dois, três Vietnãs” (p. 146). Esses temas refletiam as discussões próprias da militância política, que estavam inseridas na concepção de uma “Nova Esquerda” adotada, sobremaneira pelos movimentos latino-americanos desde a década de 1960. Cristina Scheibe Wolff (2018) explica que essa concepção abraçava os preceitos da revolução cubana e chinesa, questionando as orientações dos partidos comunistas ligados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Nesse sentido, “os grupos da Nova Esquerda organizaram-se em torno da esperança de que movimentos que começariam com pequenos grupos de vanguarda poderiam se espalhar por outras camadas sociais, como ocorreu em Cuba nos anos 1950, ou por acreditar na rebelião popular, como a que ocorreu na China” (p. 268).

Nesse contexto, o artigo de Hilary Hiner (2015) importa para uma entendimento amplo das práticas de resistência no cárcere político de mulheres exercidas nas ditaduras latino-americanas, demonstrando que as experiências desencadeadas pelas mulheres na Torre não foram vivências isoladas ao Brasil. Mas sim, que os vínculos entre mulheres no cárcere político estavam sendo constituídos em outras territorialidades latino-americanas também marcadas pela forte repressão – inclusive de gênero – e pelo imperialismo estadunidense. Na memória de Arinda Ojeda (2013, apud Hiner, 2015), a ex-presa política da ditadura peronista relatou:

Y bueno lo otro era las horas de estudio individual y las horas de discusión colectiva, tanto discusión política como de los temas que empezaban a ser... algo que fue muy importante para nosotras, que fue todos los temas feministas [...] Entonces, estudiábamos. Bueno ahí en esos años me leí El Segundo Sexo de la Simone de Beauvoir (sonriendo) [...] Entonces había todo un trabajo¹¹¹ [...] (OJEDA, 2013 apud HINER, 2015, p. 884).

¹¹⁰ Em seu relato para o filme “Torre das Donzelas” (2018), Rose Nogueira narrou sobre a censura realizada por policiais durante o cárcere na Torre, expressas pela tentativa de apreensão do livro “A Origem das Espécies”, de Charles Darwin. Essa ação se deu pelos policiais considerarem tal obra como potencialmente subversiva.

¹¹¹ Tradução livre da autora: “E bem, a outra coisa eram as horas de estudo individual e as horas de discussão coletiva, tanto a discussão política quanto as questões que estavam começando a ser... algo que era muito

Assim como no contexto chileno exposto por Arinda Ojeda, os debates coletivamente desenvolvidos na Torre também poderiam se referir aos que se davam em torno de aspectos advindos dos movimentos feministas da década de 1970, que mobilizaram como pauta o direito ao “corpo, prazer e trabalho” (PEDRO, 2013). Nesse sentido, Guida Amaral narrou uma aula sobre sexualidade que uma das *donzelas* da Torre proferiu durante o cárcere político, representada por cenas da produção do documentário “Torre das Donzelas” (2018) (**Imagem 16**):

Arlete era bióloga [...] um dia, acho que alguém conseguiu um espelhinho, não sei como, e Arlete falou assim: “vocês já se olharam, assim, as suas partes íntimas, no espelho?” E aí a maioria nunca tinha visto, inclusive eu. [...] Isso em 1970, né? – “Como não?” – “Não, Arlete, nunca olhamos” – “Ah, não! Todo mundo tem que se olhar e saber como é lá embaixo!” E daí, cada uma olhou e ela explicava [...] deu uma aula prática para todo mundo. (TORRE, 2018).

Imagem 16: Representação de aula sobre sexualidade no filme “Torre das Donzelas”



Fonte: Captura de tela do filme “Torre das Donzelas” (2018) realizada pela Autora

Guida do Amaral demonstrou em seu relato que a efervescência dos debates em torno da sexualidade, do corpo e do prazer daquelas mulheres estabelecidas à época, frutos do contexto em que se inseriam, foi perceptível dentro do cárcere político. Ao narrar a vivência compartilhada sobre os ensinamentos e conhecimento acerca de seus próprios corpos, Guida destaca também o grau de intimidade que as *donzelas* da Torre estabeleceram entre si. Nesse sentido, ela complementou: “Então eram coisas assim, de uma intimidade, né?! Havia muito intimidade entre nós, muita confiança” (TORRE,

importante para nós, que eram todas as questões feministas [...] Então, nós estudamos. Bem, naqueles anos eu li O Segundo Sexo de Simone de Beauvoir (sorrindo) [...] então havia todo um trabalho.

2018). A profundidade que os vínculos estabelecidos entre elas puderam alcançar é demonstrada pela confiança em tratar de assuntos que eram considerados pela sociedade vigente como aspectos pertencentes ao privado.

As discussões desencadeadas na Torre que tratavam de assuntos feministas foram recorrentemente retomadas pelas memórias, sendo expressas também pelo relato de Nair Benedicto (TORRE, 2018): “Então virou uma catarse mesmo [...] um assunto que era proibido você discutir com você mesma, e de repente você se permitiu a discutir isso no conjunto. Foi uma das coisas de emancipação da mulher, de conhecimento, de reconhecimento”. Nair atrelou a importância dessas discussões realizadas no coletivo da Torre como aspectos de emancipação da mulher. A espécie de permissão descrita por Nair em discutir tais assuntos no coletivo também demonstra a profundidade de determinados vínculos estabelecidos entre mulheres na Torre, bem como sua potência em permitir que aquelas mulheres passassem a atribuir um sentido político àquelas temáticas.

O relato de Iara Prado também retoma características das discussões estabelecidas entre as *donzelas* da Torre, que versam sobre aspectos similares aos que vinham sendo debatidos pelo movimento feminista naquele contexto:

E veja como essas questões eram importantes, né?! Teve um dia na Torre que alguém levantou e disse assim: “Quem aqui já teve um orgasmo?” [...] um monte de gente era casada e de repente começou. Foi aí que entrou [...] aquele livro “A [Função] do Orgasmo” (TORRE, 2018)

Iara ressalta a importância que atribuía às discussões referentes à sexualidade, reforçando o argumento de que a discussão e os debates perpassavam as temáticas relacionadas aos debates feministas em voga no período. Tamanha foi a cumplicidade alcançada pelos vínculos estabelecidos entre as *donzelas* da Torre que lhes foi possível pensar em temas tão íntimos que, quando compartilhados e discutidos, se tornavam também políticos.

Os relatos apresentados atentam para os debates compartilhados como momentos de conhecimento e entendimento sobre seus próprios corpos e sexualidades. As memórias retomam que, para determinadas mulheres, o primeiro contato com as discussões que advinham dos movimentos feministas da época se estabeleceu na prisão a partir do compartilhamento de vivências e experiências entre as *donzelas* da Torre. As discussões estabelecidas entre essas mulheres remetem a uma prática característica do feminismo

chamado de Segunda Onda que emergia e efervescia no Brasil na década de 1970¹¹², mesmo momento em que elas se encontravam presas. Tais características se referem a constituição dos chamados grupos de reflexão e consciência entre mulheres (PEDRO, 2013). As feministas que participavam dos grupos de reflexão e consciência realizavam encontros entre pequenas parcelas de mulheres que se reuniam em suas casas ou em lugares de circulação pública (PEDRO, 2013). Os encontros tinham como objetivo estabelecer reflexões e leituras sobre feminismo e questionamento ao patriarcado e suas violências, inserindo como pauta o debate acerca do prazer, corpo e sexualidade (PEDRO, 2013).

Uma das características que singularizaram essas reuniões diz respeito ao fato de serem realizadas em círculos de mulheres, fato que justificou o nome de muitos dos coletivos feministas deste contexto (PEDRO, 2013). Destaco esta forma de organização, uma vez que as cenas do filme “Torre das Donzelas” (2018) recorrentemente apresentam as mulheres, quando reunidas, na disposição de um círculo de conversa (**Figura 17**).

Figura 17: Cena do filme “Torre das Donzelas” (2018). Roda de conversa entre Rioco Kayano, Guida do Amaral, Nair Benedicto, Maria Aparecida Costa, Ana Bursztyn-Miranda e Robêni Baptista da Costa (esquerda para direita).



Fonte: Captura de tela do filme “Torre das Donzelas” (2018) realizada pela Autora.

Seja fruto da escolha da produção do filme ou das próprias mulheres que retomaram seu passado para o filme, é fato que o documentário apresenta signos que remetem aos movimentos feministas. Ao serem mobilizados em cenas de discussões

¹¹² No Brasil, estes grupos se estabeleceram em distintas cidades do país – dentre elas Rio de Janeiro, Florianópolis, Rio Branco e Vitória (PEDRO, 2013).

políticas também referentes aos debates feministas, representando as formas de organização da época, são capazes de produzir sentidos que se assemelham aos presentes no contexto vigente, como por exemplo o lema feminista de que *o pessoal é político*.

Ao analisar memórias que versaram sobre o contato de mulheres brasileiras com o feminismo, Joana Maria Pedro (2004) demonstrou que, por vezes, as distintas vivências estabelecidas no cárcere político foram propulsoras da identificação de mulheres com o feminismo, como o ocorrido com Eleonora Menicucci (2010). Tal fato foi também atrelado ao entendimento do caráter de gênero nas violências vividas e impingidas pelo sistema ditatorial, que puderam estar relacionadas à maternidade e a percepção de um tratamento diferenciado baseado na misoginia (PEDRO, 2004). Outrossim, ao abordar os coletivos de mulheres que discutiram temáticas feministas durante o cárcere político no Chile, distintas mulheres ressaltaram que consideravam aqueles grupos como grupos de consciência, tais quais os desenvolvidos pelo movimento feminista (HINER, 2014). Também, os debates realizados coletivamente entre amigas na Torre, os grupos de reflexão no cárcere, foram retomados como vivências que possibilitaram um primeiro contato com as discussões e práticas feministas para muitas daquelas mulheres.

Ao analisar o movimento de identificação com o feminismo de distintas militantes dos movimentos de guerrilha de esquerda do Cone Sul, Cristina Scheibe Wolff (2009) destaca que as prisões políticas, espaços marcados pela violência, se tornavam um “lugar de descoberta das diferenças e das especificidades” (p. 127) daquilo que era entendido como ser mulher naquele contexto, o que levava muitas mulheres a se identificarem como feministas¹¹³. Isto só foi possível pelo estabelecimento de vínculos entre mulheres – ora, em determinadas vezes, vínculos feministas – que desencadeavam práticas cotidianas frente a repressão e as violências das quais estavam sujeitas.

Quando Sara Ahmed (2004) que os grupos de reflexão e consciência também foram efetivos pela sua capacidade em amenizar as dores sofridas por mulheres em situações de violência compartilhadas, cabe pensar o contexto do cárcere político na Torre. Desta característica, a possibilidade de transformação das dores em coletividade e resistência é ressaltada, uma vez que aquelas mulheres estabeleceram espaços para refletir e ressignificar experiências pretéritas, presentes e futuras. Ainda considerando as características próprias dos grupos de reflexão que cabem pensar nas práticas

¹¹³ Cristina Scheibe Wolff (2009) também demonstra um relato de Carmen Baramendi, militante uruguaia, que também atrela sua identificação com o feminismo com o contexto de cárcere político da ditadura. Ver mais: WOLFF, 2009.

estabelecidas naquele espaço, Joana Maria Pedro (2013) retoma outros objetivos desses grupos. Esses, perpassavam pelo fortalecimento de redes de apoio, amizade e solidariedade entre mulheres.

A solidariedade foi uma característica que marcou aquela geração de mulheres latino-americanas (HINER, 2015; TEIXEIRA; SILVA, 2021). Nesse sentido, a solidariedade também constituiu as relações de amizade entre as donzelas da Torre. Ao definir a emoção da solidariedade, Sara Ahmed (2005) afirma que as relações de solidariedade entre mulheres demandam relações de trabalho e comprometimento com a outra, bem como um compartilhamento de um mesmo contexto. Dessa forma, para o estabelecimento da solidariedade entre mulheres importa uma consideração à pluralidade de vivências e experiências, partindo do “reconhecimento de que, embora não tenhamos os mesmos sentimentos, nem as mesmas vidas, nem os mesmos corpos, vivemos em um terreno comum” (AHMED, 2005, p. 286). No caso das *donzelas* da Torre, elas compartilhavam o mesmo terreno de repressão, isolamento e violência. Daí também a importância destacada por suas memórias de terem tido uma amizade solidária. Nesse sentido, Eleonora Menicucci (1997) relatou:

A solidariedade entre nós mulheres e os grupos de amizade iam se delineando ao longo do processo, acompanhando o ritmo de nosso cotidiano, tentando transformar a espera da saída para o “mundão” em um espaço público, onde a liberdade poderia aparecer sem censura e sem limites (p. 294)

No relato exposto, a solidariedade e a amizade foram colocadas como imprescindíveis para que as dores, as angústias e a espera pela liberdade que marcaram o processo de isolamento pudessem ser o mais amenizadas possível. Nas memórias, a Torre foi recorrentemente definida em diálogo com o que expôs Dulce Maia (1997), ao destacar, para ela, o “clima de grandeza e solidariedade que encontrei entre minhas amigas da Torre” (p. 101). Dada a recorrência em que a solidariedade se apresentou nas memórias como aspecto imprescindível à resistência no cárcere, esta emoção se tornou um dos aspectos evocados como ação política fruto dos vínculos entre as *donzelas*.

Nesse contexto, a construção de laços afetivos e das amizades entre as *donzelas* foi retomado por Márcia Mafra como elemento relevante para suas sobrevivências individuais e coletivas no período em que se encontravam sujeitas à variadas formas de violências, colocando a amizade como “indispensável à nossa sobrevivência e sanidade mental” (MAFRA, 1997, p. 321). Nesse sentido, Rita Sipahi também destacou: “mas também, de alguma maneira, a solidariedade entre nós [...] a gente conseguia tirar vida

disso” (TORRE, 2018). Face aos relatos apresentados, os vínculos de amizade marcados pela solidariedade foram rememorados como aspectos que permitiram que aquelas mulheres se sentissem vivas. Portanto, essa emoção se consistiu como um “ato, uma intervenção na realidade” (TEIXEIRA; SILVA, 2021).

Vivência recorrente em que a solidariedade e a amizade se fizeram presentes foi com relação ao acolhimento nas situações de pós tortura, na tentativa de amenizar as marcas recém firmadas pelas violências. Nesse sentido, Rita Sipahi (1997) retomou a vivência que se refere ao aguardo de uma das companheiras que estava submetida a sessões de tortura pelos agentes ditatoriais. Segundo seu relato, o coletivo esperava ansiosamente a chegada desta companheira, tomadas pela apreensão que rondava as possibilidades de sua ausência eterna – destino que muitos/as companheiros tiveram nas sessões de tortura (SIPAHİ, 1997). “Vivíamos a possibilidade de mais uma perda” (p. 183), narrou. Quando a companheira retornou das sessões de tortura, as *donzelas* da Torre foram tomadas pelo alívio e alegria compartilhada: “E, quando ela voltou, alquebrada, apoiada na bengala, sorrindo aquele riso triste, não importou mais o tempo: os dias cinzentos se transformaram em sol. A festa realizada quando esta companheira chegou no presídio traduzia o alívio e a compaixão” (p. 183). Porém, as marcas expressas no corpo e na alma daquela mulher foram carregadas e vividas na Torre. Nesse sentido, a relevância do acolhimento coletivo entre aquelas mulheres foi destacada por Rita:

Resolvemos: revezávamo-nos, acompanhando-a sempre, para evitar qualquer queda. A sua já acontecera, e as marcas da tortura estavam presentes no choro permanente [...] na forma como vagava pela Torre, trazendo um olhar perdido, chorando, chorando sem parar [...] (1997, p. 183)

O relato demonstra as práticas coletivas de acolhimento gerados pelas *donzelas* que se organizavam para acompanhar e evitar a piora física e emocional de companheiras que se encontravam em situações de vulnerabilidade física e/ou emocional. Nesse contexto, o relato de Nair Yumiko Kobashi (1997) também importa para o entendimento dos vínculos solidários como uma emoção que permite sobrevivências: “A compaixão pelas pessoas era a marca definitiva do coletivo de mulheres do presídio Tiradentes. Gestos delicados favoreciam a reconquista da auto-estima, a superação do medo e da depressão. Promoviam-se, principalmente a integração das pessoas que chegavam” (p. 312).

Em ambas as memórias apresentadas, cabe a colocação das autoras Kelly Teixeira e Tamy Amorim da Silva (2021), que definem a solidariedade como uma emoção que se difere da compaixão e da empatia, pois, para além da percepção e sensação de se colocar

no lugar da outra, a solidariedade demanda uma atuação frente a essa percepção, uma interferência solidária

O depoimento da chilena Alejandra Holzapfel (2010) retomado por Hilary Hiner (2015) corroborou com as memórias sobre tais situações de acolhimento no cárcere político: “Quando me traziam da sessão de tortura, sempre as companheiras ao lado nos fazendo carinho, perguntando se eu precisava de algo, o que me doía, e esse afeto, esse amor de umas com as outras, é muito importante” (HOLZAPFEL, 2010 apud HINER, 2015, p. 883). A importância da construção de redes de apoio e solidariedade é destacada por militantes de outras territorialidades da América Latina, como realiza Alejandra Holzapfel.

Durante o presídio político, os vínculos de apoio e de solidariedade se davam a partir de distintas práticas entre as mulheres, que iam além dos acolhimentos às situações de violência. No livro de memória “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e no filme documentário “Torre das Donzelas” (2018), essas redes e vínculos são retomadas a partir de experiências plurais. Nesse sentido, os atos solidários se davam também em suas relações de amizade estabelecidas com as chamadas “corrós”, as presas correccionais, tal qual narrou Nair Benedicto ao rememorar a forma como se estabeleceram essas relações de vínculos:

Passado o susto, [...] a gente avisou que a gente queria falar. Elas chegaram nesse primeiro portão e, daí, nós explicamos pra elas: “Vocês sabem, têm alguma ideia quem somos nós?” E elas responderam que sim, que nós éramos as terroristas. Daí a gente já falou: “olha, terroristas é um nome que os policiais tão dando pra nós, como deram pra vocês de corrós. Mas a gente tem uma coisa bem específica, de estarmos aqui. A gente quer mudar algumas coisas nesse país [...] imediatamente, se formou uma ligação delas com a gente. Por exemplo, elas liam o jornal para gente e a gente ensinava elas a lerem jornal [...] então, elas foram deixando a gente a par do que estava acontecendo (TORRE, 2018).

Tal qual narrou Nair, as aproximações e vínculos estabelecidos com as chamadas presas correccionais resultaram em trocas, conversas e ajuda mútua. Nesse sentido, as “corrós” passaram a lhes conceder informações cuja censura e o isolamento impediam seus acessos. Durante o cárcere, os vínculos foram construídos para além do próprio espaço da Torre, existindo com outras pessoas que não se encontravam presas por motivações políticas.

A importância dos vínculos de solidariedade estabelecidas no cárcere político entre mulheres foram expressas nos apoios cotidianos concedidos umas às outras, no incentivo a participação de atividades e ações, e nas ações coletivas de proteção. Sobre

tais aspectos, Dulce Maia (1997) relatou sobre o momento em que ela, sob suspeita de ser chamada para novas inquirições e torturas, percebeu um ato solidário de coragem de suas companheiras. Nesse relato, ela expressou que as *donzelas* realizaram uma roda de proteção, na tentativa de impedir que ela fosse levada por policiais e agentes da repressão (MAIA, 1997). Sua memória retomou que mesmo com toda política de terror e medo imposto pela repressão, os vínculos de solidariedade marcados pela coragem, pelo sentimento coletivo.

Retomando os relatos analisados, foi também a partir da interlocução com a emoção da solidariedade que a amizade foi retomada como parte da sobrevivência dessas mulheres durante o cárcere político. Porém, importa um adendo. Como afirmou Hilary Hiner (2015), as relações na prisão política, por vezes, acompanharam situações de tensões desencadeadas entre as mulheres, presas políticas, ao longo de suas vivências. Nesse sentido, nem sempre a prisão da Torre foi palco das demonstradas “resistências solidárias” (HINER, 2015, p. 885). Segundo o relato de Rita Sipahi,

Não eram só flores entre nós, as Donzelas da Torre – conforme nos chamavam alguns companheiros. Enfrentávamos no dia-a-dia algumas situações cuja natureza, muitas vezes, escapava às nossas conjecturas, por mais que buscássemos uma compreensão lógica dos fatos colocados pela realidade (1997, p. 185).

Apesar de seu relato para o livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) retomar distintas situações em que os vínculos de amizade entre as *donzelas* eram presentes, Rita adverte que “não eram só flores” entre suas relações, em uma tentativa de abordar a realidade tal qual ela se dava, não caindo em romantizações sobre o passado. As situações de adversidades entre as *donzelas* referidas por Rita poderiam se justificar por diferentes motivações, tal como retomado por outras memórias sobre o período. Nesse sentido, Ilda Martins da Silva retomou sua vivência no cárcere, narrando que viveu situações de incompreensão por parte de determinadas companheiras: “Agora, tinham outras que diziam que revolucionárias não choravam [...] ficar chorando por homem” (TORRE, 2018). Ilda, que tinha recentemente perdido seu marido Virgílio Gomes da Silva em decorrência das torturas, destacou o não acolhimento e entendimento de determinadas companheiras pelo luto que estava vivenciando.

Para Maria Aparecida dos Santos, os desentendimentos se davam “devido à personalidade de cada uma, mas nada que não pudesse ser refletido depois” (1997, p. 275). Ela complementou que, por mais que houvesse tais desentendimentos, no geral, eles vinham acompanhados de tentativas de resolução dos conflitos por parte daquelas

mulheres. Segundo Nair Yumiko Kobashi, os embates eram gerados também pela “convivência forçada, falta de privacidade, diferenças e manias (p. 312)” produziam, por vezes, “formas de exclusão e isolamento veladas” (1997, p. 312). Porém, segundo ela, estas ações de isolamento e exclusão partiam das decisões e percepções das próprias organizações políticas em que mulheres se inseriam, e não do coletivo de mulheres da Torre, que, segundo ela, “sabia conduzir o processo com maturidade” (p. 312). Novamente, seu relato ressaltou que agir coletivamente, mesmo nas adversidades, era um atributo das *donzelas* da Torre.

As situações de tensões e embates estabelecidos entre essas mulheres foram expressas por suas memórias com menos recorrência quando comparadas às rememorações sobre os vínculos políticos das amizades. Mesmo quando existentes, as tensões eram retomadas como pontos singulares naquelas vivências, e, recorrentemente, concluídas com argumentos que abordavam que, mesmo nas adversidades, havia o exercício da tentativa de respeito e das conciliações. Aqui, importa refletir sobre a importância e recorrência, para essas mulheres, em retomarem a memória sobre a Torre a partir de emoções como a amizade, deixando recorrentemente de lado as situações de tensões entre elas.

Para tal reflexão, cabe retomar algumas definições sobre a memória. A recordação que compõe o ato de retomar o passado se dá de uma maneira reconstrutiva, variavelmente ou não (ASSMANN, 2011). Segundo Aleida Assmann (2011), a recordação inicia no presente de acesso, exercendo um deslocamento até o passado recuperado. Nesse sentido, a memória deve ser compreendida como uma força permanente, uma “energia com leis próprias” (ASSMANN, 2011, p. 34). Nessa compreensão acerca da memória como uma *força iminente*, tal força se torna passível de “dificultar a recuperação da informação, como no caso do esquecimento, ou bloqueá-la – como no caso da repressão. Porém, ela também pode ser controlada pela inteligência, pela vontade ou por uma nova situação de necessidade, e proporcionar uma nova disposição das lembranças” (p. 34).

Nesse entendimento, a memória tem, por vezes, a capacidade de acessar o passado a partir das necessidades próprias ao presente. Em diálogo com Aleida Assmann (2011), ressalto aqui os apontamentos de Danielle Tega (2019), que defende a hipótese de que a retomada das memórias de mulheres sobre a repressão a partir das vivências de amizade como fios condutores de suas narrativas, carregando olhares otimistas ao se voltar ao

passado traumático, se torna uma forma de lidar com seus traumas coletivos, permitindo assim o acesso à memórias sensíveis.

Nessa lógica, a potência dos vínculos estabelecidos entre as *donzelas* é transposta do passado ao presente. Se no passado foram, para elas, aspectos de resistência e sobrevivência, no presente se tornam – involuntariamente ou não – cúmplices de suas histórias e possibilitadores do alcance de suas vozes. Considero, então, que a retomada a partir do viés da amizade também se tornou um movimento de evocar esperanças no presente de rememoração.

Nesse sentido, Dilma Rousseff relatou: “Eu acho que nós demos resistência a nós na pior situação possível. Tentar humanizar o absoluto desumano é uma tarefa hercúlea. E aquele número lá de mulheres fez isso um pouco. Ou seja, nós ganhamos deles ali” (TORRE, 2018). No presente em que as *donzelas* retomam seu passado, elas associam a amizade às possibilidades de resistência e subversão do sistema ditatorial, expressas aqui pela afirmação “nós ganhamos deles ali”. Sobre a dimensão da importância dos vínculos para aquelas mulheres, Dilma Rousseff retoma (TORRE, 2018):

Eu percebi que eu ia ter saudades delas também. Que um lado era liberdade, mas por outro lado também eu tava perdendo muita coisa, que era esse convívio [...] tem relações afetivas que você tem que você herda ne, que você escolheu. São relações eletivas, que você elegeu e que a vida te deu. É que nem sua família, elas fazem parte da minha família. É diferente, eu acho, de uma prisão como a nossa, e de uma outra que você sai com alívio [...] não é a mesma sensação de liberdade.

Novamente, a construção de laços de amizade foi expressa nas memórias dessas mulheres como parte de suas resistências, aspecto reforçado pelo testemunho de Dilma Rousseff. O relato demonstrou também o quanto as relações entre as *donzelas* foram profundas e se deram pelas escolhas e compartilhamento daquele contexto específico, perdurando até o tempo presente, fato que pode ser percebido com as expressões de carinho, emoção e afeto compartilhados por elas quando se encontraram no cenário do filme “Torre das Donzelas” (2018).

O fortalecimento de vínculos entre mulheres neste período foi retomado por elas como aspectos que as impediram de sentirem-se sós, que permitiram que encontrassem o cuidado e o afeto até em momentos difíceis. Segundo Susel da Rosa, a amizade foi “fundamental para permanecer em combate, para transpor a linha de força, ultrapassar o poder e enfrentar a exposição ao fora” (ROSA, 2013). Em plena ditadura militar, estabelecer vínculos de amizade e solidariedades poderia ser uma forma de embate às

estruturas de poder vigentes. De acordo com Caroline Jaques Cubas (2016), com a consolidação da Lei de Segurança Nacional em 1969, e, consequentemente, o fortalecimento da “cultura do medo”, quaisquer manifestações de solidariedade corriam o risco de ser interpretadas e julgadas como “potencialmente subversivas e, dessa forma, fortemente reprimidas” (CUBAS, 2016, p. 229).

Por conta das experiências que se deram com o estabelecimento de vínculos entre as mulheres presas políticas do Presídio Tiradentes, a Torre das *donzelas* foi retomada como um espaço de “uma experiência política” (TORRE, 2018), ou, ainda, um “microcosmo de conhecimento” (TORRE, 2018), como afirmou Dilma Rousseff. Nesse sentido, as memórias das donzelas demonstraram a percepção de terem sido capazes de realizar uma “apropriação do espaço, o uso e apropriação do tempo” (PRAXEDES; HAYDENÉE, 2020, p. 340). Tais ações possibilitaram o desenvolvimento de “estratégias de resistência e de formação intelectual e humana” (Praxedes; Haydenée, 2020, p. 340), fato que pode ser entendido pelas práticas de organização das *donzelas* no cárcere político da Torre.

Para além de enxergar a amizade como aspecto de sobrevivência, destaco que estas mulheres retomaram a construção e o fortalecimento de vínculos como formas de tensionar os mecanismos de repressão, como afirma Dilma Rousseff (TORRE, 2018):

É de como inclusive mesmo fora da sociedade, mesmo distante, mesmo numa situação de extrema repressão, você pode construir. Porque de fato nos criamos um ambiente que eles não interferiam, eles não mandavam mais em nós. Varias coisas eu aprendi na torre. Eu aprendi que mesmo quando a gente é frágil, é possível resistir. Fomos capazes de fazer isso [...] fugimos de uma visão penitente da cadeia. Soubemos fazer isso”

Nas práticas políticas e cotidianas estabelecidas no coletivo das *donzelas* da Torre, houve então uma certa subversão da ordem ditatorial que reproduzia o moralismo, a misoginia e o conservadorismo da sociedade. Nesse sentido, “se é desde sempre que o corpo não aguenta mais, é desde sempre que ele resiste: se o poder incide sobre a vida, essa vida escapa constantemente aos mecanismos que intentam controlá-la” (ROSA, 2013, p. 73). A amizade foi mobilizada, então, como uma emoção que permitiu que resistissem às estruturas repressoras da ditadura que intentavam quebrar e separar vínculos a partir do isolamento (NUNES, ZACCHI, 2021).

Mesmo nas adversidades da repressão ditatorial, essas mulheres conseguiram *preparar um ambiente propício para amizade*, tal qual poetizou Clarice Lispector. As

práticas estabelecidas a partir dos vínculos de amizade entre mulheres na Torre permitiram que o espaço fosse retomado por elas a partir de um movimento de subversão da lógica repressiva. A Torre, então, foi sentida e publicizada por elas como um espaço cujas trajetórias de mulheres marcadas pela violência se entrecruzaram e os vínculos entre elas foram reforçados e potencializados como sobrevivência.

A amizade, portanto, foi mobilizada por aquelas mulheres como sobrevivências em sentido próximo ao que narrou Sara Ahmed (2004): “a sobrevivência não se define só como o ato de manter-se viva, [...] ela pode ser o desejo de manter nossas esperanças vivas [...], pode ser o que fazemos por outras pessoas, com outras pessoas. Precisamos que a outra resista; precisamos ser parte da sobrevivência da outra” (p. 319). A partir das distintas situações de ajuda mútua, acolhimento, trocas, sociabilidades e, sobretudo, solidariedade, as *donzelas* foram capazes de demonstrar que a resistência é coletiva.

A relevância da retomada das memórias das *donzelas* a partir da história da amizade entre mulheres se dá pelos sentidos capazes de serem produzidos no presente, contestando uma visão de rivalidade entre mulheres. Como já afirmava Simone de Beauvoir (2016) quando alertou sobre uma cultura de rivalidade entre mulheres, por mais que elas sejam “companheiras de cativeiro, umas das outras, ajudam-se a suportar a prisão e até a preparar a fuga” (p. 313), suas relações de amizade não costumam ser profundas, pois o que se entende como libertador viria do mundo masculino, das relações com homens (BEAUVOIR, 2016). Reafirmar a beleza da amizade e do amor estabelecido entre mulheres a partir de memórias sobre suas relações se torna mais uma forma das *donzelas* mobilizarem seus vínculos a partir de uma dimensão política, agora atrelada aos ideais feministas e resistindo a estereótipos de gênero.

A compreensão de amizade atribuída pelas mulheres que foram presas políticas na Torre das Donzelas dialoga com o que Didi Huberman (2016) entende sobre emoções. O autor define que as emoções envolvem transformações das pessoas por elas afetadas que a partir daí, podem transformar o mundo em sua volta. Segundo ele,

Transformar-se é passar de um estado a outro: continuamos firmes na nossa ideia de que a emoção não pode ser definida como um estado de pura e simples passividade. Inclusive, é por meio das emoções que podemos, eventualmente, transformar nosso mundo, desde que, é claro, elas mesmas se transformem em pensamentos e ações (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 38).

As memórias analisadas demonstraram que a emoção da amizade foi capaz de transformar pensamentos e ações, dialogando com ações políticas, e não com a

passividade. Ao serem retomadas no presente a partir das fontes, continuam, pouco a pouco, a mobilizar transformações.

Outrossim, as memórias demonstraram que a resistência e a sobrevivência demanda que haja coletividade, afeto e companheirismo, que encarar e resistir às violências e opressões demanda que não estejamos sozinhas. Se as memórias afirmaram que havia um “imenso afeto e carinho que [ajudava as donzelas a segurarem] as ‘barras emocionais’” (MENICUCCI, 1997, p. 294) em meio à luta e prisão política, compreende-se a dimensão profunda que as relações de amizade permeadas pelo afeto e pelo amor entre mulheres puderam alcançar e firmar as memórias no presente. Os vínculos de amor, emoção presente nas relações de amizade, produziu resistências, fato que pode ser observado nas memórias analisadas. Nesse sentido, tal qual afirmou bell hooks (2006), “a prática do amor é o antídoto mais poderoso contra as políticas de dominação” (p. 243-250), e, aqui, adiciono dentro das práticas de amor, as práticas políticas de amizade entre as mulheres como poderosos antídotos.

Este capítulo versou sobre memórias marcadas por emoções e pelo gênero. No século XVII, o filósofo Baruch Espinosa teorizava sobre as emoções, afirmando que na gama de ações e relações humanas, o corpo e a alma não se separam (SPINOZA, 1959). Naquele contexto, Espinosa já nos oferecia aportes para entendermos que, para além do âmbito privado, as emoções importam tal qual a razão. Porém, desde o contexto da ditadura militar brasileira até o tempo presente, estas duas dimensões são colocadas como antagônicas, ocupando sentidos e atribuições dissonantes no âmbito social e político. Na política, certas emoções são recorrentemente negligenciadas em detrimento da razão (AHMED, 2004) também por serem consideradas pertencentes ao âmbito privado. Salvo as emoções relacionadas com os sinais de força, coragem e bravura, à maioria delas é atribuído certo menosprezo, sendo associadas com manifestações da fraqueza humana (AHMED, 2004).

A hierarquização da razão sobre as emoções possui um recorte fundamentado no gênero: as emoções e a passionalidade são dimensões atreladas à noção de feminilidade, relegadas ao âmbito privado; enquanto o pensamento e a racionalidade – características da esfera política – são recorrentemente atribuídas à masculinidade. Porém, se o feminismo defendeu a ideia de que o pessoal é político, demonstrando que as relações consideradas privadas são fortemente permeadas e definidas pelo âmbito político, como afirmar que as emoções não seriam também políticas? Outrossim, quando mobilizadas

pelo coletivo e pela organização de ações que permitiram agências políticas dentro de ambientes restritos como o cárcere.

Refletindo sobre tais questionamentos, demonstrei neste capítulo que muitas foram as emoções que marcaram as vivências de mulheres sobre o período da repressão ditatorial. Ao mesmo tempo em que a ditadura deixou marcas nas memórias dessas mulheres a partir de emoções difíceis de serem assimiladas, como o medo, a culpa e o luto, por exemplo, suas resistências coletivas permitiram que outras emoções também marcassem, em muito, suas trajetórias. As memórias de mulheres sobre a luta e resistência à repressão da ditadura atentam para os usos e mobilizações das emoções, que, rememoradas no presente, demonstram que as emoções podem ser, sim, políticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não posso imaginar ser uma *estraga-prazeres*¹¹⁴ sem a companhia de outras [...]” (AHMED, 2018, p. 331). E como poderíamos? Falar sem que houvesse escuta, resistir sem que houvesse o compartilhamento da dor, lutar sem que houvesse a partilha de sonhos, inquietações e esperanças? Não haveria como. Ainda que as situações de violência vivenciadas por cada pessoa sejam situações singulares e perpassemos por diferentes camadas de opressões, o que nos move é podermos “contar com outras pessoas que reconhecem a dinâmica porque elas também passaram por aqui, por este lugar, este difícil lugar” (AHMED, 2018, p. 331). A amizade política entre mulheres demanda o entendimento entre as diferenças culturais, sociais e econômicas que nos estruturam; entre as diferentes experiências que nos compõem. Nesse sentido, as memórias de mulheres que passaram pela prisão na Torre das *donzelas* retomaram que elas souberam construir uma amizade política, a despeito das tensões e embates passíveis de existir entre os vínculos.

Tratar a repressão ditatorial brasileira a partir do entrelaçamento do gênero com a política cultural das emoções, focalizando na amizade entre mulheres, não era o objetivo inicial proposto por esta pesquisa. Quando ainda se encontrava no formato de projeto, esta dissertação objetivava analisar as violências de gênero e sexuais retomadas por mulheres a partir do trauma. Durante o percurso do mestrado, dificuldades subjetivas a mim foram efervescendo e paralisando. Diante da complexidade em analisar memórias tão sensíveis de mulheres em meio a um *caos* político, social, sanitário e com um forte discurso antifeminista que marcou o Brasil durante o tempo de realização desta pesquisa¹¹⁵, minhas subjetividades atravessaram a delimitação da temática. Precisava, de alguma forma, lidar com fontes que evocassem perspectivas outras, que pudessem despertar sonhos um pouco mais otimistas. Encontrei as fontes. Delimitei o novo tema aqui presente.

¹¹⁴ Sarah Ahmed (2018) utiliza a nomenclatura “estraga-prazeres” para se referir a mulheres feministas. A feminista *aguafiesta* deve ser também antirracista. Ela incomoda a ordem, permanece vigilante, resiste ao patriarcado e luta contra as situações de violência compartilhadas por ela e por outras. Ver mais: AHMED, 2018.

¹¹⁵ Para além das dificuldades já referidas na introdução, impostas pelo contexto de pandemia ocasionada pela COVID-19 e pelas incompetências do atual governo federal em conter o espalhamento e combate do vírus, assim como as milhares de mortes que poderiam ser evitadas.

Ao longo do desenvolvimento do trabalho, no isolamento da pesquisa (e da pandemia), pude reviver as sensações de descobertas que vivenciei quando li as teses sobre o conceito de história, na disciplina de teoria da história, durante a ocupação do centro da Universidade Federal de Santa Catarina realizada por nós, coletivo de estudantes, em 2016. Essas percepções me lembraram que a história, quando realizada a contrapelo, é, por si só, composta pela violência e pela opressão. Estudar a história e seus processos de reminiscências e rupturas é, portanto, uma tarefa dolorosa. E, talvez por isso, tão necessária.

Ainda, as emoções evocadas pelas fontes e pelas memórias de mulheres serviram, em muito, para que eu mantivesse centelhas acesas de esperança. Isto porque retomaram percepções sobre amizade, solidariedade, amor (pelas outras pessoas, mas também pela luta), riso, empatia e compreensão. Rememoraram essas emoções ao tratarem de passados marcados também pela violência, pelo trauma, pelo medo e pelo ressentimento. Acredito, então, que talvez seja essa uma das principais intencionalidades expressas em ambas as fontes: manter o espírito de transformação aceso, mesmo que através do pessimismo revolucionário, como defendeu Walter Benjamin.

Cerca de vinte anos marcaram o intervalo de tempo entre a publicação do livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e o filme-documentário Torre das Donzelas (2018). Neste intervalo, a memória sobre a ditadura brasileira sofreu modificações, apresentou novas subjetividades e se inseriu em um cenário de disputas pela memória cada vez mais amplo. Ainda que tenha havido mudanças, um aspecto que singulariza ambas fontes trouxe inquietações: o apelo contínuo pelo desejo de retomada da memória da ditadura, percebido como uma forma de resistir aos silenciamentos próprios do tempo em que as produções são construídas. Entendendo que a memória é emergente do presente em que é acessada e a forma como as sociedades as retomam e as constroem estão também em constantes mudanças de acordo com cada contexto e conjuntura histórica, destaquei a permanência do apelo pela necessidade de retomada do passado da ditadura militar brasileira nas esferas públicas.

Ao refletir sobre os motivos desses apelos serem vistos como necessários, considerei alguns pontos nesta reflexão. Primeiro, de que o trabalho de memória sobre a ditadura e sobre o Presídio Tiradentes realizado desde a década de 1990 até o presente não deu conta de difundir o passado e seus diferentes processos históricos a ponto de findar as demandas sociais por memória e reparação. Segundo, de que as reminiscências do período da ditadura ainda se fazem presentes na atualidade, sejam as continuidades

atreladas às diferentes violências estatais e à impunidade, seja com relação à contínua presença das opressões de gênero, raça e classe nas estruturas sociais. Terceiro, que a memória social é um campo de disputas (Souza, 2014), e que a garantia de sua difusão na sociedade não pode ser plena, visto que a mobilização e produção da memória coletiva depende também das mudanças das agendas políticas, que podem ameaçar os direitos conquistados, ainda que estes sejam tímidos e, por vezes, fruto de acordos.

Pelo fato deste trabalho ter analisado memórias de mulheres sobre o passado ditatorial, importou, portanto, adentrar nos processos que envolveram a construção da memória social da ditadura militar brasileira. Essas discussões podem ser aqui reiteradas inspiradas no poema do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1989):

A desmemória/2

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adoece de amnésia; mas não se necessita ser Sigmund Freud para saber que não existe tapete que possa ocultar a sujeira da memória. (GALEANO, 1989)

Em seu “Livro dos abraços”, Eduardo Galeano poetizou sobre a memória coletiva a partir de sua relação com o esquecimento, alegando que um passado caracterizado por *sujas* catástrofes, hora ou outra, vem à tona. Considerando o processo de construção da memória social brasileira marcada pelo período da ditadura militar (1964-1985), a rememoração atingiu uma dimensão complexa quando inserida em um cenário de disputas políticas e sociais, as quais produziram uma série de esquecimentos e silenciamentos sobre este passado. No caso brasileiro, desde o período da ditadura e da transição democrática é perceptível a produção de políticas de esquecimento e de desmemória criadas por instituições políticas e apoiadas por parte da sociedade civil (TEGA, 2019; BAUER, 2014; ANSARA, 2012); políticas essas¹¹⁶ apresentadas por este trabalho.

No trecho da poesia apresentada, a amnésia sobre o passado é expressa também como um produto do medo instituído por um regime ditatorial: *medo de saber, de fazer; medo de dizer, de escutar*. Mas, por que discorrer sobre medo nestas linhas? Ao ressaltar

¹¹⁶ As políticas de esquecimento e desmemória foram impulsionadas desde a época da ditadura, perpassando o período de transição democrática até os dias atuais. Destaco que o estudo das políticas de memória e esquecimento sobre a ditadura são temas caros a esta dissertação, ainda que não sejam as temáticas centrais aqui propostas. Os debates que exemplificam e discutem estas políticas são ampliados ao longo deste capítulo, a partir da análise dos contextos e processos históricos em que se inserem as fontes.

a presença do medo nas vivências atreladas à ditadura, busquei enfatizar a ideia de que as emoções marcaram essas vivências, e que, conseqüentemente, suas memórias construídas e divulgadas no período democrático foram definidas também a partir delas.

No caso do medo, também percebi as conseqüências políticas desta emoção que, mobilizada pela ditadura, teve sua manutenção na construção da democracia brasileira a partir de uma “cultura do medo” (BAUER, 2014, p. 124). Com o fim deste período, a transição política esteve marcada por esta cultura, na medida em que “os medos permaneceram e condicionaram as ações políticas dos governos transicionais e das primeiras administrações civis pós-ditadura [...]”. (BAUER, 2014, p. 124) Então, a articulação do medo durante o período brasileiro de transição fez parte de um projeto político que deixou reminiscências na construção da memória coletiva de toda uma geração de homens e mulheres.

Se, nas linhas aqui presentes, abordei o medo como uma emoção mobilizadora da ditadura, destaco agora que, ao mesmo tempo, foi preciso ter resistência no tempo passado e no tempo presente; durante a ditadura militar e no período que a sucedeu. Resistências essas que, quando rememoradas, foram associadas também às emoções, como a amizade, a esperança e a solidariedade. É nesse sentido que este trabalho se alinha, uma vez que aborda memórias de mulheres, vinculadas às fontes, que demonstram aspectos que retomam possibilidades de narrar as relações de gênero, as emoções e o trauma. E, ainda que estejam longe de finar as lacunas deixadas pelos silêncios, buscam fazer com que essas vozes continuem ecoando e produzam suas resistências e esperanças futuras. Portanto, importa afirmar que, para além de resistir e esperar, busquei demonstrar a partir das fontes que as intenções dessas memórias e das lutas que elas carregam também se referem ao ato de *transformar*.

De um modo geral, considero que a problemática levantada no início desta dissertação foi alcançada. Isto porque, foi possível demonstrar ao longo da análise das fontes que as memórias de mulheres sobre a repressão ditatorial, rememoradas no período brasileiro do pós-ditadura militar que versaram sobre as prisões políticas dessas mulheres na Torre, demonstraram aspectos que se relacionaram ao gênero, às emoções e às discussões do campo da história do tempo presente. Discussões essas que se atrelam às relações entre memória e trauma, bem como com demandas pela memória de um passado que não passa (ROUSSO, 2016).

No primeiro capítulo busquei debater acerca das memórias e as tentativas de apagamento do passado da Torre das Donzelas, focalizando experiências desencadeadas

em tal espaço e como estas foram trabalhadas ao longo dos anos pós-ditatoriais. Para tal, analisei parte das experiências plurais que compunham as *donzelas*, presas políticas desse espaço entre 1968 e 1973 que relataram para as fontes aqui analisadas. Afirmar a relevância em considerar as experiências plurais das pessoas, uma vez que essas também são pautadas nas diferentes opressões vivenciadas por distintas mulheres. Tarefa árdua seria conseguir analisar as tantas experiências plurais que compunham as subjetividades dessas mulheres. Em memórias retomadas das *donzelas*, a percepção sobre a compreensão das experiências plurais entre aquelas mulheres foi ressaltada. Cabe, portanto, retomar o trecho de Elza Lobo: “a troca de experiências [...] foi um exemplo para todas nós. Conseguimos que o coletivo fosse o condutor de nossas lutas” (LOBO, 1997, p. 226). Tal fato pode afirmar uma dimensão política que constituíram os vínculos de amizade entre as mulheres da Torre, visto que entendimento das distintas experiências e subjetividades foi característica retomada como presente no convívio das *donzelas*.

“E o que significava a demolição daquele presídio?”, indagou Maria Aparecida Costa para o filme “Torre das Donzelas” (2018), ao problematizar o apagamento do passado do Presídio Tiradentes. As discussões sobre os processos de derrubamento do Presídio Tiradentes foram debates que emergiram como necessários ao longo do desenvolvimento do trabalho. Tal fato se deu devido a recorrência na qual a temática foi apresentada pelas memórias sobre o cárcere político dessas mulheres. Na realidade, não estavam presentes apenas nas memórias dessas mulheres, mas se constituíram como fio condutores das narrativas de ambas as fontes – o livro de memória e o filme documentário. Ou seja, a questão de trabalhar o passado a partir da retomada e reconstrução do espaço físico do presídio Tiradentes foi uma das intenções presentes nas fontes. Nesses debates, abordei a história do presídio, afirmando que o processo de seu apagamento pode ser considerado uma das políticas de esquecimento da ditadura, mas também da História das mulheres e, ainda, do passado escravagista brasileiro. Isto porque, as ações que sucederam seu derrubamento não foram realizadas num sentido de trabalhar devidamente seu passado.

Intentei compreender as relações que as memórias expressas pelas fontes estabeleceram com o trauma, bem como discutir como o gênero, e, também, as emoções, se articularam como aspectos constituintes das memórias coletivas de mulheres. Percebi que o gênero e o trauma, por exemplo, foram capazes de afetar essas memórias, produzindo ressignificações no presente em que elas foram acessadas. Evidenciei, portanto, que as experiências vividas ao longo do tempo modificam e ressignificam

memórias. Essas memórias são sempre mutáveis e pertencem ao presente nas quais são acessadas. A retomada da ditadura a partir dos olhares de gênero e do feminismo permitiu que mais mulheres mobilizassem as esferas públicas para falarem sobre seus passados referentes à repressão da ditadura militar. O apelo que pretendi evocar com as discussões é que essas vozes possam ser, cada vez mais, ampliadas e, sobretudo, escutadas.

No segundo capítulo objetivei analisar as representações do passado do cárcere político da Torre das *donzelas* nas fontes “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) e no filme-documentário “Torre das Donzelas” (2018). Ao intentar definir as possibilidades de cada fonte em produzir versões sobre o passado do cárcere da ditadura, destaquei as particularidades escritas e orais que definem cada uma delas. Nesse sentido, conclui que tanto as representações orais, quanto escritas, são construções de um passado. Também, as formas de narrar esse passado, através das fontes, se tornam um modo de representar a si mesmo. Tanto o filme quando o livro, são suportes que evocam emoções e deixam impressões plurais sobre um mesmo recorte histórico.

Pude concluir que as motivações e intencionalidades envolvidas na produção do livro de memórias também passaram pela questão dos apagamentos sobre o passado da ditadura. Nesse escopo, foi possível que as intencionalidades de produção do livro perpassaram não apenas as de atuar sobre o contexto de silêncio e de lacunas sobre o passado da ditadura, mas também ao contexto de intensificação do neoliberalismo e, ainda, dos contínuos casos de violência de gênero e contra a mulher.

Demonstrei, também, fragmentos de passado retomados pelo filme-documentário “Torre das Donzelas” (2018). Destaquei, a partir de sua narrativa, os esquecimentos e as memórias da ditadura a partir do gênero e da emoção, bem como o contexto de disputas e políticas de memória no tempo presente, com a finalidade de contextualizar sua produção. Ao analisar o filme como fonte histórica, ressaltei que suas subjetividades como documentário devem ser consideradas, desde a montagem até sua produção. De início, destaquei a importância dada por sua equipe de produção em reconstruir o espaço físico da Torre como o cenário principal do longa metragem. Nesse sentido, o cenário reconstruído do espaço da Torre se constituiu como um dispositivo da memória coletiva daquelas mulheres, que adentram e retomam seu passado coletivamente.

A partir de recursos audiovisuais, o filme intentou mobilizar emoções por distintos aspectos mobilizados, tais como a maternidade, o amor pela luta, as amizades cultivadas ao longo do tempo, e, por exemplo, nos relatos sensíveis acompanhados por choros. Nesse sentido, sua narrativa retomou e evocou emoções, gerando possíveis identificações

nas/nos telespectadoras/es. A amizade foi focalizada pelo filme a partir das memórias sobre o passado que retomaram essa emoção como sobrevivência, mas, também, focalizada a partir da intimidade e da confiança que essas mulheres expressam no filme, ao se reencontrarem e compartilharem tantas histórias no presente. Outro aspecto que pode ser ressaltado na narrativa diz respeito às vivências sobre as violências de gênero tratadas pelas narrativas, que demonstram a percepção de que a repressão ditatorial também se pautou nos preceitos e valores desmoralizantes dos estereótipos de gênero.

Ainda, em diálogo com um debate remoto concedido pela diretora do filme Susana Lira, o filme se colocou como uma narrativa importante ao momento em que ele é inserido. Isto posto, tem a possível intencionalidade de resistir frente ao cenário em que foi produzido. Cenário esse que se refere não apenas ao de apagamento da memória da ditadura, mas, também, de celebração aos horrores da repressão ditatorial. Nesse sentido, se tornou uma relevante fonte de rememoração do passado da ditadura sob a ótica feminista e de gênero, quando inserida em um contexto de revisionismo e negacionismos históricos sobre a ditadura, bem como de políticas e manifestações antifeministas.

No terceiro capítulo, procurei analisar o modo como as emoções, tais como amizade, o medo, a culpa e o luto, foram retomados nas memórias de mulheres a partir das fontes. Refleti, nesse sentido, sobre as dimensões políticas que essas emoções puderam alcançar, tanto no passado, quanto no presente. Analisei os modos em que a ditadura produziu emoções, tais como o medo e a culpa, deixando marcas nas memórias de mulheres até o tempo presente. Se essas memórias demonstraram emoções difíceis de serem superadas até o presente, elas também apresentaram as tentativas das mulheres em enquadrar o passado a partir do riso, alegria, da amizade e da esperança, evocando suas resistências e seus distintos modos de solidariedade e ajuda mútua.

A amizade é o tema da última seção desta dissertação. Busquei compreender, portanto, a forma na qual a amizade foi retomada pelas *donzelas* da Torre ao longo do tempo. Percebi que a amizade, ao ser rememorada por essas mulheres, teve um sentido político atribuído. Isto porque, muitas dessas mulheres retomaram a amizade como um dos aspectos que permitiram sua sobrevivência e sua resistência política ao longo da prisão na Torre. Essas relações de amizade entre as mulheres se expressaram, também, a partir das práticas coletivas e políticas cotidianas que elas desenvolveram no cárcere, bem como das. Práticas essas que foram associadas aos grupos de reflexão feministas, visto que elas estabeleciam discussões sobre assuntos em voga no movimento feminista da época.

A emoção da amizade também foi retomada como sobrevivência atrelada às situações de acolhimento e solidariedade que essas mulheres desenvolviam entre si, tanto nos momentos difíceis de serem superados, como nos momentos de alegria e sociabilidades. Nesse sentido, as mulheres retomaram a amizade como uma emoção que possibilitou que a Torre se tornasse um “microcosmo de conhecimento”, tal como relatou Iara Prado (TORRE, 2018), bem como um espaço de experiência política, nas palavras de Dilma Rousseff (TORRE, 2018). A Torre foi retomada, então, como um espaço evidente de violência e repressão. Mas, a partir da amizade, foi retomado também como um espaço de resistência.

A partir da análise das memórias, considerei a amizade importante não só ao passado, como também ao presente. Isto porque, mesmo as tensões entre elas serem, por vezes, retomadas, a recorrências dos relatos sobre amizade e cumplicidade entre elas foram aspectos muito mais frequentes. Nesse sentido, associei tal fato com as possibilidades do narrar o passado marcado por dores e violências. Possivelmente, essa escolha em enquadrar esse passado a partir de lembranças afetuosas – escolha voluntária ou não – pode auxiliar no processo de rememoração e no trabalho do trauma. A despeito das emoções difíceis de serem trabalhadas, associadas a violência e a repressão, foi possível que a amizade tenha sido capaz de permitir que histórias sensíveis fossem narradas. A emoção da amizade foi capaz, portanto, de transpor resistências no passado e no presente.

As memórias analisadas demonstraram, na dimensão pública, que a “amizade é matéria de salvação” (LISPECTOR, 2016). A mobilização da amizade pelas *donzelas* da Torre foi sentida por elas como uma forma de fazerem parte da sobrevivência da outra, em um contexto em que a repressão prezava pelo isolamento e dismantelamento dos vínculos. Nesse sentido, como dizer que as emoções não podem atingir um sentido político?

Ao realizar uma dissertação pautada também na história das emoções, este trabalho se insere como um dos que afirma que as emoções, tais como a amizade, podem sim ser políticas. Não tenho como objetivo aqui esgotar lacunas sobre as possibilidades nas quais a amizade e as emoções possuem em serem mobilizadas como emoções políticas. Do contrário, gostaria, com este trabalho, de contribuir com os debates sobre as experiências e memórias de mulheres plurais durante a ditadura, abrindo possibilidades de reflexão a partir do viés da amizade entre mulheres. Que mais histórias como essas, e como tantas outras que um dia foram silenciadas, possam ser rememoradas e conhecidas.

Espero, enfim, com este trabalho, ter demonstrado a força que os vínculos entre mulheres foram e são capazes de atingir. Sem essencialismos, considero, nessa afirmação, o pluralismo da palavra mulheres e que cada uma de nós se encontra atravessada por diferentes situações de opressão. Respeitar as singularidades e cultivar vínculos com outras mulheres, quando essas compartilham os mesmos sonhos e esperanças na luta, se torna uma forma de resistir às noções de rivalidade impostas sobre nós, bem como às estruturas de dominação. A força desses vínculos, quando associada às lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas, podem ser transformadoras.

No fim das contas, *as pessoas não podem resistir sozinhas. Tampouco transformar. Ninguém transforma nada sozinho, nem ao menos resiste.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. Livros de memórias/testemunhos:

COSTA, Albertina de Oliveira. et al. **Memórias das mulheres do exílio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma: Ed. do autor, 2002.

ESTEVÃO, Ana Maria. **Torre das guerreiras e outras memórias**. Editora 106, 2022.

FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, substantivo feminino**: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura. São Paulo: Editora Caros Amigos, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

SCHILLING, Flávia. **Querida família**. Porto Alegre: Editora Coojornal, 1978.

2. Referências fílmicas e audiovisuais:

A MEMÓRIA que me contam. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taiga Filmes, 2012. Documentário (95 min.).

AMIZADE. Roteiro de Alina Nunes e Lara Lucena Zacchi; Edição de Elaine Schmitt. Florianópolis: Laboratório de Estudos de Gênero e História, 2021. Minidocumentário (12 min.).

MATARAM nossos filhos. Direção de Susanna Lira. Brasil: Modo Operante Produções. 2014. Documentário (71 min.).

MEMÓRIAS Femininas da Luta Contra a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do Tempo Presente: Instituto de História, UFRJ, 2015. Documentário (51m34s).

PORQUE temos esperança. Direção de Susanna Lira. Brasil: Modo Operante Produções. 2014. Documentário (71 min.).

QUE BOM te ver viva. Direção de Lúcia Murat. Rio de Janeiro: Taigá Filmes e Vídeos. 1989. Documentário (100 min.).

TORRE das Donzelas. Direção de Susanna Lira. Brasil: Modo Operante Produções. 2018. Documentário (97 min.).

3. Mídias sociais

TORRE DAS DONZELAS – Debate com Susanna Lira, Fran Rebelatto, Priscila Dorella e Romilda Motta: Cineclube Cinelatino, 12 jun. 2020. 1 vídeo (104min). [Live]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8oOGgkB69U&t=2772s> Acesso em: 31 jul. 2021. Mediação de Ester Marçar Fér. Participação de Susanna Lira, Fran Rebelatto, Priscila Dorella e Romilda Motta.

4. Fontes documentais

ACERVO FOLHA, 1973, documento nº 47.59 – Ano 53.

ACERVO FOLHA, 1968, documento nº 27.95 – Ano 48.

AEL/Unicamp. Coletivo Feminista de Campinas. São Paulo: 1980. Campinas: Pasta Coletivo Feminista de Campinas.

5. Bibliografia

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. New York: Routledge, 2004.

AHMED, Sara. **Vivir una vida feminista**. Barcelona: Bellaterra, 2018.

ALFREDO, Heloisa de Santis. **Uma aproximação necessária: arquitetura penitenciária e a questão de gênero**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2018.

ALLOUCH, Jean, **A erótica do luto no tempo da morte seca**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2004.

AMARAL, Guida. Em nome da rosa. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, 181-189.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Sentimento do mundo**. Carlos Drummond de Andrade. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Destruição**. In: Lição de Coisas. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed, 1962, p. 45.

ANSARA, Soraia. Políticas de Memória X Políticas de Esquecimento: possibilidades de desconstrução da matriz colonial. **Psicologia Política**: São Paulo, v. 12, n. 24, p. 297-311, maio/ago. 2012.

ARFUCH, Leonor. Mujeres que narran: trauma y memoria. **Labrys études féministes**. jan/dec 2009, p. 1-19.

ARFUCH, Leonor. O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis, Vozes, 1985.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Campinas: Unicamp, 2011.

BAUER, Caroline. Conciliação e revanchismo ao término da ditadura civil-militar brasileira: a perpetuação do medo através do perigo da “argentinização” da transição política. **Diálogos**: Maringá, v. 18, n. 1, p. 121-145, jan./abril 2014.

BEARD, Mary. A voz publica das mulheres. In: BEARD, Mary. **Mulheres e poder**: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018. p. 15-54.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Fatos e Mitos. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERTA, Sandra Letícia. **O exílio: vicissitudes do luto**. Reflexões sobre o exílio político dos argentinos (1976-1983). 2007. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, 2007.

BORGES, Carla; MERLINO, Tatiana (Orgs.). **Heroínas desta História**: Mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BORGES, Luiz; ZACCHI, Lara; ZANDONÁ, Jair. “Queremos ser o que somos”: o movimento homossexual no Brasil (1964-1985). In: WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 209-232.

BORGES, Luiz. Cartografias do medo e das sexualidades dissidentes nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 92-110.

BORGES, Viviane. SANTOS, Myrian Sepúlveda. O patrimônio prisional: estática do sofrimento, fetiche e reflexão. **Todas as Artes**. Revista Luso-brasileira de Artes e Cultura. v. 2, n. 1, 2019, p. 82-97.

BRASIL. Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do 3º do art. 37 e no 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 01 dez. 2021.

BRASIL. Lei no 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm

BRASIL. Lei no 9.140 de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 dez. 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9140.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 7.209 de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 11 jul. 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/17209.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Lei n. 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6683.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Lei no 6.515 de 26 de dezembro de 1977. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Diário Oficial da União da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 dez. 1977. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16515.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Alterado pelo Ato Institucional nº 6, de 1º de fevereiro de 1969. Altera a composição e competência do Supremo Tribunal Federal, amplia disposição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968 e ratifica as emendas constitucionais feitas por Atos Complementares. Brasília, DF: DOU, 3.2.1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-06-69.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

BRIGGMANN, Luísa Dornelles; WOLFF, Cristina Scheibe. Mulheres militantes de esquerda na ditadura brasileira. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina de (Org.). **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 304-323.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLEGARI, Lizandro. Testemunho, trauma e identidade em *Que bom te ver viva*, de Lúcia Murat. **Amerika**, v. 8, p. 1-11, 2013.

CAMARGOS, Márcia de R.; SACCHETTA, Vladimir. A história do Presídio Tiradentes: um mergulho na iniquidade. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 484-498.

CAMPELLO, Ricardo; GODOI, Rafael. Presídios: em vez de proteção, solitárias e granadas. Le Monde Diplomatique Brasil, 08 de jul. de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/presidios-em-vez-de-protecao-solitaria-e-granadas/>. Acesso em 01 dez. 2021.

CAPDEVILA, Luc. Résistance civile et jeux de genre. **Anales de Bretagne et des pays de l'ouest**, v. 108, n. 2, p. 103-128, 2001.

CAPDEVILA, Luc; LANGUE, Frédérique. Le prisme des émotions. In : CAPDEVILA, Luc ; LANGUE, Frédérique (Orgs.). **Les passés des émotions**. D'une histoire à vif. Amérique Latine et Espagne. Rennes : PUR, 2014. p. 7-10.

CARUTH, Cathy (Org). **Trauma: Explorations in Memory**. Baltimore, EUA: Johns Hopkins University Press, 1995.

CARUTH, Cathy. Modalidades do despertar traumático (Freud, Lacan e a ética da memória). In: NETROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

CARUTH, Cathy. **Unclaimed Experience: Trauma, Narrative and History**. Baltimore, EUA: Johns Hopkins University Press, 1996.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Mulheres que foram à luta armada**. São Paulo: Globo, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CNV: Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**, Comissão Nacional da Verdade. Recurso Eletrônico, p. 976 Volume I. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrador/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relatório%20cnv%20volume_1_digital.pdf Acesso em 01 dez. 2021.

COELHO, Mateus Gustavo. Transformando luto em luta: o papel do luto como mobilizador na luta contra as ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 130-148.

COIMBRA, Cecília. Algumas práticas “psi” no Brasil do “milagre”. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 423-438.

Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina. **Relatório Final da Comissão Memória e Verdade**. Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Disponível em: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/641>. Acesso em 01 dez. 2021.

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico. 1985. **Estudo de tombamento do Arco do Presídio Tiradentes para transformá-lo em monumento público**. São Paulo: Condephaat.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, v. 22, nº43, p. 85-104, 2009.

COSSE, Isabella. **Del matrimonio a la pareja**: continuidades y rupturas en el modelo conyugal en Buenos Aires (1960-1975), Anuario IEHS, núm. 23, 2008.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. O melhor do humor e dos feminismos: o riso feminista na resistência às ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 111-129.

CRESCÊNCIO, Cíntia Lima. Quem ri por último, ri melhor: humor gráfico feminista (Cone Sul, 1975-1988). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2016.

CUBAS, Caroline Jaques. **Do hábito à resistência: freiras em tempos de ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Rio de Janeiro: Difel, 2018.

ENGEL, Cíntia Liara. A violência contra a mulher. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)**, p. 159-216, 2020.

DELACROIX, Christian. L'histoire du temps présent, une histoire (vraiment) comme les autres ? **Revista Tempo e Argumento**: Florianópolis, vol. 10, n. 23, p. 05-38, jan./mar. 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Que emoção! Que emoção?* São Paulo: 34, 2016.

FARGE, Arlette. Effusion et tourment. Le récit des corps. Histoire du Peuple au XVIII siècle. **Odile Jacob**: Paris. 2007, p. 15.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmen. O conceito de geração nas teorias sobre juventude. **Sociedade e Estado**, vol. 25, núm. 2, mai.-ago. 2010, p. 185-204.

FELMAN, Shoshana. **O inconsciente jurídico**: julgamentos e traumas no século XX. Tradução de Ariani Bueno Sudatti. São Paulo: Edipro, 2014.

FERRAZ, Joana D'Arc. A memória insone: os testemunhos sobre a ditadura brasileira. In: CARVALHO, Sílvio de Almeida. **Os deserdados**: dimensões das desigualdades sociais. Rio de Janeiro : LEDDES-UERJ, 2007.

FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora: revista de arte, mídia e política**, v. 10, p. 102-115, 2011. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/4500/3477>. Acesso em 01 dez. 2021.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FICO, Carlos. História do Tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**: Belo Horizonte, vol. 28, n. 47, p. 43-59, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: História da violência nas prisões. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

FRANCO, Paula. **A escuta que produz a fala: o lugar do gênero nas comissões da verdade**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estados de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2017.

FRAZZETTO, Giovanni. **Alegria, culpa, raiva, amor**: o que a neurociência explica – e não explica – sobre nossas emoções e como lidar com elas. Rio de Janeiro: Agir, 2013.

FREY, João. **Governo Bolsonaro ganha na Justiça direito de celebrar o golpe de 1964**. Portal da UOL, São Paulo, 17 de março de 2021, Brasil. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/governo-bolsonaro-ganha-na-justica-direito-de-celebrar-golpe-de-1964/>. Acesso em 01 dez. 2021.

FULGENCIO, Leopoldo. A noção de trauma em Freud e Winnicott. *Natureza humana*, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 255-270, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302004000200003

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar, esquecer, escrever**. São Paulo: Editora 34, 2006, p. 49 -57.

GALEANO, Eduardo. A desmemória/2. In: GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 1989.

GALLO, Carlos Arthur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. **Estud. Sociol.**, Araraquara, v.20, n.39, p. 327-345, jul-dez 2015.

GAVIOLA, Edda; KOROL, Claudia. **A nuestras amigas**. Pensaré Cartoneras: San Cristóbal de las Casas, 2018.

GELEDES → <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

GIFFIN, Karen. Violência de gênero, sexualidade e saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 146-155, 1994.

GOLDSTEIN, Ariel Alejandro. **Bolsonaro**: La democracia de Brasil em perigo. Buenos Aires: Marea, 2019.

GOMES, Athaysi Colaço. Relações de gênero e política: experiências de maternidade de mulheres militantes durante a ditadura militar brasileira. In: SOLEDADE, Alisson Cruz; DAMASCENO, Natália Abreu. (Org.). **A vias múltiplas do político**: itinerários para uma história política. Florianópolis: UFSC, 2020, v. 1, p. 2-160

GOMES, Athaysi Colaço; MOLMELSTET, Laiza Fuckner. “Quem me leva os meus fantasmas?": Culpa e maternidade nas ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 168-184.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEMMINGS, Clare. Contanto estórias feministas. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, n.17, v. 1, p. 215-241, 2009.

HINER, Hillary. “Fue bonita la solidaridad entre mujeres”: género, resistencia, y prisión política en Chile durante la dictadura. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 867-892, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n3p867>

HOLANDA, Karla. (org.). **Mulheres de Cinema**. Rio de Janeiro: Numa, 2019.

HOLZAPFEL, Alejandra. Colección Archivo Oral de Villa Grimaldi. DVD No 94, Santiago Centro, Santiago, 1 de septiembre de 2009 y 9 de febrero de 2010.

hooks, bell. Love as the practice of freedom. In: **Outlaw Culture**. Resisting Representations. Nova Iorque: Routledge, 2006, p. 243–250. Tradução para uso didático por wanderson flor do nascimento.

IRE, Binah; SILVA, Janine Gomes da; O acervo do Laboratório de Estudos de Gênero e História - LEGH: pesquisas e histórias feministas. In: WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELO, Soraia Carolina. (Org.). **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019, p. 384-405.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI Editores. Argentina, 2017.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, 2018. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310232018204>. Acesso em 01 dez. 2021.

JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111-135, 2010a. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/1861>. Acesso em 01 dez. 2021.

JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras latino-americanas: quem quer saber?. **SUR 24**, v.13, n. 24, p. 165-176, 2016.

JOFFILY, Olivia Rangel. Corpo como campo de batalha. In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010b, p. 225-245.

JOFFILY, Olivia Rangel. Esperança equilibrada. Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

KAIANO, Rioco. Estação Tiradentes. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 335-341.

KEHL, Maria Rita. Tortura e Trauma Social. In.: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs). *O que restou da ditadura: a Excessão brasileira*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, p. 123-132.

KOBASHI, Nair Yumiko. Pequenas estratégias de sobrevivência. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 309-313.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação**. Publicação não comercial. Circulação interna da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. 2002.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 462-484.

LEWIN, Miriam; WORNAT, Olga. Putas y guerrilleras. **Crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención**. La perversión de los represores y la controversia en la militancia. Las historias silenciadas. El debate pendiente. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2014.

LISPECTOR, Clarice. **Todos os contos**. Editora Rocco. Brasil, 2016, p. 339.

LOBO, Elza F. Os sinais, os gestos e os ritos. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 218-229.

LOPÉZ, Helena. Emociones, afectividad, feminismo. In.: EN SABIDO, Olga; GARCÍA, Adriana. **Cuerpo y afectividad en la sociedad contemporánea**. México: UAM-A, 2014. p. 257-275.

LORDE, Audre. A litany for survival. In: LORDE, Audre. **The Collected Poems of Audre Lorde**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1997.

LORDE, Audre. The uses of anger: Women responding to racism. In: LORDE, Audre. **Sister Outsider. Essays and Speeches**. Freedom: The Crossing Press, 1984, p. 124-133.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio, uma leitura das teses sobre o conceito de História**. Tradução de Wanda Nogueira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAFRA, Márcia, In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 320-334.

MAIA, Dulce. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 96-107.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MERLINO, Tatiana OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: Luta, substantivo feminino**. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. Apresentação Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero. Brasília, 2013. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/grupos_trabalho/CNV_R_EUNIAO_AMPLA_Genero_250313.pdf. Acesso em: 01 dez. 2021.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política de esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, p. 14-26, 2010. Disponível em:

<http://www.ufpel.edu.br/ich/memoriaemrede/site/revista/edicao-03/>. Acesso em: 21 abr. 2019.

MONTENEGRO, Antonio Torres. História Política e Cultura do Medo. **Revista esboços**: Florianópolis, v. 16, n. 21, p. 23-40, 2009.

MORAES, Maria Ligia Quartim. Direitos Humanos e Terrorismo de Estado: a experiência brasileira. **Cadernos AEL**, Campinas, v. 13, n. 24/25, p. 86, 2008.

MORGANTE, Mirela Marin. Feminismos, patriarcado e violência de gênero: as denúncias registradas na DEAM /Vitória/ES (2002-2010). **Revista Ágora**, [S. l.], n. 22, p. 83–110, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. A narrativa da experiência em Foucault e Thompson. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p. 101-138, jan./dez. 2004.

NOGUEIRA, Rose. Em corte seco. FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 135-151.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. São Paulo: Projeto História - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, 1993.

NOREK, Alyssa Yamaguti. **“Uma estação no círculo do inferno”**: gênero e encarceramento de presas políticas no Instituto Penal Talavera Bruce e no Presídio Tiradentes (1968-1979). Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, Rio de Janeiro, 2020.

NUNES, Alina; ZACCHI, Lara Lucena. “As pessoas não podem resistir sozinhas”: memórias, amizade e gênero na resistência às ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 12-32.

OBERTI, Alejandra. ¿Qué le hace el género a la memoria? In.: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, p. 13-30.

OJEDA, Archivos de la Memoria en Chile, Proyecto Piloto Región BíoBío. Testimonio Arinda Ojeda, casa de la entrevistada, Concepción, 19 de junio de 2013.

OLIVEIRA, Cecília. Sistema prisional: crônica de um surto anunciado. **The Intercept Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de jul. de 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/sistema-prisional-cronica-de-um-surto-anunciado/>. Acesso em 01 dez. 2021.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. Reconstruindo práticas de liberdade. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 291-299.

OPERANTE, Modo. Sinopse. Torre das Donzelas, 2013. Disponível em: <https://www.torredasdonzelas.com.br/>. Acesso em: 06 de janeiro de 2021.

- ORTEGA, Francisco. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Ed. Graal, 1999.
- PADRÓS, Enrique. Usos da memória e do esquecimento na história. *Letras*, n. 22, p. 79-95, 2001.
- PADRÓS, Enrique. Ditadura brasileira: verdade, memória... e justiça?. **Historiae**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, p. 65-84, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3262/1939>. Acesso em 01 dez. 2021.
- PATEMAN, Carole. Prefácio e Fazendo Contratos. In: PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993, p. 11-37.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História** (São Paulo). 2005, v. 24, n. 1, pp. 77-98.
- PEDRO, Jana Maria. Relações de gênero e feminismos na memória de militantes. In: XIII Encontro Estadual de História, IV Encontro Estadual do GT Gênero de Santa Catarina e I Encontro Estadual do GT Estudos Africanos e da Diáspora, 2010, Chapecó. *História: desafios para o Tempo Presente*. Chapecó, SC: UNOCHAPECÓ, 2010. p. 13-13.
- PEDRO, Jana Maria. Narrativas do feminismo em países do Cone Sul (1960-1989). In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010, p. 115-137.
- PEDRO, Joana Maria. O feminismo de ‘segunda onda’: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. (org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.
- PEDRO, Joana Maria. Viver o gênero na clandestinidade. In.: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org). **História Oral e história das mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017, p. 33-55.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.
- PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. As dores e as delícias de lembrar a ditadura no Brasil: uma questão de gênero. *História Unisinos*, v. 15, p. 398-405, 2011.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- PINHO, Osmundo. E não sou uma mulher? Sojourner Truth (tradução). **Portal Geledés**, 08 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>. Acesso em 08 de agosto de 2021.
- PINTO, Celi. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

POLLAK, Michael. Memória, silêncio, esquecimento. **Estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRAXEDES, Vanda Lúcia; MANSO, Haydenée Gomes Soares. Torre das donzelas: memórias das experiências de liberdade e resistência no cárcere. **Revista temas em educação**, v. 29, n. 2, 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura do contar-se: Feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Editora UNICAMP, 2013.

RODRIGUEZ, Ale Mujica; DIAS, Aline; GUZZO, Morgani. A potência da raiva e os efeitos do ódio político nas narrativas sobre as ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 111-129.

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.21, nº 2, p. 193-200, jul/dez 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

RICH, Adrienne. **On lies, Secrets, and Silence: Selected Prose 1966-1978**. Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 1995.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias*: não imagine que precise ser triste para ser militante. São Paulo: FAPESP, 2013.

ROSENWEIN, Barbara H. **História das emoções: problemas e métodos**. Letra e Voz, 2011.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 93-101.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Editora FGV, 2016.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. O direito à memória: a história oral de mulheres que lutaram contra a ditadura militar (1964-84). **Tempo e Argumento**, v. 5, p. 108-132, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013108/2867>. Acesso em 01 dez. 2021.

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. **História Oral e História das Mulheres: Rompendo silenciamentos**. São Paulo: Letra e Voz, 2017.

SALLA, Fernando. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Lusotopie**, n. 10, p. 419-435, 2003. Disponível em: https://www.persee.fr/docAsPDF/luso_1257-0273_2003_num_10_1_1570.pdf.

SANTOS, Maria Aparecida dos. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, p. 273-280.

SANTOS, Sheila Cristina. **A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a reparação do Estado às vítimas da ditadura militar no Brasil**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

SANTOS, Vivian Braga. Pássaro Livre/Vogel Frei: um contramonumento paulistano. **Revista Valise**, v. 5, n. 9, p. 17-31, 2015.

SAPRIZA, Graciela. Cuerpos bajo sospecha: un relato de la dictadura en Uruguay desde la memoria de mujeres. **Labrys Estudos Feministas**. Brasília/Montreal/Paris, n. 15/16, jan./dez. 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHNEIDER, Liane. “Contando histórias feministas” e a reconstrução do feminismo recente. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n.1, p. 251-263, 2009.

SILVA, Alberto da Costa e. **Autobiografias e livros de memórias**. São Paulo: SESC, 2019. Disponível em: https://www.sescsp.org.br/online/artigo/13860_AUTOBIOGRAFIAS+E+LIVROS+DE+MEMORIA. Acesso em 01 dez. 2021.

SILVA, Cristiani Bereta. Que memória? Que história?. In.: GONÇALVES, Janice. **História do Tempo Presente: oralidade, memória, mídia**. Itajaí: Casa Aberta, 2016, p.117-140.

SILVA, Cristiane Bereta; ROSSATO, Luciana; OLIVEIRA, Nucia Alexandra de. La formación docente en historia: Igualdad de género y diversidad. *Revista Retratos de la Escuela*: Brasília, v. 7, n. 13, p. 453-466, 2013.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em 01 dez. 2021.

SILVA, João Batista Teófilo. A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a “justiça de transição” no Brasil. **Revista Angelus Novus**: São Paulo, ano VII, n. 12, p. 81-106, 2016.

SILVA, Jonatas Pereira da. Albertina Rodrigues: escrita feminina e luta de resistência à ditadura civil-militar. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**, 2017. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488924263_ARQUIVO_ArtigoUNB.pdf. Acesso em 01 dez. 2021.

SILVA, Janine Gomes da. “Gênero, memórias das ditaduras civis-militares e historiografia francesa sobre o Cone Sul (Brasil, Paraguai, Chile e Argentina).” Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pelo CNPq.

SILVA, Janine Gomes da. Les usages de la mémoire: rhétorique de témoignage, espaces de mémoire et rapports de genres dans les dictatures du Brésil et du Paraguay. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos**, 2014.

SIPAHI, Rita. Em nome da rosa. In: FREIRE, Alípio; ALMADA, Izaías; PONCE, J. A. de Granville (org.). **Tiradentes, um presídio da ditadura**. São Paulo: Scipione, 1997, 181-189.

SOUZA, Eder Cristiano. Cinema, cultura histórica e didática da história: repensar a relação entre filmes e conhecimento histórico. **Revista de Teoria da História: Meio digital**. Universidade Federal de Goiás, ano 6, n. 12, p. 202-227, dez/2014.

SOUZA, Eloisio; COSTA, Alessandra; LOPES, Beatriz. Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinquente. **Cadernos Ebape.br**: Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 362-374, abr/jun 2019.

SPINOZA, Baruch. **Spinoza's Ethics: And on the Correction of the Understanding**. Londres: Boyle, Everyman's Library. 1959.

TEGA, Danielle. **Tramas da memória**: um estudo de testemunhos femininos sobre as ditaduras militares no Brasil e na Argentina. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

TEGA, Danielle. **Tempos de dizer, tempos de escutar**: Testemunhos de mulheres no Brasil e na Argentina. São Paulo: Intermeios/FAPESP, 2019.

TEIXEIRA, Kelly; SILVA, Tamy Amorim de. **Afetos construídos**: solidariedade na resistência às ditaduras do Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 149-167.

TELES, Janaína de Almeida. **Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil**. 2011. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

TELES, Janaína de Almeida. Ditadura e Repressão: Locais de recordação e memória social na cidade de São Paulo. **Lua nova**: São Paulo, v. 96, p. 191-220, 2015.

TELES, Janaína de Almeida. A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 4, n. 1, p. 300-341, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. **Revista de estudos feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 3: 406, p. 1001-1022, 2015.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. O que é violência contra a mulher. São Paulo: Brasiliense, 2012.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMAIM, Cássio. Para pensarmos o lugar do filme documentário ou de não-ficção nos estudos de história e audiovisual. **O olho da História**. Salvador, ano12, n.9, dez. 2006.

VEIGA, Ana Maria. Um território a ser defendido: corpos, gênero e ditaduras. **Revista de história comparada**, Florianópolis, v. 3, nº 2, p. 66-87, 2009.

VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). **El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia**. Barcelona: RBA, 2009.

WIT, Carolina Wanderley Van Parys de. **Entre o cárcere e o lar: Trabalho e ressocialização feminina na Penitenciária de Florianópolis (1930-1963)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

WOLFF, Cristina Scheibe. Gênero, emoções e afetos na política. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 229-241.

WOLFF, Cristina Scheibe. Pedacos de alma: emoções e gênero nos discursos da resistência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n.3, p. 975-989, 2015.

WOLFF, Cristina Sheibe. “Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985).” Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pela CAPES.

WOLFF, Cristina Sheibe. “Políticas da emoção e do gênero na resistência às ditaduras do Cone Sul”. Coordenadoria. Projeto de Pesquisa financiada pelo CNPq.

WOLFF, Cristina Sheibe; GASPARETTO, Vera. Esperança Equilibrista: emoções e gênero nas lutas contra as ditaduras no Cone Sul. In: WOLFF, Cristina (Org.). **Políticas da Emoção e do Gênero nas Ditaduras do Cone Sul**. Curitiba: Brazil Publishing, 2021. p. 229-241.

WOLFF, Janet. **A produção social da arte**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOLFF, Cristina S.; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia C. de. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019

XAVIER, Ismail. **O Discurso cinematográfico: A opacidade e a transparência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

ZACCHI, Lara Lucena. Violência de gênero nas memórias traumáticas de mulheres sobre a ditadura civil-militar brasileira. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

ZACCHI, Lara Lucena; BORGES, Luiz Augusto Possamai. Espaços de resistência: o Arquivo Edgard Leuenroth como um lugar de memória das sexualidades dissidentes no Brasil. **Ventilando acervos**, v. especial, p. 77-93, 2020.

APÊNDICES: Tabelas realizadas para organização e sistematização das fontes

Tabela 4: Narrativa do filme “Torre das Donzelas” (2018)

Tempo	Nomes	Descrição geral da cena e temáticas abordadas
0’0’’ - 03’02’’		Imagens em vídeo preto e branco da repressão policial no Brasil durante a ditadura: confronto com polícia e pessoas sendo presas. Frase: “A Ditadura civil-militar no Brasil teve início em 31 de março de 1964, com a deposição do presidente João Goulart e durou 21 anos. Estabeleceu a censura à imprensa, restringiu os direitos políticos e perseguiu os opositores do regime.” Fotografias. Frase: “Neste período, muitas mulheres enfrentaram a ditadura e viveram a revolução sexual dos anos 60.
03’02’’ - 03’33’’	Dilma Rousseff	Imagem de uma mulher sendo presa por policiais, sobreposta por um áudio intitulado: “Depoimento de Dilma Rousseff sobre a ditadura”; Dilma falando sobre sua prisão e tortura e delação dos companheiros na tortura; “eu me orgulho muito de ter mentido”
03’33’’ - 03’46’’	-	Frase: “Muitas mulheres foram presas e torturadas pelo regime. Centenas delas passaram pelo Presídio Tiradentes, em São Paulo, onde o conjunto de celas femininas ficou conhecido como TORRE DAS DONZELAS. O presídio foi demolido em 1972”
03’46’’ - 06’59’’	Iara Prado; Dilma Rousseff; Maria Aparecida da Costa; Nair Benedicto; Guida Amaral; Ilda Martins da Silva; Ieda Akselrud Seixas; Robêni Baptista da Costa; Dulce Maia	Cena em que as mulheres tentando desenhar a Torre no quadro negro com giz e narrando sobre o espaço físico da Torre; discussão sobre rememorar o espaço físico → produção do filme;
06’59’’ - 10’19’’	Dulce Maia; Guida Amaral	Espaço da Torre já reconstruído pela produção do filme; cena de celas e cadeados sendo abertos e percorrendo o espaço; “celão”; beliche, cozinha (espaços importantes); baratas e goteiras; escadas; livros nas camas; Dulce Maia entrando e se emocionando; choro e depoimento sobre a emoção de rever o espaço; percorre o espaço; Guida Amaral entrando sozinha e olhando/observando tudo

		devagar; Guida explicando o espaço e onde ficou durante a prisão; chora ao deitar na cama.
10'19'' – 18'40''	Guida Amaral; Dulce Maia; Marlene Soccas; Dilma Rousseff; Lenira Machado; Ieda Akselrud Seixas;	Depoimento de Guida sobre seu envolvimento na luta armada em que ela estava envolvida em 68/69 e explica como foi presa; Depoimento Dulce sobre sua prisão: “ia e voltava pra torre; fiquei muito tempo sozinha”; armas e ações dos grupos clandestinos; Guida volta a explicar o espaço e como era, para ela, estar nele; fala da prisão pela Oban e das torturas por informações; Dulce falando sobre aguentar tortura e ter muita resistência na prisão; Depoimento de Marlene sobre sua prisão; torturas, inclusive de gênero; Depoimento Dilma sobre gênero, machismo e tortura; Dulce e a percepção de gênero na tortura e meio chorando; Lenira contando sobre as torturas no DOI-Codi; Dulce sobre resistência na tortura; orgulho; Ieda narrando a violência sexual que vivenciou na tortura; questão da fala e silêncio na tortura e necessidade de “se controlar” no depoimento da Dilma; medo/ tentar não delatar; Ieda “era lucro se eu morresse”.
18' 40'' – 20'00''	Guida Amaral; Dilma Rousseff; Maria Aparecida Costa;	depoimentos sobre DOPS, centros de tortura clandestinos; purgatório; depoimento de Guida sobre ir ao Tiradentes significar também “voltar a existir”; inferno/purgatório/céu (presídio Tiradentes); ida ao Presídio Tiradentes;
20'00''- 24'28''	Encontro do coletivo; Depoimentos: Maria Luiza Belloque; Dilma Rousseff; Dulce Maia; Nair Benedicto;	Encontro coletivo delas dentro do espaço reconstruído; abraços; emoções; risos; depoimento em tom de “conversa” e contando para outras de Maria Luiza Belloque sobre sua entrada no presídio; risos “e a gente ainda fica rindo disso”; depoimento da Dilma enquanto mostra também elas conversando de longe e rindo, etc; Riso; entrada da Dulce na Torre; relação com presas “comuns”; Leslie Belloque conversando com Iara Prado sobre suas convivências e entrada; Relação com as presas “comuns” e ligações entre elas; solidariedade entre as “corrós”;
24'28'' – 32'00''	Maria Luiza Belloque; Rita Sipahi; Maria Aparecida Costa; Leslie Belloque; Iara Prado	Leitura de uma cartilha sobre os objetivos e reivindicações delas na época em conjunto com outras companheiras; Depoimentos sobre imprensa, notícias e manipulação; Cida Costa sobre a luta o sentimento da luta; Trechos da Rádio revolucionária; Depoimento de Leslie para as outras contando sobre 68 e o AI-5 na USP e a repressão aos movimentos; “empurradas” para a clandestinidade; Iara conta sobre a ida à clandestinidade e repressão estudantil na USP; Fala sobre todos os amigos delas queridos

		sumidos e os “chatos” e reacionários ficarem; importância da amizade na ida para a clandestinidade; emoção de todas escutando individualmente a Internacional Socialista (<i>se for usar, conferir se é a socialista mesmo ou a comunista</i>); choro de Iara e cantando junto; amor pela causa; Participação na luta, revolução, amor e “pique” pela luta, descoberta de um novo mundo, questionamentos; Reportagem de rádio; “atividade política era uma coisa de homens”; heroínas mulheres; treinamentos da guerrilha e machismo dentro das organizações.
32’00’’ – 36’00’’	Ana Bursztyn Miranda; Nair Yumiko Kobashi; Leslie Belloque; Nadja Leite; Leane Ferreira de Almeida; Iara Akselrud;	Leitura para todas de um trecho de um livro sobre fala e silêncio; chegada; heroína/traidora; companheirismo na prisão e recomposição pessoal; Questões sensíveis e difíceis recém vividas nos centros clandestinos e formuladas também no Tiradentes; Medo de infiltração; tensões sofridas dentro da prisão (caso da Nadja Leite); não pertencimento tanto pela direita quanto pela esquerda mais “aguerrida”; desprezo; Iara sobre tensões e deixarem ela um tempo isolada porque “caiu” por falar de um companheiro que morreu; “hierarquia” de quem aguentou” → “eu sei o que senti naquele banheiro”
36’00’’ – 38’00’’	Rita Sipahi; Leslie Belloque; Iara Prado; Guida Amaral	Falavam pouco dentro do presídio sobre a tortura; dificuldade de falar; trauma recente; “fala é ação”; Rita para todas falando da importância de falar e da demora, do silêncio; Lesli e Iara conversando sobre seus silêncios sobre o que aconteceu na prisão com elas; silêncio como vitória da ditadura → “por quê esse silêncio?”; silêncio até com familiares;
38’00’’- 45’45’’	Eva Teresa Skazufka; Rose Nogueira; Ilda Martins da Silva	Maternidade na prisão e família; nascimento da filha na prisão; fôsses e dificuldades de uma mulher grávida; preocupações e cartas ao marido; Leitura de um trecho de um poema chamado “Liberdade” de um livro sobre Marighella; História da Rose sobre a injeção de cortar o leite e conversa com Mãe Maurina; Ilda chorando ao falar sobre Virgílio, seu companheiro; Ilda presa com sua filha de 4 meses; solidariedade entre as mães; torturas utilizando questões da maternidade; Ilda não podia receber visitas, diferente de todas outras (<i>questão de classe?</i>); Ilda vendo sua filha e filho pela janela, abandonando jornal; emoção e choro; tristeza; amizade Ilda e Rose; incompreensão de outras companheiras → ideia de que revolucionário não poderia chorar nem pelos parentes mortos; luto; de outro lado, a compreensão

45'45'' – 51'09''	Maria Aparecida Costa; Nair Benedicto; Rita Sipahi; Telinha Pimenta; Robêni Baptista da Costa; Nair Kobashi; Leane Ferreira de Almeida; Guida do Amaral	Esperança, apesar da dor, sentimento de seguir em frente; coletivo e “dureza” sobre algumas companheiras; atividades de limpeza das celas; reestruturação dos espaços do “celão” → espaços para maior integração entre elas; Comida e cozinha; conversam juntas e riem sobre cozinha; sopa da Maria Aparecida com a Dilma;
51'09'' – 54'47''	Ana Bursztyn Miranda; Maria Luiza Belloque; Rita Sipahi	Tristezas e solidariedade; liberam televisão pra verem a copa de 1970; repressão pós AI-5; luto; Enfraquecimento quando alguém saía para ser torturada; volta da tortura e apoio; cotidiano tumultuado; “resistência, mesmo pequena”; conversas em conjunto dentro das celas sobre sobrevivência, tortura e morte
54'47'' - 1h03'52	Rioco Kayano; Maria Aparecida Costa; Darci Miyaki; Robêni Baptista da Costa; Ana Bursztyn Miranda; Nair Benedicto; Lucia Salvia Coelho; Marlene Soccas; Leane Ferreira de Almeida	Atividades de costura e artesanato; venda dos objetos feitos; Conversa entre elas sobre esse aspecto; Alça de Mira e foice e martelo de artesanato; ajuda de famílias de operários com o trabalho como forma de manter o espírito revolucionário; conversam sobre o dia da visita das famílias; O ato de se arrumar para ver a família; Conversa entre elas sobre a família ir visitar; o “pós” visita; “tudo de seu ficou”; caixas de papelão com roupas; relação com objetos pessoais; sentimento de “casa” com a Torre; Leane chora e se emociona ao ler uma carta enviada pra ela à época de uma familiar;
1h03'52'' – 1h10'50''	Robêni; Maria Aparecida dos Santos; Rose Nogueira; Eva Tereza; Dilma Rousseff; Nair Benedicto	Entram em conjunto na parte das escadas; conversas; risos; lembrando lugares e coisas; fiscalização das carcereiras; morte e vida Severina; revistas; batidas da Oban no “paraíso” → Presídio Tiradentes → revista em livros; evolução das espécies como livro subversivo; negociação de livros; malas com vestidos chiques; riso; desfile dos vestidos sendo contado por elas no coletivo; Vapor Barato tocando de fundo enquanto atrizes desfilam com vestidos recriando essa memória; mulheres que foram ver as presas arrumadas; Nair contando que ganharam banho de sol depois do desfile; risos; prática de esportes como o vôlei nas celas
1h10'50'' - 1h12'22''	Leslie Beloque; Sirlene Bendazolli; Dilma Rousseff;	Contam em conjunto sobre solidariedade e ajuda para erguerem-se; ginástica e trabalhos manuais; Dilma reclama das atividades; voleibol
1h12'22'' - 1h17'35''	Dilma Rousseff; Ana Miranda; Elza Lobo;	Fala sobre a importância da leitura e estudo; sobre independência de cada uma lá dentro; sobre coletivo; estruturação da cadeia: livros, mudança de controle de “tempo e

	Iara Prado; Guida Amaral	espaço”; e do isolamento; Ana Miranda declama “Rondó da Liberdade” de Marighella; emoção; diferença da classe dentro da prisão; Grupos de discussão (Elza fala disso); falam sobre a Carmucci; livros escondidos no chão; formação política dentro do Tiradentes (Dilma) → conta da VAR-palmares; cadeia como momento de reflexão (1h16’45’’); conversando sobre estratégias; Guida lendo em francês.
1h17’35’’- 1h21’06’’	Rose Nogueira; Guida Amaral; Nair Benedicto; Iara Prado;	Aulas na cela, aulas de francês; Guida contando sobre aula que Arlette deu para olharem as partes íntimas no espelho; aula sobre sexualidade das mulheres; intimidade e confiança; questões de emancipação e conhecimento da mulher dentro da própria prisão; discussão sobre orgasmo; discutiram “A teoria do orgasmo”; “a gente chorava, acompanhava as quedas, recebia as pessoas, a gente estudava, microcosmo de crescimento”.
1h21’06’’- 1h24’07’’	Vilma Barban; Dilma Rousseff; Rose Nogueira;	Percorrem elas conversando; poema declamado de Vladimir Maiakóvski “Fiz ranger as folhas de jornal...”; emoção; silêncio; Torre como experiência política e possibilidade de construção; subversão da lógica de repressão; “mesmo quando a gente é frágil, é possível resistir. Fomos capazes de fazer isso”; fugir da culpa e penitência; direito à resistência.
1h24’07’’- 1h30mn	Dulce Maia; Maria Luiza Belloque; Rioco Kaiano; Dilma Rousseff; Lucia Salvia Coelho; Guida Amaral; Rita Sipahi; Maria Aparecida;; Rita Sipahi; <i>Ana Mércia</i>	Volta a imagem para os desenhos delas; emocionadas falando sobre a saída; Maria Luiza Belloque canta a música do Dorival Caymmi “Minha jangada vai sair pro mar”; emoção; Despedida; sentimento de vínculo; cantam todas juntas a música, choram da escada com a diretora do filme, Susanna Lira; saudade; o que significava a saída da Torre; relações eletivas e família; Torre como possibilidade de ação; Torre como “grito pela liberdade e uma certa liberdade”; processo de transformação; memória e passado; “está mais do que na hora que falem sobre isso”; como a ditadura afetou todas relações; grande silêncio aqui fora; demolição do presídio e silenciamento;
1h30’00’’- 1h32’14’’	Maria Aparecida; Dilma Rousseff; Rita Sipahi; Dulce Maia;	Declamam um poema de Cida Costa (<i>Maria Aparecida</i>) “monumento ao passado, alerta ao futuro (1h30mn); cadeia e a não perspectiva do futuro; amor e relações afetivas; orgulho da luta; negar a condição de vítima; “tudo aquilo me traz recordações boas porque eu lutei”
1h32’14’’-	Janice Theodoro da Silva; Ieda; Iara	Corta novamente para elas desenhando a torre e a despedida da torre e assinando seus nomes; “não sei se eram donzelas mesmo... acho que não”; ninguém era

		donzela; Torre das donzelas não → Torre do Tiradentes
--	--	---

Tabela 5: Trechos do livro “Tiradentes, um presídio da ditadura” (1997) categorizado por comentários e emoções presentes nos relatos

NOME/Pg.	TRECHO	EMOÇÕES/Comentários
Dulce Maia (p. 96 – 107)	“O terror não era apenas ser chamada para as inquirições, mas também assistir, impotente, à saída e volta de meus companheiros das mesmas sessões de violência” “Na tortura, morrem pedaços das pessoas. Mas resistíamos” “No DEOPS, era o pânico. Quando ouvíamos o som da campainha da carceragem e a batida do ferrolho de uma das celas, já sabíamos o que estava por vir.” (97)	Medo sendo retomado → não tem vergonha de demonstrar esse medo atrelado as torturas e violências → apesar do medo, resistência
	“Sentia-me separar deles, mas, sem dúvida, a perspectiva de ir para o Tiradentes iluminava com certa alegria meu espírito. Talvez fosse o fim da violência física. Minha saúde não ia bem e eu temia não agüentar mais” (98)	Medo; angústia; alívio
	“Tanto na linguagem quanto nos maus tratos, os verdugos faziam questão de demonstrar seu ódio por mim. Mal sabiam – mas logo descobririam – que eu não era exceção, que centenas (ou até milhares?) de outras mulheres estavam engajadas naquela luta e levariam sua decisão às últimas consequências, ao limite” (99)	Ódio dos torturadores contra ela por ela ser mulher; coragem que outras mulheres tiveram na luta, apesar do ódio.
	“Penduradas às grades, dezenas de mulheres blabalab “estudante estudante” O medo foi tanto que, ao chegar a um prédio totalmente vazio e distante, me senti aliviada” (100)	Medo; Chegada no presídio
101	“entre as “corrós”, fiquei conhecendo uma que costumava acompanhar a carcereira até minha cela. Tratava-se de Margot, mulher inteligente. Era batedora de carteira e praticava prostituição. Margot havia sido esfaqueada e tinha, além dessa cicatriz, outras de queimadura em quase todo corpo. Dez anos depois eu a reencontraria no centro da cidade. Eu acabara de voltar do exílio, andava pelo centro de São Paulo, quando, de repente, ela saiu de dentro de um bar correndo e gritando meu nome. Disse que havia acompanhado a história da minha saída do Brasil, e que havia vibrado	Amizade com corrós

	com a ação. Fiquei alegre e emocionada por vê-la viva”	
	<p>Talvez mesmo por essa solidão e pelo distanciamento dos anos, eu não consiga precisar exatamente ou aproximadamente a passagem do tempo. Pequenos momentos podiam me parecer eternidades e algumas semanas ou meses, de repente, se esfumavam. Acredito que também meu estado de debilitação física e a constante mudança de local de prisão ajudaram a embaralhar o tempo em minha memória. Mas esquecer eu nunca quis. E não quero. (102)</p>	Esquecimento e trauma; outras dificuldades do lembrar; Isolamento
	“Nesse tempo, acabei estabelecendo alguns laços com os presos comuns...” (103)	Laços de solidariedade com presos comuns
	<p>“Nessa minha terceira incursão pelo Tiradentes iria encontrar várias companheiras. Não sendo mais a única mulher a permanecer presa por motivos políticos em São Paulo, fui transferida para junto de minhas companheiras, uma situação portanto muito melhor do que a que já conhecera até então. No entanto, durou muito pouco, pois, quando menos esperávamos, veio ordem para me levarem de volta à Penitenciária.” “Mas as companheiras – as Donzelas da Torre – tentariam barrar essa transferência, organizando uma manifestação. Quando foram me buscar na cela, todas elas se juntaram num círculo no centro do qual eu estava sentada, formando com seus corpos uma barreira de proteção. O significado desse gesto e a emoção que ainda sinto são indescritíveis. Eu era parte de um todo, e há tempos eu não sentia isso na pele com tanta força. [...] Depois de uma séria e acirrada discussão – as “donzelas” de um lado e a ameaça da “ordem” do outro –, acabei indo. Mas por poucos dias. Meu retorno foi rápido” (104)</p>	Solidariedade, organização dentro da prisão pra resistir as ações dos militares; sentimento de pertencimento a um grupo como nunca mais havia sentido; força dos vínculos; emoção em relembrar disso.
	“Foi exatamente durante um desses sequestros – o do consul japonês em SP – que ocorreu um episódio que, ao meu ver, sintetiza (embora não esgote) o clima de grandeza e solidariedade que encontrei entre minhas amigas da Torre. Ato de solidariedade realizado por Madre Maurina.	Solidariedade; Madre Maurina se coloca pra ir no lugar dela.

	<p>“A despedida Na madrugada daquele domingo, saiu a relação oficial dos nomes que deveriam ser liberados. Abraços, choros e risos incontidos. Felicidade geral. Conversei com cada companheira [...]. E é como se eu visse ainda hoje a cara delas naquele momento. Analisei com elas toda minha vivência na prisão. A saída poderia ser a qualquer instante e nossa vigília passou a ter outro sentido.”</p> <p>“Os companheiros mais próximos comunicavam-se conosco para as despedidas. Os presos comuns também. Foi lindo! Carcereiras e funcionárias vinham a todo instante demonstrar sua satisfação e algumas nos abraçavam sinceramente emocionadas. Domingo, as 11 horas, a carcereira vem nos chamar. [...] Um só grito de alegria. Inicia-se a “Internacional”. Primeiro, o canto das mulheres” (106)</p>	<p>Emoções ao relembrar os signos e particularidades do momento de despedida.</p>
	<p>Depois da Internacional seguiu-se o que se transformara em nosso hino: a “Suíte dos Pescadores” de Dorival Caymmi” [...] Minha emoção era enorme. A homenagem de cerimônia de despedida começara na ala feminina. Na Torre, nos dois braços da escadaria em ferradura, uma multidão de companheiras acenando e cantando [...] Elas eram lindas. [...] Liberdade! Imensa felicidade de estar próxima a hora de me reencontrar no “mundão”. Jamais, jamais, enquanto estiver viva, apagarei da memória essa bela lembrança, experiência tão difícil de transmitir. A emoção é muito mais forte. A imagem permanece com todas as suas cores. Nada esmaeceu. Era a vida posta à prova. (107)</p>	<p>Momento de despedida; cerimônia de entrada como ato de solidariedade, de empatia; emoção positiva atrelada ao lembrar dessas boas experiências; inclusive uma boa parte de sua memória é dedicada a isso; começa com o medo e acaba com a despedida, a esperança; “nada apaga essa memória”</p>
<p>Rose Nogueira (p. 135-151)</p>	<p>No texto dela, dedica varias partes pra pessoas com quem estabeleceu um vinculo na prisão (Seu pascoal, carcereiro que ajudou; Leopoldo Heitor 141)</p>	
	<p>O grandão me levava a sério. Folheava livros, abria papeis, queria saber o que era cada um. Anotações de antigas reportagens, notas de compra, bilhetinhos domésticos, cartas de amor. “Tudo tem que ser anexado”, dizia ao outro (137)</p>	<p>Censura e perseguição no dia que eles invadiram sua casa</p>

	<p>O barulho no DEOPS era infernal, com os trens de Sorocabana fazendo manobras, engatando vagões. (138)</p>	Prisão DOPS
	<p>– Matamos o Marighella! Matamos o chefe! Podem ir rezando que o chefe está morto! O séquito do delegado invadiu o corredor. Os tiras batiam nas grades das celas, chutavam as paredes, urravam, davam gargalhadas, batiam palmas. A algazarra parecia não acabar.</p> <p>Preto, Zé Preto, Zé pretinho. Tanta gente aprendeu com ele a amar a vida e a liberdade. Aqueles homens nem sabiam que Carlos Marighella, poeta, também ensinou que é possível sonhar. 139</p>	
	<p>– Por acaso seu bebe é clarinho e tem um moisés azul? Era sim. [...] O mesmo onde o tinham carregado [seu bebe] para a casa dos meus sogros com a polícia. Mas então... não, eles não fariam isso, Mas fizeram. Tive tanto medo que escrevi na parede: “Eles estão com meu bebe lá em cima”. Mesmo assim não me chamaram. O que significava aquilo? 139</p> <p>“O leite secou, fui para o Tiradentes sem ele” 140</p>	Imposição do medo como forma de produzir uma culpabilização daquelas mulheres; logica da dupla opressão, vinham com torturas psicológicas também num sentido de produzir culpa
	<p>Miss Brasil era o nome de uma vaca leiteira que havia sido premiada. E na sala para onde me levou, o “inho” chamava os outros: “Olha a miss Brasil, pessoal! Tá cheia de leite! É a vaca terrorista!”. Eles riam e me beliscavam nas coxas, nas nádegas. Eu gritava e perguntava pelo bebê. 139</p>	Violência de gênero nas torturas
142	<p>– Esquece o marido, esquece o mundão e essa mulherada também, que é tudo “corró” – disse a carcereira [...] que me levava para a torre de dois andares que ficava na parte de trás do Tiradentes. – Corró? – De correccional –O que é isso? – Vadiagem, minha filha. Putas. Já ouviu falar de putas? – Mas por isso? Elas têm processo? – Moral e bons costumes. É só um castigo, entendeu? Não têm processo, nem visita, nem nada. Ficam nuas ou botam a roupa do avesso porque não tem outra pra ir embora. E chega de perguntas.</p>	“Corrós”

	Depoimento sobre desaparecimento de Virgilio → filhos para juizado de menores	
144	Ficamos amigas. Fizemos parte da mesma equipe de tarefas. Varriamos as celas, passávamos pano úmido e cozinhávamos. [...] Fomos descobrindo outras coisas em comuns, além dos bebes e da origem espanhola. [...] Contávamos casos enquanto descascávamos as batatas, lavávamos as verduras que as famílias traziam. Lendas de mulheres. Isso nos devolvia, por instantes, uma certa sensação de liberdade.	Gostos e características em comum; amizade Rose e Ilda; atividades como forma de ajudar aquilo
144		Ilda quando soube que seus filhos haviam saído do juizado de menores; Felicidade, riso.
144/145		Rose e Ilda se encontraram varias vezes depois, amizade que perdurou ate rose foi pra Cuba.
146	Devíamos ser mais ou menos vinte presas quando soubemos que ela chegaria. Para aliviar a tensão, inventamos uma dança horrível e hilária para receber quem chegava do DOPS. Imitávamos Almira, a companheira de Jackson do Pandeiro, que fazia muito sucesso naquela época tropicalista [...]. Primeiro ela ficou séria, olhando aquilo. Em seguida caiu na gargalhada, com certeza a primeira dep ois de muito tempo.	Acolhimento pós DOPS
146	Só ia para o Tiradentes quem tinha prisão preventiva decretada pela justiça militar. Passava-se a existir novamente [...]	Alívio Tiradentes
146	Era o nosso cotidiano. Marxismo, estruturalismo, macroeconomia, imperialismo, destino da burguesia nacional, identificação do inimigo principal, foquismo, um, dois, três Vietnãs. Tudo se misturava aos pontos na agulha.	Cotidiano prisão
149	*relato morte do pai enquanto estava na prisão e acolhimento	Ajuda do Luto→ repressão da ditadura (clandestinidade; prisão) isolava e afastava essas pessoas do convívio com seus familiares
	*dificuldades enfrentadas após a soltura dessas mulheres → demissões sumarias (151)	
Rita Sipahi (p. 181-189)	Fala sobre o acolhimento pós tortura; situações de incompreensão e tensão; visitas	
183	Aqueles dias transcorriam pesados e eram todos cinzentos. Vivíamos a possibilidade de mais	Acolhimento pós tortura; medo.

	uma perda. E as mortes não vinham sendo poucas [...] E, quando ela voltou, alquebrada, apoiada na bengala, sorrindo aquele riso triste, não importou mais o tempo: os dias cinzentos se transformaram em sol. E, na memória os lençóis desfraldados viraram bandeiras brancas, e o pátio ficou cheio [...] festejando sua volta.	
183	Companheira chega da tortura: “Resolvemos: revezávamos, acompanhando-a sempre, para evitar qualquer queda. A sua já acontecera, e as marcas da tortura estavam presentes no choro permanente [...] na forma como vagava pela Torre, trazendo um olhar perdido, chorando, chorando sem parar [...]	Acolhimento pós tortura; choro.
184	Certo dia , num fim de tarde, ela desenhava com carvão o retrato de um jovem. [...] Eu observava em silencio a feitura do desenho, percebendo pela fisionomia da autora que alguma coisa muito importante estava sendo externada naquele trabalho. Quando ele ficou pronto, e ela o contemplava com uma expressão em que se misturavam a angústia, o carinho, o espanto, entrou na sala S., uma de nossas companheiras, que, chegando perto enquanto reconhecia o rosto desenhado, comentou: “Você não consegue mesmo superar o culto à personalidade”. [...] Soube depois que aquele jovem retratado era seu companheiro de organização – Luiz Merlino , que fora assassinado havia poucos meses, na tortura. De fato, faltou a S. [...] um entendimento adequado da situação e, sobretudo, sensibilidade frente a identificação de A.R. com a tragédia maior da morte.	Incompreensão frente ao luto; formas de lidar com o luto
185	[...] havia um jeito próprio, talvez atributo daquela geração que construía um mundo novo, de lidar com as adversidades, com o imprevisto [...] querendo e reafirmando a beleza, a alegria, a solidariedade, a vida. Eram sinais da garantia de que a destruição não se instalaria definitivamente. Não sucumbir aos tijolos despencados pela demolição que de repente se abatia sobre nossas cabeças era um aprendizado das recentes torturas, experiência construída a partir da	Idealizacão luta e resistência

	passagem pelos DOI-CODIs, Obans, DEOPS, etc.	
	Não eram só flores entre nós, as Donzelas da Torre – conforme nos chamavam alguns companheiros. Enfrentávamos no dia-a-dia algumas situações cuja natureza, muitas vezes, escapava às nossas conjecturas, por mais que buscássemos uma compreensão lógica dos fatos colocados pela realidade.	Amizade e Tensões
186	Desde a manhã – as visitas eram depois do almoço – algumas celas se transformavam em camarins. [...] As nossas entradas nos pátios eram sempre contidas. Seguiam-se os momentos iniciais da descontração e, por fim, as emoções. Estas, muitas vezes indescritíveis. De repente os pátios viravam-se praças: as pessoas se abraçavam, riam, se cumprimentavam, choravam, formavam grupos. As crianças corriam, brincavam e às vezes reclamavam. Por algumas horas, tudo ficava colorido.	Visitas; alegrias e emoções
Elza F. Lobo (p. 218-229)	Repleto de histórias bonitas e emocionantes, teatro, etc → esperança	
219	Quando perdemos a liberdade de ir e vir, a liberdade interior se faz de imediato presente e é através da consciência dos direitos subjetivos e objetivos, que se inscrevem no social e político, que nos permitimos compreender nossa prática política. Nesse sentido, muitos fatos que ocorreram no presídio Tiradentes, no final dos anos 60 e início dos 70, merecem aqui ser registrados.	Justificativa do registro da memória sobre Tiradentes.
219	A produção semanal de artesanato nos obrigava a uma rígida disciplina que estimulava nossa criatividade. Conseguimos dos nossos familiares e amigos uma rede externa de apoio e venda de nossos produtos, que revertiam para as necessidades das companheiras trabalhadoras do campo e da cidade.	Cotidiano e práticas políticas → atuação política
220	*fala sobre o baú de roupas que chegaram → filme tb fala disso	
221	Teatro!!! → Heleny Guariba de novo -> desaparecida política	Morte e destruição as rondavam.
222	Éramos, à época, em torno de cinquenta mulheres vivendo na Torre das Donzelas. Convivendo conosco, um recém-nascido que,	Maternidade; coletividade.

	como devia ser amamentado, obteve o direito de permanecer ao lado de sua mãe. [...] De imediato, ele recebeu o carinho e a superproteção de cinquenta mães que, impedidas de exercerem seus cuidados maternos, debruçaram-se sobre este rebento.	
224	A saída de cada companheira era sempre marcada por muita alegria e tristeza. Os dois sentimentos se confundiam. A alegria representava a [possibilidade de sair para o mundão [...] e a tristeza se apoderava porque percebíamos que dificilmente nos reencontraríamos e nos afastávamos de quem havíamos aprendido a querer bem. Passamos a construir nossos ritos de entrada e de saída. Creio que, em parte, o fizemos para diminuir o sofrimento.	Ritos de entrada e saída; alegria e tristeza.
224	Para superar toda essa humilhação [da entrada], as companheiras nos recebiam com um jogral de chacota, bem ridículo, mas que nos fazia rir muito. Voltávamos a encarar a vida de outra maneira.	Entrada; riso
225	Poderia recordar outros momentos, mas é com muita saudade que me lembro dos papos de madrugada, quando [...] conversávamos na escadaria da Torre, Guiomar Silva, Nildah Maria e eu. Nesses papos não faltavam histórias. E como as curtíamos	Amizade com homens.
226	Os dois anos foram de um companheirismo tão intenso que o tempo pouco deu para realizarmos todos os projetos que tínhamos em mente... e os momentos mais duros para todas foram as partidas.	Partida e companheirismo; amizade.
	Vínhamos de origens diferentes, de organizações diferentes, mas conseguíamos que o coletivo fosse o condutor de nossas lutas num clima de esperança e num espírito de fraternidade solidária [...] A troca de experiências com Alice Silva, operária, e Jovelina Tonello do Nascimento, trabalhadora rural, foi um exemplo para todas nós. Sem deixar de citar [cita mulheres....] que com suas trajetórias de vida tão diferentes nos fizeram repensar e estudar os rumos do nosso processo histórico.	Troca de experiências diversas. Amizade
	Aprendemos a repartir e a somar [...] O trabalho manual era	Organização Coletividade prisão;

	obrigatório. Tarefas de cozinha, artesanato, de arrumação das celas, de síntese de notícias de jornais, revistas e rádio eram responsabilidades compartilhadas pelas equipes, e o escalonamento e o revezamento das atribuições eram discutidos coletivamente. As decisões eram tomadas por consenso. Exercitamos a construção do trabalho na diversidade e creio que aprendemos que todos os trabalhadores são “cientistas do trabalho”.	
	Creio que somente as pinturas de Marlene Soccas foram capazes de retratar esse momento dramático no qual, para assumir a liberdade externa, perdia-se a liberdade interior de permanecer junto às amizades que havíamos conquistado. Mas esse também era o preço de nossos ideais.	Partida; Amizade e saudade
227	No cotidiano, a quebra do isolamento da Torre, em relação à ala masculina dos presos políticos, era providenciada via “teresa” – um barbante com uma mensagem amarrada na ponta. Jogávamos a “teresa” para os presos comuns, que repassavam a mensagem em outra “teresa” para os nossos companheiros. Era assim que, no dia-a-dia, nos inteirávamos do movimento do presídio, trocávamos informações e constituíamos um mesmo coletivo.	Relação com presos políticos homens, boa relação com presos comuns.
228	Morte do pai → isolamento familiar	
Maria Aparecida dos Santos (p. 273-280)		
275	<p>Naquele contexto, toda e qualquer conquista era muito importante, pois as coisas mais simples nos eram dificultadas, quando não negadas. E isso me ensinou que toda conquista ali conseguida era resultado, na verdade, por menor que pudesse parecer, de nossa luta contra o poder. Fosse o poder imediato da direção do presídio, fosse o poder maior. Era a dignidade da condição humana tentando se firmar.</p> <p>Sem muita consciência, mas meio que intuitivamente, comecei a perceber que a partir do momento em que fui presa e não</p>	Coletividade e campo de luta

	sabendo por quanto tempo ficaria naquela condição, o meu campo de luta estaria sempre onde eu estivesse.	
	Como é natural nessas condições, havia desentendimentos entre nós devido à personalidade de cada uma, mas nada que não pudesse ser refletido depois. Nem sempre as questões pessoais eram resolvidas da maneira mais agradável, ou com elegância, mas no geral se resolviam.	Tensões.
	Venho então para mim um grande exercício de autoconhecimento. Até então, nunca tinha me visto trancada em um espaço tao pequeno e com tanta diversidade de situações e problemas. O primeiro grande exercício que fiz foi o da tolerância. [...] Confesso que em vários momentos tive vontade de ficar sozinha, mas a situação não permitia. Essa condição foi a minha oficina de treinamento. Tive que aprender a conviver com as diferenças individuais e a respeitá-las.	Respeito com as distintas pessoas/autoconhecimento
276	Cheguei algumas vezes a discussões, seguidas de acusações, quando algumas companheiras, do alto de sua sabedoria, emparedadas dentro de seus horizontes políticos, não reconheciam nos militantes de organizações de luta e resistência como a ALN pessoas que acreditaram, sonharam e, em função desse sonho, puseram em risco o que tinham de mais precioso: a vida. E quantos a perderam! [...] Essas discussões nem sempre eram tranquilas; eram muitas vezes carregadas de emoções, e nesse processo todo tenho a impressão de que fui amadurecendo.	Incompreensão e julgamento; intolerância.
277	[...] os acontecimentos se encarregaram de me “ensinar”, e creio que a todos, que a solidariedade era o bem mais importante.	Solidariedade.
	[...] éramos todos prisioneiros de um inimigo comum [...] não lhe interessando a cor ideológica de cada organização política ali presente. Nossas energias tinham que ser dirigidas no sentido de romper o cerco imposto a todos	Luta armada.

	pelo governo militar. Se não era possível rompê-lo através de expedientes legais, teríamos que rompê-lo com iniciativas dentro das condições que nos impunham.	
	Aprendia também que, por mais consciência e compromisso que eu pudesse ter com os ideais do socialismo, com a luta por uma humanidade mais feliz, tinha e tenho as minhas limitações quanto à dor. (relata as dores da tortura)	Culpa dos sobreviventes; justifica a sua dor.
278	Em condições tao adversas, aqueles que se excederam em suas declarações aos ditadores sofreram, ao meu ver, a maior das injustiças: a de serem hostilizados pelos próprios companheiros	Culpa dos sobreviventes.
	Depois de algum tempo [...] fui percebendo que todos nós levamos para dentro do presídio as nossas práticas de vida [...] Mas o mais importante é que, apesar de todos esses abalos, a amizade se consolidava entre nós.	Amizade
279	Mas quero registrar aqui que a vida não é feita so de sonhos. Ela é feita de realidades [...] duras como o aço. E, no manejo desse aço, tomei cuidado para não ser contaminada por sua insensibilidade. [...] Posso não ter sentido e não sentir simpatias por essa ou aquela pessoa, da mesma forma que não fui e não sou simpática a todos, mas com certza, aprendi que o respeito e a solidariedade são fundamentais em qualquer situação	Tensões e respeito; solidariedade
279/280	Não conseguiram acabar com nossa vontade de viver, com a nossa alegria, com o nosso lado divertido de ver a vida. Cada dificuldade criava horas de elucubração para rompê-la. (1) O presídio Tiradentes foi para mim, durante os três anos e meio de prisão, o grande campo de batalha contra os militares ditadores	Evoca esperança na solidariedade e união.
Eleonora Menicucci (p. 291-299)	Mostra de fato como dentro das adversidades tinham emoções: alegria, afeto fortalecimento solidariedade	
292	Como nos disse Benjamin, a narrativa das experiências assume um lugar historicamente importante se, através dela, conseguirmos articular o passado não só para conhece-lo, mas para nos	Esperança; pessimismo revolucionário e história do tempo presente

	apropriarmos-nos de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo.	
	São passados quase 25 anos da minha “saída do presídio Tiradentes” rumo ao Hipódromo, o segundo dos presídios pelos quais passei durante os três anos em que estive presa, por pertencer ao Partido Operário Comunista – POC –uma das organizações clandestinas de resistência à ditadura militar.	Prisão em decorrência do envolvimento político
293 - 294	Ser transferida para a Torre [...] significava adentrar um espaço de liberdade que todos nós, homens e mulheres, desejávamos, depois de termos passado pelos horrores da tortura na Oban e pela fase do processo cartorial do DEOPS. [...] No entanto, alguma coisa, ao mesmo tempo, também me atemorizava. [...] o medo da fragilidade das informações que chegavam até o Tiradentes sobre os comportamentos daqueles que estavam na Oban. Informações que, muitas vezes, levaram a atitudes discriminatórias e injustas, provocando marcas profundas em algumas pessoas.	“Culpa dos sobreviventes”
294	Quando cheguei, recebi Joana e Dilma, duas antigas amigas de militância em Belo Horizonte, um imenso afeto e carinho que me ajudou a segurar as “barras emocionais”. Aos poucos fui, verdadeiramente, encontrando meu lugar afetivo no grande coletivo de mulheres que por muito tempo fizeram parte do nosso “mundinho” na Torre.	
294	“A solidariedade entre nós mulheres e os grupos de amizade ia se delineando ao longo do processo, acompanhando o ritmo de nosso cotidiano, tentando transformar a espera da saída para o “mundão” em um espaço público, onde a liberdade poderia aparecer sem censura e sem limites.”	
296	A festa de carnaval que fizemos na Torre foi fantástica: cada uma se fantasiou daquilo que vivenciava no momento. Teve concurso de fantasia e o prêmio ficava na esfera de nossas fantasias sexuais.	Práticas de lazer
	A greve de fome se deu no governo do Maluf (ironia da história: 25 anos depois, ele ainda é um dos	Amizade; solidariedade

	atores políticos nacionais), quando começavam a cavar o buraco para o metrô. A greve nos dividiu politicamente. Um grupo de mulheres, entre elas eu, optou por não fazer greve de fome. No entanto, nos solidarizávamos com as grevistas, estreitando mais ainda nossos laços de amizade.	
	A falta que senti delas foi tamanha que no dia seguinte retornei, levando uma lata de pão de queijo [...] e as vi através da janela. É uma das lembranças mais fortes que me acompanharam. Anos mais tarde iria encontra-las em diferentes situações e traçando caminhos também diferentes. Mas, hoje, amigas antes de tudo.	Pós saída; saudade
297	O retorno à Torre era sempre uma festa: notícias do lado masculino. Quando uma de nós estava em crise, rapidamente se estampava no rosto. Buscávamos um cantinho, onde alguém dava o ombro e nos ouvia carinhosamente	Amizade e apoio
	Como era feliz naqueles sábados!	Visitas
Nair Yumiko Kobashi (p. 309-313)		
310	Três pessoas me vêm de modo especial à memória quando penso nesses instantes: Márcia Mafra, Robêni e Leslie (Lelé), as primeiras pessoas que encontrei no Tiradentes. Foi um reencontro emocionado de antigas amigas. Cada uma delas, à sua maneira, ajudou-me a empreender o caminho de volta à razão	Amizade e fortalecimento
311	Na ala das presas políticas, um anexo em forma de torre, as celas permaneciam abertas. Assim, podíamos circular livremente durante o dia, longos dias, que tentávamos preencher com atividades previsíveis: leitura, tricô, crochê, xadrez, ginástica e televisão. E muita conversa	Atividades e cotidiano
	Comenta sobre Jogos de vôlei	
	No Tiradentes, preparávamos nossa própria comida. Esse ato revestia-se de um significado especial para mim. [...] Aprendi com Rioco, minha companheira das lides culinárias, e também de muitas outras jornadas, a enfrentar esse desafio. Ainda hoje nos reunimos e, como comadres,	Relações que perduraram

	cozinhamos, comemos, relembramos.	
312	Mas também se conspirava. Havia muitas reuniões para organizar a vida cotidiana, para discutir um texto ou para apagar conflitos. Por força do hábito, continuávamos a discutir o mundo porque, como diz a poeta Adélia Prado, “seu destino pendia de nosso palpite...”	
	Presenciei muitas chegadas. A compaixão pelas pessoas era a marca definitiva do coletivo de mulheres do presídio Tiradentes. Gestos delicados favoreciam a reconquista da auto-estima, a superação do medo e da depressão. Promovia-se, principalmente a integração das pessoas que chegavam.	Amizade como salvação para resistência
	Houve, em certos momentos, formas de exclusão e de isolamento veladas. Creio que eram decisões tomadas no âmbito das organizações, mas não do coletivo. Felizmente, as mulheres da Torre sabiam conduzir o processo com maturidade. A vida no presídio tornava-se em certas ocasiões, um pouco tensa. A convivência forçada, a falta de privacidade, as diferenças e manias tornavam inevitáveis esses conflitos. Lembro-me, emocionada, dos esforços de muitas companheiras para manter equilibradas as relações internas. Eram pessoas serenas que tentavam, acima de tudo, preservar a unidade na Torre.	Tensões.
313	Saí da prisão em outubro de 1973, sob o som da “Internacional”, cantada de forma tocante pelas amigas que ficaram. Sentia-me forte, emocionalmente recomposta e com coragem para reorganizar a vida.	Rito de saída como fortalecimento.
Robêni B. da Costa (p. 314-319)		
315	Depois de passar um mês na Oban e dois meses no DEOPS, tudo o que qualquer preso político desejava era ser levado para o Tiradentes. Quase representava voltar à vida, sentir o sol, andar, dormir em sonhar com o delegado Fleury me aprisionando e torturando	Torturas OBAN antes do Presídio Tiradentes
	Levada para a Torre e apresentada às companheiras, coube-me uma cama e um “mocó”	Descrição do “celão”

	no celão. O “mocó” era uma espécie de guarda-tudo, improvisado com caixotes de laranja ou tomate pregados na parede. O celão era uma cela muito grande com cerca de 80m ² , localizado acima do solo, cujas janelas devassadas e unicamente guarnecidas por treliças de aço davam para a passarela por onde circulavam, dia e noite, as sentinelas do presídio.	
	A Torre se movia por debaixo dos panos, nas fissuras e contradições do sistema carcerário, como se dizia à época. Foi assim que pudemos destilar uma aguardente de laranja de gosto horrível [...] tudo, naturalmente, nas escalas de Luci, chefe da carceragem feminina	Sociabilidades.
316	Havia os conflitos, ciúmes passageiros, pequenas malandragens que todos nós alimentamos como estratégia de sobrevivência. Uma dessas malandragens me ligou à Zizinha [...]. Extremamente generosa, solidária, amorosa, Zizinha havia sido presa principalmente por ser mulher de Antônio Ubaldino, armeiro da ALN. [...] Cozinhar para as companheiras era uma militância pra ela. Suas principais ferramentas: paciência e humildade. [...] Cozinhar com verduras era o ponto alto de nossa dupla. Tínhamos sempre verduras e legumes durante minha permanência na Torre. [...] Zizinha foi colocada em liberdade antes de mim, seguindo para a Suécia para o reencontro com o Ubaldino. Voltou para o Brasil numa urna funerária, cumprindo seu desejo de ser enterrada no país que amava para o qual valia a pena fazer qualquer sacrifício. E eu cá estou, inteira, prazerosamente ainda na cozinha.	Amizade com Zizinha; capaz de evocar emoções
Márcia Mafra (p. 320-335)	<i>Coloca relatos de cartas que escreveu na época da prisão, os quais trocou com seus familiares e amigos; relata sobre saudades das pessoas</i>	
321	Comecei a ler aqueles bilhetes e cartas e, ao terminar, percebi que não poderia simplesmente jogá-los fora [...] eles me traziam de volta medos, apreensões e a alegria que, apesar de tudo, conseguíamos extrair (eu e tantas outras pessoas) de cada dia entre quatro paredes. Eles me	

	traziam de volta o carinho que me uniu, por três anos, a tantos companheiros presos, dos quais nunca mais tive notícias ou que hoje vejo com outros olhos.	
	Obrigada a todos que permitiram que o nosso mundinho se mantivesse permanentemente ligado a um mundão louco e não poucas vezes hostil, mas, ainda assim, um mundão cheio da amizade indispensável à nossa sobrevivência e sanidade mental.	Texto da Sarah Ahmed (2018): kit de sobrevivência feminista
323	Num dado momento, na ausência de alguém mais metido que eu, passei a cortar o cabelo das “massas” (é assim que nos autodenominamos). Fui muito bem. Até o cabelo da Dilma, que é muito chata no assunto – diz que tem cabelos crespos e é preciso cortar mais os de baixo que os de cima, para diminuir o volume – eu cortei. Devo ter me animado muito porque aí a Mico pediu que eu cortasse os dela bem curtos. Mandeí ver e transformei sua pobre cabeça num enorme redemoinho. Encerrei a carreira, morta de vergonha e culpa.	
325	Ando meio triste. Em determinados momentos, é muito importante que eu me sinta com vitalidade, perceba que ainda consigo dar boas gargalhadas.[...] Estou me achando bem, só que, evidentemente, com saudades cada vez maiores. A relatividade do tempo aqui é palpável. Quanto mais passa, mais anima e torna presente o que está distante em tempos cronológicos.	
Rioco Kaiano (335 – 341)		
337	Fazíamos uma verdadeira operação de guerra para introduzir clandestinamente bebida alcoólica no presídio. [...] Chegamos a promover sessões de “bebedeira” altas horas da madrugada.	Descontração; alegria
338	Morávamos dentro das celas, cujas portas eram trancadas. Dentro da Torre circulávamos livremente. A gente se dividia conforme as afinidades, que podiam ser políticas (pertencer a mesma organização) ou apenas pessoais.	
	O fato é que o convívio forçado de um grupo de pessoas, dia após dia, colocava cada uma literalmente a nu diante das outras.	Emoção do lembrar

	Cada uma de nós conhecia os defeitos, as qualidades, as manias [...] da outra. Eu, quando ficava apreensiva com algo [...] só queria dormir [...] então, minhas companheiras mais chegadas comentavam: o que será que a está deixando assim? Viu como ela dorme? [...] Vem à minha lembrança Robêni, chupando o dedo de um modo engraçado, e sinto vontade de rir e me emociono.	
338/339	Também estávamos contaminadas por uma ideologia que cultuava o coletivo. Não se tinha um claro limite entre a esfera do coletivo e a do individual.	Coletividade
339	E a nossa vida política? Não lembro muito bem, mas havia uma certa norma de convívio político entre as pessoas ligadas a diferentes organizações. Fazíamos reuniões para discutir assuntos ligados à vida interna do presídio e também debates acalorados sobre assuntos da época. [...] Tínhamos uma biblioteca razoável. Havia grupos de estudo por temas e estudos individuais. Reli <i>Cem anos de solidão</i> , de Gabriel Garcia Márquez, e me emocionei.	Vida política
	Organizávamos cantorias e algumas vezes fazíamos serenata para os “meninos” (era como chamávamos os companheiros presos no outro lado)	